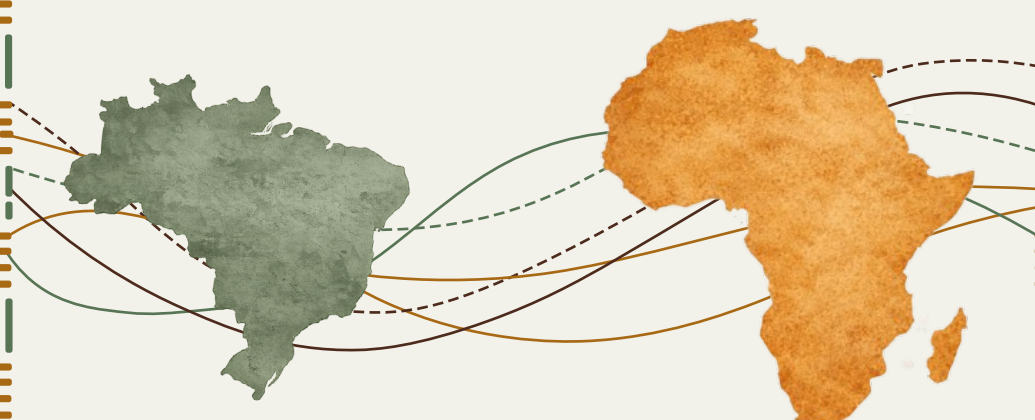


**ENTRE A FOME E
A DESINFORMAÇÃO:
MUITAS PONTES ENTRE BRASIL E ÁFRICA**



MARIALVA BARBOSA
ANA REGINA RÊGO
IGOR SACRAMENTO (*in memoriam*)
ANA GOULART DE ANDRADE



MARIALVA BARBOSA
ANA REGINA RÊGO
IGOR SACRAMENTO (in memoriam)
ANA GOULART DE ANDRADE

**ENTRE A FOME E A DESINFORMAÇÃO:
MUITAS PONTES ENTRE BRASIL E ÁFRICA**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Reitora

Nadir do Nascimento Nogueira



Vice-Reitor

Edmilson Miranda de Moura

Superintendente de Comunicação Social

Jacqueline Lima Dourado

Diretora da EDUFPI

Jasmine Soares Ribeiro Malta

EDUFPI - Conselho Editorial

Jacqueline Lima Dourado (presidente)
Jasmine Soares Ribeiro Malta (vice presidente)
Carlos Herold Junior
Carolina de Aquino Gomes
César Ricardo Siqueira Bolaño
Fernanda Antônia da Fonseca Sobral
João Batista Lopes
Kássio Fernando da Silva Gomes
Maria do Socorro Rios Magalhães
Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

Capa

Mykaelle Leal

Revisão

Cristine Gerck

Diagramação

Renan Marques
Newcom Mídia

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Educação
Serviço de Representação da Informação

E61 Entre a fome e a desinformação : muitas pontes entre Brasil e África / organizadores, Marialva Barbosa ... [et al.]. – Teresina : Edufpi, 2026.
500 p. : il.

ISBN 978-65-5904-498-6

1. Comunicação. 2. Crise Climática. 3. Desinformação.
4. Fome – Aspectos Sociais. 5. África — Relações com o Brasil.
6. Saúde Pública. I. Barbosa, Marialva. II. Rêgo, Ana Regina. III. Sacramento, Igor. IV. Andrade, Ana Goulart de. V. Título.

CDD: 302.23

Bibliotecário: Hernandes Andrade Silva – CRB-3/936



Editora da Universidade Federal do Piauí – EDUFPI
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella
CEP: 64049-550 - Bairro Ininga - Teresina - PI - Brasil



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
CAPÍTULO 1 Mutações das mídias e dimensões do tempo: História e presente da desinformação <i>Roger Chartier</i>	16
CAPÍTULO 2 A fome e a Africanidade entre nós <i>Muniz Sodré</i>	38
PARTE I FOME, DESINFORMAÇÃO E CRISE CLIMÁTICA	
CAPÍTULO 3 Fome: narrada no Brasil e silenciada em Cabo Verde <i>João Almeida Medina</i>	59
CAPÍTULO 4 Mudanças climáticas e comunicação comunitária em Moçambique: estratégias comunicativas frente à crise ambiental e à insegurança alimentar <i>Alexandre Dinis Zavale e Daniela Nunes Araújo</i>	80
CAPÍTULO 5 Exploring Disinformation and COVID-19 Vaccine Denialism in Sub-Saharan Africa: A Scoping Review <i>Chikezie E. Uzuegbunam e Chinedu Richard Ononiwu</i>	125
CAPÍTULO 6 Emergência narrada: jornalismo, crise climática e a Terra Yanomami <i>Alice Melo</i>	174

CAPÍTULO 7

Desertificação em Gilbués-Piauí-Brasil: alternativas tecnológicas para enfrentar as mudanças climáticas

Dalton Melo Macambira 194

CAPÍTULO 8

Outro nome para Gaia, África: narrativas africanas como resistência no contexto moçambicano

Eduardo Lichuge..... 213

CAPÍTULO 9

Reflexões sobre a arte negra contemporânea como reparação, reconstituição de imaginários e combate à desinformação

Aza Njeri..... 243

CAPÍTULO 10

Sobrevida em meio à seca midiática: relatos de sobrevivência a desastres climáticos como estratégia de revisão da atuação do jornalismo

Cristine Gerk..... 262

CAPÍTULO 11

In vídeo veritas? Uma reflexão possível sobre redes para qualificar a informação

Iluska Coutinho 278

CAPÍTULO 12

A lógica ciberpublicitária da desinformação

Sandro Tôrres 302

PARTE II
HISTÓRIAS DA COMUNICAÇÃO: ENTRE A POBREZA
HUMANA E INFORMACIONAL

CAPÍTULO 13

**Desinformación y pandemias en la España del siglo XX al XXI:
de la gripe española al covid-19 en la prensa**

Concha Langa Nuño 326

CAPÍTULO 14

**Justiça de Transição, políticas de memória e os arquivos da
ditadura no Brasil**

Ana Paula Goulart Ribeiro 376

CAPÍTULO 15

**Historicidades no Contemporâneo: história, política e cultura
num país em ebulição**

Cláudia Fontineles 398

CAPÍTULO 16

**Usos do passado e disputas de sentido na pandemia da Gripe
Espanhola no Brasil**

Ana Regina Rêgo 430

CAPÍTULO 17

Comunicação: Fome, uma ponte para a África

Marialva Barbosa 474

SOBRE OS AUTORES 490

APRESENTAÇÃO

Entre a fome e a desinformação: muitas pontes entre Brasil e África é o nome síntese escolhido para denominar um livro, que é resultado direto do esforço conjunto que procurou construir diálogos sobre a questão da fome, das crises climáticas e da desinformação, sobretudo, no Brasil e na África. Este diálogo foi inicialmente apresentado em dois congressos realizados, em setembro de 2025, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e na Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Os congressos tiveram como foco o enfrentamento à fome e à desinformação a partir da convergência de dois grandes projetos de pesquisa internacionais que constroem articulações de diversas instituições brasileiras com universidades da África, (Cabo Verde, Moçambique, Nigéria e África do Sul), da Europa (Portugal e Espanha) e da América Latina. O primeiro tem como pauta a problemática da fome e das crises climáticas, ambas em crescente proporção, sobretudo, no hemisfério sul, o que nos coloca na contramão dos Objetivos do Milênio eleitos pela ONU há mais de duas décadas. O segundo privilegia o fenômeno da desinformação no ambiente da saúde e, a exemplo do primeiro, possui como *locus* de pesquisas países de três continentes, a saber: América Latina, África e Europa. Ambos são financiados pelo CNPq, a quem agradecemos o apoio, sem o qual a sua realização não seria possível.

Tal como nos dois congressos - o I Congresso Internacional de Enfrentamento à Fome e à Desinformação e o II Encontro Internacional Mídia e Dimensões do Tempo -, os capítulos trazem para o debate as questões da fome, da crise climática e da desinformação, procurando articulá-las a partir de olhares que colocam em confluência, sobretudo, países africanos (Cabo Verde, Moçambique, África do Sul e Nigéria) e o Brasil.

O livro se inicia com a conferência de abertura de ambos os eventos, realizada pelo historiador Roger Chartier, a quem qualificamos a partir de sua própria autodefinição, quando logo na abertura do seu texto quando diz: “sou historiador da primeira modernidade ocidental, entre os séculos XV e XVIII. Tenho trabalhado particularmente sobre a história dos livros, dos textos, da cultura escrita e da leitura - ou, melhor dizendo, das leituras”. Portanto, é a partir desta abordagem que ele discute o tema da desinformação, que, segundo ele, “desafia todos os conhecimentos baseados sobre a produção, a circulação e as apropriações de saberes verdadeiros”. Para alertar logo em seguida: “São assim ameaçadas a informação médica sobre as pandemias, o conhecimento científico das crises climáticas e ambientais, a história entendida como representação verdadeira do passado, ou a política democrática fundada desde a Grécia antiga sobre o raciocínio racional e a ligação entre prova e retórica”.

Na sequência, apresentamos a fala testemunhal, sensível e profunda, de Muniz Sodré, sobre a questão da fome, discorrendo sobre o tema que define como “alguma coisa que me

acompanha desde a infância no interior da Bahia” e produzindo o que poderia ser qualificado como uma espécie de mapa cartográfico sobre a fome nos territórios da seca e, sobretudo, da “rota dos flagelados” no Brasil. No texto, mesmo que não contenha as ênfases, os hiatos, os silêncios do locutor e a reação emocional da plateia, Muniz se permite contar muitas histórias, numa narrativa produzida a partir das profundezas da sua própria memória. Afinal, como ele mesmo reconhece (“eu sei que conto história”), “contar história é coisa de negro nagô”. Na curta e essencial autodefinição deste que é, sem dúvida, um dos mais importantes intelectuais brasileiros dos séculos XX/XXI.

A partir daí, o livro é dividido em duas partes, procurando dar organicidade sobre as questões que constroem as múltiplas reflexões produzidas de maneira intercambiável por palestrantes no evento tanto do Rio de Janeiro e quanto no do Piauí: **Fome, Desinformação e Crise Climática e Histórias da Comunicação: entre a pobreza humana e informacional.**

O gesto de reunir os dois congressos numa única obra mostra, ainda, a confluência e a igualdade reflexiva entre duas regiões que foram (e ainda são) marcadas pela diferença: uma historicamente colocada à margem, ignorada pelo Estado durante décadas; e a outra, por ter sido cidade-capital desde a Colônia, foi elevada à condição de lugar da produção de um saber destinado a se espalhar pelo vasto território brasileiro. Diferenças, que como fica evidenciado também no livro, são estratégias políticas de dominação, construídas sempre a partir da presunção de uma superioridade inexistente.

A primeira parte é composta por doze capítulos, que colocam em relação **Fome, Desinformação e Crise Climática**, o cerne reflexivo dos dois eventos. Já a segunda, em mais sete capítulos, privilegia a dimensão histórica dessas questões, produzindo, de certa forma, um arco reflexivo que remete às reflexões que o iniciam, quando o historiador Roger Chartier coloca em relação “história e o presente da desinformação”.

O Relatório de Riscos Globais, divulgado no início de 2024 pelo Fórum Econômico Mundial, traz uma relação das grandes preocupações de mais de mil especialistas em diversas áreas e que foram entrevistados pela pesquisa do WEF. Os *experts* consultados apontaram como os maiores riscos para os próximos 10 anos: eventos climáticos extremos, em primeiro lugar, seguidos, na ordem, pelas alterações nos sistemas da Terra; perda da biodiversidade e o colapso dos ecossistemas; escassez de recursos naturais; desinformação e informação falsa; resultados adversos das tecnologias de Inteligência Artificial; migração involuntária; cibersegurança; polarização social; e poluição (GRR, WEF, 2024, 2025)¹. Todos esses riscos, em maior ou em menor grau, têm relação direta com a fome no mundo, podendo potencializar o problema. Vale lembrar que em 2023, 733 milhões de pessoas passaram fome em todo o mundo, segundo dados da Organização das Nações Unidas. E embora o

1 GLOBAL RISKS REPORT 2024. World Economic Forum-WEF. Disponível em <https://www.weforum.org/publications/global-risks-report-2024/>. Acesso em 05 maio 2024.

GLOBAL RISKS REPORT 2025. World Economic Forum-WEF. Disponível em: <https://www.weforum.org/publications/global-risks-report-2025/>. Acesso em 25 jan 2025.

Brasil tenha saído do Mapa da Fome, em julho de 2025, poucos meses antes da realização dos eventos, é preciso considerar que isso se deu graças à retomada de políticas públicas (como o Bolsa Família, o Plano Brasil Sem Fome e o aumento do emprego). E há sempre a ameaça pairando no ar, quando por idiossincrasias políticas - como ocorreu no nefasto período governamental anterior -, de que essas mesmas políticas públicas sejam excluídas das prioridades governamentais.

Vale pontuar que a problemática milenar da fome, os riscos de agravamento das crises climáticas estão, na atual ordem do tempo, relacionados entre si e com o fenômeno social e coletivo da desinformação que envolve sociedades plataformizadas, mas também sociedades não incluídas digitalmente, por onde a desinformação chega por outros canais e em possibilidades de transmissão de co-presença, como em momentos religiosos e pelos programas de rádio e TV.

Nesse sentido, reunimos pesquisadores nacionais e internacionais de dois projetos que têm como foco os problemas e riscos da humanidade elencados acima, considerando que a compreensão do mundo contemporâneo diz respeito aos problemas estudados nos dois projetos: **Comunicação: Fome, uma ponte para a África**, coordenado por Marialva Barbosa da Escola de Comunicação da UFRJ, e **Negacionismo e desinformação: saúde e doença em tempos de pós-verdade**, coordenado por Igor Pinto Sacramento, da Fiocruz-RJ, e Ana Regina Rêgo, da UFPI.

A morte prematura do coordenador do projeto **Negacionismo e desinformação**, ao lado de um sentimento de profunda

saude e pesar, impossível de ser dimensionado em simples palavras, deu aos que ficaram ainda mais força para avançarem nas reflexões críticas e na produção de troca de conhecimentos, que efetivamente se concretizou nos dois encontros.

O congresso realizado no Rio de Janeiro reuniu 322 inscritos, que apresentaram 55 trabalhos nos três GTs organizados: Fome, crise climática e comunicação; Desinformação, Plataformas Digitais e Saúde Coletiva; e Comunicação, História e saberes de resistência. E ainda que a supremacia numérica tenha sido de pesquisadores do Rio de Janeiro, também apresentaram trabalhos participantes da UFES (Vitória, ES); da UFJF (Juiz de Fora, MG); UFOP (Mariana, MG); UFU (Uberlândia, MG); USP (São Paulo, SP); PUC-SP; ESPM-SP (SP); UnB (Brasília, DF); ISEB (Brasília, DF); UFG (Goiás); e da University of Munster (Alemanha).

Já o II Encontro Internacional Mídia e Dimensões do Tempo, realizado na UFPI, contou com um total de 530 participantes nas Conferências, Mesas Redondas, Oficinas e nos 7 grupos de trabalho, a saber: 1. Mídia e dimensões do tempo e as relações com a desinformação e o negacionismo científico; 2. Mídia e dimensões do tempo e as relações com o racismo e a misoginia; 3. Mídia e dimensões do tempo e a história contemporânea; 4. Mídia e dimensões do tempo na vida plataformizada; 5. Mídia e dimensões do tempo: subjetividades e identidades; 6. História e cultura, diálogos com diferentes mídias e 7. História, imprensa e sociedade, em que foram apresentados 98 trabalhos de pesquisas, totalizando 194 autores. Vale destacar que nas programações remota e presencial, além de pesquisa-

dores da UFPI e da UESPI, o evento contou com pesquisadores da UFPE, UFC, UFMA, UNESP, UFC, UFJF, UNB, UFRGS, dentre outros.

Ainda que os dados numéricos expressem o interesse e a importância dos temas instigados pelos congressos, as muitas imagens que os eventos produziram sintetizam a importância de se criar oportunidades para que pesquisadores de ponta possam participar de eventos em Universidades fora dos grandes centros de pesquisa no Brasil. Mostra também que mesmo nos maiores centros de pesquisa, do eixo Rio-São Paulo, é sempre necessário produzir diálogos inovadores sobre temas que afetam o cotidiano e as práticas comunicacionais, impactando o mundo que está à nossa volta e diante de nossos olhos.

As imagens do auditório do Cine Teatro - UFPI, completamente ocupado, durante a conferência de Roger Chartier na abertura do evento; as longas filas que se formaram durante muitos dias do congresso de Teresina, com professores e alunos sobraçando, muitas vezes, pilhas de livro para fixar neles o autógrafo do historiador francês, são imagens que eternizam um momento que produziu também emoções e sentimentos. Livros que, certamente, foram cuidadosamente retirados das estantes das casas para que fossem completados pelo gesto autoral do professor que, pacientemente, escreveu muitas dedicatórias, estendendo todos os dias do congresso seu tempo na Universidade, porque durante todo o evento, lá estava ele, sempre na primeira fila, assistindo as muitas palestras e escrevendo à mão anotações num pequeno caderno.

Da mesma forma, o diálogo entre Muniz Sodré e Roger Chartier, após a conferência de encerramento do congresso do Rio, realizada na Casa da Ciência da UFRJ, é outra imagem síntese que materializa as possibilidades dos diálogos sobre temas que atravessam lugares de saber (que afinal nunca são encarcerados) e de vivências.

As perguntas de Chartier e as respostas de Sodré (diálogo este que transcrevemos no final do texto da conferência de Muniz Sodré), naquela manhã de encerramento do evento, num auditório igualmente lotado, ficarão na lembrança de quem lá esteve, como síntese das muitas pontes construídas entre territórios que são, antes de tudo, reflexivos, lugares de saberes.

E a partir da fixação da transcrição do diálogo entre esses dois teóricos importantes na produção de reflexões das trilhas humanas na História e na Comunicação, quem sabe, esse breve texto pode um dia vir a ser, na confluência temporal da história, documento para um futuro possível e desejado.

Outro ponto a ser destacado é a reflexividade concernente à importância dos projetos internacionais no contexto de produção de uma ciência compartilhada, o que nos proporcionou reunir em dois grandes eventos pesquisadores consagrados de Brasil, França, Espanha, Cabo Verde, Moçambique, Nigéria e África do Sul.

*Ana Regina Rêgo
Marialva Barbosa*

CAPÍTULO 1

Mutações dos Mídias e Dimensões do Tempo: História e Presente da Desinformação²

Roger Chartier

Sou historiador da primeira modernidade ocidental, entre os séculos XV e XVIII. Tenho trabalhado particularmente sobre a história dos livros, dos textos, da cultura escrita e da leitura – ou, melhor dizendo, das leituras. É a partir desta abordagem que queria discutir o tema fundamental da desinformação, esta desinformação proliferante que desafia todos os conhecimentos baseados sobre a produção, a circulação e as apropriações de saberes verdadeiros. São assim ameaçados a informação médica sobre as pandemias, o conhecimento científico das crises climáticas e ambientais, a história entendida como representação verdadeira do passado ou a política democrática fundada desde a Grécia antiga sobre o raciocínio racional e a ligação entre prova e retórica.

Para um historiador, o tema da desinformação se situa em duas perspectivas contraditórias. A primeira considera o fenômeno como um invariante trans-histórico. É assim que o define Robert Darnton num ensaio famoso publicado pelo *New York Review of Books*, em fevereiro de 2017, *The True History of*

2 Conferência de abertura dos eventos realizados na UFRJ e na UFPI.

Fake News, que começa com a afirmação: “Na longa história da desinformação, o atual surto de notícias falsas já tem um lugar especial. Mas a invenção de fatos alternativos não é nada rara, e o equivalente aos textos e tweets venenosos e curtos de hoje pode ser encontrado na maioria dos períodos da história, remontando aos antigos”³. O artigo (que foi publicado no mesmo mês em português pela *Folha de S. Paulo* e, em francês, no *Le Monde*) enfatizava a permanência da desinformação: “Ao longo da história encontramos o equivalente à atual epidemia de ‘notícias falsas’”. Darnton localizava o auge da circulação das falsas notícias no século XVIII. Em Londres, “a produção de pedaços de informações seja falsa ou bem parcialmente verdadeira ou autênticas atingiu seu auge na Londres do século XVIII, quando os jornais começaram a ter um grande número de leitores”. As falsas notícias circulavam desde a oralidade até o impresso: os periodistas “recolhiam boatos e fofocas nos cafés e, em seguida, rabiscavam algumas frases em um pedaço de papel que entregavam aos editores, os quais as inseriam no primeiro espaço disponível em uma coluna de um jornal em curso de composição tipográfica”. Em Paris, a situação era diferente, já que a censura proibia a difusão de semelhantes notícias. Contudo, elas se espalhavam de boca a boca, pelas canções e poemas, pelas gazetas manuscritas e também, apesar da censura pelos

3 Robert Darnton, “The True History of Fake News”, *The New York Review of Books*, 13/2/2017; “Entrevista. Notícias falsas existem desde o século VI”, *Folha de São Paulo*, 19/2/2017; “Tribune. On retrouve tout au long de l’histoire l’équivalent de l’épidémie actuelle de “fake news”, *Le Monde* 20/2/2017.

jornais impressos, fora do reino. Darnton concluía que tanto no século XVIII como hoje, a circulação das notícias falsas era capaz de agitar a opinião pública e, também, como aconteceu no tempo da revolução, de produzir consequências trágicas.

Podemos localizar a permanência das notícias falsas no quadro mais amplo das falsificações históricas. Num livro tornado clássico, *Forgers and Critics*⁴, Anthony Grafton identifica os diversos momentos e objetivos da produção de falsos documentos. Entre os séculos IV e II antes de Cristo, atestavam a antiguidade das cidades e dos santuários; fundamentavam a superioridade filosófica ou religiosa de uma seita sobre a antiguidade de um texto revelado; ou multiplicavam os apócrifos literários. Na Idade Média, as falsificações justificavam um privilégio ou uma soberania (é o caso, por exemplo, da famosa falsa doação do Imperador Constantino, justificando o poder temporal do Papa sobre o Império Ocidental). No Renascimento, falsas crônicas distorciam as realidades históricas, ou, no século XVIII, se multiplicaram as falsificações literárias em língua vernácula tal como os poemas de Ossian, supostamente “traduzidos” por James Mcpherson, ou os poemas de Thomas Rowley, supostamente “descobertos” por Thomas Chatterton. Seria possível completar esta cronologia das falsificações com os falsos documentos dos séculos XIX e XX: por exemplo, os antissemitas *Protocolos dos Sábios de Sião*⁵.

4 Anthony Grafton, *Forgers and Critics. Creativity and Duplicity in Western Scholarship*, [1990], New Edition, With a Foreword by Ann Blair Princeton, Princeton University Press, 2019.

5 Carlo Ginzburg, *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*, [2006], São Paulo, Companhia das Letras, 2007, Capítulo 10, “Representar o inimigo. Sobre a pré-história francesa do *Protocolos*”, pp. 189-209.

Historicamente diversas em seus objetivos particulares, as falsificações se remetem, contudo, a motivos universais, tal como a busca de um proveito, a imposição de uma verdade alternativa ou a demonstração de uma competência erudita, que pode enganar até mesmo os eruditos. Assim, são os mesmos autores que podiam ser, alternadamente, falsificadores e críticos. Erasmo, rigoroso censor dos textos apócrifos, também escreveu um tratado que atribui a São Cipriano. Mais recentemente, a busca do proveito econômico e a “húbris” do engano se juntaram na fabricação de um exemplar falsificado do *Sidereus Nuncius* de Galileu, com cinco desenhos da lua, supostamente feitos pelo próprio Galileu⁶.

Na longa duração das falsificações e das falsas notícias não aparece a palavra “desinformação”. O dicionário *Merriam-Webster* localiza na Rússia soviética nas décadas vinte e trinta a invenção da palavra “*dezinformácija*” e do verbo “*desinformírovat*”, definida na *Grande Enciclopédia Soviética* como “uma informação sabida como falsa que é transmitida secretamente a um inimigo”. O *Merriam-Webster* indica: “A palavra inglesa “*desinformation*”, como tradução da palavra russa, parece ter sido introduzida em um artigo escrito para o *Saturday Evening Post*, publicado o dia 22 de abril de 1939 por Walter Krivitsky, um oficial da inteligência soviética que desertou em 1937 e se mudou para os Estados Unidos no ano seguinte”. As definições

6 Nick Wilding, *Faussaires de Lune. Autopsie d'une imposture, Galilée et ses contrefacteurs*, Paris, Bibliothèque Nationale de France, 2016; Nicholas Schmidle. “A very rare book”, *The New Yorker*, 8/12/2013.

e exemplos propostos pelo *Oxford English Dictionary*, todavia, enfatizam esta dimensão da desinformação como instrumento de propaganda e como técnica de persuasão das agências secretas, CIA ou KGB, para enganar os adversários ou inimigos. E o mesmo ocorre no *Dicionário da Academia Francesa*: “*Désinformation*: Ação específica ou contínua que consiste, utilizando todos os meios, em induzir um adversário em erro ou promover a subversão nele, com o objetivo de enfraquecê-lo”.

Os dicionários de língua portuguesa vinculam a desinformação com a falsidade. *Michaelis, Dicionário brasileiro da língua portuguesa*: “Desinformação: Dados falsos que induzem ao erro”; *Dicionário Online de Português*: “Desinformação. Informação inverídica ou errada que é divulgada com o objetivo de induzir em erro”; *Dicionário Priberam*: “Desinformação. Informação contrária à verdade, capaz de confundir ou induzir em erro”. Assim, a noção de “desinformação” nos obriga a refletir sobre o seu contrário: a verdade e suas condições de possibilidade.

Foucault, no *Ordem do discurso*, que foi sua aula inaugural no *Collège de France* em 1970, propõe duas definições de verdade: a verdade como propriedade do discurso e a verdade como conhecimento comprovado⁷. A vontade de verdade era para ele um dos três dispositivos encarregados de limitar a proliferação dos discursos e, talvez, o mais fundamental, por-

7 Michel Foucault, *L'ordre du discours*, Paris, Gallimard, 1971. Tradução: *A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970*, São Paulo, Edições Loyola, 1996, pp. 13-21.

que justifica dois outros: a censura dos discursos proibidos e a rejeição das palavras dos loucos. Segundo Foucault, a vontade de verdade proclamada por certos discursos foi “como uma prodigiosa maquinaria” que “tende a exercer sobre os outros discursos uma espécie de pressão e como um poder de coerção”. Assim a literatura, a economia política ou o sistema penal tiveram que submeter-se à sua exigência.

Foucault localiza em Platão a ruptura decisiva que desloca a verdade do “ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação à sua referência”. Em consequência, a verdade se encontra intimamente ligada aos usos da linguagem e não exige de modo algum a prova de sua adequação ao que foi ou ao que é. Foucault constata: “Tudo se passa como se, a partir da grande divisão platônica, a vontade de verdade tivesse sua própria história, que não é a das verdades que constroem”.

Porém, na mesma palestra, Foucault encontra estas “verdades que constroem”, quando reconhece sua dívida em relação ao trabalho de Georges Canguilhem e à história da ciência entendida como “um conjunto ao mesmo tempo coerente e transformável de modelos teóricos e de instrumentos conceituais”. Nessa perspectiva, a atenção se desloca desde os dispositivos discursivos da vontade de verdade para as operações que asseguram a produção do conhecimento verdadeiro. Na tradição da epistemologia histórica francesa, identificar a historicidade dos conceitos e dos instrumentos que produzem os saberes não é recusar sua capacidade de produzir o conhe-

cimento racional de seus objetos. É o que mostra a distinção entre “ciência” e “pseudo-saberes” ou “ideologia científica” proposta por Georges Canguilhem em seu último livro *Ideologia e racionalidade na história das ciências da vida*⁸. A ciência não é, contudo, o conhecimento do Ser eterno: “A veracidade, ou falar verdade da ciência, não consiste na reprodução fiel de qualquer verdade inscrita desde sempre nas coisas ou no intelecto. O verdadeiro é a máxima do dizer científico. Como conhecê-lo? Pelo fato de que não foi afirmado aprioristicamente. Uma ciência é um discurso regulado pela retificação crítica”⁹.

É a mesma perspectiva que caracteriza os “science studies” no qual o relativismo metodológico (que inspira, por exemplo, o privilégio dado aos estudos de controvérsia) não deve ser entendido como ceticismo epistemológico. A distinção é afirmada tanto fortemente por David Bloor¹⁰, quanto por Simon Schaffer e Steven Shapin¹¹. A identificação da historicidade dos conceitos e dos instrumentos que produzem os saberes sobre a natureza ou os corpos não é contraditória com sua capaci-

8 Georges Canguilhem, *Idéologie et rationalité dans l'histoire des sciences de la vie*, [1977], Deuxième édition revue et corrigée, Paris, Librairie philosophique J. Vrin, 2009. Tradução: *Ideologia e racionalidade nas ciências da vida*, Lisboa, Edições 70, 1977.

9 *Ibid.*, pp. 24-25. Tradução, p. 20.

10 Interview de David Bloor, 2007, disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr>

11 Steven Shapin et Simon Schaffer, *Leviathan and the Air-Pump; Hobbes, Boyle and the Experimental Life*, [1985], Princeton, Princeton University Press, 2011.

dade para produzir uma relação cognitiva e instrumental com o real.

É também uma semelhante capacidade para produzir enunciados “científicos” que Michel Certeau atribui à história, entende-se por “científico” “a possibilidade de estabelecer um conjunto de regras que permitam ‘controlar’ operações destinadas à produção de objetos determinados”¹². São estas operações e regras próprias que permitem, não somente desmascarar as falsificações históricas, senão também rejeitar a suspeita de relativismo ou ceticismo que nasceu com a constatação de que a escrita da história mobiliza tropos retóricos e fórmulas narrativas compartilhados com as obras de ficção.

Uma mesma vinculação entre retórica e prova fundamenta toda a reflexão de Carlo Ginzburg¹³. Segundo ele, a “viragem linguística” ou mais exatamente “retórica” nos anos 70 do século XX, que reduziu a história à sua dimensão narrativa ou retórica, afirmou que o conhecimento que produzia não era diferente do conhecimento procurado pelas ficções: “a historiografia, assim como a retórica, se propõe unicamente a convencer; o seu fim é a eficácia, não a verdade; de forma não diversa de um romance, uma obra historiográfica constrói um mundo textual autônomo que não tem nenhuma relação demonstrável com a realidade extratextual à qual se refere; textos historiográficos

12 Michel de Certeau, *L'écriture de l'histoire*, Paris, Gallimard, 1975. Tradução: *A escrita da história*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982, Capítulo II, « A operação historiográfica », p. 56, nota 5.

13 Carlo Ginzburg, *Relações de força. História, retórica, prova*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002, pp. 13-45

e textos de ficção são auto-referenciais tendo em vista que estão unidos por uma dimensão retórica”.

Ginzburg estabelece a genealogia destas afirmações perigosas remontando a sua origem e as duas ideias fundamentais expressas por Nietzsche no seu ensaio, publicado postumamente, sob o título *Acerca da verdade e da mentira*. A primeira ideia considera que a linguagem é intrinsecamente poética e, por conseguinte, não pode nunca oferecer uma imagem adequada da realidade; a segunda afirma que “as verdades são ilusões das quais se esqueceu a natureza evasiva, são metáforas que se esgarçaram e perderam toda forma sensível”. Nesta perspectiva, a retórica é radicalmente auto-referencial. É uma técnica de convencimento que reduz a verdade a um conjunto de tropos que devem excitar as emoções. E tem sua história, que começa com os sofistas.

É contra a definição nietzschiana da retórica, retomada por filósofos da pós-modernidade (Paul de Man, Derrida, Barthes), que Ginzburg volta à *Retórica* de Aristóteles: “a identificação da prova como núcleo racional da retórica, defendida por Aristóteles, se contrapõe, decididamente, à versão auto-referencial da retórica hoje difundida, baseada na incompatibilidade entre retórica e prova”. Ginzburg encontra na obra de Aristóteles o rechaço da definição da retórica como apenas uma arte de convencer por meio das emoções, sem nenhuma relação com uma verdade documentada e comprovada.

Ainda que se possa discutir a interpretação de Ginzburg no que diz respeito à tradução da palavra “*pisteis*” no texto de

Aristóteles, oscilando entre “provas”, como traduz Ginzburg, e “meios de persuasão”, como preferem outros tradutores, e, também, no que se refere à importância, central ou marginal, das referências aos documentos escritos e testemunhos na retórica¹⁴, sua reflexão abre o caminho para afirmar a capacidade crítica da história para desvelar as falsificações e imposturas e para sujeitar as construções interpretativas a critérios objetivos de validação ou rejeição. Nessa perspectiva, uma reflexão sobre as condições que permitem construir discursos históricos, considerados como representações e explicações adequadas da realidade que foi e não é mais, é uma tarefa essencial e urgente. Isso é o que propõe o caminho aberto por Carlo Ginzburg entre relativismo cético e positivismo ingênuo: “As fontes não são nem janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes. A análise da distorção específica de qualquer fonte implica já um elemento construtivo. Mas a construção não é incompatível com a prova; a projeção do desejo, sem o qual não há pesquisa, não é incompatível com os desmentidos infligidos pelo princípio de realidade. O conhecimento (mesmo o conhecimento histórico) é possível”.

Em 1987, no seu livro *Os Assassinos da Memória*, Pierre Vidal-Naquet escrevia: “O historiador escreve e essa escrita não

14 Roger Chartier, *Editar e traduzir. Mobilidade e materialidade dos textos (séculos XVI-XVIII)*, São Paulo, Editora Unesp, 2022, Capítulo 1, « Dizer a verdade: retórica, fábula, história », pp. 26-38.

é nem neutra nem transparente. É modelada pelas formas literárias e até pelas figuras retóricas. [...] Resta o seguinte: se o discurso histórico não se ligasse por quantos intermediários quisermos ao que chamaremos, na ausência de um termo melhor, de real, continuaríamos no discurso, mas num discurso que deixaria de ser histórico”¹⁵. Em 1987, afirma a capacidade da história de enunciar a verdade do que era, para Pierre Vidal-Naquet, uma absoluta necessidade para desmascarar e denunciar as falsificações de outro universitário francês, Robert Faurisson, esse “Eichmann de papel”, como indica o subtítulo do livro, inspirador dos negacionistas que negavam a existência das câmaras de gás dos campos de concentração alemães e, portanto, negavam a própria realidade do genocídio perpetrado pelos nazistas.

Em 1987, Pierre Vidal Naquet tinha outra preocupação, desta vez epistemológica. Em carta dirigida a Luce Giard e publicada nesse mesmo ano em uma obra coletiva dedicada a Michel de Certeau, ele levantava a questão: “Nós o sabemos agora, o historiador escreve, ele produz o lugar e o tempo, mas ele próprio está em um lugar e em um tempo. [...] Em suma, Certeau nos faz sentir que a história é uma falta perpétua, e ele evidentemente tem razão. Mas não continua sendo indis-

15 Pierre Vidal-Naquet, *Les Assassins de la mémoire. Un “Eichmann de papier” et autres études sur le révisionnisme*, Paris, Éditions de la Découverte, 1987, pp. 148-149. Tradução: Os Assassinos da memória. Um “Eichmann de papel” e outros ensaios sobre o revisionismo, Campinas, Papirus, 1988, pp. 169-170.

pensável agarrar-se a essa velharia, ‘o real’, ‘o que realmente aconteceu’, como dizia Ranke, nos séculos passados?”¹⁶

O alvo aqui era a afirmação categórica de Hayden White, segundo a qual o uso, pela escrita da história, de figuras retóricas e de estruturas narrativas que também pertencem aos relatos de ficção obriga a considerar a história como uma “operação de fabricação de ficção”, uma “*fiction-making operation*”, que estabelece verdades que não são diferentes daquelas produzidas pelas obras de imaginação¹⁷. É contra essa identificação entre a verdade da ficção e a verdade da história que Pierre Vidal-Naquet lembrava que a tarefa própria do historiador é “empenhar-se em estabelecer fatos, fatos verificáveis e, no entanto, negados” (como no caso da Shoah ou da tortura durante a guerra da Argélia)¹⁸.

No mundo digital se apaga a distinção entre a vontade de verdade inscrita nos enunciados e as operações “controladas” que estabelecem um conhecimento comprovado. As investigações sociológicas mostram que a leitura dos textos eletrônicos, quaisquer que sejam, é uma leitura apressada, impacien-

16 Pierre Vidal-Naquet, « Lettre », in Michel de Certeau, sob direção de Luce Giard, Paris, *Cahiers pour un temps*, Centre Georges Pompidou, 1987, pp. 71-74, citação p. 72.

17 Hayden White, *Metahistory. The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe*, Baltimore e Londres, The Johns Hopkins University Press, 1973. Tradução: *Meta-História. A Imaginação histórica do século XIX*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1992) e *L'histoire s'écrit. Essais, recensions, interviews*, textos traduzidos e apresentados por Philippe Carrard, Paris, Éditions de la Sorbonne, 2017.

18 Pierre Vidal-Naquet, « Lettre », *op. cit.*, p. 72.

te. Favorece assim a falta de questionamento da verdade dos conteúdos lidos. Para os leitores das telas e os usuários das plataformas, a garantia de verdade se deslocou desde o exame crítico dos enunciados até a confiança cega no veículo da enunciação. E este deslocamento, que substitui a credulidade à crítica, que permitiu e permite a proliferação de falsificações manipuladoras, a imposição de “verdades alternativas”, das reescrituras enganosas do passado e a circulação das teorias mais absurdas. O perigo é grande para o conhecimento verdadeiro, que desde a cidade-estado grega, como mostrou Jean-Pierre Vernant, é a condição da deliberação e da decisão democráticas¹⁹. O que está em jogo é a capacidade de nossas sociedades de recusar a erosão dos critérios da verdade e o abandono do julgamento crítico, quando todas as relações com os escritos, quaisquer que sejam, são moldadas pelas leituras crédulas como são frequentemente aquelas das redes sociais.

O poder da desinformação não resulta somente do conteúdo das mensagens, mas também, e fundamentalmente, da crença na sua verdade pelos leitores que as recebem. Daí, a necessidade de uma reflexão sobre os mecanismos que produzem a crença. Podemos iniciar com o capítulo “Credibilidades políticas” no livro de Michel de Certeau, *A invenção do cotidiano*²⁰. Certeau desloca a “verdade” dos enunciados desde o

19 Jean-Pierre Vernant, *Les origines de la pensée grecque*, Paris, P.U.F., 1962. Tradução: *As origens do pensamento grego*, Lisboa, Rio de Janeiro, Difel, 1972.

20 Michel de Certeau, *L'invention du quotidien*, I, *Arts de faire*, UGE, 10/18, 1980. Tradução: *A Invenção do cotidiano. Artes de fazer*, Petrópolis, Editora Vozes, 2014, pp. 251-263.

conteúdo discursivo, possivelmente sometido aos critérios da prova, até a modalidade de sua recepção: “entendo por ‘crença’ não o objeto do crer (um dogma, um programa etc.), mas o investimento das pessoas em uma proposição, o ato de enunciá-la considerando-a verdadeira - noutros termos, uma ‘modalidade’ da afirmação e não o seu conteúdo”. No mundo sem Internet nem redes sociais de Michel de Certeau, duas realidades fabricavam a crença. Por um lado, a “floresta de narrativas jornalísticas, publicitárias, televisionadas, que, de noite, ainda introduzem as suas últimas mensagens sob as portas do sono”. Com isso, “a informação inerva e satura o corpo social”. Por outro lado, a crença nasce da credibilidade dos simulacros que se apresentam como presentificando o real: “O real contado dita interminavelmente aquilo que se deve crer e aquilo que se deve fazer. A pessoa tem que se inclinar, e obedecer àquilo que ‘significam’ como o oráculo de Delfos. A fabricação de simulacros fornece assim o meio de produzir crentes e, portanto, praticantes”.

Se a crença pode se definir como uma categoria filosófica e antropológica invariante, as condições da produção da credibilidade e da credulidade têm uma história. No século XVIII, se remetiam à circulação das palavras orais, dos escritos manuscritos ou dos textos impressos. No século XX, são as novas mídias (rádio, televisão, cinema) que asseguravam sua força de persuasão. Em ambas situações, a persuasão encontrava reticências. Robert Darnton indica no que diz respeito às notícias falsas na França do século XVIII: “Embora esse tipo de notícia

fosse capaz de agitar a opinião pública, as pessoas requintadas sabiam que não deviam levá-las ao pé da letra”. E no século XX, Richard Hoggart mostrou a relação ambivalente, contraditória dos leitores ou ouvintes populares na sua recepção das notícias da rádio ou dos periódicos²¹. A partir de sua própria experiência, caracterizava esta relação com jornais, revistas, horóscopos, folhetos, como se o prazer de crer, a “*suspension of disbelief*”, se encontrasse associado com a lucidez enquanto impossibilidade ou falsidade do acreditado. Assim, categorias logicamente contraditórias eram paradoxalmente associadas, como se a crença experimentasse eclipses, como se a aceitação da ficção não apagasse a clarividência.

No mundo digital parece mais improvável a possibilidade de semelhante distância incrédula dos crentes. Uma primeira razão é a continuidade morfológica entre as diferentes categorias de discurso: mensagens das redes sociais, informações ou desinformações dos websites, livros ou artigos eletrônicos. Desaparece, assim, a percepção de sua diferença a partir de sua materialidade própria e se apagam tanto os procedimentos tradicionais da leitura, que supõem a compreensão imediata, graças à sua forma publicação, do tipo de conhecimento que o leitor pode esperar de um texto, quanto a percepção das obras como obras em sua identidade, totalidade e coerência.

21 Richard Hoggart, *The Uses of Literacy. Aspects of Working-Class Life with Special Reference to Publications and Entertainments*, 1957. Tradução: *As utilizações da cultura. Aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos*, Lisboa, Presença, 1973.

Uma segunda razão do poder da desinformação remete ao apagamento da totalidade textual e, por consequência, do sentido da obra e do escrito. Sobre a superfície luminosa da tela aparecem fragmentos textuais sem que se possa perceber imediatamente os limites e a coerência do texto ou do *corpus* (livro, número de revista ou de periódico) de onde são extraídos. A leitura descontínua, segmentada, dos textos digitais, com a autonomia aos fragmentos, transformados em unidades textuais descontextualizadas. Um fragmento não tem o mesmo sentido quando está acompanhado pela percepção da totalidade textual contida no objeto escrito, tal como a propõe a materialidade do livro, e quando se desata o laço visível entre o fragmento e a totalidade da qual era ou é um fragmento. Talvez, no mundo digital é a noção mesma de fragmento que se torna problemática já que um fragmento supõe sempre a percepção de uma totalidade, presente ou desaparecida. A revolução da comunicação eletrônica foi, ao mesmo tempo, uma revolução da técnica de produção e reprodução dos textos, uma revolução da materialidade e da forma de seu suporte e uma revolução das práticas da apropriação. Estabeleceu, assim, uma nova ecologia da escrita.

Os perigos desta nova ecologia são amplificados pelos riscos potenciais da “inteligência” artificial. No seu livro recente, Ana Regina Rêgo caracteriza assim esses perigos: “esses riscos incluem segurança cibernética e violações da privacidade, manipulação e uso prejudicial da tecnologia, perda de empregos e

desqualificação, falha do sistema, erosão dos direitos humanos e informações imprecisas”²².

Nos convida também a considerar a noção de inteligência artificial como um oxímoro. Tradicionalmente, se define a inteligência não somente como um modelo de raciocínio lógico que pode reproduzir uma máquina, como também como a capacidade humana de compreender, domar, aproveitar situações particulares. Assim, as definições da inteligência artificial enfatizam a característica de uma inteligência que pode “simular” a inteligência humana em seus procedimentos de raciocínio e aprendizagem. Contudo, as definições não se limitam a essas operações cognitivas. No *Dicionário Aurélio*, o primeiro sentido de inteligência é a capacidade de “adaptar-se” e o segundo, “destreza mental, agudeza, perspicácia”, o que implica a curiosidade, os afetos, as emoções, os sentimentos próprios aos seres humanos. Daí as possíveis reticências frente à expressão “inteligência artificial” e a preferência para outras formulações, tais como “informática algorítmica” ou “inteligência auxiliar”.

As promessas e os perigos da inteligência artificial se tornaram, nos últimos anos, preocupação fundamental. Me parece que para compreender a inteligência artificial generativa devemos distinguir dois desafios. O primeiro se liga com a produção automática dos textos e das imagens. Começou a discussão ou a inquietude com as traduções automáticas que, quan-

22 Ana Regina Rêgo, *A Seta do Tempo. Plataformas, Inteligência Artificial e Desinformação*, Rio de Janeiro, Mauad Editora, 2025, p. 41.

do usadas pela edição, limitam o papel dos tradutores à revisão de um texto já traduzido. As traduções automáticas obrigam a pensar a diferença entre a tradução como estrita equivalência linguística e a tradução como compreensão e transposição de uma originalidade estilística ou, para citar Paul Ricœur, como uma forma de hospitalidade que acolhe o outro enquanto aceita “a diferença inevitável” entre os idiomas²³.

No caso da tradução, a inteligência artificial se apodera de um texto já existente. Não é o mesmo caso com a produção de conteúdos originais, mobilizando os imensos recursos dos bancos de dados oferecidos pelas bibliotecas digitais e pelos arquivos da Internet. Exemplos espetaculares se multiplicaram: composição de uma décima sinfonia de Beethoven, fotos falsificadas, plágios. E nem sempre é fácil detectar estas falsificações já que a IA é capaz de fornecer paráfrases, e não reproduções literais, de textos existentes para ocultar sua origem. Benoît Sagot observa: “A confiabilidade das informações transmitidas por ChatGPT continua sendo um grande desafio. Como as fontes muitas vezes nem são mais citadas, o espírito crítico deve ser exercitado ainda mais intensamente para analisar as respostas em si, e não as fontes e sua confiabilidade. Tanto mais que a qualidade linguística das respostas, a autoridade que emana de seu estilo e o fato de que são geralmente de altíssima qualidade inspiram confiança e podem diminuir

23 Paul Ricœur, *Sur la traduction*, Paris, Bayard, 2004. Tradução: Sobre a tradução, Belo Horizonte, Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

o pensamento crítico”²⁴. Além disso, devemos recordar que as produções de inteligência artificial generativa dependem dos arquivos digitais disponíveis com suas desigualdades linguísticas, suas informações errôneas e os preconceitos raciais ou sexistas que caracterizam massivamente as comunicações das redes sociais.

Para dissipar a ilusão de uma presença humana nos textos produzidos automaticamente, se pode ou deve respeitar algumas normas éticas e regras jurídicas indicando a origem (humana ou não) dos textos e das imagens, a responsabilidade dos produtores de conteúdos e a proteção da propriedade e da privacidade dos dados pessoais. Normas e regras podem estar estabelecidas por leis e regulações, a nível nacional ou internacional, por instruções das sociedades científicas e dos editores, ou por contratos (por exemplo a opção do “opt-out” com a qual um autor proíbe a livre disposição de suas obras nos arquivos digitais).

Um segundo desafio lançado pela inteligência artificial apaga a existência mesma dos textos escritos como fonte fundamental do conhecimento. O ChatGPT desloca a busca das informações desde a leitura do livro ou da revista até uma conversa com a ilusão da presença de um interlocutor humano nesse diálogo. Semelhante ilusão pode se tornar mortífera. Como escreve Mathias Dufour numa tribuna recente no jornal

24 Benoît Sagot, *Apprendre les langues aux machines*, Leçon inaugurale du Collège de France, Paris, Editions du Collège de France, 2024 (Tradução do autor).

Le Monde: “Nossa tendência ao antropomorfismo nos leva, inconscientemente, a tratar a IA como um ser humano e, portanto, a criar laços com ela. Isso a torna mais insidiosa: como ela fala ‘como um ser humano’, esquecemos que ela não é um ser humano. Como ela simula apoio, amizade e amor, atribuímos a ela emoções que ela não tem. O suicídio, em fevereiro de 2024, de um adolescente americano de 14 anos, Sewell Setzer, após um relacionamento afetivo com um chatbot sem o conhecimento de seus pais, soou como um trágico alerta”²⁵. Mais recentemente, os pais de um adolescente californiano de 16 anos que cometeu suicídio na primavera entraram com uma ação judicial contra a OpenAI no dia 26 de agosto de 2025. Eles acusam o assistente ChatGPT de ter fornecido ao filho instruções detalhadas para tirar a própria vida e de ter incentivado o ato²⁶.

Entendido como um instrumento eficaz para detectar as preferências dos usuários, a inteligência artificial se torna, num contexto menos trágico, um poderoso fator de redistribuição das tarefas e de redefinição dos ofícios na produção textual. Em cada uma dessas dimensões promete possibilidades sedutoras, mas também ameaça os conceitos fundamentais da cultura escrita definida a partir do século XVIII pela ligação entre as noções de originalidade da escrita, de responsabilidade autoral e de propriedade intelectual. Essas noções se opõem, ter-

25 Mathias Dufour, “Tribune. L’IA conversationnelle devient chaque jour plus influente dans la vie dos adolescents”, *Le Monde*, 01/09/2025.

26 “A Teen was Suicidal. Chat GPT Was the Friend He Confided In”, *The New York Times*, 26/08/2025, and “Parents of teenager who took his own life sue Open AI”, *BBC News*, 27/08/2025.

mo a termo, com a disponibilidade pública dos escritos, com o anonimato da escrita automática e com o reuso de textos já escritos. Assim, a revolução dos agentes conversacionais é não somente uma revolução técnica do acesso à informação, tal como foram o aparecimento da escritura, a invenção da imprensa. Talvez, a revolução da internet seja também, e sobretudo, uma ruptura radical com as categorias mais essenciais que fundamentaram nossa ordem dos discursos, da informação e do conhecimento.

Então, há sérios motivos para o medo do futuro. No entanto, existem razões para não desesperar. Os dados sobre os efeitos da desinformação são contraditórios. Por um lado, no caso da Covid-19, as campanhas contra a vacinação não impediram uma vacinação massiva. Com certeza, a desinformação antivacina e o negacionismo científico foram poderosos instrumentos de morte²⁷. Porém, como escreve Ana Regina Rêgo, “inúmeras pesquisas realizadas no Brasil entre o final de 2020 e o final de 2022 apontaram para um crescente número de brasileiros que, apesar da desinformação, optaram por se vacinar contra a covid-19, embora o número dos que não se vacinaram seja grande, principalmente diante de quase 700 mil mortos pela doença; [...] Em termos gerais, a população do Brasil responde de modo positivo à vacinação, tendo em vista a cultura de imunização construída ao longo das últimas décadas”²⁸.

27 Arthur Coelho Bezerra, *Miséria da Informação. Dilemas éticos da era digital*, Rio de Janeiro, Garamond, 2024, Capítulo 6, « Desinformação, ódio, negacionismos » pp. 78-81.

28 Ana Regina Rêgo, *A Seta do Tempo*, op. cit., p. 123.

Mas, por outro lado, uma pesquisa francesa recente da *Fondation Jean Jaures* mostra que 78% dos franceses nunca usam o termo “desinformação” e que 55% pensam que a luta contra a desinformação é uma forma de censura das ideias e uma restrição da liberdade de expressão. Assim, conclui a pesquisa: “Existe um risco considerável de que os esforços para combater a desinformação possam, paradoxalmente, reforçar a desconfiança em relação às mídias tradicionais”²⁹. E esta desconfiança ameaça as informações verdadeiras recebidas como outras notícias falsas.

Para manter a força das verdades, provadas, verificadas, exigem-se fortes iniciativas. Nas escolas, a prática educativa deve considerar a tecnologia digital não só como uma ferramenta para o ensino, mas sobretudo como objeto de um ensino específico, mostrando tanto suas magníficas possibilidades quanto seus perigos; tanto suas premissas, quanto suas perversões. Fora da escola, é a construção de comunidades de comunicação que afrontam o proliferante universo da desinformação, ou é a proposta de redes e plataformas alternativas que permitem, talvez, afastar ou domar nossa ansiedade frente a um futuro que é já nosso presente.

29 Guillaume Caline, Laurence Vardaxoglou, *Regards des Français sur la lutte contre la désinformation*, Fondation Jean Jaurès, 05 /11/ 2024, <https://www.jean-jaures.org/publication/regard-des-francais-sur-la-lutte-contre-la-desinformation/>

CAPÍTULO 2

A fome e a Africanidade entre nós³⁰

Muniz Sodré

A fome, a questão da fome, se desloca nesta reflexão para a Africanidade entre nós. No entanto, a questão da fome é alguma coisa que me acompanha desde a infância, no interior da Bahia. Eu sou da Bahia, do interior, de Feira de Santana, chamada de Boca do Sertão, rota dos flagelados da seca e da fome rumo ao sul do país.

Eu era menino, em Feira de Santana, e via passar os chamados Paus de Arara, famílias inteiras agarradas àquele pau em cima dos caminhões que iam para São Paulo. Foi isso que me levou, desde criança, a reverenciar o trabalho e os livros de Josué de Castro, assim como a economia política de Celso Furtado, que tive a honra e o prazer de conhecer.

Mas, o que ficou gravado na minha memória, mais do que os textos teóricos de Josué de Castro, foi a força descritiva das *Vidas Secas* de Graciliano Ramos³¹. É um livro que, até hoje, leio e releio e tenho, na memória, a saga da cachorra Baleia com os retirantes. É extraordinário: é sobre o sertão baiano, sobre o sertão nordestino. Então, para mim vida seca não é

30 Texto revisado por Marialva Barbosa a partir da gravação da conferência de encerramento do I Congresso Internacional de Enfrentamento à Fome e à Desinformação. As notas explicativas foram também acrescentadas pela revisora.

31 Ramos, Graciliano. *Vidas Secas*. Rio de Janeiro: Record, 2019. A primeira edição foi publicada pela José Olympio, em 1938. Nota da revisora.

apenas a vida materialmente esfomeada, mas é também a vida espiritualmente carente. A vida é seca quando carente de espiritualidade.

Gostaria de tomar, portanto, essa expressão “vidas secas” como motivadora da distinção a caatinga sertaneja, que eu conheci, e o Recôncavo Negro baiano. Ou seja, falar primeiro da questão da caatinga e da fome, para depois falar do Recôncavo Negro baiano e da cultura negra baiana. A comida, assim, torna-se pretexto para o diferencial, a partir de um movimento que eu chamaria autoetnografia.

Eu morei a partir dos 14/15 anos em Salvador, na minha adolescência. Eu era um menino pobre da Bahia, mas morei numa casa de fazenda. Fazendeiros ricos, que deviam algo ao meu pai... Assim, eu morei numa casa de fazendeiros ricos, sertanejos ricos, e a cozinha da casa, onde eu comia, tinha uma cria da casa, preta, que era competente em capricho dos fazendeiros...

E esses caprichos oscilavam entre a tripa do porco, que eu gostava muito, o *mininico* de carneiro³² e a *quenga* de galinha³³,

32 Mininico de carneiro é um prato, ou melhor, uma iguaria feita com as vísceras (miúdos) do carneiro, fruto do aproveitamento integral do animal, comum no sertão. Às vezes se pronuncia e se escreve *meninico* ou *menico* (Nota da revisora)

33 Quenga de galinha é o termo popular, usado especialmente na Bahia, e se refere à forma caseira de preparar uma galinhada ou ensopado de galinha, com a galinha caipira. É feita normalmente em panela de ferro ou de barro, o que valoriza o sabor da galinha caipira (Nota da revisora).

o que era, na época, bem sertanejo. Na cozinha não entrava azeite de dendê. Azeite de dendê era coisa de preto, como nós; não era coisa de sertanejo.

Não entrava sequer azeite de oliva, que a gente chamava azeite doce. Na cozinha reinava o toucinho e a banha. Por quê? Porque a caatinga nordestina não tinha demandado nem mãos nem pés africanos. Exceto alguns boiadeiros tardios. Mas a caatinga não tinha demandado gente preta. Por isso, o fogão de casa de rico fazendeiro ficava longe das cidades que eu chamo da Costa do Dendê, na Bahia. Valença, Ituberá, Itaperuna, Nilo Peçanha, isto é, a rota do dendê, ficavam longe daquela cozinha. Ficavam longe o caruru, o vatapá, a moqueca, que são as tentações votivas do Recôncavo. Comida sagrada, cara aos santos da minha comunidade, o candomblé. Então, por que eu estou falando tanto em comida? É porque a comida escreveu a história do povoamento do semiárido baiano.

Isto é, gente de letra, gente letrada ou gente de treta, que era a gente preta, tinha na ponta da língua o mapa do deslocamento. Assim, de Garcia D'Ávila ia-se para o Piauí, seguindo as boiadas pela rota de Juazeiro; fosse também Chique Chique ou Bom Jesus da Lapa, todos demandavam o São Francisco, o rio São Francisco, que chamavam de Velho Chico. Assim, os tropeiros, os boiadeiros ocuparam o oeste da Bahia pelas duas margens do rio São Francisco, o Velho Chico, até chegarem ao sudoeste da Bahia.

Eu diria que foi uma ocupação branda. Uma ocupação que não teve guerras com índios, não tinha também guerras com

os loucos de Deus, os loucos de deuses fanáticos. Não havia guerras, portanto, que conflagrassem os broncos, digamos, a turma dura, a turma do fuzil de repetição e da faca. Era uma saga remansosa, o que dava para que a gente rústica caísse no gosto de experimentar ou de inventar comidas, que não comidas negras. Eram outras comidas.

Por mais magro que fosse, mais mirrado que fosse o gado na caatinga, era esse gado que ia das grandes fazendas para as grandes cidades, como era Salvador e que ninguém na Bahia chamava de Salvador. Nós sempre chamamos de Bahia. Por quê?

Talvez porque seja uma coisa de negro malê e pouca gente sabe disso. Porque Bahia com H, não é a baía geográfica. A Bahia geográfica é com i. Essa Bahia com H é árabe. Então, os malês diziam assim: “Salvador al Bahia”. E Bahia quer dizer magnífica. Portanto, “Salvador magnífica”. Esse H, na pronúncia, é aquele “ra” árabe. É a magnífica para os árabes.

Feito este adendo, voltamos aos arrojos gastronômicos da Bahia (Salvador), sertanejos, e não negros, que dominavam a cozinha dos abastados. O que ocupava o trono? A carne de sol, a carne de sol e de boi, de excelente qualidade. Mas, nesta casa que eu vivi e que era muito rica (eu morava no porão), se cortejava tudo que rimasse com gado. Então tinha os afogados, tinha os ensopados, tinha os enrolados, tinha os guisados, tinha os acebolados, tinha os assados. E a comida de domingo? A comida de domingo era abençoada. O domingo era abençoado pelos bifés do coronel.

Não sei se alguém aqui conhece os bifés do coronel. Eram pequenos, eram redondos e cobertos com requeijão derretido ali no forno. Era muito bom. Os bifés eram coroados com malaguetas maduras e se serviam com angu de farinha. Farinha de guerra, que era o nome correto desta farinha.

Às vezes quando o dono e a dona da casa vinham comer, me davam um pedacinho de fígado de jabuti, que é uma das coisas mais gostosas para comer, o fígado do cágado ou do jabuti. O que estou descrevendo, portanto, é o universo da gente que mandava. Os “mandachovas”. Esse era o universo dos donos das terras, os grandes fazendeiros. Já o roceiro, o camponês ou quem estivesse destinado a ser retirante, os “paus de arara”, comiam farinha pura com um pedaço de carne seca.

Nos carros de paus de arara, dos flagelados, era fincado um pau na carroceria, para as pessoas segurarem e não caírem. E, no meio, às vezes, eu buscava um saco de farinha. Este saco tinha pequenos pedaços de carne seca no meio da farinha, para dar gosto. Eles comiam, assim, um punhado de farinha com a ilusão da carne seca.

Portanto, as comidas a que estou me referindo era uma miragem para o sertanejo. Toda a comida que eu descrevi existia, eu comia, mas era miragem, coisa da terra imaginária de São Saruê, que era a terra mítica. A terra de São Saruê. Onde Antônio Conselheiro dizia que brotavam rios de mel e ribanceiras de cuscuz. Mas o Recôncavo baiano, que era a África transplantada, era outra coisa.

Porque se tratava de outro povo. Um povo, portanto, que comia diferente. Quando o povo come diferente, nós temos a

melhor definição (melhor do que as definições da ciência política) deste outro povo. É, come diferente...

Porque o povo não é multidão, não é aglomeração, povo é um princípio, um princípio que se diferencia: povo é um princípio político. Isso faz ressoar em mim, entre nós, hoje, a frase do abolicionista Joaquim Nabuco: “os negros deram o povo Brasil”. É uma frase referida a um outro perfil identitário. Outro padrão civilizatório e não apenas cultural.

Outro padrão civilizatório que aqui chegou com a diáspora escrava. Chegou com a escravidão, sob a égide colonialista do *ethnos*. Ou seja, o povo da África que aqui chegou nunca foi o *demos* da democracia. Sempre foi *ethnos* para o étnico, para a etnografia.

Embora as pessoas que chegaram se referissem a si próprios como nações: a nação mina, a nação nagô, a nação jeje, a nação bakongo. E eu digo que nação aqui é uma classificação mais próxima de etnia, que é, diferente, portanto, da noção e do sentido europeu da palavra nação. Povo, portanto, não tem o mesmo sentido gerido pelo liberalismo europeu, porque povo, nós estamos entendendo aqui, como identidade civilizatória.

Eu retomo aqui a definição de nação de Ernest Renan³⁴, que definia nação como um princípio espiritual. Eu gosto. Eu

34 Ernest Renan (1823-1892), filósofo francês foi, entre diversas outras atividades, professor de hebraico e administrador do Collège de France. Sobre sua definição de nação, conferência realizada na Sorbonne,, em 11 de março de 1882, sob o título “O que é uma nação”. Disponível em <https://unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf>. (Nota da revisora).

gosto tanto de Renan, como da definição: “princípio espiritual”. É o que acontece com os povos e as nações da diáspora africana no Brasil, como ocorria também em outras regiões das Américas para diferenciar as etnias ou as tribos, digamos assim, ameríndias. Portanto, vou me permitir recordar agora a chegada dessas nações.

Do século XVI até o século XVII, em Salvador, então capital do Brasil, as principais eram as nações do grupo linguístico banto. Vinham majoritariamente da África Sub-Equatorial: vinham os *ambundos*, os *bakongos*, que predominaram na Bahia e que restam em Cachoeira. Já os *ovimbundos* (de Angola) tinham presença mais forte em São Paulo, Minas Gerais e no Rio de Janeiro. E hoje são inequívocas as marcas culturais deixadas pelos bantos em irmandades católicas e em religiões tradicionais que são sintetizadas nos candomblés de Angola e Congo e em ludismos³⁵ populares. São sobrevivências que homenageiam os bantos, já que eu, na verdade, sou de casa nagô, descendente, por parte de pai, de Negra Nagô, minha avó. Isso por parte de pai, mas por parte de mãe, meu avô era índio do Recôncavo e minha avó Sebastiana era cigana.

Mas a partir da segunda metade do século XVIII, quando o tráfico começou a privilegiar a África Super Equatorial, a Costa da Mina, a Baía do Benin, o Benin e a Nigéria predominavam. Essa massa escravizada era formada de enormes contingen-

35 Diferente dos provérbios, os ludismos ou ludismo verbal (do latim *ludus*, “jogo”) diz respeito ao uso da língua de forma criativa, explorando trocadilhos, rimas e subversão das normas existentes. (Nota da revisora).

tes humanos que vinham de regiões que hoje correspondem à parte da Nigéria e do Benim, por onde se estendiam nações, cidades-estados, exatamente como Atenas, na Grécia, também uma cidade-estado. Como o Império de Oyo, com cidades importantes como Oyo-Ile, Ifé, Ketu. Tudo isso constituía um complexo civilizatório, que se chamava pelos nomes genéricos de Yorubá, Nagô ou ainda Sudanês. O Sudão não estava exatamente aí, mas é que, em árabe, negro se diz *assuádi*, portanto, Sudão vem daí. Ou seja país de negros. Os reflexos culturais de tudo isso ficaram melhor delineados na Bahia. Esse complexo assinala um viés de supremacia por parte dos Jeje, dos Fon e dos Nagô.

O reconhecimento desse complexo civilizatório gerou mais estudos, inclusive por estrangeiros, que, de certo modo, são melhores do que os estudos de baianos, de cariocas ou de sulistas sobre os cultos. Roger Bastide, grande sociólogo francês, é um deles. Aliás, Bastide teve “posto” na minha casa de santo. Pierre Vergé, mesmo que não tenha a dimensão intelectual de Bastide, é outro muito importante.

É assim que se pode assinalar a presença na história brasileira, na história nacional, de um povo diaspórico. O povo de santo, no Brasil, é um povo diaspórico, que corresponde a um paradigma civilizatório distante do modelo europeu. Modelo europeu que é centrado nos poderes da organização capitalista e na centralidade cultural da escrita. A centralidade do livro, porque há livros, há escritas fora do livro e que são igualmente importantes. O livro é aquilo que um outro francês, quando

eu era diretor da Biblioteca Nacional e ele veio aqui e ficou meu amigo, dizia: “livro é aquilo que mora entre duas capas”. É ótima essa definição. É tudo que mora entre duas capas, com princípio, meio e fim.

Essa coisa tão simples e tão clara tem uma centralidade simbólica na cultura ocidental, a cultura do livro. Mas esse paradigma é, no entanto, distante do paradigma africano, que, no Brasil, é compartilhado por brancos negros. Essa divisão étnica aqui pouco importa.

Na verdade, isso nunca importou. E isso passou despercebido, por exemplo, dos modernistas paulistanos, ou seja, a indefinição de “povo nacional”. Claro que Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral fizeram especulações sobre a brasilidade, um termo machadiano, do qual gosto muito.

Mas viam o povo nacional como um amálgama caótico, anárquico em função das diferenças culturais, tipificados no personagem Macunaíma de Mário de Andrade, que era um herói, não um herói mau caráter, mas um herói sem caráter. É diferente ser mau caráter e não ter caráter. E esse povo diaspórico tem caráter forte.

A ética negra diaspórica é uma ética do caráter. É uma coisa difícil de encontrar nas religiões monoteístas. E esses fundamentalistas que atacam os cultos negros, essa gente não tem nenhum caráter.

O negro genérico da representação elitista destoa da diversidade humana da diáspora escrava. Não existe este negro

genérico. Esse negro que está lá no quadro de Tarsila do Amaral, esse só está no quadro... Os negros são diferentes.

Os negros que são majoritários nas últimas migrações maciças no Brasil correspondem a um complexo cultural em que as origens remontam à Nigéria, ao Togo e ao Benin e a um complexo de cidades, que formavam o Império de Ifé, o Império de Oió. Na região correspondente ao Benin, consolida-se a partir do século XVII, o Daomé, um dos reinos mais poderosos da África Ocidental.

Portanto, em termos históricos e em termos geográficos essas nações vinham da Costa da Mina, na África, que hoje abrange o Benim, a Nigéria e o Congo, e começaram a chegar ao porto de Salvador, na Bahia, em fins do século XVIII como moeda de troca africana, para aquisição de fumo, produzido no Recôncavo. Gentes que eram moeda de troca... Na Bahia se alguém portava fumo, recebia escravo, recebia negro.

Só que essa gente que veio não era escravo de campo ou escravo de cidade. Às vezes, eram príncipes, sacerdotes, gente de cidade. O primeiro terreiro de candomblé na Bahia, na verdade, foi fundado por uma princesa de Keto, filha do rei de Keto e que viveu na Bahia até os fins de seus dias. Não eram pessoas cultas: eram pessoas da elite africana. Oficialmente, portanto, é da mesma forma que o povo dito branco da imigração para o Brasil se caracteriza por divisões internas: têm os portugueses, os espanhóis, os italianos, os alemães etc.

Com a língua e os costumes diferentes, o povo dito negro da diáspora escrava é também internamente dividido por di-

ferenças linguísticas de origem e até o século XVIII, em Salvador, falava-se tupi, ovimbundo, quimbundo, quicongo e iorubá e foi essa língua que ficou entre os mais velhos do terreiro. Mas quando se ia a Cachoeira, por exemplo, tinha velhos que ainda falavam um pouco de ovimbundo, de quicongo. E mesmo entre os negros mais abastados em Salvador havia alguns que falavam árabe e falavam inglês. Os primeiros professores de piano da Bahia, até 1910, 1920, eram negros, malês que eram professores de piano e professores de matemática também. E era prova de prestígio ter dois pianos em casa. Isso fazia com que os fazendeiros baianos contratassem professores para dar aulas de piano para as filhas, as moças e meninas. O primeiro tradutor oficial de inglês da Petrobras, na Bahia, que eu conheci bem, era um negro.

Oficialmente, portanto, se tenta esconder a força civilizatória dos negros com argumentos de subalternidade cultural (não sabe escrever... não tem escrita). O domínio irregular da língua portuguesa existe. Mas certo domínio irregular da língua portuguesa não quer dizer suposta inaptidão técnica. Isso não existe.

A rejeição da cultura capitalista do trabalho existe. Mas quem é que gosta de trabalhar tomando porrada? Essa suposta inaptidão técnica é um grande erro da esquerda histórica brasileira que escreveu sobre os negros, como o grande intelectual brasileiro Caio Prado Júnior.

Na história econômica do Brasil, na história política do Brasil, Caio Prado Júnior disse que os negros não puderam nas

fábricas paulistas, porque não procediam para o meio técnico. Então, segundo ele, era mais fácil, digamos, tentar educar operários europeus.

Isso significa desconhecer totalmente a capacidade artesanal e técnica dos negros que nas próprias senzalas consertavam máquinas. E os negros que se tornaram joalheiros, alfaiates na Bahia, pedreiros, carpinteiros etc. vinham de regiões da África, a *Yorubáland*, que forjou o ferro. Forjou o ferro talvez antes mesmo da Europa.

A metalurgia existia entre os iorubás. Ògún, esse orixá que, eu acho, todo mundo conhece, que é o símbolo civilizatório, o símbolo da metalurgia. A espada de Ogum que está às vezes nas plantas, aquela espada chamada *agadá*³⁶, que está, às vezes, nas plantas, é a espada forjada pelos iorubás.

Portanto, não se justifica o argumento da inaptidão técnica. Mas há também a negação do negro pela ideologia facista da eugenia. A eugenia era o facismo cultural.

Num trabalho meu mais recente, o livro *o Facismo da Cor*³⁷, digo que o facismo não chegou ao Brasil nos anos 30 do século XX, com Plínio Salgado. Na verdade, o facismo chegou ao Brasil no final do século XIX, por via da eugenia e por via da Inglaterra-

36 “*Agadá* é o instrumento, a espada do Orixá Ogum, com que ele realiza sua característica de *Asiwaju*, o que vai à frente, abrindo os caminhos para que possa prosseguir e expandir-se o contínuo processo do existir”. LUZ, MARCO AURÉLIO. “Introdução.” *Agadá: Dinâmica Da Civilização Africano-Brasileira*, EDUFBA, 2020, pp. 19–24. <http://www.jstor.org/stable/10.7476/9786556303710.5>. (Nota da revisora).

37 Sodré, Muniz. *O fascismo da cor : uma radiografia do racismo nacional*. Petrópolis, RJ : Vozes, 2023.

ra. A eugenia foi o modo de infiltrar o facismo no Brasil através dos médicos, dos higienistas, dos jornalistas, enfim, das elites. Portanto, o facismo no Brasil precedeu o facismo político. E precedeu o racismo. Antropólogos brasileiros e higienistas previam a extinção dos negros no prazo de cem anos. Baptista Lacerda³⁸ apostava que em 100 anos todos os negros estariam extintos. É claro que ele morreu com a língua queimada!

Essa questão da “língua queimada” me obriga a fazer um adendo importante. A umbanda baiana dá muito valor a esta questão, a chamada volta do Cipó de Aroeira. No lombo de quem mandou, o Cipó de Aroeira volta batendo. Vocês viram os soluços do ex-presidente? Não lembram dele gritando e imitando os doentes de Covid que morriam asfixiados. É a volta do Cipó de Aroeira. É a volta da língua queimada!

Muitas vezes se subestimou a força de vida presente no paradigma civilizatório herdado da África, que foi um paradigma aqui reinterpretado pelas novas condições do território. Na verdade, são muito fortes os princípios simbólicos constituídos pelas divindades, pelos orixás, pelos voduns, pelos encantados, pelos caboclos. E essas divindades, Orixás, não são meros objetos santificados de crenças. São princípios de territorialização, são princípios de afirmação da continuidade da existência. E é isso que está em jogo nas casas de Candomblé. A continuidade da existência. E essa não é uma interpretação minha.

38 João Baptista de Lacerda, um dos mais importantes representantes da “tese do embranquecimento”, foi o cientista eleito, em 1911, para representar o Brasil, em Londres, no Congresso Universal das Raças.

Se diz assim em iorubá, renascimento do nascimento. Quando alguém nasce, está renascendo. É o que a filosofia ocidental chamou de eterno retorno. O que retorna é a vida. É a vida que sempre retorna. Mas para aprender esta realidade, não basta ler livros. É preciso aprender a conviver com as diferenças; é preciso aprender as diversas energias vibratórias que fazem a dinâmica da identidade. E a dinâmica da identidade não se faz apenas com palavras: se faz com energia, se faz com simpatia, com energia, com vibração. Então gente para o nagô, gente é o que sente, mas gente é também o que vibra. Por isso que a música é tão importante.

Mas é preciso aprender, sobretudo, a comer a comida sagrada dos Orixás. É uma iniciação. É por isso que quem come dendê pesado vai ter dor de barriga. Tem que ir aos poucos. É uma comida feita de combinações, de arranjos que sempre escaparam à penúria dos recursos materiais.

Quer dizer, a comida dos negros na Bahia é uma comida de negociação. Uma comida negociadora. Mas você negocia com o quê? Negocia com as misturas oferecidas pelo seu entorno. Veja o vatapá. É um pouquinho de camarão, camarão seco. Um pouquinho de castanha. Um pouquinho de amendoim. Um pouco de farinha, um pouco de pão e azeite. E o caruru? Pedacinhos de quiabo e camarão seco também. Às vezes se bota galinha. São misturas, são combinações. É uma lição para outro modo de pensar, e este outro modo é uma outra filosofia que

eu mesmo tentei buscar no livro *Pensar Nagô*³⁹, que é sobre uma filosofia, que é um pensamento cordial.

Não o *homem cordial* do Sérgio Buarque de Hollanda. E eu tenho falado disso também. O homem brasileiro não é cordial. É até mesmo violento. Descobri, graças à extrema direita, que o brasileiro é bem violento. Quando falo em cordial, estou me referindo à busca por um pensamento cordial, isto é, um pensamento não duro.

Um pensamento duro é aquele que acha que tem a verdade e vai expor a verdade, vai encontrar a verdade em Platão (que nem era duro!). Vai depois em outras escolas de filosofia: vê a verdade em Kant, vê a verdade em Hegel etc.

Mas é filosofia dura, é um pensamento duro. Eu penso mais em um pensamento brando, que é o pensamento cordial, um pensamento da negociação. Porque a verdade não pode ser imposta: a verdade é negociada. A razão é uma maneira de a gente fazer bons encontros. Um bom encontro não só se faz com a emoção. Um bom encontro humano se faz também com a razão. A razão é uma forma de encontrar, de promover encontros entre perspectivas diferentes.

O pensamento seco e eu comecei falando da *secura*, o sentimento seco do sertanejo, é o sentimento da farinha, da carne seca, que é o sentimento da miséria, e miséria de fé e de pobreza. O pobre não é miserável: pobre é quem sabe “se virar” com a escassez.

39 SODRÉ, Muniz. *Pensar Nagô*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

Portanto, o pensamento nagô passa pela cozinha. Passa por aquele lugar em que em Éfeso chegam os sábios para se encontrar com Heráclito. Chegam na casa e não tem ninguém, apenas aquele velho acorocado na cozinha. E perguntam: “Mas cadê o filósofo?”. E Heráclito diz: “Podem chegar que os deuses também estão na cozinha”. Na cultura iorubá, os deuses comem e os deuses estão na cozinha. As divindades comem. Não é como esses outros extrativistas que comem a comida dos outros. Não. Os deuses comem na cozinha. Assim, o pensamento nagô passa pela cozinha.

Eu vi em Beijing, vi em Xangai, em templos taoístas, vi as pessoas trazerem comida para as divindades. O chinês é um falso comunista: o chinês é um religioso disfarçado de comunista. O que manda é o confucionismo. O que acontece ali tem muita relação com a etiqueta da refeição.

Eu acho que falar, portanto, dos negros no Brasil é seguir a trilha do azeite de dendê. Outros dizem: “procurem o dinheiro” para descobrir não sei o que. “Sigam o dinheiro para encontrar o bandido”. Mas se seguir a trilha do dendê, você vai encontrar o nagô.

Se você seguir a trilha do dendê, talvez você vá descobrir um mundo onde a vida não é seca, nem materialmente, nem espiritualmente. Essa é a alma nagô. E foi dela que eu quis falar hoje aqui.

Muito obrigado.

Na sequência da extraordinária conferência de Muniz Sodré, como organizadoras do livro, achamos importante transcrever o diálogo que se seguiu, entre Roger Chartier, que fez a conferência de abertura do evento, e Muniz Sodré, que encerrou o congresso, em 18 de setembro de 2025.

Roger Chartier. Muito obrigado por sua palestra. Não é realmente uma pergunta que vou fazer, mas uma reflexão a partir do que você propôs, que, me parece, possui três elementos essenciais. O primeiro, a sua autobiografia como instrumento de conhecimento. A autobiografia como uma ferramenta não somente para lembrar uma vida, mas como possibilidade de analisar circunstâncias, condições, tensões. O que me fez lembrar do livro do Richard Hoggat, *The Uses of Literacy*, sobre a cultura operária dos anos 1950/60, na Inglaterra, que era, um pouco, o mesmo procedimento, isto é, utilizar a referência de vida para construir uma interpretação de uma situação. O segundo elemento, que também me pareceu absolutamente fundamental, é os três sentidos de povo que você utilizou: o primeiro, povo como nação; povo na comunidade que tem uma organização social, política, que tem uma série de costumes, de práticas, de mitos, de crenças e há as nações originárias que podem ser definidas como populares quando são elementos dentro da sociedade. Tudo o que você disse de Salvador me fez pensar também nas páginas de Michel De Certeau na

*Invenção Cotidiano*⁴⁰, dedicado à religiosidade de Salvador. Isto é, com a mesma atenção, por um lado à instituição eclesiástica católica, por outra as crenças que são compartilhadas neste sentido popular, não um sentido exclusivamente social, mas com o sentimento da comunidade frente à instituição. E dessa maneira, o povo adquire outro sentido e, finalmente, há a menção do povo, quando o povo se identifica como estado-nação, como o povo brasileiro, que é uma etapa posterior.

E a última coisa que me chamou a atenção foi sua reflexão sobre o processo civilizatório, porque para um historiador, o processo civilizatório se inicia a partir da visão da obra de Norbert Elias⁴¹. Toda a transformação, no mundo europeu, das condutas, do controle dos afetos, da redução da violência, do fortalecimento do pudor, todos esses elementos que definem, finalmente, civilização como urbanidade ou civilização. Mas que, como me parece, você mencionou que há outras formas de processo civilizatório. E nós nos identificamos exclusivamente com a descrição do nosso “pai Elias”. E neste sentido, a civilização é menos civilidade e mais cultura. Na forma de transformação da comunidade a partir de um processo de civilização, porque não necessariamente está restrito às categorias do grande livro de Norbert Elias. E, em decorrência, a complexidade do conceito de povo, que você fez a partir do seu uso magnífico e emocionante a partir da autobiografia, e,

40 Michel De Certeau. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

41 Norbert Elias. *O processo civilizador*. V. 1 e 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994.

finalmente, esta reflexão sobre os dois sentidos possíveis de processo civilizatório: o mais popular identificado com uma série de transformações da psicologia individual no mundo europeu ou processos civilizatórios que estou identificando, a nossa ideia sobre as culturas.

Muniz. Eu agradeço muito. Sei que não foi uma pergunta. O professor fez um comentário, que eu gostaria de comentar uma pequena parte. Horácio disse, falando da dominação dos gregos pelos latinos, ele disse que, apesar da dominação militar, política, os gregos pela língua venceram. Ou seja, a língua aparentemente vencida derrotou os vencedores. Quer dizer: os gregos se impuseram culturalmente.

A ideia de processo é boa e eu, claro, gosto muito de Norbert Elias. Mas o processo civilizatório, a ideia de civilização, depois de ter o termo distintivo em relação à “Kultur”, cultura em alemão, passou a ser mais relacionada à ideia de corte. E civilização passou a ser apropriada pela hegemonia cristã. Ou seja, a armação tecnológica do mundo, essa armação da tecnologia, com saber, com filosofia, que, digamos assim, arma o mundo, dispõe para o mundo alguma coisa. Então, passamos a entender como civilização tudo o que vem da Europa. E apenas da Europa.

No entanto, há um outro modo de ver, uma outra linha de fuga, quer dizer, um conceito ativo, um conceito operativo, para mostrar uma outra forma de coexistência que é mostrar que os aparentemente dominados civilizaram os dominantes.

Eu falei do negro, mas veja, por exemplo, no livro *Caminhos e Fronteiras*, de Sergio Buarque de Holanda, mostra que em São Paulo você tinha os indígenas. Aí chegam os portugueses, chegam os italianos, mas principalmente os portugueses. Morriam aos montes em função da higiene: não sabiam comer, não tinham calçado, não sabiam morar, não sabiam dormir.

Quem civilizou os colonizadores de São Paulo, ensinando a fazer cama na rede, foram os caingangues. Eles ensinaram os colonizadores a andar com sandálias, pois os caingangues sabiam tecer. Quem ensinou a comer adequadamente para não morrer foram os caingangues. Quem ensinou a tomar banho, pois os colonizadores levavam uns seis meses para tomar banho. Então, quem é que efetivamente civiliza São Paulo? Foram os índios caingangues. É preciso que se diga isso.

E o que se tem de bom aqui no Brasil, próprio da terra, do território, é a civilização negra. A Europa aqui, claro, é muito importante. Eu sou um modesto leitor de Hegel, fui amicíssimo de Jean Baudrillard. Eu gosto da França. Mas nós temos que ter pensamentos próprios. E, eu acho que o professor Chartier percebeu, isso eu queria dizer. Muito obrigado.

A decorative border composed of various hexagrams from the I Ching, arranged in a rectangular frame. The hexagrams are rendered in two colors: a dark green and a brownish-gold. The border is thicker at the corners and thinner along the sides.

PARTE I

FOME, DESINFORMAÇÃO
E CRISE CLIMÁTICA

CAPÍTULO 3

Fome: narrada no Brasil e silenciada em Cabo Verde

*João Almeida Medina*⁴²

Introdução

Este trabalho propõe uma análise comparativa entre duas realidades distintas de enquadramento midiático da miséria: a fome narrada, exposta e debatida nos media brasileiros nos últimos cinco anos (2020-2024), e a fome silenciada, em dimensão memorial, nos jornais de Cabo Verde.

No arquipélago africano, indica-se que os silêncios sobre a fome recente não constituem uma determinação coercitiva imposta aos jornalistas por parte dos editores ou donos dos jornais. Num país onde a fome dizimou milhares de pessoas ao longo do século XX, a tática dos jornalistas dá-se por não invocar lembranças traumatizantes. Estas, ainda que confinadas ao silêncio no que tange a publicações de historiadores, passam de uma geração a outra pela oralidade, no espaço privado, permanecendo vivas na memória.

Contudo, este silêncio contrasta com a "fome anunciada" no Brasil. Se em Cabo Verde o silêncio é estratégico e memorial – servindo para não macular o sonho da independência e do desenvolvimento –, no Brasil, a fome tornou-se manchete,

⁴² Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor da Universidade de Cabo Verde. Email: joao.medina@docente.uni.cv.edu.cv

estatística de combate e pauta central de políticas públicas e disputas editoriais durante e após a pandemia da Covid-19.

Neste texto, interessa-nos pensar o silêncio sobre a fome como conhecimento considerado "maldito" (Heller, 1993), coisa que nenhum mortal deveria saber, mas que a mídia escolhe revelar ou ocultar dependendo da estratégia política e social do território.

A Fome Narrada e Estatística no Brasil (2020-2024)

Ao contrário do pudor narrativo encontrado em Cabo Verde, a fome no Brasil durante a pandemia de Covid-19 e nos anos subsequentes foi um tema amplamente coberto pela mídia, dada a sua relevância e o impacto social da crise sanitária. A fome não foi silenciada; foi gritada em manchetes, gráficos e editoriais.

As buscas realizadas revelam uma quantidade significativa de reportagens de veículos importantes como Agência Brasil, CNN Brasil, Nexo Jornal e Brasil de Fato. A narrativa brasileira pautou-se fundamentalmente na "estatística da vergonha". No final de 2020, pesquisas já indicavam que 19 milhões de brasileiros conviviam com a fome. Em 2022, a mídia brasileira amplificou o alarme: o número saltou para 33,1 milhões de pessoas sem ter o que comer, representando um aumento de 14 milhões de brasileiros em insegurança alimentar grave em comparação com o início da pandemia.

A estratégia comunicacional no Brasil focou na exposição das vísceras da desigualdade. Os jornais destacaram como a

pandemia acelerou e aprofundou a insegurança alimentar, atingindo 58,7% da população brasileira em algum nível em 2021/2022. Mais do que números gerais, a mídia dissecou o flagelo: a fome atingiu de forma desproporcional famílias de baixa renda, lares chefiados por mulheres (passando de 11,2% para 19,3%), pessoas pretas e pardas (salto de 10,4% para 18,1%) e famílias com crianças.

A narrativa midiática brasileira serviu como ferramenta de pressão política. As notícias exploraram os fatores que contribuíram para o aumento da fome, como a crise econômica, o desmonte de políticas públicas e o aumento dos preços dos alimentos. Diferente de Cabo Verde, onde o presente difícil é silenciado no movimento de construir uma nova era, no Brasil, o presente foi exposto para cobrar ações, como o auxílio emergencial.

Recentemente, a cobertura (2023-2024) mudou o tom, mas manteve a fome em pauta, noticiando o recuo do flagelo, com 24,4 milhões de pessoas saindo da situação de fome em 2023. A fome no Brasil é, portanto, um evento midiático cíclico e explorado, uma *parole* constante que define a agenda pública.

A *Parole* da Fome Cíclica em Cabo Verde como móbil para independência

Para compreender o silêncio atual em Cabo Verde face a essa exposição brasileira, é preciso olhar para o passado. Houve um tempo em que a fome em Cabo Verde também foi *parole*, mas com um objetivo distinto: a libertação nacional.

As epidemias e as fomes na primeira metade do século XX fizeram a parole se fortalecer. Os romances e outras obras literárias dimensionaram essa palavra carregada de significado, mas foi no momento da narrativa para a Independência da Guiné e de Cabo Verde que o testemunho se tornou arma de luta. Um dos ideólogos da emancipação dos povos africanos, Amílcar Cabral, que na lista da BBC World Histories Magazine aparece como segundo maior líder mundial pela sua influência política, poder e impacto positivo na história da humanidade (Roberts, 2020), deu densidade ao testemunho na Conferência das Organizações Nacionalistas da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde, realizada, em Dacar, de 12 a 14 de maio de 1961, por meio do relatório geral sobre a luta de libertação nacional. No relato do drama social que se vivia no arquipélago, a narrativa sobre a fome fez-se presente como responsabilidade do governo português, a potência colonizadora.

Em texto mais marcadamente político, em que expõe as ideias mais importantes aos quadros do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), partido criado para as múltiplas batalhas que se dimensionavam ao projeto de independência de Guiné e Cabo Verde, Cabral (2013) acentuou o tom. As palavras, pronunciadas na língua materna, e não em português, no seminário que se realizou entre 19 e 24 de novembro de 1969, demonstram a preocupação do líder do PAIGC de que os camaradas compreendessem que não se tratava de oralidade vã, mas sim de um testemunho de quem vive ou viveu, observa e se pronuncia.

Duas décadas antes, já se notava a preocupação do jovem estudante Cabral para com o estado de estiagem por que passava a terra dos seus pais e que o acolheu desde os 8 anos de idade. O sentimento de revolta patenteava-se, apesar da ambiguidade entre Portugal que se desenha nos livros estudados na escola e o Cabo Verde real, no qual o jovem vive e sofre as consequências dos flagelos, não deixar de se apresentar nos seus textos.

Decorria a Segunda Guerra Mundial, as atividades no campo não rendiam em função da escassez da chuva e as consequências faziam-se sentir não só em São Vicente, mas também em Santiago, Fogo, São Nicolau e Santo Antão, ilhas de vocação agrícola. A crise alastrou-se por todo o arquipélago.

O escritor Baltasar Lopes da Silva fotografa também a ilha que o viu nascer, São Nicolau, no romance Chiquinho, no qual estabelece a ligação entre a seca, fome e a migração forçada à procura de sobrevivência.

A seca e a fome levam a população a sair de seu lugar de origem e a procurar outros destinos. Sendo assim, a migração constrói desterritorializados, pessoas que vão em busca de uma vida melhor, deixando o seu local de pertencimento e a vida para trás. Muitos saíram para as Américas, outros para a África continental e, posteriormente, para a Europa. Outros desterritorializados, condicionados por questões documentais e meios financeiros para pagar a passagem, migram de uma ilha à outra, procurando fugir dos flagelos do campo, temas tratados nos mencionados romances.

A saga de Cabo Verde vem de longa data, talvez desde o seu achamento, no período que vai de 1460 a 1462, como atestam António Carreira (1977; 1985) e Christiano José de Sena Barcellos (1904) e ainda escritores mais contemporâneos como António Correia e Silva (2001; 2004). Não é difícil encontrar registros de dramas vividos pelos cabo-verdianos por causa do regime pluviométrico reduzido e irregular, sem alternativa para debelar os males sociais. Sena Barcellos (1904) demarca o registro da primeira grande fome em Cabo Verde, em 1719. Como admite em *As fomes, em Cabo Verde eram “naturais”* flagelos antes da data referenciada, embora não tenha encontrado nenhum registro oficial que sustentasse essa ideia.

Do século XVIII em diante encontramos esses documentos testemunhais de uma *parole* sobre a fome que se assumia, com todos os condicionantes de um país arquipélago colonizado, como político para ativar vontades com as autoridades locais na metrópole, mas é sobretudo em muitos períodos do século XIX que o desespero levou governadores e pessoas particulares à ação.

Naturalmente, mais de um século transcorrido e após atividades de poetas, escritores e jornalistas como Eugénio Tavares e Pedro Cardoso a reclamar mais atenção à matéria, o testemunho da fome e sobre a fome assumiu em Amílcar Cabral dimensão claramente política e estratégica.

Tão estratégica que a narrativa publicizada do flagelo se tornou importante para a visão ideológica e de ação política na luta para a independência numa dupla dimensão: não só na (re)

motivação das e dos jovens que adiaram quase tudo para travar duras batalhas nas matas da Guiné contra as tropas portuguesas, mas também na mobilização de vontades e apoios políticos, material e no campo de formação de quadro na esfera internacional.

A narrativa mudou, na perspectiva de anunciar e construir um novo tempo, no qual não cabia a desesperança num país que se reencontra no móbil da tenacidade e da esperança.

O Silêncio Estratégico Pós-Independência

Alcançada a independência em 1975, portanto, o significativo "fome" foi confinado ao silêncio. A partir do momento em que a população cresceu e os indicadores de desenvolvimento melhoraram (IDH passou de 0,428 para 0,688 entre 1989 e 1999), já não fazia sentido político, nem social, falar de um flagelo que atormentara a memória de um país que convivera ciclicamente com secas extremas.

O testemunho do ex-ministro da Saúde e dos Assuntos Sociais, Irineu Gomes, revela-se significativo mesmo porque durante uma década tutelou a pasta que tinha como missão combater os flagelos sociais. No seu livro *Psicopatologia da miséria*, publicado em 2011, quando o autor ainda estava vivo, Gomes faz uma abordagem histórica da fome em Cabo Verde, mas, tal como outros autores, sobretudo os comprometidos com a governação do país pós-independência, refere-se à problemática até 1975. Depois dessa data, admite que “a nível infantil continuou sendo importante a morbilidade, devido a causas nutri-

cionais, não só por insuficiência quantitativa e qualitativa, mas principalmente por excessivo espaçamento entre as refeições” (GOMES, 2011, p. 34).

Não há nenhuma referência à memória mais recente e, o mais relevante, a palavra fome é substituída por “desnutrição”, “malnutrição”, havendo, portanto, um claro silêncio estratégico, em que o narrador escolhe o tempo de dizer e o de não dizer, por meio do indizível. O texto a seguir da mencionada obra do psiquiatra, conhecedor da obra do brasileiro Josué de Castro e que ao longo dos anos 1980 foi ministro, deixa isso mais evidente:

Apesar de se verificarem melhorias na situação alimentar e nutricional das populações em Cabo Verde, continuam a ocorrer dissimetrias do ponto de vista socioeconômico a nível nacional e é natural ou possível que tais dissimetrias se reflectam nas capacidades de adopção do melhor regime alimentar desejável e que existam casos de malnutrição (desnutrição) em determinadas camadas sociais ou grupos etários mais vulneráveis como as crianças e pessoas da terceira idade, que carecem de adequada monitorização (GOMES, 2011, p. 36).

O pensamento que advém da leitura do texto de Irineu Gomes (2011), mas também dos trabalhos do ex-ministro de Educação de Cabo Verde André Corsino Tolentino, é de que a fome constitui uma lembrança traumatizante (POLLAK, 1989), sobretudo porque fizeram do combate a esse flagelo um compromisso para a luta contra o colonialismo.

As lembranças silenciam-se, mas não se apagam. Ajusta-se aquilo enfatizado no pensamento de Pollak (1989, p. 6) de que elas, as lembranças, quando traumatizantes, “esperam o momento propício para serem expressas”. Portanto, após 50 anos da data que marca a independência do país, o flagelo para os agentes públicos parece confinado a uma lembrança que se apresenta longínqua, dos tempos do colonialismo, mesmo que tenham havido focos de fome, nomeadamente nas ilhas de São Vicente e Santo Antão, na década de 1980. De todo modo, se as lembranças estão confinadas ao silêncio no que tange a publicações dos autores e historiadores, passam de uma geração a outra por meio da oralidade, no espaço privado, e por isso permanecem vivas na memória. Pois, pontua Pollak (1989), o silêncio não conduz ao apagamento, ao esquecimento total:

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. Em face dessa lembrança traumatizante, o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas. E algumas vítimas, que compartilham essa mesma lembrança “comprometedora”, preferem, elas também, guardar silêncio. Em lugar de se arriscar a um mal-entendido sobre uma questão tão grave, ou até mesmo de reforçar a consciência tranquila e a propensão ao esquecimento dos antigos carrascos, não seria melhor se abster de falar? (POLLAK, 1989, p. 6)

Pontuamos que nos parece que é esse “mal-entendido” que os políticos, jornalistas e estudiosos não querem arriscar, mesmo quando a situação se desenha drástica por causa da seca que atinge as zonas rurais em Cabo Verde desde 2017. Por exemplo, no período de novembro de 2018 a fevereiro de 2019, houve pelo menos três discursos marcantes no parlamento cabo-verdiano sobre o estado de calamidade nas ilhas rurais, onde os gados morrem e a população sofre, mas em nenhum momento se arriscou a palavra fome. O deputado António Monteiro, então líder de um dos dois partidos da oposição com assento no parlamento cabo-verdiano, a União Cabo-Verdiana Independente e Democrática (UCID), chegou a pedir ao executivo que declarasse o Planalto Norte e Lagoa, na ilha de Santo Antão, zonas de calamidades naturais: “Em causa mais um mau ano agrícola que assola a região, com a população a viver numa situação de ‘pobreza extrema’” (apud ROCHA, 2018).

Os moradores das zonas afetadas pela seca precisam urgentemente que o Governo lhes proporcione as condições de sobrevivência, garantindo-lhes, em primeiro lugar, trabalho. A UCID pede ao Governo para que declare Planalto Norte e Lagoa como zonas de calamidades naturais, e 39 conseqüentemente agir em conformidade no sentido de ajudar as famílias que ali vivem (ROCHA, 2018).

Tal como António Monteiro, outro deputado que representava o maior partido de oposição, o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), pediu resposta urgente

ao ministro da Agricultura. Odaílson Bandeira usou expressões drásticas, mas nunca a palavra fome:

Estranhamos o senhor Ministro da Agricultura quando visitou Santo Antão em finais de Outubro, quando fez pouco caso do sofrimento das famílias. Falando para a televisão disse praticamente às pessoas: “você não morreu no ano passado, este ano também não vai morrer”. Esta é uma questão que temos que condenar. Pensamos que o senhor ministro nunca passou uma noite sem jantar ou nunca teve dificuldade em colocar comida em cima da mesa para alimentar os seus filhos, mas esta tem sido uma realidade muito vivida junto das famílias em Santo Antão e por todo o país, principalmente nas zonas rurais. Queremos pedir também ao Governo que, para além de um plano específico de mitigação, que haja um plano que engloba todos os ministérios, a sociedade civil, as Câmaras Municipais, empresas, agricultores (apud ROCHA, 2018).

A cautela dos deputados em pronunciar ou declarar fome enquanto fenómeno coletivo, no discurso parlamentar, preferindo eufemismos, só corrobora com a tese aqui anunciada de que se trata mais de uma lembrança “comprometedora”, silêncio ou silêncios. Os políticos desse país, onde recentemente dois deputados chegaram a se atravancarem dentro do edifício símbolo do poder em Cabo Verde, o da Assembleia Nacional, não costumam ser tão polidos. Muito pelo contrário, tendem a radicalizar e inflamar discursos em nome de vantagens eleitorais. A razão para o silêncio sobre o flagelo talvez se ajuste à ideia de que Cabo Verde era e é um caso de sucesso na África.

Uma imagem de distinção que ninguém evidencia predisposição a contrariar⁴³. Mesmo escritores renomados como o primeiro cabo-verdiano a receber o Prêmio Camões, em 2009, Arménio Vieira, usa a linguagem simulada e metafórica para fazer as suas críticas ao regime pós-independência. Em *O eleito do sol*, publicado em 1990, Vieira faz de um escriba aventureiro egípcio o protagonista de uma história condimentada com críticas aos poderes, descrevendo um império caótico onde reinam a prepotência, o luxo de um grupo seletivo e a presunção, que contrastam com a vivência do povo, que habita em “caixote de lixo”.

À semelhança do ideal da sociedade egípcia, o Poder em Cabo Verde encontra-se fortemente centralizado por uma minoria que se elege como única via de dar ao país o impulso necessário ao seu bem-estar. A burocracia, o centralismo, a prepotência, a presunção, o luxo (vendas grafinas, bairros selectos etc) e a repressão estão bem presentes nesta sociedade marcadamente estratificada. O contraste se vinga relativamente à descrição minuciosa do espaço, onde a camada populacional habita: caixotes de lixo, gatos e cães ordinários, becos, vielas e casotas (lar dos pequenos funcionários). Mas a denúncia não pára, ainda, por aqui. Mesmo as histórias mais inocentes contadas pelo escriba se empenham nisso. Assim, por exemplo, a história, de puro horror, do prisioneiro

43 A imagem de sucesso emerge, como tentamos demonstrar desde 2020, de várias latitudes por meio da ideia de que Cabo Verde, sem recursos naturais e muito dependente do regime das chuvas, soube aproveitar as ajudas internacionais para se construir como país independente, sem grandes oscilações e sem sobressaltos sociopolíticos, ao contrário de outros países africanos.

adverte-nos sobre a situação de dependência pela qual muitas pessoas passam ao abraçarem cegamente uma ideologia. O fanatismo leva-as a cumprirem, à risca, as regras ditadas por um fantasma, até ficarem presas à sua vontade; o caso dos unicórnios e bicórnios assemelha-se a uma alegoria cujo referente se encontra radicado nas várias ideologias existentes. Há como que uma referência aos dois grandes regimes que dominam o mundo: o do Leste, Socialismo/Comunismo, e o do Ocidente, Capitalismo. Os unicórnios representariam os socialistas totalitários, cujo monopartidarismo, com uma elite política, é a tônica dominante, e os bicórnios seriam os estados pluripartidários, defensores da liberdade. Em Cabo Verde, aqueles que seguem o pluripartidarismo, os bicórnios portanto, vivem marginalizados sob uma quantidade enorme de restrições e proibições. Os infra-chifrudos constituiriam, então, os não alinhados. Se bem que essa passagem sirva mais, ao que me parece, à semelhança de outros do género, para demonstrar, também, a desinformação e o baixo nível cultural dos senhores detentores do poder (VIEIRA, 2020).

As pistas de Vieira, ao contrário dos claridosos Baltasar Lopes e Manuel Lopes, estão longe de se evidenciar como postulado de uma reivindicação ou de uma denúncia. Sendo assim, não contraria a propalada ideia de que Cabo Verde faz um percurso diferente. Dados levantados pelo sociólogo Odair Varela (2006) ajudam-nos a entender esse sucesso propalado pelos políticos e por estudiosos do campo económico e das ciências políticas e sociais. Explica o jovem pesquisador que nos fins dos anos 1980, conhecido como a década perdida de desenvolvimento para a África,

Cabo Verde fez crescer o seu [produto interno bruto] PIB a uma taxa média anual de 6%, ou seja, cerca de duas vezes mais do que a dos Estados do [Comitê Interestadual Permanente para Controle de Secas no Sahel] CILSS, seis vezes superior à dos outros países de língua oficial portuguesa em África e, ainda, 12 vezes acima da média continental. [...] Os resultados das opções políticas de desenvolvimento económico e social traduziram-se, também, numa evolução dos indicadores do desenvolvimento humano superiores aos referidos grupos levando a que, segundo os dados da [Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento] CNUCED, o nível de vida médio tivesse crescido, em termos reais, 30% no período que compreende o ano de 1989 à 1999. Neste período de 10 anos, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passou de 0,428 para 0,688. No início desse período, Cabo Verde fazia parte do grupo dos países com fraco desenvolvimento humano (índice inferior a 0,50) e a partir de 1999, passa a fazer do grupo de desenvolvimento médio, estando já no primeiro terço desse conjunto de países (VARELA, 2006, p. 25).

Segundo os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), citados por Varela (2006, p. 25), ao passar de 114.º para 100.º em 2002, o Índice de Desenvolvimento Humano em Cabo Verde subiu 61%, posicionando-se no 4.º lugar na África Subsariana, logo atrás das Ilhas Seychelles, Ilhas Maurícias e da África do Sul. Alguns dos 41 indicadores endógenos, inclusive, colocam o país num nível alto de desenvolvimento humano. O país realizou investimentos em obras públicas (aeroportos, portos, habitação, saneamento, escolas, estabelecimentos de saúde etc.) que exigiram investimentos

avultados, mas que tiveram os seus frutos. Por exemplo, na altura da independência, o analfabetismo em Cabo Verde atingia mais de dois terços da população; a taxa rondava os 70%. Posteriormente, essa taxa caiu de maneira significativa para 28% e hoje ronda 2 ou 3%. Tanto nesse ponto como na prossecução de outros objetivos principais, como a formação de quadros, o aumento da esperança de vida e a diminuição da mortalidade infantil, o Estado cabo-verdiano coloca-se acima da média do continente africano, particularmente dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). O relatório do Banco de Cabo Verde (BCV), banco central, relativo a 2018, reforça essa evolução no que tange às contas externas, apesar das flutuações, nomeadamente das remessas dos emigrantes: as contas externas cresceram 17 por cento, recuperando de uma queda de 7,5 por cento, impulsionados pelo aumento da ajuda orçamental e de outros donativos de parceiros externos para projetos públicos diversos (infraestrutura, reforço da capacidade institucional e apoio às famílias mais vulneráveis), pese embora a redução das remessas de emigrantes e aumento das remessas de imigrantes, respetivamente em seis e 12 por cento. A dinâmica das remessas dos emigrantes refletiu a dissipação do efeito dos apoios às vítimas da erupção vulcânica nas remessas em bens, bem como, mas em menor proporção, a redução das remessas em divisas provenientes de Portugal, Luxemburgo e Itália. Em termos do PIB, as remessas dos imigrantes fixaram-se em 10,8 por cento em 2017, cerca de um ponto percentual acima do valor médio dos últimos dez anos. O aumento das

necessidades de financiamento da economia (traduzido pelo aumento do déficit conjunto das balanças corrente e de capital), apesar do crescimento na ordem dos 19 por cento dos doativos de capitais para a finalização dos projetos financiados pelo segundo compacto do Millenium Challenge Account e das remessas de emigrantes de bens de capitais em 48 por cento, não foi totalmente compensado por influxos de financiamento da economia (BCV, 2019). Os investimentos no ensino superior e no campo da saúde também são dados apresentados como signos dessa evolução positiva de Cabo Verde. Num pequeno país com cerca de 500 mil pessoas residentes, há onze instituições de ensino superior, sendo duas universidades públicas – uma criada em 2019 – e nove da iniciativa privada. Atendem a uma demanda de mais de 12 mil estudantes, de acordo com o Ministério da Educação (2019). Centenas de outros saem para estudar em Portugal, Brasil, China, Estados Unidos, Espanha, Marrocos, Senegal, entre outros países.

Considerações Finais

A análise comparativa revela duas dimensões distintas do tempo e da mídia no tratamento da fome. No Brasil (2020-2024), a fome é o presente urgente. A mídia atua como amplificadora do grito social, utilizando estatísticas (33 milhões, 58% de insegurança) para confrontar o poder e exigir reparação imediata. A fome anunciada é uma ferramenta de disputa democrática e vigilância social.

Em relação ao silêncio sobre a fome em Cabo Verde, cabe remarcar que diante do panorama recente que apresenta o sucesso incontestado do país, colocar a fome com tema de pronunciamentos público, mesmo num período de emergência climática que traz profundas transformações ao ecossistema de Cabo Verde, uma região historicamente assolada pelas secas, não se conjuga com o sonho de um país independente que, afinal, não possui máculas maiores na sua trajetória recente, sobretudo se comparada a outras regiões continentais da África.

Assim, é preciso fazer-se silêncio, ainda que isso não signifique ausência de comunicação. Trata-se de um processo de esquecimento comandado como estratégia político-comunicacional mais ou menos negociada de que Cabo Verde não só sobreviveu ao improvável, mas também vai vencendo os desafios que se colocam desde a Independência.

Desse modo, o silêncio torna-se construção e estratégia política que sufoca a própria memória dos que vivem a fome. Uma estratégia que marginaliza as vozes do cotidiano. Portanto, não se trata apenas de lembrança traumatizante, mas também de subterfúgio do não dito como forma de construir outro arcabouço de sentido para o país que ingressou numa nova era. Uma visão que os media também assimilam e embalam. A fome não se anuncia nas manchetes não só porque os políticos não gostam. O silêncio em Cabo Verde assume-se, portanto, como uma fala a respeito de um tempo novo que se quer construir, e para isso é preciso fabricar o esquecimento e os não-ditos. Uma fabricação que se dá quase sempre por

intermédio de táticas narrativas semelhantes às que ainda se usa nas regiões rurais – fraqueza e debilidades –, ou às que o ex-ministro Irineu Gomes escreve no seu livro – malnutrição, subnutrição. Eufemismos, em jeito de silêncio eloquente que se faz presente no quotidiano em outros modos de se anunciar, que tentam esconder a miséria e as múltiplas ausências, de comida a condições sanitárias.

Em suma, enquanto o Brasil expõe parte das suas feridas na esfera digital e impressa, o silêncio sobre esse flagelo assume várias dimensões em Cabo Verde. Faz-se estratégico, porque os próprios narradores estabelecem o tempo de dizer (móbil para a independência) e o de esquecer (pós-independência), mas também memorial, porque o passado longínquo da fome dos anos de 1940 torna-se fundamental para aliviar ou fazer esquecer o presente em que esse flagelo persiste, ainda que não faça manchete nos jornais. Trata-se, assim, de silêncios advenientes de um esquecimento produzido, que se configura como memória longínqua e que por vezes aflora em brechas de lembranças. Outrossim, muitas vezes por causa de uma dor pessoal, como a perda de um filho ou de um familiar em tempos de miséria e seca (silêncio da dor) ou advém de um trauma por parte de quem presenciou ao flagelo e carrega consigo marcas psicossociais dessa experiência vivida (silêncio traumático).

Referências

AGÊNCIA BRASIL Cobertura sobre insegurança alimentar e fome no Brasil. Brasília, 2020-2022.

ANDRADE, Mário Pinto de. **Amílcar Cabral e a reafrikanização dos espíritos**: um depoimento de Mário Pinto de Andrade. Nô Pintcha, 1976.

BANCO de CABO VERDE. Relatório de Estabilidade Financeira 2018. Cabo Verde.

BARCELLOS, Cristiano José de Sena. **As fomes em Cabo Verde**. Lisboa: s.n., 1904.

BISPO, António. **a terra dá, a terra quer**. São Paulo: UBU, 2023.

BRASIL DE FATO. **Fome no Brasil**: 33 milhões de pessoas não têm o que comer. São Paulo, 2022.

CABRAL, A. **Unidade e Luta**. 2. ed. Praia: Fundação Amílcar Cabral, 2013.

CABRAL, Amílcar. **Obras escolhidas**. Praia: Fundação Amílcar Cabral, 2013.

CASTRO, J. de. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

FAO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2022**. Roma: FAO, 2022.

GOMES, Irineu. **Psicopatologia da miséria**. Mindelo: Gráfica São Vicente, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HELLER, A. **Uma teoria da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

LOPES, José Vicente. **Cabo Verde**: os bastidores da independência. Praia: Instituto

LOPES, Manuel. **Chuva brava**. São Paulo: Ática, 1979.

LOPES, Manuel. **Os flagelados do vento leste**. 10. ed. São Paulo: Círculo de Livros, 1986.

MAURÍCIO, António Joaquim. **Vila da Ribeira Grande de Santo Antão (1732 - 1975):** Percurso Histórico e Dinâmica Administrativa. Ribeira Grande, Unipessoal, 2019.

MEDINA, João. **Imprensa Privada e Estado numa Sociedade "Orientalizada"**: uma visão crítica sobre Cabo Verde no início do século XXI. Dissertação de Mestrado em Comunicação. Niterói: UFF, 2007.

MEDINA, João. Navegando nas ondas 40 desde Monte Trigo. **A Nação**, p. 37, 5 jul. Nação, 29 jul. 2019.

MEDINA, João. **Silêncios**: estratégia política e comunicacional em Cabo Verde. Tese Doutorado. Rio de Janeiro: ECO-UFRJ, 2020.

MUDIMBE, Valentin-Yves. **A invenção da África**. Mangualde/Portugal: Edições Pegado; Luanda/Angola: Edições Mulemba, 2013.

NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, v. 1, 1984.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

REDE PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. São Paulo: Rede PENSSAN, 2022.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

ROCHA, Fretson. Deputados por Santo Antão pedem atenção à situação complicada da<https://expressodasilhas.cv/politica/2018/11/15/deputados-por-santo-antao-pedem_31Julho2019.pdf. Acesso em: 21 jan. 2020.

ROMANO, Luís. **Os famintos**. Natal: Leitura, 1962.

SEIBERT, Gerhard. Crioulização em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: divergências históricas e identitárias. **Afro-Ásia**, n. 49, 2014, pp. 41-70.

SILVA, António Leão Correia. **Combates pela história**. Praia: Spleen Edições, 2004.

SILVA, António Leão Correia. **Noite escravocrata, madrugada camponesa**. Cabo Verde, séc. XV-XVIII. Cabo Verde: Rosa Porcelana Editora, 2022.

SILVA, Baltasar Lopes da. **Chiquinho**. Mindelo: Claridade, 1947.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**. Notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2016.

SOUSA, Julião Soares. **Amílcar Cabral**: vida e morte de um revolucionário africano. Cidade da Praia, 2013.

TODOROV, Tzvetan. **Les abus de la mémoire**: Paris: Ariès, 1995

VARELA, Odaír. Cabo Verde: um desafio teórico-paradigmático ou um caso singular? **Revista de Estudos Cabo-Verdianos** n° 2. Cidade da Praia: Universidade de Cabo Verde, (2006).

VIEIRA, Arménio. **O eleito do sol**. Disponível em: <<http://soca.cv/armenio-vieira/>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

CAPÍTULO 4

Mudanças climáticas e comunicação comunitária em Moçambique: estratégias comunicativas frente à crise ambiental e à insegurança alimentar

*Alexandre Dinis Zavale*⁴⁴

*Daniela Nunes Araujo*⁴⁵

Introdução

A crise ambiental que afeta Moçambique manifesta-se por meio de eventos climáticos extremos e cada vez mais recorrentes, como ciclones, cheias e secas prolongadas, cujas consequências têm sido devastadoras para as populações e ecossistemas. De acordo com o Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD, 2023), o país figura entre os mais vulneráveis do mundo aos impactos das mudanças climáticas, enfrentando perdas humanas, deslocamentos populacionais e danos severos à agricultura e à infraestrutura.

Esses fenômenos são agravados por práticas antrópicas insustentáveis, tais como o desmatamento, a mineração desregulada e a ocupação desordenada do solo, que intensificam

44 Professor e pesquisador da Escola Superior de Jornalismo (ESJ) de Maputo, Moçambique. e-mail: alexandrezavala78@gmail.com.

45 Doutoranda em Comunicação pela UFRJ, em pesquisa de doutorado sanduíche em Maputo, pelo Projeto Comunicação Fome uma ponte para a África, financiado pelo CNPq. e-mail: danyel.araujo@gmail.com e daniela.araujo@ufrj.br.

a vulnerabilidade ambiental e social. Nas zonas rurais, onde predomina a agricultura familiar de subsistência, tais impactos comprometem o acesso à alimentação, à água e aos meios de vida, acentuando a insegurança alimentar e a pobreza. Conforme aponta Sachs (2015), os desafios do desenvolvimento sustentável exigem abordagens integradas que articulem dimensões ecológicas, sociais e comunicacionais.

Neste contexto, a comunicação comunitária emerge como ferramenta estratégica para a sensibilização, mobilização e construção coletiva de respostas locais frente à crise ambiental. Segundo Peruzzo (2009/2008), a comunicação comunitária, ao basear-se na participação, na horizontalidade e na valorização dos saberes locais, constitui espaço privilegiado para o exercício da cidadania e o fortalecimento da ação social transformadora. Assim, compreender como os meios comunitários podem contribuir para o enfrentamento das mudanças climáticas e da fome é essencial para promover práticas sustentáveis e ampliar o engajamento social. O presente artigo tem como pergunta de pesquisa: De que forma a comunicação comunitária pode funcionar como ferramenta estratégica no combate às mudanças climáticas e à insegurança alimentar no distrito de Manica, em Moçambique?

O objetivo geral consiste em analisar como a comunicação comunitária contribui para o enfrentamento das mudanças climáticas e da fome nas comunidades rurais de Manica, Moçambique. Para alcançar esse propósito, foram definidos os seguintes objetivos específicos: (1) identificar os principais

meios e práticas de comunicação comunitária utilizados na difusão de informações sobre o combate às mudanças climáticas e à insegurança alimentar; (2) examinar o papel dos líderes comunitários, universidades, jornalistas e organizações locais na mobilização e educação ambiental das comunidades rurais; (3) avaliar o impacto das práticas comunicativas na formação de estratégias locais de enfrentamento das mudanças climáticas e da fome.

Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na Análise do Discurso (AD) de orientação francesa, com base nos aportes teóricos de Michel Pêcheux (1990) e Eni Orlandi (2012). Essa perspectiva permite compreender os modos de produção de sentido presentes nos discursos de líderes comunitários, acadêmicos e comunicadores, revelando como constroem narrativas sobre o meio ambiente, a sustentabilidade e a segurança alimentar.

Os dados empíricos foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas com líderes comunitários de áreas afetadas pela mineração e pelas mudanças climáticas, acadêmicos que desenvolvem pesquisas sobre sustentabilidade e profissionais de comunicação comunitária envolvidos na difusão de conteúdos ambientais. A análise discursiva dessas entrevistas busca compreender de que maneira a comunicação comunitária se articula à produção de saberes locais e contribui para a construção de estratégias comunicativas voltadas à mitigação dos efeitos climáticos e à promoção da segurança alimentar em Moçambique.

Mudanças climáticas e seus efeitos na agricultura, pesca e pecuária em comunidades rurais de Moçambique

Moçambique é considerado um dos países africanos mais vulneráveis às mudanças climáticas (Irish Aid, 2018; Warner et al., 2016), em virtude da elevada dependência da população em relação aos recursos naturais, como a terra, as florestas e a água e da limitada capacidade de adaptação (Ford et al., 2015). O país ocupa a posição de 5º mais pobre do mundo (FMI, 2021), com cerca de 46% da população vivendo abaixo da linha da pobreza (MEF, 2016). Essa realidade está diretamente associada aos elevados níveis de insegurança alimentar (cerca de 24% dos agregados familiares) e de desnutrição crônica (aproximadamente 43% das crianças menores de cinco anos), fenômenos mais acentuados nas zonas rurais (SETSAN, 2014).

Os agregados familiares camponeses, principais responsáveis pela produção agrícola e pecuária, estão entre os mais vulneráveis à insegurança alimentar (SETSAN, 2014). Nos últimos anos, o país tem sido palco de inúmeros desastres naturais de grande magnitude. De acordo com a Agência de Informação de Moçambique (2024), entre 2015 e 2024 foram registados 14 sistemas tropicais, incluindo os ciclones Dineo, Idai, Kenneth, Guambe, Ana, Gombe, Freddy e Fillipo. Além destes fenômenos, registaram-se inundações urbanas e cheias em diversas bacias hidrográficas, como as dos rios Messalo, Lúrio, Ligonha, Meluli, Licungo, Zambeze, Búzi, Save, Mutamba, Inhanombe e Umbeluzi (Paulino Checo, 2024). Embora classificados como fenômenos naturais, a sua frequência e intensidade têm sido

potencializadas pelas mudanças climáticas, associadas à emissão de gases de efeito estufa e à exploração predatória dos recursos naturais.

A Figura 1 ilustra os efeitos devastadores do ciclone Kenneth (2019), que destruiu infra-estruturas, comprometeu a produção agrícola e deixou milhares de famílias em situação de insegurança alimentar.



Figura 1. Efeitos do ciclone Kenneth em Moçambique (2019). Fonte: AIM, 2024.

De acordo com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE, 2025–2044), cerca de 74,7% da População Economicamente Ativa (PEA) encontra-se absorvida em atividades primárias, como a agricultura, a silvicultura, a pesca e a mineração. Contudo, mudanças significativas têm sido observadas no regime de chuvas: precipitações que anteriormente se iniciavam entre setembro e outubro hoje ocorrem de forma irregular e são intercaladas por longos períodos de estiagem.

Esse fenômeno impacta diretamente a agricultura familiar, cuja produtividade depende da previsibilidade das estações (FAO, 2022). A Figura 2, registrada na província de Manica, mostra a severidade da estiagem, que compromete plantações e reduz drasticamente a disponibilidade de água para irrigação e consumo humano.



Figura 2. Estiagem severa em Manica, Moçambique. Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Apesar de mais de 70% da população rural depender da agricultura de subsistência (ENDE, 2017), essa prática continua baseada em sistemas de sequeiro, altamente vulneráveis às variações climáticas (Banco Mundial, 2006). Cuamba (2020, p. 45) reforça que a irregularidade pluviométrica compromete a produção agrícola e coloca em risco a segurança alimentar. O Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER, 2022) confirma que os ciclos agrícolas estão cada vez mais imprevisíveis, afetando especialmente os pequenos produtores.

Paralelamente, a exploração mineira descontrolada compromete ecossistemas e reduz a resiliência das comunidades

rurais (Cunguara & Hanlon, 2017). Esse quadro intensifica a insegurança alimentar e contribui para o agravamento da desnutrição crônica, que limita o desenvolvimento físico e cognitivo das crianças e aumenta a incidência de doenças relacionadas à má nutrição e à contaminação hídrica (FAO, 2022). A Figura 3 apresenta uma representação desse problema persistente em Moçambique.



Figura 3. Criança em situação de desnutrição crónica em Moçambique. Fonte: SETSAN, 2014.

Por outro lado, a crescente aposta na exploração de recursos naturais estratégicos tem provocado a degradação de rios e a contaminação da água, tornando-a imprópria para irrigação e consumo humano. Esse cenário aprofunda o ciclo de fome, pobreza e vulnerabilidade nas comunidades rurais (Nhantumbo, 2018).

As mudanças climáticas em Moçambique constituem um dos maiores desafios para a agricultura, a pesca e a pecuária,

especialmente nas comunidades rurais, cuja subsistência depende fortemente dos recursos naturais. A análise demonstrou que fenômenos como ciclones, estiagens prolongadas e chuvas irregulares, aliados à degradação ambiental causada pela mineração e pelo desmatamento, comprometem a segurança alimentar e intensificam os níveis de pobreza. As consequências mais visíveis refletem-se no aumento da insegurança alimentar e da desnutrição crônica, sobretudo entre crianças, configurando uma ameaça direta ao desenvolvimento humano e à sustentabilidade socioeconômica do país. Portanto, torna-se imprescindível a adoção de políticas públicas de adaptação climática, o fortalecimento da agricultura resiliente e a gestão sustentável dos recursos naturais, de modo a reduzir a vulnerabilidade das famílias camponesas e garantir a segurança alimentar das gerações presentes e futuras.

A Ação humana e a degradação ambiental

A intervenção humana em Moçambique, em diversos contextos, não tem contribuído para mitigar os impactos climáticos; pelo contrário, tem atuado como um dos fatores que mais os agravam. Entre as atividades de maior impacto estão a mineração artesanal e industrial, responsáveis pelo assoreamento e pela contaminação de rios, sobretudo nas regiões Centro e Norte do país. A província de Manica, por exemplo, enfrenta uma situação de calamidade ambiental, com cursos de água seriamente comprometidos pela presença de resíduos tóxicos resultantes da extração de ouro (Domingos et. al., 2021).

Outro problema de grande dimensão é o desmatamento acelerado, impulsionado pela procura de lenha, carvão vegetal e pela expansão agrícola. Essa prática compromete o equilíbrio dos ecossistemas, contribui para o aumento das temperaturas locais, agrava a seca e acelera a perda da fertilidade dos solos. As consequências desse processo são diretas para a subsistência das comunidades rurais, que se veem mergulhadas na insegurança alimentar e na pobreza extrema. Segundo a Agência de Informação de Moçambique (AIM, 2024), o país perde anualmente cerca de 267 mil hectares de florestas, o que corresponde a 0,79% da cobertura florestal, resultando na emissão de cerca de 40 milhões de toneladas de gases de efeito estufa (GEE). De acordo com a ministra da Terra e Ambiente, Ivete Maibaze, a agricultura itinerante é responsável por 86% do desmatamento anual, enquanto a exploração florestal para combustíveis lenhosos e madeira representa 13%.



Figura 4. Área desmatada em Moçambique.

Observa-se na imagem (Figura 4) a perda significativa de cobertura florestal, evidenciando os impactos da exploração insustentável dos recursos naturais e o consequente desequilíbrio ecológico que compromete os meios de vida locais.

Outro fator crítico é a utilização massiva de mercúrio na mineração artesanal. Essa prática não só contamina solos e cursos de água, mas também ameaça a biodiversidade aquática e compromete a saúde humana, resultando em doenças crônicas e agudas, incluindo o câncer (Tamele; Guroque, 2019, p. 77). A figura 5 ilustra a Barragem de Chicamba, em Manica, antes e depois da intensificação da mineração.





Figuras 5 e 6. Imagem da barragem de Chicamba real antes e depois da intensificação da mineração

A imagem mostra a diferença no estado do reservatório, evidenciando os efeitos negativos da mineração descontrolada sobre os recursos hídricos, essenciais tanto para o consumo humano quanto para a irrigação agrícola.

Os impactos dessas atividades também se refletem nos principais centros de tratamento de água, que enfrentam dificuldades crescentes para purificar águas turvas com elevados índices de metais pesados. Essa situação coloca em risco a saúde pública e compromete a sustentabilidade ambiental (MICOA, 2012, p. 54).

Portanto, observa-se que os fatores que mais afetam a agricultura, a pesca e a pecuária em Moçambique estão fortemente relacionados às ações humanas, particularmente à transformação de ecossistemas naturais em áreas de mineração e de desmatamento. Tais práticas ampliam os riscos sociais e ambientais, ameaçando a segurança alimentar, a saúde comunitária e a sustentabilidade das atividades econômicas rurais.

Fome e insegurança alimentar como consequência direta

A fome e a insegurança alimentar constituem desafios centrais para o desenvolvimento de Moçambique, sendo resultado de uma complexa teia de fatores estruturais, econômicos, ambientais e sociais. A pobreza persistente, a dependência da agricultura de subsistência e os efeitos das mudanças climáticas agravam este cenário, colocando milhões de moçambicanos em situação de vulnerabilidade.

Moçambique é um dos países mais pobres do mundo, com cerca de 46% da população vivendo abaixo da linha da pobreza (MEF, 2016) e apresentando elevados níveis de insegurança alimentar, aproximadamente 24% dos agregados familiares (SET-SAN, 2014). A relação entre pobreza e fome é circular: a falta de rendimento impede o acesso a alimentos e bens essenciais, enquanto a insegurança alimentar reduz a produtividade do trabalho, perpetuando a pobreza (Dixon et al., 2001; Massawe, 2017).

As zonas rurais, onde vive a maior parte da população, concentram os índices mais elevados de vulnerabilidade, com cerca de 50% dos agregados em situação de pobreza (MEF, 2016) e 27% em insegurança alimentar (SETSAN, 2014). Paradoxalmente, são justamente as famílias dependentes da produção agrícola e pecuária, que deveriam ser as mais resilientes, as mais afetadas pela insegurança alimentar (SETSAN, 2014).

A correlação entre crise ambiental e fome é evidente: mais de 70% da população dependem da agricultura familiar (FAO, 2022), altamente vulnerável a choques climáticos. A escassez de chuvas, a degradação dos solos e a contaminação dos rios têm provocado a perda de colheitas, a diminuição da disponibilidade de alimentos e o agravamento da desnutrição nas comunidades rurais.



Figura 7. Uma família moçambicana em situação de insegurança alimentar.

O problema tende a agravar-se diante de crises múltiplas. Segundo a ONU (2024), cerca de 773 mil moçambicanos enfrentarão níveis agudos de insegurança alimentar entre outubro de 2024 e março de 2025, devido à violência em Cabo Delgado e aos impactos climáticos relacionados ao fenômeno *La Niña*.

De igual modo, o Programa Alimentar Mundial (PAM), citado pela Lusa (2024), estima que 1,8 milhão de pessoas necessitam de ajuda em sete províncias do país. A percentagem da população em risco subiu de 20% em 2023 para 33% em 2024, sobretudo devido à seca provocada pelo *El Niño*. O número de pessoas em situação severa de insegurança alimentar é quase quatro vezes superior ao registado em 2023.

O relatório do PAM alerta ainda para o “acesso limitado” a alimentos e água, sobretudo entre grupos vulneráveis, que recorrem a estratégias de sobrevivência negativas, incluindo práticas que aumentam a exposição a riscos de exploração e abuso. Atualmente, cerca de 1,1 milhão de pessoas precisam de assistência de emergência em termos de segurança alimentar e subsistência.

A fome e a insegurança alimentar em Moçambique não podem ser analisadas apenas sob a ótica da escassez de recursos, mas como resultado de múltiplos fatores interligados: pobreza estrutural, degradação ambiental, vulnerabilidade climática e fragilidade institucional. O enfrentamento desse desafio exige, portanto, estratégias integradas que unam políticas sociais, investimentos em agricultura sustentável e maior proteção ambiental.

Comunicação comunitária como estratégia de enfrentamento das mudanças climáticas e da fome

A exploração de recursos minerais e a consequente degradação ambiental constituem fenômenos históricos que remontam a práticas de mineração primitiva já registradas há mais de oito séculos a.C. (McDonald, 1983). Apesar de sua relevância econômica, tais práticas, quando conduzidas de forma descontrolada, têm provocado sérios impactos socioambientais, entre os quais se destacam a perda da fertilidade dos solos, a contaminação hídrica, a redução da produtividade agrícola e o agravamento da insegurança alimentar. Esses efeitos são particularmente evidentes nas comunidades rurais, que dependem diretamente dos recursos naturais para sua subsistência e cujas condições de vida são profundamente afetadas pelas alterações climáticas e pela exploração predatória dos ecossistemas.

Diante desse contexto, a comunicação comunitária emerge como uma estratégia essencial de conscientização, mobilização e resistência social, promovendo o diálogo entre o conhecimento científico e os saberes tradicionais. Conforme destaca Peruzzo (2008), essa forma de comunicação reconhece e valoriza o saber local, promove a escuta ativa e incentiva a participação das comunidades na identificação de problemas e na formulação de soluções ambientalmente sustentáveis. Trata-se, portanto, de um processo que fortalece a resiliência comunitária frente aos desafios impostos pelas mudanças climáticas, pela degradação ambiental e pela insegurança alimentar,

ao mesmo tempo em que estimula a construção coletiva de respostas contextualizadas e culturalmente significativas.

Para Peruzzo (2006; 2008), a comunicação comunitária constitui o canal legítimo de expressão de uma comunidade, por meio do qual os indivíduos manifestam seus interesses, necessidades e reivindicações. Mais do que um simples instrumento técnico, representa uma forma de expressão libertadora e de inclusão social, que garante às populações historicamente marginalizadas a oportunidade de participar ativamente da vida pública e de reivindicar melhorias nas condições de existência. Enraizada no cotidiano das pessoas, essa comunicação não depende de grandes estruturas tecnológicas: frequentemente é artesanal, construída a partir dos próprios recursos e talentos locais, tornando-se, assim, um espaço genuíno de fala, partilha e empoderamento coletivo.

Nesse processo, a incorporação de novas tecnologias de comunicação, como rádios comunitárias, redes sociais e plataformas digitais, amplia o alcance das mensagens educativas e fortalece as redes de solidariedade entre diferentes atores sociais. Lemos e Castells (2010) salientam que a comunicação em rede, quando orientada por princípios éticos e inclusivos, possui o potencial de reforçar movimentos de resistência local e promover a justiça ambiental, ao articular comunidades, instituições e movimentos sociais em torno de causas comuns.

Além de democratizar o acesso à informação, a comunicação comunitária possibilita que as próprias comunidades se apropriem das técnicas de produção comunicacional, rompen-

do com a dependência histórica em relação à mídia tradicional. Essa apropriação técnica e simbólica representa uma mudança paradigmática, na medida em que a comunidade deixa de ser mera receptora de conteúdos e passa a ser produtora de suas próprias narrativas, legitimando saberes locais e consolidando formas autônomas de resistência e expressão (Peruzzo, 2008).

Ao oferecer às pessoas um espaço legítimo de expressão e de debate público, a comunicação comunitária consolida-se como uma força contra-hegemônica no campo comunicacional, ao integrar produtores e receptores das mensagens e ao estimular novas formas de reflexão crítica sobre a realidade. Para Paiva (2007, p. 145), a comunicação comunitária tem como propósito central a educação, configurando-se como “um lugar propiciador de novas formas de reflexão sobre a comunicação”. Assim, ela assume um papel educativo e transformador, indispensável à construção de sociedades mais participativas, ambientalmente conscientes e socialmente justas.

Outro aspecto relevante reside no papel simbólico da comunicação comunitária na ressignificação das práticas tradicionais e na ativação do imaginário coletivo. O diálogo participativo e a construção de alternativas econômicas e culturais permitem reinterpretar atividades como a mineração artesanal, orientando-as para práticas ambientalmente responsáveis e socialmente justas. Dessa forma, a comunicação comunitária não apenas difunde informação, mas também constrói sentidos, fortalece vínculos de pertencimento e impulsiona processos de transformação social, contribuindo para a sustentabi-

lidade dos recursos naturais e para a segurança alimentar das comunidades.

Essa dimensão participativa encontra respaldo em instrumentos internacionais de direitos humanos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seus artigos 27 e 29, estabelece que todos os indivíduos têm o direito de participar livremente da vida cultural e social da comunidade, bem como deveres para com esta, condição indispensável ao pleno desenvolvimento da personalidade humana. Em 1976, a Conferência das Nações Unidas reafirmou esse princípio ao declarar que a participação popular é um direito humano, um dever político e um instrumento essencial para a construção nacional (Peruzzo, 2008, p. 275). Assim, a comunicação comunitária se confirma como instrumento de democratização da informação e de fortalecimento da cidadania ambiental, capaz de promover uma relação mais equilibrada entre sociedade, natureza e desenvolvimento.

Aspectos metodológicos da pesquisa

A pesquisa desenvolvida é de natureza qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, e tem como propósito compreender como a comunicação comunitária atua como mediadora no enfrentamento das mudanças climáticas e da insegurança alimentar nas comunidades rurais de Manica, Moçambique. Segundo Minayo (2007, p. 21), a pesquisa qualitativa busca compreender dimensões da realidade social que não podem ser expressas numericamente, pois se relacionam ao

universo simbólico e subjetivo das ações humanas, seus significados, crenças, valores, motivações e atitudes. Esse tipo de investigação considera que o ser humano não apenas age, mas também reflete e interpreta suas ações dentro de um contexto social compartilhado. Dessa forma, a abordagem qualitativa mostra-se adequada por permitir analisar discursos, percepções, práticas e significados atribuídos pelos sujeitos à ação comunicativa no contexto comunitário e mudanças climáticas e fome.

A análise é fundamentada na Análise do Discurso (AD) de orientação francesa, conforme os aportes de Michel Pêcheux (1990) e Eni Orlandi (2005). De acordo com esses autores, o discurso, entendido como efeito de sentidos entre interlocutores, não se limita a uma simples troca de mensagens, mas envolve processos de significação, identificação e construção da realidade, constituindo parte da vida social e histórica dos sujeitos. Nessa perspectiva, a comunicação comunitária é concebida como espaço de diálogo, reflexão e engajamento, permitindo que as comunidades rurais compreendam e respondam coletivamente às mudanças climáticas de modo contextualizado e culturalmente significativo. Para esses autores, uma análise discursiva deve considerar que a linguagem não é apenas um meio de transmissão de informações, mas um instrumento de mediação entre os seres humanos e a realidade social e natural, possibilitando interpretar, construir e compartilhar sentidos sobre a existência e sobre os fenômenos que os afetam (Pêcheux, 1990; Orlandi, 2005).

Nesta pesquisa, tal abordagem busca compreender como os sentidos são produzidos nos discursos de líderes comunitá-

rios, acadêmicos e jornalistas, evidenciando relações de poder, ideologia e resistência nas práticas comunicativas sobre mudanças climáticas, fome e sustentabilidade. No contexto moçambicano, a comunicação comunitária assume papel mediador ao articular saberes tradicionais, conhecimento científico e experiências locais, favorecendo a compreensão coletiva dos desafios ambientais e da insegurança alimentar.

O estudo é desenvolvido no distrito de Manica, na província de Manica, em Moçambique, especialmente em comunidades afetadas pelas mudanças climáticas resultantes da mineração, contaminação dos rios, das secas e da erosão do solo. Esse contexto conta com a cobertura da Rádio Comunitária de Macequece, além de emissoras provinciais como a Rádio Moçambique, Rede Miramar, Soico Televisão (STV) e TV Sucesso, que funcionam como importantes plataformas de informação, educação e mobilização ambiental.

Participam da pesquisa três grupos de atores-chave: líderes comunitários, reconhecidos como mediadores locais e guardiões de saberes tradicionais; acadêmicos e investigadores vinculados às universidades locais, envolvidos em projetos ambientais e de extensão comunitária; e jornalistas e voluntários das rádios comunitárias e emissoras provinciais, responsáveis pela produção e difusão de conteúdos ambientais. O número de entrevistados é de oito participantes, definido pelo critério de saturação teórica (Bauer & Gaskell, 2011).

Como técnicas de coleta de dados, utilizam-se entrevistas semiestruturadas realizadas de forma presencial e remota, orientadas pelos operadores analíticos previamente definidos,

como práticas comunicativas, saberes tradicionais, papel dos líderes, universidades, rádios e impactos percebidos. Conforme Gaskell (2002), as entrevistas podem ser individuais, quando se deseja explorar em profundidade a cosmovisão pessoal do(a) entrevistado(a), ou grupais, quando se busca estimular o diálogo entre os participantes. Neste estudo, as entrevistas assumem caráter individual. Complementarmente, recorre-se à análise documental, de campanhas radiofônicas, relatórios institucionais e programas de extensão, e à observação indireta por meio da escuta e registro de programas comunitários relacionados às mudanças climáticas. Todas as entrevistas são gravadas com consentimento informado, transcritas integralmente e codificadas conforme as categorias analíticas.

Os dados obtidos são submetidos a uma análise discursiva e interpretativa, que segue as seguintes etapas: leitura flutuante das transcrições e identificação de enunciados recorrentes; codificação temática com base nos operadores analíticos; análise do discurso, identificando sentidos dominantes, tensões e estratégias discursivas; e, por fim, a interpretação crítica, que relaciona os achados empíricos com a literatura sobre comunicação comunitária, sustentabilidade e mobilização social.

A pesquisa respeita integralmente os princípios éticos da investigação científica, garantindo o anonimato, a confidencialidade e o consentimento livre e esclarecido dos participantes. Além disso, os resultados serão devolvidos às comunidades envolvidas como forma de restituição social do conhecimento, contribuindo para o fortalecimento das práticas comunicati-

vas locais e para a valorização dos saberes tradicionais na promoção da sustentabilidade.

Apresentação e análise dos dados

a) *Comunicação comunitária e produção de conteúdos*

A comunicação comunitária desempenha papel fundamental no engajamento das comunidades frente aos desafios impostos pelas mudanças climáticas e pela insegurança alimentar. Para compreender a percepção sobre a relevância dessa forma de comunicação no enfrentamento desses fenômenos, foram realizadas entrevistas com seis participantes, incluindo três jornalistas, dois líderes comunitários e uma pesquisadora.

As falas apresentadas na tabela a seguir refletem a visão desses atores sobre o papel da comunicação comunitária como instrumento de conscientização, mobilização social e promoção de soluções localmente apropriadas.

Tabela 1

Entrevistado	Perfil	Data	Principais Contribuições
1	Jornalista e estudante de comunicação	10/08	Produz conteúdos que evidenciam a realidade das comunidades vulneráveis e destacam soluções locais. Órgão de comunicação possui programas sobre agricultura sustentável, preservação de recursos naturais e educação ambiental.

ENTRE A FOME E A DESINFORMAÇÃO:
MUITAS PONTES ENTRE BRASIL E ÁFRICA

2	Jornalista e professor de jornalismo	13/08	Produz conteúdos informativos, investigativos e educativos sobre preservação ambiental, segurança alimentar e mudanças climáticas. Programas radiofônicos abordam agricultura sustentável, gestão de resíduos e energias renováveis.
3	Líder juvenil e doutorando em comunicação	15/08	Valoriza rádios comunitárias e redes sociais para disseminar conhecimentos sobre hábitos alimentares, práticas nutricionais e sustentabilidade local.
4	Jornalista	17/08	Produz programas educativos e reportagens sobre impactos ambientais, conservação do solo e histórias de camponeses que adotam boas práticas agrícolas.
5	Pesquisadora	19/08	Universidades desenvolvem projetos de extensão e mobilização, alertando sobre impactos ambientais e incentivando práticas sustentáveis de mineração e agricultura.
6	Líder comunitário	22/08	Rádio comunitária, TV e jornais locais informam sobre conservação de recursos, práticas agrícolas e impactos da mineração.

Fonte: Elaboração dos autores a partir das entrevistas.

Os entrevistados destacam a produção de conteúdos informativos, educativos e investigativos como instrumento central para enfrentar os desafios ambientais e sociais. Por exemplo, o entrevistado 1 evidencia a necessidade de mostrar a realidade das comunidades vulneráveis e destacar soluções locais, enquanto o entrevistado 2 ressalta a abordagem de programas radiofônicos sobre agricultura sustentável, gestão de resíduos e energias renováveis. O entrevistado 3, por sua vez, valoriza rádios comunitárias e redes sociais para disseminar conhecimentos sobre hábitos alimentares e sustentabilidade.

Essa ênfase reflete a perspectiva de Peruzzo (2008), para quem a comunicação comunitária não apenas informa, mas também legitima a expressão das comunidades, fortalecendo a produção de narrativas próprias. Assim, os conteúdos produzidos pelos diferentes atores sociais funcionam como ferramentas de conscientização e educação ambiental, promovendo mudanças comportamentais e mobilização social frente às crises climática e alimentar.

b) Engajamento e Participação Comunitária

O êxito de qualquer iniciativa comunitária está intrinsecamente ligado ao engajamento e à participação ativa dos membros da comunidade. A mobilização social só adquire efetividade e legitimidade quando os indivíduos se percebem como protagonistas de seus próprios processos e destinam-se à construção de soluções coletivas. Os relatos a seguir evidenciam a percepção dos entrevistados acerca da importância da

participação comunitária para a resolução de problemas locais e para o enfrentamento das mudanças climáticas e da insegurança alimentar.

Tabela 2

Entrevistado	Perfil	Data	Principais Contribuições
1	Jornalista e estudante de comunicação	10/08	Damos voz aos cidadãos, promovendo debates comunitários, reportagens e oficinas participativas. A comunidade é protagonista na construção de soluções.
2	Jornalista e professor de jornalismo	13/08	Reportagens e debates convidam a comunidade a compartilhar experiências e problemas locais, estimulando a transformação cultural e política.
3	Líder juvenil e doutorando em comunicação	15/08	Incentiva participação comunitária e protagonismo, capacitando membros para lidar com recursos naturais e práticas sustentáveis.
4	Jornalista	17/08	Promove espaços de diálogo e participação comunitária, incentivando a expressão das necessidades locais.
5	Pesquisadora	19/08	Trabalha com comunidades e mineradores para adoção de práticas sustentáveis e mitigação dos impactos da mineração.
6	Líder comunitário	22/08	Comunidades participam na preservação ambiental e segurança alimentar, seguindo orientações de lideranças e informações da mídia.

Fonte: Elaboração dos autores, a partir das entrevistas.

As entrevistas revelam estratégias que estimulam a participação ativa das comunidades na identificação de problemas e na construção de soluções. Os relatos destacam a promoção de debates comunitários, oficinas participativas e reportagens em zonas rurais, nas quais os membros da comunidade compartilham experiências sobre mudanças climáticas e impactos ambientais. Por exemplo: o entrevistado 1 descreve a prática de deslocar-se ao campo e estimular a comunidade a compartilhar experiências sobre mudanças climáticas, enquanto o entrevistado 4 enfatiza a promoção de espaços de diálogo e expressão das necessidades locais. Tais práticas fortalecem o protagonismo local, conferindo à população o papel de produtora de soluções, em consonância com Peruzzo (2006), que defende a comunicação comunitária como canal legítimo de expressão, inclusão social e empoderamento das populações historicamente marginalizadas.

c) Integração de Saberes Tradicionais e Científicos

Os saberes locais desempenham um papel central na construção da identidade cultural das comunidades rurais de Moçambique. Transmitidos oralmente ao longo das gerações, esses conhecimentos acumulam experiências práticas sobre agricultura, medicina tradicional, artesanato, rituais, costumes sociais e ecossistemas locais, formando um patrimônio coletivo que organiza a memória, fortalece a coesão social e orienta a resolução de problemas cotidianos (Diegues et al., 2000; Heringer, 2007; Lima, 2009; Leuzinger, 2009; Vansina, 2010). Tais

saberes não se limitam a técnicas ou práticas; refletem crenças, valores, normas éticas e o senso de pertencimento das comunidades, consolidando-se como elementos constitutivos da identidade cultural coletiva.

Tabela 3

Entrevistado	Perfil	Data	Principais Contribuições
1	Jornalista e estudante de comunicação	10/08	Práticas ancestrais de agricultores combinadas com conhecimento científico geram soluções mais sustentáveis.
2	Jornalista e professor de jornalismo	13/08	Comunicação permite compreensão do conhecimento científico pelas comunidades e valoriza práticas locais de plantio e conservação de alimentos.
3	Líder juvenil e doutorando em comunicação	15/08	Destaca a importância de unir saberes científicos e tradicionais, valorizando técnicas agrícolas ancestrais e modernas.
4	Jornalista	17/08	Valoriza conhecimentos ancestrais sobre ciclos de chuva e conservação de alimentos, combinados com conhecimento científico.
5	Pesquisadora	19/08	Comunicação científica dialoga com práticas locais para soluções de sustentabilidade compatíveis com a realidade comunitária.
6	Líder comunitário	22/08	Combina orientações tradicionais (cerimônias, cosmogonia, práticas ancestrais) com conhecimento técnico de universidades e especialistas.

Fonte: Elaboração dos autores, a partir das entrevistas.

A análise das entrevistas com jornalistas, líderes comunitários e pesquisadores evidencia que a comunicação comunitária funciona como mediadora entre os saberes tradicionais e o conhecimento científico, promovendo a integração de perspectivas e a construção de soluções adaptadas à realidade local. Por exemplo, o entrevistado 1 enfatiza que práticas ancestrais de agricultores, quando combinadas com conhecimento científico, resultam em soluções mais sustentáveis. De forma complementar, o entrevistado 2 ressalta que a comunicação permite a compreensão do conhecimento técnico pelas comunidades e valoriza práticas locais de plantio e conservação de alimentos.

Os demais entrevistados reforçam essa perspectiva: o entrevistado 3 destaca a união entre saberes tradicionais e modernos para otimizar técnicas agrícolas; o entrevistado 4 valoriza conhecimentos ancestrais sobre ciclos de chuva e métodos de conservação integrados ao conhecimento científico; o entrevistado 5 aponta o diálogo entre ciência e práticas locais como caminho para sustentabilidade compatível com a realidade das comunidades; e o entrevistado 6 evidencia a combinação de orientações tradicionais (como cerimônias e cosmogonias) com técnicas universitárias e de especialistas.

Esses relatos corroboram a literatura que afirma que o conhecimento tradicional constitui patrimônio coletivo, transmitido de forma oral e empírica, enraizado nas práticas locais e na relação contínua com o meio natural (Kamu, 2009; Giddens apud Mendonça, 2006). Ao integrar saberes locais e científicos, a comunicação comunitária contribui não apenas para a reso-

lução de problemas práticos, como a segurança alimentar e a adaptação às mudanças climáticas, mas também para a preservação da identidade cultural, fortalecendo o pertencimento social, a coesão comunitária e a resiliência frente a transformações socioambientais e às pressões da globalização.

Portanto, a valorização e a transmissão dos saberes tradicionais, aliadas à mediação comunicacional com o conhecimento científico, representam uma estratégia central para a sustentabilidade ambiental, social e cultural das comunidades rurais em Moçambique, consolidando a comunicação comunitária como instrumento de educação, mobilização e transformação social.

d) Percepção das Mudanças Climáticas e Impactos na Segurança Alimentar

As comunidades rurais de Moçambique estão entre as mais vulneráveis às mudanças climáticas devido à forte dependência da agricultura, pecuária e pesca de subsistência, aliada à limitada capacidade de adaptação frente a eventos climáticos extremos, como ciclones, secas prolongadas e chuvas irregulares (Irish Aid, 2018; Warner et al., 2016; FAO, 2022), conforme já assinalamos. Essa vulnerabilidade é intensificada pela degradação ambiental, resultante da mineração descontrolada, do desmatamento e da exploração predatória dos recursos naturais (Cunguara & Hanlon, 2017; Domingos et al., 2021). As consequências manifestam-se na insegurança alimentar, desnutrição crônica, redução da produtividade agrícola e aumento da pobreza estrutural (SETSAN, 2014; MEF, 2016).

A análise das entrevistas com jornalistas, líderes comunitários e pesquisadores confirma e amplia essas evidências, destacando percepções sobre os impactos das mudanças climáticas na subsistência das comunidades rurais e o papel da comunicação na mitigação desses efeitos.

Tabela 4

Entrevistado	Perfil	Data	Principais Contribuições
1	Jornalista e estudante de comunicação	10/08	Articula mudanças climáticas e fome, evidenciando impactos humanos na produção agrícola e vulnerabilidade social.
2	Jornalista e professor de jornalismo	13/08	Comunicação evidencia necessidade de práticas resilientes frente a eventos climáticos extremos.
3	Líder juvenil e doutorando em comunicação	15/08	Reconhece eventos climáticos extremos, degradação ambiental e insegurança alimentar como consequências de ações humanas.
4	Jornalista	17/08	Comunicação evidencia como alterações climáticas e desmatamento afetam produção agrícola, aumentando insegurança alimentar.
5	Pesquisadora	19/08	Destaca efeitos da mineração sobre degradação ambiental e impactos na produção de alimentos.
6	Líder comunitário	22/08	Alterações climáticas, calor extremo, rios secos e perda de produtividade agrícola aumentam diretamente a fome.

Fonte: Elaboração dos autores, a partir das entrevistas.

Os entrevistados reconhecem que os eventos climáticos extremos, como secas prolongadas, ciclones e alterações nos padrões de chuva, comprometem diretamente a produção agrícola, pecuária e pesqueira, aumentando a insegurança alimentar. O entrevistado 1 observa que a articulação entre mudanças climáticas e fome evidencia a dimensão humana dos desafios ambientais, refletindo a correlação entre degradação ambiental e vulnerabilidade social.

De forma complementar, o entrevistado 2 enfatiza que a comunicação comunitária é um instrumento de conscientização sobre práticas resilientes, capazes de mitigar os impactos de eventos climáticos sobre a agricultura familiar. Este posicionamento corrobora estudos que defendem a importância da informação e da educação ambiental como estratégias de adaptação comunitária (Peruzzo, 2008; Paiva, 2007).

O entrevistado 3 destaca a interdependência entre atividades humanas e mudanças climáticas, reconhecendo que a degradação ambiental, a seca e os eventos extremos são consequências diretas das ações humanas e da exploração insustentável dos recursos naturais. Esse testemunho confirma a literatura que associa a mineração descontrolada, o desmatamento e a agricultura itinerante ao aumento da vulnerabilidade climática e da insegurança alimentar (Domingos et al., 2021; Nhantumbo, 2018).

Ainda neste sentido, o entrevistado 4 ressalta que a comunicação evidencia os impactos das alterações climáticas e do desmatamento sobre a produção agrícola, reforçando a necessidade de práticas sustentáveis e de gestão ambiental cons-

ciente. O entrevistado 5 acrescenta que a mineração contribui para a poluição dos rios e degradação dos ecossistemas, intensificando a insegurança alimentar, o que demonstra a relação direta entre fatores ambientais e crises socioeconômicas.

Por fim, o entrevistado 6 sintetiza os efeitos observados, apontando que alterações climáticas, calor extremo, escassez hídrica e perda de produtividade agrícola aumentam diretamente a fome nas comunidades rurais. Essa percepção evidencia que as comunidades reconhecem os efeitos cumulativos das mudanças climáticas e da degradação ambiental sobre sua subsistência, alinhando-se às análises de organismos internacionais, como FAO (2022) e PAM (2024).

Os relatos indicam que a comunicação comunitária desempenha papel estratégico na sensibilização e mobilização social, permitindo que as comunidades identifiquem riscos, adotem práticas resilientes e participem ativamente na mitigação dos impactos das mudanças climáticas. Assim, evidencia-se que enfrentar os desafios ambientais e reduzir a insegurança alimentar requer não apenas políticas públicas de adaptação e gestão sustentável, mas também a promoção de canais de comunicação que integrem saberes locais e científicos para fortalecer a resiliência comunitária.

e) Sustentabilidade e práticas comunitárias

A sustentabilidade representa um conceito central para o desenvolvimento comunitário, especialmente em contextos rurais altamente vulneráveis às mudanças climáticas e à degradação ambiental, como ocorre em Moçambique. Esse con-

ceito envolve o uso responsável dos recursos naturais, a proteção do meio ambiente e a promoção do bem-estar social, de modo a atender às necessidades presentes sem comprometer as gerações futuras. Nas comunidades rurais, a sustentabilidade está intimamente relacionada à gestão da agricultura, pecuária, pesca e mineração, sendo fundamental para a segurança alimentar e a resiliência socioambiental.

As entrevistas realizadas com jornalistas, líderes comunitários e pesquisadores revelam percepções convergentes sobre o significado de sustentabilidade e sobre como práticas comunitárias podem contribuir para a preservação ambiental e o desenvolvimento local.

Tabela 5

Entrevistado	Perfil	Data	Principais Contribuições
1	Jornalista e estudante de comunicação	10/08	Sustentabilidade: atender necessidades atuais sem comprometer gerações futuras, uso responsável de recursos e respeito ao meio ambiente.
2	Jornalista e professor de jornalismo	13/08	Sustentabilidade: produção de alimentos sem destruir recursos naturais, prevenção de desmatamento e práticas agrícolas respeitando ciclos naturais.
3	Líder juvenil e doutorando em comunicação	15/08	Sustentabilidade comunitária: equilíbrio entre bem-estar social, preservação ambiental e desenvolvimento econômico; mitigação de impactos da mineração.

4	Jornalista	17/08	Sustentabilidade: equilíbrio entre produção alimentar e preservação ambiental, reduzindo degradação e promovendo práticas agrícolas responsáveis.
5	Pesquisadora	19/08	Sustentabilidade: coexistência entre mineração, agricultura e proteção ambiental, visando bem-estar social e segurança alimentar.
6	Líder comunitário	22/08	Práticas sustentáveis: preservação de árvores, uso responsável da água, manutenção de machambas e alternância entre mineração e agricultura.

Fonte: Elaboração dos autores, a partir das entrevistas.

Os entrevistados destacam que a sustentabilidade transcende a mera produção de alimentos, incorporando a preservação do solo, da água e dos ecossistemas locais. O entrevistado 1 enfatiza a importância do uso responsável dos recursos naturais e do respeito ao meio ambiente como fundamentos para garantir o bem-estar humano. Essa visão está alinhada à definição clássica de sustentabilidade, que busca equilibrar necessidades imediatas e futuros impactos socioambientais.

O entrevistado 2 reforça a dimensão prática da sustentabilidade, relacionando-a a técnicas agrícolas que respeitam os ciclos naturais, prevenindo desmatamento e queimadas, de forma a assegurar a produtividade a longo prazo. Similarmente, o entrevistado 3 amplia essa perspectiva ao integrar aspectos de desenvolvimento econômico e mitigação dos impactos

da mineração, propondo tecnologias limpas e recuperação de áreas degradadas como estratégias de gestão responsável.

O entrevistado 4 destaca o equilíbrio entre produção alimentar e preservação ambiental, evidenciando que práticas agrícolas responsáveis podem reduzir a degradação do solo e proteger a disponibilidade hídrica, reforçando a importância de práticas contextualizadas e adaptadas às realidades locais.

A entrevistada 5 acrescenta a necessidade de coexistência entre atividades econômicas e proteção ambiental, ressaltando que a mineração, a agricultura e a conservação ambiental podem ser harmonizadas para promover bem-estar social e segurança alimentar, um princípio chave da sustentabilidade comunitária. Por fim, o entrevistado 6 aponta práticas concretas, como preservação de árvores, manejo responsável da água e alternância entre agricultura e mineração, evidenciando que a sustentabilidade depende da capacidade da comunidade em gerir recursos de forma integrada e consciente.

As entrevistas revelam que a sustentabilidade comunitária em Moçambique é percebida como um conceito triádico, envolvendo equilíbrio entre produção alimentar, proteção ambiental e desenvolvimento econômico. Além disso, os relatos indicam que a comunicação comunitária desempenha um papel estratégico na promoção dessas práticas, ao sensibilizar e capacitar os membros da comunidade para adotarem comportamentos ambientalmente responsáveis e culturalmente contextualizados, reforçando a resiliência local frente às mudanças climáticas e à degradação ambiental.

Vozes, Poder e Mobilização para Transformação Social

A comunicação comunitária emerge como um elemento estratégico para o enfrentamento de crises socioambientais, especialmente em contextos rurais vulneráveis como o de Moçambique, onde a população depende diretamente da agricultura, pesca, pecuária e recursos naturais para sua subsistência. Além de informar, ela mobiliza a ação coletiva, valoriza os saberes locais e articula o conhecimento científico com práticas tradicionais, desempenhando um papel crucial na promoção da segurança alimentar e da sustentabilidade ambiental. Nesse sentido, a comunicação comunitária não se limita à difusão de informação, mas atua como mediadora social, educacional e política, fortalecendo a resiliência das comunidades frente às mudanças climáticas e à degradação ambiental.

Tabela 6

Entrevistado	Perfil	Data	Principais Contribuições
1	Jornalista e estudante de comunicação	10/08	Comunicação funciona como ferramenta estratégica de transformação social, promovendo consciência ambiental, mobilizando políticas públicas e incentivando comportamentos responsáveis.
2	Jornalista e professor de jornalismo	13/08	Sustentabilidade envolve produção de alimentos sem destruir recursos naturais, prevenção de desmatamento e queimadas, e promoção de práticas agrícolas que respeitem ciclos naturais e protejam solos e água.

3	Líder juvenil e doutorando em comunicação	15/08	Jornalistas atuam como mediadores entre comunidades e tomadores de decisão, informando, sensibilizando e incentivando ações que promovam segurança alimentar e preservação ambiental.
4	Jornalista	17/08	Lideranças comunitárias mediadoras do uso de recursos, capazes de influenciar comportamentos locais e articular tradições e ciência para fortalecimento da coesão social e soluções adaptadas às mudanças climáticas.
5	Pesquisadora	19/08	Comunicação mobiliza a população para comportamentos sustentáveis e conscientização sobre mudanças climáticas, promovendo políticas públicas e ações coletivas.
6	Líder comunitário	22/08	Universidades e comunicação comunitária atuam como mediadoras, promovendo conscientização e intervenção junto ao governo para políticas ambientais responsáveis. Líderes comunitários atuam como mediadores, orientando comportamentos locais, reforçando tradições, promovendo coesão social e mobilizando a população para práticas sustentáveis.

Fonte: Elaboração dos autores, a partir das entrevistas.

As entrevistas realizadas com jornalistas, líderes comunitários e pesquisadores revelam a percepção da comunicação

comunitária como uma ferramenta multifacetada de mobilização social, conscientização ambiental e promoção de práticas sustentáveis.

O entrevistado 1 destaca que a comunicação funciona como uma ferramenta estratégica de transformação social, conscientizando a população sobre os impactos ambientais e mobilizando políticas públicas que promovam comportamentos responsáveis. Essa visão reforça o papel educativo da comunicação comunitária e sua capacidade de articular mudança de atitudes frente às crises socioambientais.

O entrevistado 2 associa a comunicação à sustentabilidade prática, enfatizando a produção de alimentos de maneira que preserve recursos naturais, previna desmatamento e respeite ciclos ecológicos. Isso evidencia a função mediadora da comunicação entre conhecimento técnico e práticas locais, fortalecendo capacidades comunitárias de adaptação climática.

O entrevistado 3 reforça o papel de jornalistas como mediadores entre comunidades e tomadores de decisão, ressaltando a importância da informação para sensibilizar a população e fomentar ações que promovam a segurança alimentar e preservação ambiental. Essa mediação fortalece o protagonismo local e garante que as vozes das comunidades rurais sejam ouvidas nos processos decisórios.

O entrevistado 4 amplia a perspectiva, identificando lideranças comunitárias como mediadoras do uso de recursos e articuladoras do conhecimento científico e tradicional. Essa combinação permite soluções contextualizadas, reforçando a

coesão social e o protagonismo comunitário na adaptação às mudanças climáticas.

O entrevistado 5 enfatiza que a comunicação mobiliza a população para comportamentos sustentáveis e incentiva a implementação de políticas públicas e ações coletivas. Assim, a comunicação atua não apenas na conscientização individual, mas na construção de estratégias coletivas de mitigação e adaptação.

Por fim, o entrevistado 6 destaca a importância da colaboração entre universidades, comunicação comunitária e lideranças locais, integrando saberes científicos e tradições para orientar políticas ambientais responsáveis e fortalecer a coesão social. Isso evidencia que a comunicação comunitária funciona como um canal de diálogo entre múltiplos atores, promovendo aprendizado conjunto e práticas socialmente justas e ambientalmente sustentáveis.

A análise das entrevistas indica que a comunicação comunitária, ao articular ciência, saberes tradicionais e participação social, constitui uma estratégia essencial para enfrentar os efeitos das mudanças climáticas e da fome em comunidades rurais. Ela fortalece a resiliência comunitária, legitima os conhecimentos locais, estimula a participação cidadã e promove comportamentos sustentáveis. Mais do que informar, a comunicação comunitária atua como catalisadora de transformação social, educativa e ambiental, contribuindo para a segurança alimentar, a sustentabilidade dos recursos naturais e a cons-

trução de sociedades mais participativas e conscientes de sua relação com o meio ambiente.

Considerações finais

O presente estudo evidencia que a comunicação comunitária desempenha um papel estratégico e multifacetado na promoção da conscientização, mobilização e transformação social nas comunidades rurais de Moçambique. A partir das entrevistas realizadas com jornalistas, líderes comunitários e pesquisadores, foi possível compreender que a comunicação comunitária vai muito além da mera difusão de informações: ela atua como mediadora entre os saberes tradicionais, o conhecimento científico e a participação cidadã, consolidando-se como ferramenta essencial para enfrentar os desafios socioambientais, em especial as mudanças climáticas e a insegurança alimentar.

Em relação à produção de conteúdos, os entrevistados destacaram que programas educativos, reportagens investigativas e iniciativas informativas desempenham um papel central na conscientização sobre agricultura sustentável, conservação ambiental, gestão de resíduos e energias renováveis. Essas ações não apenas instruem as comunidades sobre boas práticas, mas também legitimam a expressão local, fortalecendo narrativas próprias e valorizando soluções adaptadas à realidade comunitária.

No que tange ao engajamento e à participação comunitária, os relatos demonstram que a efetividade das ações depen-

de do protagonismo dos membros da comunidade. Oficinas, debates e reportagens participativas foram apontados como estratégias que estimulam a colaboração, o compartilhamento de experiências e a construção coletiva de soluções. Dessa forma, a comunicação comunitária contribui para a inclusão social, para a coesão comunitária e para o fortalecimento da capacidade local de resposta a crises ambientais e socioeconômicas.

A integração de saberes tradicionais e científicos revelou-se fundamental para a sustentabilidade das práticas comunitárias. A combinação de conhecimentos ancestrais com técnicas modernas permite soluções mais eficazes e adaptadas às condições locais, fortalecendo a identidade cultural e a preservação do patrimônio coletivo. Tal integração evidencia que o diálogo entre ciência e tradição não apenas melhora a produtividade e a segurança alimentar, mas também reforça a coesão social e o sentimento de pertencimento à comunidade.

Quanto à percepção das mudanças climáticas e seus impactos na segurança alimentar, os entrevistados indicaram que eventos climáticos extremos, degradação ambiental e exploração predatória dos recursos naturais têm efeitos diretos na produção agrícola, na pesca e na pecuária, intensificando a vulnerabilidade socioeconômica. Nesse contexto, a comunicação comunitária atua como canal de sensibilização e educação, promovendo práticas resilientes, mitigando riscos e fortalecendo a capacidade de adaptação das comunidades frente às adversidades ambientais.

No eixo da sustentabilidade e das práticas comunitárias, constatou-se que as ações comunitárias buscam equilibrar produção alimentar, preservação ambiental e desenvolvimento econômico. A promoção de técnicas agrícolas responsáveis, gestão hídrica, mitigação de impactos da mineração e preservação de ecossistemas locais demonstra que a sustentabilidade é entendida como um conceito triádico, integrado à vida cotidiana e à cultura local. A comunicação comunitária, nesse processo, funciona como instrumento de orientação, capacitação e mobilização para práticas ambientalmente e socialmente responsáveis.

Por fim, no aspecto de vozes, poder e mobilização para transformação social, o estudo evidencia que a comunicação comunitária não apenas informa, mas catalisa mudanças estruturais e comportamentais. Ela fortalece a participação cidadã, legitima saberes locais, articula políticas públicas, incentiva comportamentos sustentáveis e promove a educação ambiental. Assim, emerge como ferramenta de empoderamento social, capaz de articular ciência, tradição e protagonismo comunitário, contribuindo para a resiliência das comunidades diante das crises ambientais e para a construção de sociedades mais justas, participativas e conscientes de sua relação com o meio ambiente.

A análise do presente trabalho demonstra que a comunicação comunitária é uma estratégia central para o desenvolvimento sustentável, para a segurança alimentar e para a mobilização social em contextos rurais. Ela integra educação,

cultura, ciência e participação, consolidando-se como um instrumento capaz de transformar realidades, promover justiça ambiental e fortalecer a coesão social das comunidades moçambicanas frente aos desafios contemporâneos.

Referências

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2011.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R.; ORACION, E. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. São Paulo: NUPAUB, 2000.

DOMINGOS, M. A.; NHANTUMBO, I.; CHISSANO, L. **Impacto ambiental da mineração artesanal na província de Manica: um estudo de caso dos rios em Matarara**. Maputo: Universidade Pedagógica de Moçambique, 2021.

FAO. **The State of Food and Agriculture 2022: Climate change, agriculture and food security**. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cc0639en>. Acesso em: 31 out. 2025.

HERINGER, A. Os conhecimentos tradicionais associados e o acesso aos recursos genéticos: um estudo sobre a regulamentação da medida provisória nº 2.186-16/01. **Revista Amazônia Legal de Estudos Sócio-Jurídico-Ambientais**, v. 1, n. 2, p. 131-148, 2007.

IPCC. **Climate Change 2023: Synthesis Report**. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report. Geneva: Intergovernmental Panel on Climate Change, 2023. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/>. Acesso em: 31 out. 2025.

KAMAU, E. C. A implementação do artigo 8j da CDB, o problema do conhecimento tradicional disseminado e a experiência do Quênia. In: KISHI, S. A. S.; KLEBA, J. B. (orgs.). **Dilemas do acesso à biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais**: direito, política e sociedade. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2009.

KLEBA, J. B. Problemas sociolegais do acesso ao conhecimento tradicional associado a recursos genéticos e estudo dos casos da fragrância do breu branco e de psicoativos indígenas. In: KISHI, S. A. S.; KLEBA, J. B. (orgs.). **Dilemas do acesso à biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais**: direito, política e sociedade. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2009.

LEMOS, André. **Agregações eletrônicas ou comunidades virtuais?** Análise das listas da Facom e Cibercultura, 1999. Disponível em: <https://facom.ufba.br/ciberpesquisa/lemos/artigos.html>. Acesso em: 11 ago. 2025.

_____. **Ciber-Socialidade**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 1998. Disponível em: <https://facom.ufba.br/pesq/cyber/lemos/cibersoc.html>. Acesso em: 9 ago. 2025.

_____. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LEUZINGER, M. D. Populações tradicionais e conhecimentos associados aos recursos genéticos: conceitos, características e peculiaridades. In: KISHI, S. A. S.; KLEBA, J. B. (orgs.). **Dilemas do acesso à biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais**: direito, política e sociedade. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2009.

LIMA, V. H. A. **O conhecimento tradicional e os saberes locais em comunidades costeiras**: um estudo de caso da Ilha de Deus em Recife [Dissertação de Mestrado]. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2009.

MENDONÇA, S. A. T. de. **A influência do conhecimento tradicional na formulação de políticas públicas:** o caso da pesca artesanal do rio São Francisco [Tese de Doutorado]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2017.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2005.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum:** comunidade, mídia e globalismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **O retorno da comunidade:** os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PÊCHEUX, M. **Análise automática do discurso.** Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares:** a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 2008.

VANSINA, J. **História oral:** história e método. São Paulo: UNESP, 2010.

CAPÍTULO 5

Exploring Disinformation and COVID-19 Vaccine Denialism in Sub-Saharan Africa: A Scoping Review

Chikezie E. Uzuegbunam, PhD⁴⁶

Chinedu Richard Ononiwu, PhD⁴⁷

Introduction

The COVID-19 pandemic caused a dual global emergency—one biological and the other informational (Elbe, 2021; Nie, J. 2020; Uzuegbunam & Ononiwu, 2023). Apart from the spread of the virus, which is the biological aspect of the emergency, there is the informational emergency, an “infodemic,” which has been defined by the World Health Organization (WHO) as the overabundance of false or misleading information that erodes public trust and undermines health interventions (Uzuegbunam & Ononiwu, 2023; Uzuegbunam, 2025). Due to ingrained institutional mistrust, religious influence, and sociopolitical grievances that combine with digital disinformation to create vaccine denialism, the problem of health-related disinformation is more complicated in Sub-Saharan Africa (SSA) (Inichinbia et al., 2023). Disinformation in many SSA contexts did more than just create ambiguity; it incited some groups of people to com-

46 School of Journalism and Media Studies, Rhodes University, South Africa. E-mail: Chikezie.uzuegbunam@ru.ac.za

47 Michael Okpara University of Agriculture, Umudike, Nigeria. E-mail: ononiwumartins@gmail.com

pletely reject vaccines and information from health officials (Brackstone et al., 2022; Kainja et al., 2024; Tabong & Segtub, 2021; Wonodi et al., 2022).

Although there is a wealth of global research that explore the relationship between disinformation and vaccine denialism (Borges et al., 2024; de Albuquerque et al., 2022; MacDonald, 2020; Młóźniak et al., 2023; Reyes Fernández, 2025; Rochel de Camargo, 2024), there seems to be not enough research that synthesizes the fragmented body of literature on how disinformation influenced COVID-19-related attitudes in SSA, particularly in relation to vaccine denialism. Moreover, the literature currently in publication frequently concentrates on the frequency of disinformation rather than its mechanisms or how exposure to false narratives turns reluctant people into ideological denialists. Furthermore, a dependence on cross-sectional surveys, a focus on Anglophone countries, and a disregard for the role played by platforms such as WhatsApp and community-based rumor networks are just a few of the methodological and contextual gaps in research conducted in SSA. This study performs a scoping review of empirical research investigating COVID-19 disinformation and vaccine attitudes throughout SSA in order to potentially fill some of these gaps. In this study, disinformation is understood broadly as a phenomenon that encompasses three types of informational disorder: disinformation (false information that is deliberately created to harm individuals, groups, organizations, or nations; or more specifically, deliberately created to change vaccine-related behaviour); misinformation (false information not intended to cause harm); and mal-information (information

based on reality but used to harm individuals, organizations, or nations) (Gelfert, 2018; Waisbord, 2018; Wardle & Derakshan, 2017).

The review methodically found, filtered, and synthesized peer-reviewed research published between 2020 and 2025, guided by the Arksey and O'Malley (2005) framework and improved with the PRISMA-ScR (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews) checklist. Combinations of key terms like “COVID-19,” “vaccine hesitancy,” “misinformation,” “disinformation,” and “Sub-Saharan Africa” were used to search several databases, including Scopus, PubMed, Web of Science, and African Journals Online (AJOL). A total of 22 empirical studies met the inclusion criteria, utilising methods such as quantitative surveys, qualitative interviews, and mixed-methods research. Data were charted and thematically synthesised to capture the nature, sources, and mechanisms of misinformation, the role of institutional distrust, and demographic or professional vulnerabilities.

Literature Review

The Landscape of Vaccine denialism in SSA

Existing literature has pointed to the reality of COVID-19 denialism as well as more specifically COVID-19 vaccine denialism and hesitancy across SSA. Existing research across SSA typically fall under the World Health Organization's (WHO) “3 Cs” model: Confidence, Complacency, and Convenience. Across this body of work, distrust is the cornerstone of

hesitancy in the region. This distrust is not merely a product of the immediate pandemic but is deeply rooted in historical inequities (Eberhardt & Ling, 2024; Fry & Tran, 2025; Unfried & Priebe, 2024). Studies (such as those conducted in Cameroon and Tanzania) repeatedly point to mistrust of Western vaccine manufacturers, pharmaceutical companies, and national governments, often viewed as proxies for external powers and systems interested in making money from the COVID-19 pandemic, as primary barriers to uptake (Aubourg et al., 2022; Unfried & Priebe, 2024). Research conducted in South Africa and Tanzania suggest that this sentiment is amplified by religious beliefs and political influences. Initial denial of the severity of COVID-19 or possible “eradication” by divine powers in some countries further compounded governmental messaging challenges (Stambach & Pesambili, 2025). Moreover, the literature establishes that high levels of hesitancy toward COVID-19 vaccines are consistently linked to concerns about efficacy, fear of side effects, as well as doubts about the rapid vaccine development timeline (Books, 2024; Madzorera et al., 2025). Moreover, research also points to distrust in government and high incidence of false information as factors that amplified COVID-19 denialism, COVID-19 vaccine denialism and hesitancy across SSA (Uzuegbunam, 2024).

Extant research shows that misinformation and disinformation about vaccine origin, efficacy, and safety are widespread across SSA and these are driven primarily through social media platforms such as WhatsApp and Facebook and trusted communal networks, including religious leaders (Camara et al., 2023; Kuatewo et al., 2025; Mmadu-Okoli et

al., 2021; Oloruntobi, 2023). These studies quantify the types and sources of misinformation, from fabricated content to manipulated statistics, and largely confirm the *correlation* between exposure to false narratives and increased COVID-19 denialism and COVID-19 vaccine denialism and hesitancy across SSA (Kuatewo et al., 2025; Oloruntobi, 2023). Furthermore, literature also documents the role of local and contextual factors, including low perceived risk of the disease (especially among younger, healthier populations), weak health system infrastructure, logistical barriers (convenience), and the disruption of routine health services in COVID-19 denialism, COVID-19 vaccine denialism and hesitancy across SSA (Njoga et al., 2022). However, when looked at with a critical lens one can see a prevalent focus on *hesitancy* (reluctance or delay) which would seem to overshadow the emergence of organized, ideological *denialism* (outright refusal and promotion of anti-vaccine ideology), which presents a qualitatively different public health and democratic challenge.

Gap in Literature

Some gaps can be identified in the literature which suggest that available information may not effectively inform health intervention measures. One can argue that the challenge lies not in the sheer quantity of disinformation spreading about COVID-19 and other health-related issues but in understanding how such disinformation transforms belief systems—the “misinformation-to-denialism” pipeline. Disinformation can operate deliberately and destructively with the potential of turning the hesitant into denialists who reject core public

health principles. However, most related studies that focus on the sub-Saharan African context are cross-sectional, and it would seem that there is a paucity of research that synthesises evidence to capture how this radicalizing process occurs over time. Stated differently, there seems to be a paucity of research in the context of sub-Saharan Africa that synthesizes evidence on the causal chain linking institutional distrust to conspiracy beliefs and eventual denialism; the link between distrust, belief in conspiracies and denialism remains insufficiently quantified or qualified (Oyeyemi et al., 2023; Uzuegbunam, 2025). Many studies on trust are descriptive, neglecting how global and domestic actors exploit historical injustices, such as colonial inequities, to erode epistemological authority and weaponize distrust.

Moreover, even a synthesis of evidence on what can be described as fundamental aspects such as the dominant sources and themes of disinformation influencing COVID-19 vaccine attitudes in SSA, seems lacking. In addition, there is a need for research that contextualizes global conspiracy narratives, such as microchip implantation, within local spiritual frameworks like the “Mark of the Beast,” which local actors use to translate global disinformation into local denialism (Uzuegbunam, 2025; Kainja et al., 2024). Furthermore, research often overlooks distinctions between vaccine hesitancy and entrenched denialism (Osugwu et al., 2023). There seems to be not enough research that synthesizes evidence on vulnerability of different demographic groups to COVID-19-related disinformation. We were nudged toward this aspect by the evidence that points to the vulnerability of healthcare workers (HCWs) to conspiracy

beliefs despite their status as trusted health messengers (Oyeyemi et al., 2023; Atuheirwe et al., 2024). Focused synthesis is thus needed to identify the disinformation themes influencing different demographic groups, such as DNA alteration myths, and to reveal the underlying drivers.

Research Questions

Drawing from the identified problems and gaps in the literature, this scoping review was designed to answer the following research questions:

1. What are the dominant sources and themes of disinformation influencing COVID-19 vaccine denialism in SSA?
2. What is the role of institutional and political distrust in validating and amplifying disinformation, and how does this relationship drive individuals toward outright vaccine denialism (resistance)?
3. To what extent do specific demographic groups demonstrate susceptibility to COVID-19 vaccine-related conspiracy theories, and what contextual factors mediate this susceptibility?

Method and protocol

This study adopted a scoping review approach which involves the systematic mapping of existing research on a topic to identify key concepts, evidence gaps, and research trends (Munn, 2018). This approach was adopted for this study because the influence of disinformation on vaccine attitudes is a complex, multi-faceted issue encompassing communica-

tion science, public health, sociology, and political science. A scoping review allows for the inclusion of a wide array of study designs including quantitative surveys, qualitative interviews, and textual analyses, necessary to holistically map the evidence that is available on different published research articles (Pham et al., 2014). The objective, with regard to this study, is to chart the available literature across SSA, identify the main concepts explored (such as conspiracy theories, institutional distrust, as well as the role of social media), and determine the primary characteristics of the studies conducted in the region. Moreover, given the dynamic nature of the COVID-19 infodemic, this approach facilitates the identification of specific geographic areas, populations, as well as themes where research is currently lacking, thereby informing future research agendas (Khalil et al., 2025; Nyanchoka et al., 2019).

Unlike systematic reviews or meta-analyses, which narrowly focus on evaluating study quality or aggregating outcomes (Martinez et al., 2025), scoping reviews prioritize breadth over depth, capturing the full scope of available evidence, including emerging or under-researched areas (Saxena et al., 2025). Similarly, primary empirical methods such as case studies (Repko et al., 2011) or field surveys were unsuitable because they could not adequately represent the vast interdisciplinary and regional diversity of existing literature (De Vaus & De Vaus, 2013). Therefore, the scoping review offers a more comprehensive and integrative understanding of current research trends (Mak & Thomas, 2022).

Five-Stage Scoping Review Framework

The study rigorously followed the five mandatory stages of the Arksey and O'Malley (2005) framework. The first stage is the identification of the broad or overarching research question, which is, “What is the influence of disinformation on COVID-19 and COVID-19 vaccine denialism in Sub-Saharan Africa?” The second stage is the identification of relevant studies which involved a comprehensive search strategy across multiple databases, while the third stage is study selection which involved a multi-stage screening process applying strict inclusion/exclusion criteria. The fourth stage involved charting the data which involved the extraction of key information (Author, Purpose, Methodology, Findings), while the fifth stage involved collating, summarising, and reporting the results.

Search Strategy and Information Sources

Information Sources

Three primary types of academic databases were utilized to capture peer-reviewed literature from diverse scientific fields. The first type of databases was those in the Biomedical and Health Sciences including PubMed and Scopus (for broad interdisciplinary coverage). The next were Web of Science and African Journals Online (AJOL) under Social Sciences and Humanities (to capture regionally published studies and social science perspectives). Google Scholar as a broad, multidisciplinary database was also searched. Using Google Scholar for

this study enabled access to a wide range of peer-reviewed research on disinformation, vaccine denialism, and public health in Sub-Saharan Africa.

Search Terms and Syntax

A comprehensive search strategy was constructed with the use of Boolean operators (AND, OR) and truncation symbols (*) to combine key concepts. The final search string, adapted for each database, included: (COVID-19 OR Coronavirus OR SARS-CoV-2) AND (Vaccine Hesitancy OR Vaccine Resistance OR Denialism OR Acceptance) AND (Misinformation OR Disinformation OR Fake News OR Infodemic OR Conspiracy Theories) AND (Sub-Saharan Africa OR SSA OR West Africa OR Nigeria OR Ghana OR South Africa OR Uganda OR Cameroon OR Tanzania). The search was conducted in October 2025 and was restricted to articles published between January 1, 2020, and October 20, 2025, to cover the entirety of the COVID-19 pandemic and vaccine rollout period.

Study Selection Process

In the selection of the 22 final studies that were reviewed, the researchers adopted a systematic, iterative, and multi-stage process, designed to eliminate bias and also answer the research questions. The process, detailed in the PRISMA flow diagram (Fig. 1), involved three main stages: database searching, screening, and inclusion.

Step-by-Step Screening

The first step of the screening and selection stage involved the initial search and removal of duplicates. Initial searches across the databases yielded a gross total of 210 citations (as shown in Figure 1 below). All retrieved records were exported to a reference management software (EndNote), and 81 duplicates were rigorously removed.

The second step in the screening and selection phase was title and abstract screening. The remaining unique records were subjected to Level 1 screening. The researchers screened the titles and abstracts against the context and concept inclusion/exclusion criteria (as detailed in Table 1 below). Any article deemed relevant or potentially relevant by either researcher was retained for the next stage.

The third step in the screening and selection phase was the full-text screening and final inclusion.

At this step, records retained after Level 2 screening underwent rigorous full-text review. The researchers assessed the full text for methodological rigor and strict adherence to all inclusion criteria (see Table 1 below). This stage ensured that the study actually presented empirical data from the SSA linking misinformation to vaccine attitudes. Articles failing to meet the criteria (e.g., focusing only on general hesitancy without linking to information sources or being non-SSA focused) were excluded, with reasons documented. This meticulous process resulted in the final selection of the 22 articles included in this scoping review.

Inclusion and Exclusion Criteria

The following criteria were established and adopted by the researchers. The criterion type included concept, context, and study type, as well as language and date.

Table 1. Inclusion and Exclusion Criteria

Criterion Type	Inclusion Criteria	Exclusion Criteria
Concept	Articles must focus on the relationship between COVID-19 misinformation/disinformation and vaccine attitudes/behaviour (hesitancy, refusal, or denialism).	Articles focused solely on vaccine supply chain issues, clinical trial data, or general non-vaccine-related COVID-19 misinformation.
Context	Studies must be conducted or explicitly focused on one or more countries within Sub-Saharan Africa (SSA).	Studies focused solely on North Africa, non-African countries, or global reviews without specific SSA data.
Study Type	Peer-reviewed empirical research (quantitative, qualitative, and mixed-methods), systematic reviews, and published textual/content analyses.	Editorials, commentaries, letters to the editor, non-peer-reviewed conference abstracts (unless retrievable as full text).
Language & Date	English language articles published between 2020 and 2025.	Non-English articles or articles published outside the specified date range.

Critical Appraisal

While it is not mandatory to apply a formal quality assessment during scoping reviews, we performed a critical narrative appraisal to contextually interpret the findings. This involved evaluating the contextual relevance (such as the cultural appropriateness of sampling), assessing the alignment between

methodology and findings (e.g., whether qualitative data truly supported the thematic conclusions), and considering the limitations of the methods (e.g., self-report bias in online surveys or generalizability limitations in small qualitative samples). This critical approach gave the researchers some confidence about the reliability and strength of the evidence base.

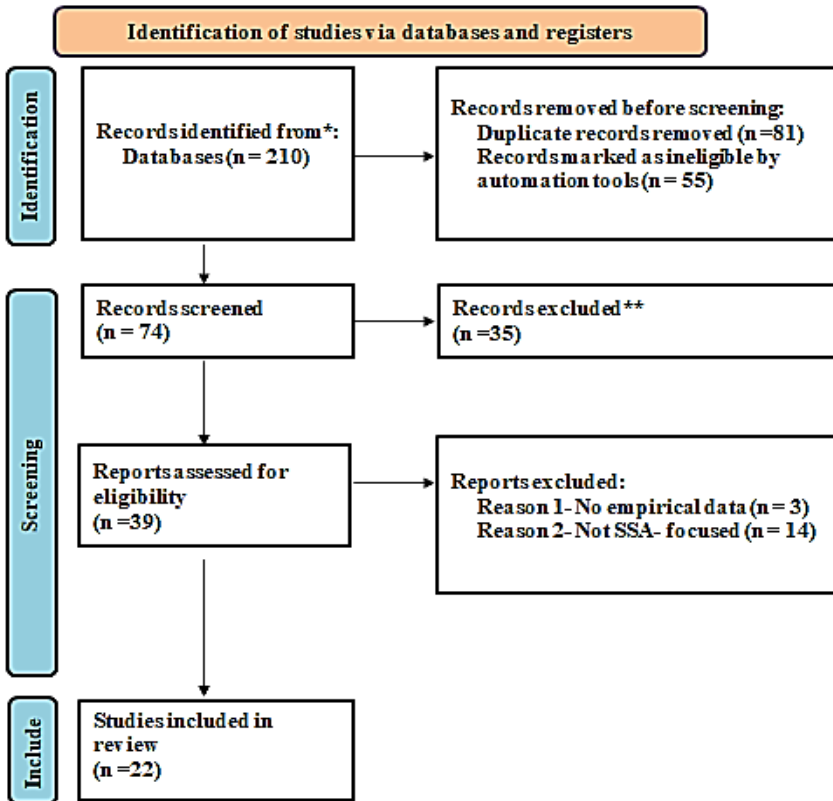


Fig. 1. PRISMA Flow Diagram for Scoping Review: Influence of Disinformation on COVID-19 Vaccine Denialism in SSA

Figure 1 above illustrates the flow of information and the decision-making process for selecting the final 22 articles, adhering to PRISMA guidelines. The diagram shows that the records identified through database searching (PubMed, Scopus, Web of Science, AJOL, and Google Scholar) were a total of 210. At the screening stage, 74 records were screened after 35 were removed by title and abstract because they were not based on COVID-19/vaccine-related topics. Thirty-nine (39) full-text articles were then retrieved for eligibility assessment, and 17 full-text articles were excluded (no empirical data – N=3; not SSA-focused – N=14). Studies included in the final scoping review were 22.

Main Characteristics of the 22 Articles Included in the Scoping Review

The 22 articles included in this scoping review collectively cover a diverse range of methodologies, purposes, and geographic locations within Sub-Saharan Africa (SSA). The primary focus of the studies is to examine the relationship between exposure to false information (misinformation/disinformation) and subsequent attitudes and behaviors towards COVID-19 vaccination, particularly vaccine hesitancy and denialism.

Data Charting Framework

Data from the 22 included articles were systematically extracted and organized into a comprehensive data charting table (see Table 2 below). The following key variables were charted for each study:

- Bibliographic Details: Author(s), Publication Year, and Title.
- Study Purpose: The main aim of the research.
- Methodology: Study design (such as quantitative survey, qualitative FGDs, mixed methods, and textual analysis).
- Methods: Specific data collection tools (such as structured questionnaires, online ethnography, and in-depth interviews).
- Sampling/Recruitment: Sample size (N), population studied (such as youth, HCWs, or general population), and recruitment process (such as purposive or online survey).

Description of characteristics of selected studies

Study Purpose and Focus

The core purposes across the studies are clustered around three key objectives. The first is the identification and analysis of the nature of misinformation: Several studies (such as Tully & Singer, Tawat, Wonodi et al., and Tabong & Segtub) focus on systematically identifying, classifying, and analyzing the themes and nature of misinformation (such as political plots, false cures, and apocalyptic theories) circulating in SSA. The second core purpose is the measurement of the prevalence of vaccine hesitancy and the impact of specific information sources. Four quantitative and mixed-methods studies reviewed in this study (Osugwu et al., Akinrinola & Adedeji, Atuheirwe et al., Brackstone et al., and Oyeyemi et al.) aim to quantify the prevalence of COVID-19 vaccine hesitancy/resistance and de-

termine the statistical impact of specific information sources (such as social media, traditional media, and healthcare workers (HCWs) as well as belief in conspiracy theories on vaccine uptake intention. Thirdly, reviewed studies using qualitative or mixed methods approaches (such as Ochola, Steenberg et al., Kuatewo et al., Kessy et al., and Uzuegbunam) mostly explore the socio-political and cultural context that enables misinformation and disinformation with a focus on intervening factors such as distrust in government and historical inequities, as well as the role of community engagement with regard to counteracting denialism.

Geographic Distribution

The studies provide concentrated evidence from some of the most populous countries in Sub-Saharan Africa (SSA). Nigeria is the most frequently studied country (8 articles, including Uzuegbunam, Oyeyemi et al., Wonodi et al., Akinrinola & Adedeji, and Ayanbode et al.). Ghana is also well-represented (3 articles: Brackstone et al., Kuatewo et al., Tabong & Segtub). Uganda is covered by 2 studies (Nyeko Oloya et al., Atuheirwe et al.). South Africa has dedicated studies, often focusing on youth/specific communities (3 articles: Steenberg et al., Muthoni et al., Mnguni & Ramulumo). Other countries in Sub-Saharan Africa that were covered include Cameroon (Tawat), Zimbabwe (Chiweshe & Dandah), Tanzania (Kessy et al., Masele & Daud), and Malawi (Kainja et al.).

Methodology and Methods

The review encompasses a strong mix of methodologies, and this is essential for a critical scoping review. Quantitative survey (cross-sectional) is the dominant method (such as Osuagwu et al., Atuheirwe et al., Brackstone et al., and Akinrinola & Adedeji). Data were often collected via online questionnaires (Google Forms or web-based surveys), and the target was mostly large and diverse participant samples across multiple regions. Moreover, several studies employed qualitative techniques, including Focus Group Discussions (FGDs), Key Informant Interviews (KIIs), and In-Depth Interviews (IDIs) (such as Wonodi et al., Kuatewo et al., Uzuegbunam) which are important with regard to understanding why people believe the disinformation and misinformation. Furthermore, specialized methods adopted in some of the reviewed studies include thematic textual analysis of fact-checking databases and online ethnography or review of social media content (Tully & Singer, Chiweshe & Dandah, Tabong & Segtub), while Ochola's paper is a systematic review, summarizing existing literature on vaccine hesitancy against a historical backdrop.

Sampling and Recruitment

Sampling strategies were varied, and this is a reflection of the diverse methodologies. Firstly, most of the online surveys reviewed used convenience/purposive sampling to recruit participants through social media groups (such as Akinrinola & Adedeji, Oyeyemi et al., and Masele & Daud). Moreover, one

of the reviewed studies, which adopted a large-scale survey, made use of stratified/random sampling to ensure geographical or demographic representation (e.g., Kessy et al.). Furthermore, specific groups were intentionally targeted, including Healthcare Workers (HCWs) (Oyeyemi et al., Atuheirwe et al., Masele & Daud), youth (Muthoni et al., Uzuegbunam), Library and Information Science (LIS) professionals (Ayanbode et al.), and pre-service teachers (Mnguni & Ramulumo). This allows for critical analysis of susceptibility across varying levels of health literacy.

Table 2. Main Characteristics of the Articles

No.	Author(s) & Year	Title	Study Purpose	Methodology	Sampling / Recruitment
1	Tully & Singer (2023)	Fact-checking the COVID-19 infodemic in sub-Saharan Africa.	Examine fact-checking practices, geographic scope, sources, and themes of COVID-19 hoaxes in SSA.	Thematic Textual Analysis	Analysis of hundreds of hoaxes from the #CoronaVirusFacts Alliance database.
2	Tawat (2021)	Fake news and COVID-19 vaccine hesitancy: A study... in Cameroon.	Investigate the practices and sociopolitical implications of fake news on COVID-19 vaccine hesitancy in Cameroon.	Qualitative Case Study	Unspecified/Implied contextual analysis (theoretical/practice-based).

No.	Author(s) & Year	Title	Study Purpose	Methodology	Sampling / Recruitment
3	Osua-gwu et al. (2023)	The impact of information sources on COVID-19 vaccine hesitancy and resistance in sub-Saharan Africa	Examine the impact of mainstream and social media information sources on vaccine hesitancy and resistance in SSA.	Quantitative Cross-Sectional Survey (N=2572)	Web-based survey (French/ English) was administered to participants aged 18+ across SSA.
4	Ochola (2023)	Vaccine hesitancy in Sub-Saharan Africa in the context of COVID-19 vaccination exercise: a systematic review.	Systematically review literature on vaccine hesitancy in SSA, focusing on underlying factors (inequities, distrust).	Systematic Review	Documentary search strategy across databases (PubMed, Scopus, Web of Science); N=6 papers analyzed.
5	Wonodi et al. (2022)	Conspiracy theories and misinformation about COVID-19 in Nigeria...	Systematically elicit and analyze misinformation/conspiracy theories circulating in Nigeria to inform vaccine communication.	Qualitative (FGDs & KIIs) (N=178)	Purposive selection of participants (HCWs, program managers, and community members) from six geopolitical zones in Nigeria.

No.	Author(s) & Year	Title	Study Purpose	Methodology	Sampling / Recruitment
6	Akinrinola & Adedeji (2025)	Fake News and Vaccine Hesitancy in Ijebu-Ode LGA, Ogun State: Assessing the Role of Misinformation...	Explore the impact, prevalence, sources, and effects of vaccine misinformation on hesitancy/refusal.	Quantitative Survey (N=384)	Survey with questionnaire for respondents in Ijebu-Ode LGA, Ogun State, Nigeria.
7	Chiweshe & Dandah (2024)	Social Media, Fake News and Covid-19 Vaccine Hesitancy in Zimbabwe.	Analyze how fake news on social media shaped perceptions and cognitions about Covid-19 vaccines in Zimbabwe.	Exploratory Online Ethnography	Analysis of content (memes, jokes, news) shared on social media platforms (WhatsApp, Facebook, Twitter, YouTube).
8	Ayanbode et al. (2024)	COVID-19 vaccine misinformation, disinformation and vaccine hesitancy among library and information science professionals in Nigeria.	Investigate the extent and effect of misinformation/disinformation on vaccine hesitancy among LIS professionals.	Quantitative Survey (N=222)	Questionnaire-based survey (Google web form) posted on online platforms for LIS professionals in Nigeria.

No.	Author(s) & Year	Title	Study Purpose	Methodology	Sampling / Recruitment
9	Kessy et al. (2025)	The role of media and community engagement in COVID-19 vaccinations in Tanzania.	Examine the role of media and community engagement strategies in promoting vaccine acceptance and addressing misinformation.	Mixed-methods (quantitative, N=30 qualitative)	Stratified random sampling for surveys; purposive selection for interviews/FGDs across eight regions in Tanzania.
10	Steenberg et al. (2022)	COVID-19 vaccination rollout: aspects of acceptability in South Africa.	Explore aspects of hypothetical vaccine acceptability, hesitancy, and denialism in Soweto, South Africa, relating to media discourse.	Qualitative/Anthropological	Analysis of public proclivity based on concepts of acceptance, hesitancy, and denialism generated by mediation.
11	Nyeko Oloya et al. (2024)	Trusted sources of information on COVID-19 vaccine in Uganda.	Assess the most trusted sources of information on COVID-19 vaccines during the pandemic in Uganda.	Quantitative (Implied Survey)	Unspecified data collection/sampling on information sources.

No.	Author(s) & Year	Title	Study Purpose	Methodology	Sampling / Recruitment
12	Atuheirwe et al. (2024)	Misinformation, knowledge and COVID-19 vaccine acceptance: a cross-sectional study among healthcare workers and the general population in Kampala, Uganda.	Assess the effect of misinformation on vaccine uptake and knowledge among HCWs vs. the general population.	Quantitative Cross-Sectional Survey (N=564)	Structured questionnaire administered to HCWs (N=311) and general population (N=253) in Kampala, Uganda.
13	Kuatewo et al. (2025)	Fake news, misinformation, vaccine hesitancy and the role of community engagement in COVID-19 vaccine acceptance in Southern Ghana.	Explore the role of community engagement in promoting vaccine acceptance amid fake news and misinformation.	Qualitative Case Study (IDIs & FGDs)	In-depth interviews with officials and focus group discussions with community members in two municipalities in Ghana.
14	Tabong & Segtub (2021)	Misconceptions, misinformation and politics of COVID-19 on social media: a multi-level analysis in Ghana.	Determine the types, forms, and effects of myths, misconceptions, and misinformation in Ghana's COVID-19 containment.	Mixed-Methods (Review & KIIs) (N=18)	Review of social media content complemented by interviews with public health and mass communication experts.

No.	Author(s) & Year	Title	Study Purpose	Methodology	Sampling / Recruitment
15	Brackstone et al. (2022)	COVID-19 vaccine hesitancy trends in Ghana: a cross-sectional study exploring the roles of political allegiance, misinformation beliefs...	Determine levels and trends of hesitancy and identify independent predictors, including misinformation beliefs.	Quantitative Cross-Sectional Surveys (N=3048 to N=424)	Four on-line surveys were conducted across multiple time points (Aug 2020 to Feb 2022) targeting Ghanaian citizens.
16	Muthoni et al. (2023)	COVID-19 Vaccination Hesitancy among Youths in Soweto, South Africa.	Explore attitudes and perceptions of COVID-19 fuelling hesitancy, particularly among youth.	Quantitative Survey (N=380)	Survey administered to youths in Soweto and Thembelihle, South Africa.
17	Kainja et al. (2024)	Cultural determinants of COVID-19 vaccine misinformation in Malawi.	Investigate how global misinformation and local cultural factors (e.g., religious prophecies) shape public perceptions.	Qualitative/Contextual Study	Draws on findings from a study in three Malawian districts, focusing on cultural narratives.

No.	Author(s) & Year	Title	Study Purpose	Methodology	Sampling / Recruitment
18	Oyeye-mi et al. (2023)	Belief in COVID-19 conspiracy theories, level of trust in government information, and willingness to take COVID-19 vaccines among healthcare workers in Nigeria: a survey study.	Investigate HCWs' belief in conspiracy theories (DNA alteration, microchips) and its link to trust in government and vaccine willingness.	Quantitative Online Survey (N=557)	Anonymous online survey targeting HCWs in Ondo State, Nigeria, across different health professions.
19	Masele & Daud (2024)	Sources of information and the influence of misinformation on COVID-19 vaccine hesitancy among frontline workers in Tanzania...	Assess sources of information, forms of misinformation, and their influence on vaccine hesitancy among frontline workers.	Quantitative Survey (Binary Regression Analysis)	The Google Forms questionnaire was shared through WhatsApp groups with frontline workers in Dar es Salaam and Dodoma.

No.	Author(s) & Year	Title	Study Purpose	Methodology	Sampling / Recruitment
20	Rukasha (2022)	The Double-Edged Sword Effect of Social Media on COVID-19 in Sub-Saharan Africa.	Review the role of social media—both positive and negative—in the spread of the COVID-19 “infodemic” and vaccine hesitancy.	Narrative Review	Literature review focusing on the effects of social media.
21	Mnguni & Ramulumo (2024)	The impact of information sources on COVID-19 vaccination intentions among pre-service life sciences teachers in South Africa: A cross-sectional study.	Examine how information sources impact vaccination attitudes, subjective norms, and perceived behavioral control among pre-service teachers.	Quantitative Cross-Sectional Survey (N=87)	Closed-ended questionnaire administered to pre-service Life Sciences teachers from a South African university.
22	Uzuegbunam (2025)	Youth and the pandemic: health information imaginaries and practices while navigating COVID-19 in Nigeria.	Explore young adults’ perceptions, behaviors, and how they navigated pandemic-related information, focusing on vaccine skepticism and information voids.	Qualitative Critical Thematic Approach (Interviews/FGDs)	Participants aged 18–30 in two urban centers in Nigeria (Lagos and Abuja).

Thematic Analysis

The charted data were synthesized using an iterative thematic analysis approach. The first stage in the thematic analysis was the coding stage. Here, initial codes were generated based on the explicit findings and conclusions of the 22 studies (some of the codes that were generated at this stage include *belief in microchips*, *social media as a source*, and *government distrust*). The next stage in the thematic analysis process was the development of categories; at this stage, related codes were grouped into broader, descriptive categories (such as *foreign conspiracy theories*, *institutional barriers*, and *digital dissemination*). Next, these categories were then refined and integrated into four overarching analytical themes that structure the results section to ensure that the themes accurately and critically reflected the full body of evidence.

Results

The scoping review synthesized findings from twenty-two studies concerning the influence of disinformation and misinformation on COVID-19 and COVID-19 vaccine denialism in Sub-Saharan Africa (SSA). The synthesis revealed four themes that characterize the impact of disinformation and its underlying mechanisms: (1) Digital, Interpersonal, and Cultural Determinants of Dissemination, (2) Thematic Content, Conspiracy Theories, and the Politicization of the Pandemic, (3) Institu-

tional Distrust as the Primary Catalyst for Denialism, and (4) Susceptibility Across Professional and Demographic Groups.

Digital, Interpersonal, and Cultural Determinants of Dissemination

The review confirms that the spread of false information is a complex process driven by high-reach digital platforms, high-trust interpersonal networks, and deep-seated local belief systems. The broad theme of “Digital, Interpersonal, and Cultural Determinants of Dissemination” is discussed under the following sub-themes: “The pervasiveness of social media and the “infodemic”; “the critical role of cultural and religious determinants”, and “misinformation as a driver of resistance vs. hesitancy”

The Pervasiveness of Social Media and the “Infodemic”

All the reviewed studies point to the pervasive reach of social media (WhatsApp, Facebook and YouTube) as the primary source of non-factual claims, facilitating an “infodemic” that generates panic, fear, and confusion (Rukasha, 2022). Quantitative data from studies such as Akinrinola & Adedeji (2025) confirm social media (72.4%) as the most common source of misinformation. Even among highly educated groups such as pre-service Life Sciences teachers in South Africa, social media was identified as an unreliable source, though their scientific training provided a protective buffer against susceptibility (Mnguni & Ramulumo, 2024). Uzuegbunam (2025) highlights that young Nigerian “digital informavores” primarily relied on

digital sources and social support systems, indicating that on-line content quickly translates into offline “groupthink” and personal beliefs.

The Critical Role of Cultural and Religious Determinants

Evidence from some of the reviewed studies suggests that the effectiveness of global misinformation is amplified by local cultural determinants to an extent that enables denialism even where internet access is limited (Kainja et al., 2024). In a study conducted in the Malawian districts of Zomba, Dowa, and Nkhata Bay, Kainja et al. (2024) demonstrated how religious prophecies and apocalyptic symbols, such as the “666” and the “Mark of the Beast” mentioned in the biblical Book of Revelation, are used to frame vaccines as malevolent in a way that can distort public understanding of COVID-19 and its vaccines and fuel fears about the virus. These narratives appeal to deep-seated fears and distort public understanding, highlighting that misinformation in SSA is often culturally specific and localized. Uzuegbunam (2025) also noted that skepticism in Nigeria was influenced by religious and cultural factors. In the study conducted by Uzuegbunam (2025) these factors include discouragement from places of worship where some individuals with Christian religious beliefs expressed the notion that vaccines were linked to the 5G mobile network, “implantation of a demonic chip”, the End Time, and the Mark of the Beast which was also mentioned in Kainja et al. (2024). From a cultural perspective, Uzuegbunam (2025) notes that there is a

belief in traditional medicine, which would seem to pose as a brick wall to the acceptance of COVID-19 vaccination, alongside a rejection of the “Oyibo [foreign] style of vaccination.” Kainja et al. (2024) would argue based on the findings of their study that although disinformation and vaccine hesitancy are global challenges, they are culturally specific, localised, and appeal to fears.

Misinformation as a Driver of Resistance vs. Hesitancy

Masele and Daud (2024) in Tanzania offered a crucial insight, stating that it was “not the source that mattered... but the extent to which the information the source channels was manipulated or false.” This emphasizes that the quality and thematic content of the information (i.e., whether it is disinformation or misinformation) is the key driver of hesitancy. Osuagwu et al. (2023) provided statistical validation: social media users were significantly more likely to display vaccine resistance (outright refusal) compared to simple hesitancy.

Thematic Content, Conspiracy Theories, and the Politicization of the Pandemic

The reviewed studies pointed to the thematic content of disinformation on COVID-19 vaccines and also presented evidence on false claims which shows a concentration on theories that are designed to exploit fundamental fears about bodily autonomy, foreign control, and government corruption. Reviewed studies also point to an intersection of politics and de-

nialism. Overall, the theme of “Thematic Content, Conspiracy Theories, and the Politicization of the Pandemic” is discussed under two sub-themes, “dominant conspiracy narratives” and “the intersection of politics and denialism”

Dominant Conspiracy Narratives

Some of the reviewed studies suggest that conspiracy theories were not fringe ideas but were deeply integrated into the public discourse, fuelling a core component of denialism. For instance, in Nigeria, the review identified the prevalence of claims that COVID-19 was “not real,” or was a means for politicians to misuse funds (Wonodi et al., 2022). In Cameroon, it was perceived as a plot by foreign entities (Tawat, 2021). Oyeyemi et al. (2023) provided specific, quantitative data on belief in core vaccine conspiracies among Nigerian HCWs: 26.4% believed the vaccines contained digital microchips, and 30% believed they could alter one’s DNA or genetic information. This demonstrates the penetration of fear-based narratives designed to undermine trust in the vaccine’s integrity. Uzu-egbunam (2025) confirmed these tropes among young people, noting specific claims about the vaccines causing infertility, sickness, or being linked to the 5G mobile network and a concealed agenda by the Bill and Melinda Gates Foundation/WHO.

The Intersection of Politics and Denialism

The reviewed studies suggest that disinformation is inherently political and that there is a particular linkage of pandemic responses to accusations of corruption and a lack of accountability. Uzuegbunam (2025) and Wonodi et al. (2022) revealed dominant perceptions of the politicization of the pandemic and the government's use of "copy and paste solutions" that failed to account for Nigeria's unique socio-economic context. Discussions in Nigeria often included themes of government corruption and non-accountability, with skepticism fueled by the belief that high-quality imported vaccines were being "diluted" or that politicians were using "forced vaccination policies" and discrimination to benefit themselves (Uzuegbunam, 2025). This created a moral and human rights dimension to denialism.

Information void and Institutional Distrust as the Primary Catalyst for Denialism

The reviewed studies suggest that the most critical underlying factor that facilitates the influence of disinformation is a systemic lack of reliable vaccine information, as well as a lack of public and professional trust in government and health institutions, often rooted in historical injustice and perceived elite corruption. The theme of "institutional distrust as the primary catalyst for denialism" is discussed under the following

sub-themes: “distrust–conspiracy belief link” and “the vaccine information void”.

Distrust–conspiracy belief link

Two of the reviewed studies provide strong evidence that distrust is the prerequisite for believing conspiracy theories, which then leads to denialism. Oyeyemi et al. (2023) established a highly significant statistical relationship among Nigerian HCWs: the odds of believing the microchip conspiracy increased 4.6 times (OR 4.6, 95% CI 2.6-8.0), and the odds of believing the DNA alteration theory increased 5.2 times (OR 5.2, 95% CI 3.1-8.8), with a decreasing level of trust in government information. This is reflected in qualitative findings: Uzuegbunam (2025) reported that for many young people, vaccine skepticism was fundamentally a “trust issue,” stemming from a perceived lack of confidence in the government. Steenberg et al. (2022) termed this an overarching ‘field of suspicion’ amplified by misinformation in South Africa. Furthermore, the problem of vaccine inaccessibility (such as long travel distances, unavailable stock, or corruption required to acquire the jab) directly reinforced this distrust, turning logistical failures into evidence of government malfeasance (Uzuegbunam, 2025).

The Vaccine information Void

Uzuegbunam (2025) proposed a critical concept: the “vaccininformation void,” which is a significant absence of reliable and comprehensive vaccine information resulting

from insufficient government, public, and healthcare efforts. This void is a primary cause for the spread of disinformation; anti-vaxxers and conspiracy theorists effectively exploit the vacuum of reliable information to disseminate misleading hoaxes. Brackstone et al. (2022) supported this, finding that the key reason for rising hesitancy in Ghana was “not having enough vaccine-related information” (50.6%). The need for concise information on rationale, composition, side effects, and location remains unmet, particularly in remote areas (Uzuegbunam, 2025).

Susceptibility across Professional and Demographic Groups

Some of the reviewed studies suggest that the influence of disinformation varied across different demographic groups. There is also evidence that this influence can significantly penetrate even those groups expected to be champions of public health, such as healthcare workers and scientifically trained individuals. The theme of “Susceptibility across Professional and Demographic Groups” is discussed under two sub-themes: “HCW susceptibility”, “distinct resonance among youth and across gender” and “scientific literacy as a buffer against disinformation”.

HCW Susceptibility

The review provides critical evidence that HCWs are not immune to the influence of misinformation and conspiracy

theories. Oyeyemi et al. (2023) found that specific professional groups in Nigeria—nurses (45.8%) and pharmacists (50%)—showed alarmingly high belief rates in the DNA alteration theory, with nurses also demonstrating high belief in the microchip theory (33.3%). This suggests that reliance on HCWs as trusted messengers (as suggested by Kessy et al., 2025) is undermined when they themselves are influenced by false information. Osuagwu et al. (2023) identified that reliance on HCWs for COVID-19 information was associated with being more likely to resist the vaccines (aOR 1.32). This is critical, as HCWs' hesitancy can create a powerful, trusted counter-narrative against vaccination efforts.

Distinct resonance among youth and across gender

Distinctive results from the study conducted by Kainja et al. (2024) in Malawi confirm that the cultural dimension of misinformation is gendered, with some misinformation resonating differently between men and women and having a personal impact in some cases. Kainja et al. (2024) found that misinformation linking COVID-19 vaccination to death within five years or infertility—particularly the belief that vaccinated women would be unable to conceive—caused significant concern among men in Malawi. These fears are deeply rooted in cultural values, as childbearing holds strong social importance. In the study conducted by Kainja et al. (2024), women's groups in areas such as Zomba in Malawi expressed worries about whether vaccinated school-aged children might face fu-

ture fertility issues, influenced by broader discussions around population control. Kainja et al. (2024) also found that although both men and women shared anxieties about fertility, young people were more preoccupied with the belief that receiving the vaccine could lead to death, a concern highlighted by youth representatives in Nkhatabay, Malawi.

Scientific literacy as buffer against disinformation

One of the studies under review suggests that scientific training acts as a significant protective factor. Mnguni and Ramulumo (2024) found that among pre-service Life Sciences teachers in South Africa, their scientific training served as a buffer against susceptibility to social media misinformation. However, information sources still significantly influenced their attitudes and normative beliefs toward vaccination, highlighting the need for targeted, scientifically sound communication, as even those with high health literacy can be swayed. Tully and Singer (2023) pointed to the importance of counter-strategies that integrate media literacy alongside direct refutations, consistent with inoculation theory, to build the public's and professionals' resilience against false claims.

Discussion of Findings and Conclusions

This scoping review synthesized evidence from twenty-two studies to examine how disinformation shaped COVID-19 denialism and vaccine refusal across Sub-Saharan Africa (SSA).

The findings highlight four interrelated dynamics: institutional distrust, digital and communal amplification, cultural re-anchoring of global conspiracies, and susceptibility among healthcare workers (HCWs).

Institutional distrust emerged as the most consistent driver of denialism. Multiple studies demonstrate that distrust in government, pharmaceutical companies, and international health actors forms the permissive background in which conspiratorial narratives take hold (Eberhardt & Ling, 2024; Unfried & Priebe, 2024; Aubourg et al., 2022). Quantitative data showed elevated odds of conspiracy beliefs among HCWs (Oyeyemi et al., 2023), while qualitative work described a pervasive “field of suspicion” (Steenberg et al., 2022) rooted in long-standing historical grievances that shape contemporary vaccine attitudes (Fry & Tran, 2025). Political corruption, poor communication, and information voids further legitimized denialism. This synthesis positions institutional distrust as the key process transforming exposure to disinformation into active denialism.

Digital platforms and communal networks were central to the spread of false information. Studies consistently identified WhatsApp, Facebook, and YouTube as primary distribution channels (Akinrinola & Adedeji, 2025; Rukasha, 2022; Kuatewo et al., 2025), while religious leaders and interpersonal networks acted as vectors for local uptake of false claims (Camara et al., 2023; Kuatewo et al., 2025; Mmadu-Okoli et al., 2021; Olorun-tobi, 2023). These networks localized global conspiracy narratives – such as microchips, DNA alteration, and population

control – through cultural and apocalyptic framings, including mistrust of “Oyibo” (Western) medicine and “Mark of the Beast” prophecies (Kainja et al., 2024; Uzuegbunam, 2025). This cultural mediation underscores that conspiracies are not simply transplanted but re-coded into local semiotics, making generic counter-messaging ineffective or even counterproductive.

Healthcare workers were not uniformly reliable messengers. While the literature often treats HCWs as default trusted intermediaries (Kessy et al., 2025), our review problematises this assumption. Substantial proportions of HCWs in some settings endorsed core conspiracies (Oyeyemi et al., 2023), and reliance on HCWs as information sources was associated with increased resistance in at least one study (Osugwu et al., 2023). This cautions against uncritical use of HCWs in communication strategies and highlights the need for targeted training and attitudinal assessments before deploying them as messengers.

Scientific and media literacy offered limited but notable protection. Evidence that scientific training or media-literacy interventions can buffer against disinformation (Mnguni & Ramulumo, 2024; Tully & Singer, 2023) aligns with existing recommendations for inoculation strategies and targeted educational efforts. Professional training provided some protection, particularly among youth, though vulnerabilities persisted across demographic groups, with gendered anxieties about death and infertility shaping perceptions differently.

Methodological limitations temper these conclusions. Most primary studies were cross-sectional and relied on self-report (Osugwu et al., 2023; Atuheirwe et al., 2022; Brackstone et al., 2022; Akinrinola & Adedeji, 2025), limiting causal inference and exposing findings to recall and social desirability bias. Measurement heterogeneity was problematic: exposure to misinformation, belief acceptance, and active dissemination were frequently conflated, and many studies did not clearly separate misinformation from intentional disinformation (Tabong & Segtub, 2021; Brackstone et al., 2022; Wonodi et al., 2022; Kainja et al., 2024). Geographic bias toward Anglophone countries (Nigeria, South Africa, Tanzania, Ghana, Malawi) raises concerns about transferability to Francophone, Lusophone, or conflict-affected contexts (Kuatewo et al., 2025; Oloruntobi, 2023). Finally, while linkages between distrust and conspiracy belief are compelling (Oyeyemi et al., 2023), inconsistent control for confounders such as political ideology and socioeconomic status weakens causal claims.

Despite these constraints, the review advances four new insights:

1. A processual model explaining the disinformation-to-denialism pipeline, with institutional distrust as the key mechanism.
2. A clear distinction between vaccine hesitancy (pragmatic concerns) and denialism (ideological rejection), requiring different policy responses (Njoga et al., 2022; Uzuegbunam, 2025; Wonodi et al., 2022; Tawat, 2021).

3. Empirical caution about assuming HCWs are default trusted messengers (Kessy et al., 2025; Oyeyemi et al., 2023; Osuagwu et al., 2023).
4. Identification of cultural re-anchoring as a reproducible mechanism that localises global disinformation narratives (Kainja et al., 2024; Uzuegbunam, 2025; Stambach & Pesambili, 2025).

Policy and programmatic implications follow directly from these insights. Corrective information alone is insufficient. Priority actions include: (a) addressing structural drivers of distrust through transparency, accountability, and improved service delivery; (b) segmenting interventions to distinguish between information gaps (vaccininformation void) and ideological denialism, with the latter requiring political and trust-building strategies; (c) auditing and strengthening HCW knowledge and attitudes before recruiting them as communicators (Mnguni & Ramulumo, 2024; Oyeyemi et al., 2023); and (d) co-producing culturally tailored messages with religious and community leaders to reframe harmful symbols (Kainja et al., 2024; Stambach & Pesambili, 2025).

In conclusion, denialism in SSA is driven by the interplay of digital exposure, cultural reframing of global conspiracies, institutional distrust, and vulnerabilities among professional groups. By moving beyond prevalence-based descriptions, this review offers a mechanistic account of how disinformation transforms hesitancy into ideological resistance, underscoring the need for nuanced, context-sensitive interventions that

combine structural reforms with culturally grounded communication strategies.

Suggestions for Future Studies

Although this scoping review advances understanding of how disinformation/misinformation and institutional distrust, as well as cultural mediation shape vaccine denialism in Sub-Saharan Africa (SSA), there are several methodological and conceptual gaps that can be observed. These limitations which emanate from both the reviewed evidence base and the structure of this review itself, offer important guidance for future research. Firstly, most of the studies in the review adopted a cross-sectional design, which means that they looked at data from one point in time. Therefore, it is difficult to tell whether misinformation and disinformation actually caused the loss of trust in institutions or vaccine denial. Moreover, while the review proposed a mechanistic model based on convergent qualitative and quantitative evidence, it would seem that definitive causal relationships have not been tested. Therefore, future research could employ longitudinal and quasi-experimental designs to track the exposure of individuals to disinformation and attitudinal changes over time. Panel or cohort studies can go on to test whether exposure to disinformation leads to measurable declines in trust and subsequent vaccine refusal. In addition, experimental interventions, such as trust-building campaigns or counter-misinformation strat-

egies, should be tested to ascertain the extent to which they can disrupt this causal pathway.

Moreover, the existing empirical literature, and by extension this review, is dominated by studies that were conducted in Anglophone countries (such as Nigeria, South Africa, Ghana, and Tanzania). Francophone, Lusophone, and fragile or post-conflict SSA states are underrepresented, and this would mean that there is an incomplete regional and African understanding of how disinformation operates across diverse political, linguistic, and cultural settings. Therefore, future studies should deliberately expand research coverage to Francophone and Lusophone countries such as Senegal, Angola, and Mozambique to ensure more representative and inclusive evidence that captures the varied media ecologies and socio-political dynamics of SSA.

Additionally, we noticed that concepts such as institutional distrust, conspiracy belief, denialism, and disinformation/misinformation exposure were not consistently operationalized across the studies under review and this heterogeneity may have obscured subtle distinctions between ideological resistance and hesitancy, and it made cross-study synthesis and comparative analysis challenging. The development and validation of standardized measurement instruments suited to SSA contexts could be the main focus of future research. Comparability and analytical accuracy may be improved by psychometrically tested tools that distinguish between exposure, belief, propagation, and trust.

Furthermore, while this review laid emphasis on how global conspiracy narratives are reinterpreted through spiritual and cultural frames (such as the “Mark of the Beast”), the existing evidence relies on exploratory thematic interpretations rather than deep ethnographic mapping of meaning-making processes. Future studies could focus on conducting in-depth ethnographic and discourse analyses to explore how local religious leaders, cultural norms, and spiritual symbols transform global disinformation into locally resonant narratives. A more in-depth understanding of cultural semiotics can be beneficial for designing effective counter-narratives, as it enables researchers to identify the symbolic meanings, metaphors, and cultural references that shape local interpretations of misinformation, thereby allowing interventions to be framed in ways that resonate authentically with community beliefs and values.

References

- Akinrinola, D. G., & Adedeji, O. C. (2025). Fake News and Vaccine Hesitancy in Ijebu-Ode LGA, Ogun State: Assessing the Role of Misinformation in Public Health Decision-Making. **NIU Journal of Social Sciences**, *11*(1), 35-46.
- Arksey, H., & O'malley, L. (2005). Scoping studies: towards a methodological framework. **International Journal of Social Research Methodology**, *8*(1), 19-32.
- Atuheirwe, M., Otim, R., Male, K. J., Ahimbisibwe, S., Sackey, J. D., & Sande, O. J. (2024). Misinformation, knowledge and COVID-19 vaccine acceptance: a cross-sectional study among health care workers and the general population in Kampala, Uganda. **BMC public health**, *24*(1), 203.

Aubourg, M. A., Bisimwa, L., Bisimwa, J. C., Sanvura, P., Williams, C., Boroto, R., ... & George, C. M. (2022). A Qualitative Evaluation of COVID-19 Preventative Response Activities in South Kivu, Democratic Republic of Congo. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, *19*(20), 13424.

Ayanbode, O. F., Adetoro, N., & Bamidele, I. A. (2024). COVID-19 vaccine misinformation, disinformation and vaccine hesitancy among library and information science professionals in Nigeria. **African Journal of Library, Archives and Information Science**, *34*(1), 67-86.

Books, W. O. (2024). The impact of information sources on COVID-19 vaccine hesitancy and resistance in sub-Saharan Africa. **Africa's Knowledge Bridge**.

Borges, L. C. R., Marcon, S. S., Brito, G. S., Terabe, M., Pleutim, N. I., Mendes, A. H., & Teston, E. F. (2024). Adherence to Covid-19 vaccination during the pandemic: the influence of fake news. **Revista Brasileira de Enfermagem**, *77*(1), e20230284.

Brackstone, K., Atengble, K., Head, M., & Boateng, L. (2022). COVID-19 vaccine hesitancy trends in Ghana: a cross-sectional study exploring the roles of political allegiance, misinformation beliefs, and sociodemographic factors. **Pan African Medical Journal**, *43*(1) 1-16.

Camara, M.S., Banu, H., Abeck, J.C. (2023). The African Youth and Social Media at the Crossroads of Information, Misinformation, and Disinformation. In: Langmia, K. (eds) **Black Communication in the Age of Disinformation**. Palgrave Macmillan, Cham.

Chiweshe, M. K., & Dandah, G. (2024). Social Media, Fake News and Covid-19 Vaccine Hesitancy in Zimbabwe. **Africa Review**, *16*(1), 14-31.

de Albuquerque, T. R., Macedo, L. F. R., de Oliveira, E. G., Neto, M. L. R., & de Menezes, I. R. A. (2022). Vaccination for COVID-19 in children: Denialism or misinformation? **Journal of Pediatric Nursing**, *64*, 141-142.

De Vaus, D., & De Vaus, D. (2013). **Surveys in social research**. Routledge.

Eberhardt, J., & Ling, J. (2024). Vaccine acceptance in Africa during the COVID-19 pandemic. In J. Fulton, P. E. Anyanwu, C. Hayes, & J. Ling (Eds.), **Public Health in Sub-Saharan Africa** (pp. 83-101). Routledge.

Elbe, S. (2021). Bioinformational diplomacy: Global health emergencies, data sharing and sequential life. **European Journal of International Relations**, 27(3), 657-681.

Fry, C., & Tran, S. (2025). The price of mistrust: the impact of a medical ethics scandal on scientific capacity in Sub-Saharan Africa. **Industry and Innovation**, 32(4), 476-499.

Gelfert, A. (2018). Fake news: A definition. **Informal logic**, 38(1), 84-117.

Inichinbia, V. E., Ekenedo, G. O., Asogwa, E. U., & Onyiaso, O. (2023). Misinformation and Disinformation during Disease Outbreak in Sub-Saharan Africa: Problems and Prospect. **African Journal of Human Kinetics, Recreation and Health Studies**, 1(2), 45-62.

Kainja, J., Makhumula, C., Twabi, H. S., Gunde, A. M., & Ndasauka, Y. (2024). Cultural determinants of COVID-19 vaccine misinformation in Malawi. **Humanities and Social Sciences Communications**, 11(1), 1-6.

Kessy, A. T., Onuekwe, C. E., Mwengee, W. M., & Tumaini, H. (2025). The role of media and community engagement in COVID-19 vaccinations in Tanzania. **Journal of Public Health in Africa**, 16(3), 705.

Khalil, H., Jia, R., Moraes, E. B., Munn, Z., Alexander, L., Peters, M. D. J., ... & Evans, C. (2025). Scoping reviews and their role in identifying research priorities. **Journal of Clinical Epidemiology**, 181, 1117-12.

Kuatewo, M., Ebelin, W., Doegah, P. T., Aberese-Ako, M., Lissah, S., Kpordorlor, A. G., ... & Ansah, E. (2025). Fake news, misinformation, vaccine hesitancy and the role of community engagement in COVID-19 vaccine acceptance in Southern Ghana. **PloS one**, **20**(6), e0316969.

MacDonald, N. E. (2020). Fake news and science denier attacks on vaccines. What can you do?. **Canada Communicable Disease Report**, **46**(11-12), 432.

Madzorera, I., Abokyi, L. N., Apraku, E., Azemraw, T., Boudo, V., James, C., ... & Fawzi, W. W. (2025). Perceptions and predictors of COVID-19 vaccine hesitancy among healthcare providers across five countries in sub-Saharan Africa. **PLOS global public health**, **5**(2), e0003956.

Mak, S., & Thomas, A. (2022). An introduction to scoping reviews. **Journal of Graduate Medical Education**, **14**(5), 561-564.

Młodziak, I., Zwierczyk, U., Rzepecka, E., Kobryn, M., Wilk, M., & Duplaga, M. (2023). Manifestation of Health Denialism in Attitudes toward COVID-19 Vaccination: A Qualitative Study. **Vaccines**, **11**(12), 1822.

Martinez, E. C., Hasbun, P. E. G., Vargas, V. P. S., García-González, O. Y., Madera, M. D. F., Capistrán, D. E. R., ... & Hooper, C. T. (2025). A comprehensive guide to conducting a systematic review and meta-analysis in medical research. **Medicine**, **104**(33), e41868.

Masele, J. J., & Daud, E. (2024). Sources of information and the influence of misinformation on COVID-19 vaccine hesitancy among frontline workers in Tanzania: evidence from Dar es Salaam and Dodoma. **Global Knowledge, Memory and Communication**, **73**(6/7), 701-719.

Mmadu-Okoli, C., Nsofor, I., & EpiAfric, A. (2021). WhatsApp, COVID-19-Related Misinformation in Africa and the Need for Continuous Infoveillance. **HPHR Journal**, **39**.

Mnguni, L., & Ramulumo, M. (2024). The impact of information sources on COVID-19 vaccination intentions among pre-service life sciences teachers in South Africa: A cross-sectional study. **J Health Soc Sci**, *9*(2), 235-250.

Munn, Z., Peters, M. D., Stern, C., Tufanaru, C., McArthur, A., & Aromataris, E. (2018). Systematic review or scoping review? Guidance for authors when choosing between a systematic or scoping review approach. **BMC Medical Research Methodology**, *18*(1), 143.

Muthoni, J., Otwombe, K., Thaele, D., Choge, I., Steenberg, B., Cutland, C., Madhi, S. A., Sokani, A., & Myburgh, N. (2023). COVID-19 Vaccination Hesitancy among Youths in Soweto, South Africa. **Vaccines**, *11*(5), 960.

Nie, J. B. (2020). In the shadow of biological warfare: conspiracy theories on the origins of COVID-19 and enhancing global governance of biosafety as a matter of urgency. **Journal of bioethical inquiry**, *17*(4), 567-574.

Njoga, E. O., Awoyomi, O. J., Onwumere-Idolor, O. S., Awoyomi, P. O., Ugochukwu, I. C., & Ozioko, S. N. (2022). Persisting vaccine hesitancy in Africa: the whys, global public health consequences and ways out—COVID-19 vaccination acceptance rates as a case in point. **Vaccines**, *10*(11), 1934.

Nyanchoka, L., Tudur-Smith, C., Iversen, V., Tricco, A. C., & Porcher, R. (2019). A scoping review describes methods used to identify, prioritize and display gaps in health research. **Journal of clinical epidemiology**, *109*, 99-110.

Nyeko Oloya, J., Onira Alema, N., Okot, C., Olal, E., Nzirakaindi Ikoona, E., Wathum Drinkwater Oyat, F., ... & Lagoro Kitara, D. (2024). Trusted sources of information on COVID-19 vaccine in Uganda. **BMC Medical Informatics and Decision Making**, *24*(1), 132.

Ochola, E. A. (2023). Vaccine hesitancy in Sub-Saharan Africa in the context of the COVID-19 vaccination exercise: a systematic review. **Diseases**, **11**(1), 32.

Oloruntobi, T. (2023). “The battle is the Lord’s”: Social media, faith-based organizations, and the challenge of COVID-19/vaccine misinformation in Nigeria. In B. M. Calafell & S. Eguchi (Eds.), **The Routledge Handbook of Ethnicity, Race, and Communication** (pp. 424-437). Routledge.

Osuagwu, U. L., Mashige, K. P., Oveneri-Ogbomo, G., Envuladu, E. A., Abu, E. K., Miner, C. A. & Agho, K. E. (2023). The impact of information sources on COVID-19 vaccine hesitancy and resistance in sub-Saharan Africa. **BMC Public Health**, **23**(1), 38.

Oyeyemi, S. O., Fagbemi, S., Busari, I. I., & Wynn, R. (2023). Belief in COVID-19 conspiracy theories, level of trust in government information, and willingness to take COVID-19 vaccines among healthcare workers in Nigeria: a survey study. **JMIR Formative Research**, **7**, e41925.

Pham, M. T., Rajić, A., Greig, J. D., Sargeant, J. M., Papadopoulos, A., & McEwen, S. A. (2014). A scoping review of scoping reviews: advancing the approach and enhancing the consistency. **Research synthesis methods**, **5**(4), 371-385.

Repko, A. F., Newell, W. H., & Szostak, R. (2011). **Case studies in interdisciplinary research**. Sage Publications.

Reyes Fernández, B. (2025). Conspiracy Thinking, Conspiracy Beliefs, Denialism, Motivation, and COVID-19 Vaccination Intentions in Costa Rica. **Health Communication**, **40**(10), 1896-1906.

Rochel de Camargo, K. (2024). Disputed expertise and chaotic disinformation: COVID-19 and denialist physicians in Brazil. **Transcultural Psychiatry**, **61**(5), 714-723.

Rukasha, I. (2022). The Double-Edged Sword Effect of Social Media on COVID-19 in Sub-Saharan Africa. **Commonwealth Youth & Development, 20**(1).

Saxena, D., Chaudhary, S. R., & Bharadwaj, P. (2025). Scoping the Scope for Scoping Reviews in Public Health in India. **Indian Journal of Community Medicine, 50**(Suppl 1), S1-S5.

Stambach, A. E., & Pesambili, J. C. (2025). “Why Are They Already Digging Our Graves?”: Unraveling the Diverse Emotional Responses to COVID-19 Vaccine Hesitancy in South Africa and Tanzania. **Anthropological Quarterly, 98**(1), 153-181.

Steenberg, B., Myburgh, N., Sokani, A., Ngwenya, N., Mutevedzi, P., & Madhi, S. A. (2022). COVID-19 vaccination rollout: aspects of acceptability in South Africa. **Vaccines, 10**(9), 1379.

Tabong, P. T. N., & Segtub, M. (2021). Misconceptions, misinformation and politics of COVID-19 on social media: a multi-level analysis in Ghana. *Frontiers in Communication, 6*, 613794.

Tawat, M. (2021). Fake news and COVID-19 vaccine hesitancy: A study of practices and sociopolitical implications in Cameroon. **Available at SSRN 3850603**.

Tully, M., & Singer, J. B. (2023). Fact-checking the COVID-19 infodemic in sub-Saharan Africa. **African journalism studies, 44**(2), 97-115.

Unfried, K., & Priebe, J. (2024). Vaccine hesitancy and trust in sub-Saharan Africa. **Scientific Reports, 14**(1), 10860.

Waisbord, S. (2018). Truth is what happens to news: On journalism, fake news, and post-truth. **Journalism studies, 19**(13), 1866-1878.

Wardle, C., & Derakhshan, H. (2017). **Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking** (Vol. 27, pp. 1-107). Strasbourg: Council of Europe.

Wonodi, C., Obi-Jeff, C., Adewumi, F., Keluo-Udeke, S. C., Gur-Arie, R., Krubiner, C., ... & Faden, R. (2022). Conspiracy theories and misinformation about COVID-19 in Nigeria: Implications for vaccine demand generation communications. **Vaccine**, **40**(13), 2114.

Uzuegbunam, C. E. (2024). Perceptions and practices of young people regarding COVID-19 health misinformation and the underlying interdependencies. **Cultures of Science**, **7**(2_suppl), 87-106.

Uzuegbunam, C. E. (2025). Youth and the pandemic: health information imaginaries and practices while navigating COVID-19 in Nigeria. **Frontiers in Communication**, **9**, 1461140.

Uzuegbunam, C. E., & Ononiwu, C. R. (2023). “If it is circulating widely on social media, then it is likely to be fake news”: Reception of, and motivations for sharing, COVID-19-related fake news among university-educated Nigerians. **The African Journal of Information and Communication**, **2023**(31).

CAPÍTULO 6

Emergência narrada: jornalismo, crise climática e a Terra Yanomami

*Alice Melo*⁴⁸

Clareiras abertas na mata

Os brancos não pensam muito adiante no futuro.
Sempre estão preocupados demais com as coisas do momento.
(Kopenawa & Albert, 2015)

Da janela do avião monomotor, vejo clareiras abertas na mata. O tapete verde é rasgado pelas imensas piscinas de água turva de garimpo ilegal. Elas desagüam em rios e riachos da maior terra indígena da Amazônia brasileira, a Yanomami (TIY). O ar está quente e a aeronave sacoleja. Lá embaixo, a floresta se estende até o horizonte. Em pouco tempo, paredões de pedra erguem-se na planície formando pequenas serras. É uma paisagem deslumbrante aos olhos de quem chega ali pela primeira vez.

Minha viagem à Terra Yanomami aconteceu em abril de 2025. Eu integrava uma equipe de jornalistas da TV Globo cujo objetivo era monitorar as medidas de desintrusão da TYI e de assistência à população indígena, dois anos depois de o Gover-

48 Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Produtora e editora do programa Fantástico, da TV Globo. E-mail: meloalice1@gmail.com

no Federal declarar situação de “Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional”⁴⁹. Entre 2018 e 2022, foram registradas 538 mortes de crianças menores de 5 anos na TIY, das quais 495 (92%) foram consideradas evitáveis, de acordo com relatório do Ministério da Saúde (2023)⁵⁰. Esses dados coincidem com o agravamento de desnutrição infantil decorrente da perda de roças (e, portanto, acesso escasso a alimentos), aumento expressivo de casos de malária, precariedade das unidades de saúde, contaminação de rios por mercúrio do garimpo e a incapacidade logística do Distrito Sanitário Especial Indígena de garantir fluxos regulares de atendimento e abastecimento.

Este capítulo é um produto desta viagem e se organiza como um entremeado de comentários sobre a experiência de campo com referências bibliográficas levantadas para a realização da reportagem. Além de entrevistas concedidas à repórter Sônia Bridi e à equipe de reportagem na ocasião da visita à Terra Indígena.

49 Em 20 de janeiro de 2023, o Ministério da Saúde declarou “Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência de desassistência à população Yanomami.” (Ministério da Saúde, 2023). Naquela semana, uma ação de atendimento humanitário e sanitário foi colocada em prática na Terra Indígena. Esta ação foi acompanhada pelos repórteres Sônia Bridi e Paulo Zero para o Fantástico, da TV Globo. Dois dias após a exibição da reportagem, a Presidência da República decreta medidas de enfrentamento da ESPIN “em decorrência de desassistência à população Yanomami e combate ao garimpo ilegal (Presidência da República, 2023).

50 Ministério da Saúde. Relatório Missão Yanomami | Jan. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/coes/coe-yanomami/publicacoes-tecnicas/relatorios/relatorio-missao-yanomami-jan-2023/view>

Em anos anteriores, as reportagens realizadas na Terra Indígena pela repórter Sônia Bridi para o Fantástico em 2023 e 2024 sensibilizaram a opinião pública, ao expor as consequências do abandono do Estado às populações indígenas, vulneráveis. Em janeiro de 2023, a jornalista acompanhou o atendimento de emergência a crianças e adultos que sofriam desnutrição severa, ao mesmo tempo em que flagrou garimpeiros destruindo roças, malocas, postos de saúde⁵¹. Uma imagem da repórter Sônia Bridi carregando nos braços uma criança em situação de extrema vulnerabilidade se tornou um símbolo da emergência na época - que até então estava restrita aos relatos de equipes de campo e apelos de lideranças indígenas em redes sociais.

O Ministério Público Federal publicou uma nota atribuindo a grave situação vivida ali “à omissão do Estado brasileiro” durante o governo Bolsonaro (2018-2022) e ao garimpo⁵² - em 2023, quando a reportagem entrou na TYI, estimava-se que havia cerca de 30 mil garimpeiros no território, quase a mes-

51 No dia 29 de janeiro de 2023, os repórteres Sônia Bridi e Paulo Zero entraram na Terra Indígena Yanomami e acompanharam uma operação que levaria socorro à região. As imagens de crianças desnutridas e de comunidades flageladas pela fome mobilizaram a opinião pública na época. Disponível em <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/01/29/malaria-pneumonia-desnutricao-contaminacao-por-mercurio-fantastico-mostra-a-tragedia-humanitaria-na-terra-indigena-yanomami.ghtml>

52 In. G1. 23/01/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/01/23/mpf-atribui-grave-situacao-dos-yanomami-a-omissao-do-estado-brasileiro-durante-governo-bolsonaro.ghtml>

ma quantidade de indígenas (33 mil, de acordo com dados do IBGE).

A cobrança da imprensa pressionou autoridades. Uma força-tarefa federal foi estabelecida, por meio de decreto, para realizar a chamada desintrusão. Um ano depois, após a segunda reportagem, a Casa Civil instaurou em Boa Vista (RO) a Casa de Governo, para centralizar as ações de proteção do território, combate a crimes ambientais e assistência em saúde pública⁵³. Em 2025, a Casa de Governo afirmava que havia progresso: o garimpo teria caído 96,5% no território; e os avanços em saúde pública teriam reduzido em 27,6% os óbitos de indígenas⁵⁴.

A TV Globo estava às vésperas de seu aniversário de 60 anos, preparando uma programação especial. Neste contexto, a ideia era que a equipe voltasse à Roraima também para reencontrar as crianças filmadas em 2023 e verificar se houve melhora em seu estado de saúde - principalmente duas irmãs pequenas em estado de desnutrição severa, filmadas em 2023 abraçadas dentro do helicóptero de resgate (a menor era a mesma menina que havia sido carregada nos braços da repórter). Lideranças indígenas tinham a informação de que as duas

53 DECRETO Nº 11.930, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2024. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D11930.htm. <Consultado em: 12/12/2025.>

54 In: MINISTÉRIO DA SAÚDE. “Avanços na assistência em saúde reduzem em 27,6% os óbitos no território Yanomami em 2025”. 12/11/2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2025/novembro/avancos-na-assistencia-em-saude-reduzem-em-27-6-os-obitos-no-territorio-yanomami-em-2025>. <consultado em 18/12/2025>.

irmãs estavam vivas, mas nada além disso – elas viviam em uma aldeia remota, sem acesso a rádio ou internet. Embarcamos em busca de boas notícias⁵⁵.

*

Pousamos primeiro na aldeia de Palimi-ú, onde foi formada uma patrulha indígena para a proteção da região, Jaguar. O grupo monitora a região em busca de vestígios de garimpeiros e, quando encontram algo, avisam a Força Nacional. Em 2021, durante a pandemia, homens armados abriram fogo contra a comunidade, ao se depararem com cordas esticadas pelos indígenas no rio Uraricoera, com a intenção de impedir a passagem dos barcos. A Força Nacional estava no local e trocou tiros com os invasores⁵⁶. Depois disso, foi instalado ali um cabo de aço, estrangulando uma das principais rotas de entrada de maquinário do garimpo⁵⁷. A proteção do território é uma ação

55 Reportagem exibida no Fantástico em 4 de maio de 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2025/05/04/dois-anos-de-crise-humanitaria-na-terra-yanomami-quais-sao-os-avancos-e-os-desafios-que-ainda-persistem.ghtml>

56 Disponível em <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/05/15/lideres-indigenas-relatam-mortes-de-duas-criancas-em-conflitos-na-terra-yanomami-diz-associacao.ghtml>

57 O chamado “correntão” foi instalado pelo IBAMA em parceria com a FUNAI em 2023. Os órgãos montaram uma base junto ao rio para monitoramento constante da entrada e saída da floresta. In: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/02/22/cabo-de-aco-e-instalado-em-rio-e-fiscais-apreendem-ouro-e-cassiterita-em-barcos-de-garimpeiros-na-terra-yanomami.ghtml>

constante e necessária, a presença do Estado deve ser efetiva e constante. Sozinhos, os indígenas são vulneráveis à violência armada de grupos de garimpeiros.

Logo depois, levantamos voo em direção à base do Exército em Surucucu, local onde também há um posto de saúde de referência e estava sendo construído um hospital para atender os indígenas.

Em Surucucu, a situação parece bem diferente daquela registrada dois anos antes. O posto de saúde tem poucos atendidos e os funcionários relatam significativa melhora nos casos de malária e desnutrição infantil. Passamos a noite na base do Exército e, no dia seguinte, pegamos um helicóptero rumo à aldeia de Hewetheu, onde havia informações de que as crianças filmadas na reportagem de 2023 poderiam estar. O helicóptero baixa num campo aberto próximo a uma maloca. Crianças yanomami aparecem para ver o helicóptero e, depois, vêm em nossa direção, curiosas. Elas se interessam por um frasco de álcool em gel que eu trago no bolso, acham cheiroso, pedem sabonete. Nós levamos algumas dezenas de cobertores, a pedido da Hutukara Associação Yanomami (HAY). Cobertores são conforto no frio e também podem servir de rede.

Alguns meninos se aproximam, entendem algumas palavras de português, aprenderam com os garimpeiros que saíram dali não tem muito tempo. Dentro da maloca coletiva, em poucos minutos, encontramos as duas irmãs. Elas ganharam peso e nos conduzem por um caminho tortuoso e estreito, no meio do mato, até a roça da aldeia, que já estava dando frutos,

conseguindo gerar alimento para a população da região. Mas as famílias ainda precisavam receber complemento de cestas básicas por parte do Estado, como ação integrada no combate à fome e à desnutrição.

Comedores de terra

A extração de ouro é uma “tragédia humana e cosmológica” para os Yanomami, os “habitantes da terra-floresta” (Albert, 2002. p.243). A floresta é um ecossistema social, parte de sistemas de conhecimento e memória. Nesta cosmovisão, os brancos – *nape*, brasileiros não índios – possuem uma “absurda incapacidade de compreender a floresta, de perceber que a ‘máquina-mundo’ é um ser vivo composto de incontáveis seres vivos (...) renovado pela atividade vigilante de seus guardiões invisíveis, os *xapiri*, imagens espirituais do mundo.” (Viveiros de Castro, 2015, p.13)

Na cosmologia yanomami, o ouro é “coisa escondida no interior da terra, embaixo da água dos rios”: é uma matéria quente e perigosa, um antialimento”, que Omama, criador do mundo, enterrou para proteger os humanos de suas propriedades patogênicas – deixou de fora apenas aquilo que se pode comer (Albert, 2002. p.249). Segundo Albert (2002), enquanto é conservado nas profundezas, o ouro é inofensivo. Mas quando vem à tona por meio de combustão, “fumaça do ouro”, torna-se nocivo, associado a doenças e epidemias trazidas pelos brancos. Levada pelo vento, a fumaça atinge o céu e afeta o mundo inteiro. O antropólogo analisa que a fumaça do garim-

po ao longo do tempo foi associada pela cosmologia yanomami ao que chamamos de poluição e que pode causar, entre outras coisas, *xawara wakexi*, tradução xamânica também para efeito estufa ou aquecimento global (2002, p.252).

Em entrevista à repórter Sônia Bridi⁵⁸, durante nossa passagem pela Terra Yanomami, o xamã Antonio, da aldeia Minau, conta a história de seus antepassados atravessada pela morte trazida com o garimpo. Ele é um dos sobreviventes do que ficou conhecido como Massacre de Haximu: o assassinato de 12 indígenas yanomami por garimpeiros e seus pistoleiros em 1993. Em 2006, o Plenário do Supremo Tribunal Federal reconheceu o crime como um genocídio (extermínio de grupo étnico)⁵⁹.

Antonio diz que tem uma mensagem para passar e diz que hoje está bem de saúde, mas que, no passado sofreu muito:

Lutei muito, muito, muito para minha voz chegar longe. A voz estava tão triste. Os garimpeiros contaminaram e morremos. Por isso minha voz ficou triste. Meus filhos morreram, meus velhos morreram, eu sou o mais velho sobrevivente da minha comunidade. Todas as doenças que trouxeram à nossa comunidade, os outros velhos não sobreviveram. Trouxeram muitas doenças, muita

58 Trecho de entrevista à repórter Sônia Bridi, do Fantástico. Tradução livre de Junior Hekurari Yanomami feita exclusivamente para a reportagem exibida em 4 de maio de 2025.

59 STF. *Justiça Federal é competente para julgar genocídio dos Yanomamis*. 03/08/2006. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/direto-do-plenario-justica-federal-e-competente-para-julgar-genocidio-dos-yanomamis/>

malária. Nossos rios foram envenenados, bebemos água envenenada, e eu assisti o sofrimento e a morte das comunidades. Eu sou um dos sobreviventes do massacre do Haximu e vi os garimpeiros cortando as pessoas. E aqui, segunda vez que passei por isso. Não foi só nós que morremos. Toda a terra morreu e os animais. E mais uma vez estou de pé, contando. (Antonio Yanomami, 2025)

Davi Kopenawa (2015) descreve o garimpo como uma prática que rompe a relação entre humanos, floresta e espíritos, produzindo efeitos simultaneamente materiais, sanitários e cosmológicos. Kopenawa relata que realmente entendeu do que os brancos eram capazes quando “os garimpeiros chegaram”. “Multidões desses forasteiros bravos surgiram de repente, de todos os lados, e cercaram em pouco tempo todas as nossas casas. Buscavam com frenesi uma coisa maléfica da qual jamais tínhamos ouvido falar e cujo nome repetiam sem parar: *oru* – ouro” (Kopenawa & Albert, 2015, p.335). Os garimpeiros são “comedores de terra”, *urihi wapo pë*. Ele narra:

Eles lavam o pó de ouro misturando-o com o que chamam de azogue. Os outros brancos chamam isso de mercúrio. Todas essas coisas fazem as águas ficarem doentes e tornam a carne dos peixes podre. (...) Os donos das águas são os espíritos das arraias, dos poraquês, das sucuris, dos jacarés. (...) Se os garimpeiros sujarem as nascentes dos rios, todos eles morrerão e as águas desaparecerão com eles. Fugirão

de volta para dentro da terra. Aí, como poderemos matar nossa sede? Morreremos todos com lábios ressecados. (Kopenawa & Albert, 2015, p.336)

A atividade garimpeira explodiu no território yanomami e na Amazônia em geral a partir de 1979, devido à alta brusca na cotação do ouro no mercado internacional (Albert, 1993). No caso Yanomami, de acordo com o Instituto Socioambiental (ISA)⁶⁰, a invasão se consolidou nos anos 1980, quando pistas clandestinas de pouso, balsas e maquinário pesado passaram a operar de forma contínua, facilitando a circulação de pessoas, mercadorias e doenças. No auge desse processo, mais de 40 mil garimpeiros ocuparam a região, provocando surtos de epidemias, destruição das roças e aumento da mortalidade indígena. Dados do MapBiomias mostram que, a partir de 2016, o garimpo na Terra Indígena Yanomami passou a crescer de forma contínua. Entre 2016 e 2020, a área degradada pela atividade aumentou 3.350%, segundo a instituição.⁶¹ Entre 2018 e 2022, o garimpo ilegal aumentou 309%, de acordo com monitoramento da Hutukara Associação Yanomami (HAY)⁶². Há 20

60 https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yanomami#A_corrida_do_ouro

61 Ministério da Saúde. Onde está o Garimpo Yanomami? 01/02/2023 <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/coes/coe-yanomami/faq/perguntas-frequentes-coe-yanomami/onde-esta-o-garimpo-no>

62 In. ISA <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/218085>

anos, Albert (2002) explicou os impactos culturais e sociais da invasão e devastação da floresta pelos garimpeiros:

Como se pode imaginar, o impacto epidemiológico e ecológico dessa invasão foi trágico para os Yanomami, cercados em suas próprias terras por aqueles a quem denominaram *urihi wapope*, “os comedores de terra, comedores de floresta”: violência e doenças (malária, gripe, sarampo, coqueluche, hepatite, tuberculose etc.) que provocaram mais de mil mortes; poluição da rede hidrográfica, caça e desmatamentos indiscriminados, que aniquilaram toda a atividade produtiva. (...) Nesse sentido, a atividade dos garimpeiros representa uma subversão mortífera da ordem do mundo e da humanidade estabelecida por *Omama*, o demiurgo yanomami, após o ciclo de transformações descontroladas dos ancestrais animais da primeira humanidade (*yaroripe*) (Albert, 2002, p.245-248)

Quando o garimpo sobe 1%, a contaminação por malária na TI sobe 30% (Dutra *et al.* 2025). Na emergência recente, resultante dos anos de desassistência do Estado Brasileiro durante o governo Bolsonaro, a crise Yanomami foi agravada por desnutrição severa, falta de assistência médica e contaminação por mercúrio, além dos surtos de malária.

Crise climática

Em 2024, o mundo ficou perigosamente mais quente. Pela primeira vez, desde que as medições de calor começaram a ser feitas, os termômetros registraram mais de 1,5°C de média anual de aquecimento do planeta acima dos níveis pré-indus-

triais. De acordo com a Organização Meteorológica Mundial (OMM), seis conjuntos de dados internacionais são usados para se chegar a este valor⁶³. E 2025 consolidou o mesmo patamar perigoso de aquecimento global. O relatório da World Weather Attribution Center (Otto et al., 2025) mostra que, primeiro, cada fração de grau já intensifica ondas de calor, secas, enchentes, tempestades e incêndios; e, segundo, que a capacidade de adaptação tem limites claros diante de riscos que avançam mais rápido do que a infraestrutura, o planejamento urbano e a política pública conseguem responder. O WWAC destaca que os impactos da emergência climática são desiguais: consequências mais severas do clima extremo recaem sobre populações marginalizadas no Sul Global.

Dados divulgados pela Agência da ONU para Refugiados (UNHCR, 2024) mostram que, em 2024, 123,2 milhões de pessoas foram deslocadas forçadamente no mundo. Desses, 10 milhões de pessoas foram deslocados só por desastres climáticos. A crise climática é uma crise humanitária: as mudanças climáticas agravam a realidade devastadora de territórios atravessados por diferentes conflitos.

No Brasil, o desequilíbrio se expressa na intensificação de tempestades, enchentes, estiagens e incêndios (Otto et al., 2025). Na Amazônia e no Cerrado, o clima extremo empurra povos indígenas para cenários de insegurança alimentar, sanitária e territorial.

63 Disponível em <https://wmo.int/news/media-centre/wmo-confirms-2024-warmest-year-record-about-155degc-above-pre-industrial-level>

Em outro relatório, Lenton *et.al* (2025) analisa o risco de o aquecimento global ultrapassar limites críticos que podem levar a mudanças abruptas e irreversíveis em sistemas da Terra. O texto, assinado por cientistas e climatologistas de diferentes países, mostra que o mundo se aproxima rapidamente de ultrapassar 1,5 °C de aquecimento permanente e que cada fração adicional de grau aumenta o risco de colapsos em cascata. Nesse sentido, as políticas atuais seriam insuficientes para evitar esses pontos de inflexão ou não-retorno. No caso da Amazônia, de acordo com o relatório, a floresta está sob risco crescente de autodegradação devido à combinação entre aquecimento global e desmatamento: chegará a um ponto em que a floresta vai produzir mais gás carbônico do que é capaz de absorver e entrará num modo de autodestruição, ainda abaixo do teto de 2°C (2025, p.234).

Impactos sociais associados a essas mudanças afetam de forma desproporcional povos indígenas, incluindo riscos à saúde, deslocamentos e perda de meios de vida. “Territórios Indígenas e Áreas Protegidas apresentam forte potencial de mitigação climática, evidenciando seu papel central na manutenção dos estoques de carbono e na resistência ao colapso dos ecossistemas” (Lenton *et al.*, 2025, p.234). Portanto, a proteção dos direitos territoriais indígenas é fator central para a estabilidade climática regional e global, seriam considerados *tipping points* (pontos de virada, em tradução livre) positivos. O relatório conclui que “o momento de agir é agora, para prevenir uma crise, fortalecer a resiliência e garantir que a Ama-

zônia permaneça um ecossistema vivo tanto para seus povos quanto para o planeta” (Lenton *at al*, 2025, p.234).

A ação – dentro desta ideia de que o momento de agir é agora – depende de vontade política e de engajamento social em diferentes escalas, do cotidiano às decisões estruturais. Nesse processo, o jornalismo assume papel central como instituição social que fiscaliza governos, pressiona atores econômicos e organiza o debate público. O jornalismo conecta a ciência às experiências cotidianas, ajudando o público a compreender como o aquecimento global influencia eventos extremos e seus impactos sociais. Clarke e OTTO (s.d., p. 8-9), em um guia para jornalistas editado pelo *World Weather Attribution Center*, destaca que a cobertura deve ir além do relato episódico de desastres, contextualizando eventos extremos dentro do aquecimento global e evidenciando responsabilidades institucionais. Jornalistas, nesse sentido, precisam realizar um trabalho contínuo, baseado em evidências científicas e atento às desigualdades sociais, como forma de ampliar a compreensão pública e estimular respostas coletivas à emergência climática. Além de alertar, é necessário propor e mostrar soluções. A cobertura da crise climática, assim, não deveria se limitar à descrição de danos de desastres, mas precisaria incluir o que pode reduzir riscos, explicando políticas públicas, medidas de adaptação e ações que diminuam vulnerabilidades (Clarke; Otto, s.d., pp. 10-11).

Nessa perspectiva, o retorno sistemático de reportagem à Terra Indígena Yanomami numa espécie de vigilância conti-

nuada permite não apenas atualizar informações, mas observar permanências, retrocessos e respostas do poder público à crise sanitária e humanitária, em um território submetido a diversas pressões numa disputa por terra e recursos naturais.

Considerações finais

Em Minau, onde encontramos os xamãs Antonio e Brasileiro, a enfermeira Clara Opoquina conclui a construção de uma estrutura emergencial para atendimento de indígenas. Ela diz que a situação está melhor e que está perto de chegar o momento em que ela possa deixar a aldeia. Naquele dia, em abril, havia apenas duas pessoas sendo atendidas no posto: uma mulher grávida que foi picada por uma cobra e um idoso com pneumonia. Ela conta que com a retirada do garimpo e o tratamento contínuo e duradouro da desnutrição, outras enfermidades que tomaram a aldeia em 2023 acabaram melhorando.

Quando a gente chegou, no início da emergência, a gente chegava na Chapana, era só a cabaça de pessoas que morreram penduradas. Triste, porque estava todo mundo magro, não podia fazer a cerimônia que eles fazem, para estar finalizando aquele ciclo do luto, era um luto infinito. Eram aquelas pessoas muito magras, doentes, debilitadas, com malária, emergência o tempo todo, e aquela imagem daquele luto ali o tempo inteiro. (...) Dá para a gente perceber que o garimpo vai saindo e eles vão tendo mais comida. Porque os animais não chegavam, era tanto o helicóptero, tantos aviões... E agora com mais silêncio eles conseguem

caçar, estão conseguindo fazer suas festas, estão se alimentando melhor.” (Clara Opoxina, em entrevista à Sônia Bridi, 2025)

O relatório do Ministério da Saúde sobre a Missão Yanomami (2023) descreveu a insegurança alimentar como um elemento estruturante da crise sanitária no território, com efeitos mais evidentes entre crianças, que figuravam como os maiores casos de desnutrição e desnutrição severa (Ministério da Saúde, 2023, p. 49–50). O documento registra que esse quadro se agravou a partir de 2020, em um contexto marcado por falhas continuadas na assistência estatal e pela presença do garimpo ilegal, que compromete tanto o funcionamento dos postos de saúde quanto a permanência das equipes em campo (2023, p. 50–51). Nas unidades visitadas pelos profissionais da missão de saúde, a desnutrição grave aparecia entre os principais motivos de remoções aeromédicas, junto com diarreias, desidratação severa, infecções respiratórias e malária, indicando a sobreposição de doenças consideradas evitáveis (BRASIL, 2023, p. 54).

Cercada de medicamentos em uma estrutura de atendimento construída pelos indígenas, com materiais encontrados na região, a enfermeira Clara diz que a sensação é de que tudo é frágil: os garimpeiros aguardam na fronteira com a Venezuela a primeira oportunidade para voltar ao território e se instalar próximos às aldeias. “A gente precisa proteger os povos originários para a floresta continuar se mantendo viva e a gente continuar tendo vida, tendo saúde, porque as mudanças climáticas, transformação da terra” (Opoxina, 2025).

O que se vive na Terra Yanomami não é exceção. A fome, a doença, o deslocamento e a destruição territorial observados ali dialogam com processos globais que atravessam o Sul Global. A crise climática, longe de ser abstrata, se materializa em corpos, territórios e modos de vida. Nesse cenário, proteger os povos indígenas é uma estratégia concreta de sobrevivência coletiva.

Kopenawa e Albert (2015) escreveram sobre a queda do céu muito antes de o colapso climático se tornar consenso científico e passar a figurar como fato no discurso jornalístico. O xamã yanomami falava sobre a ganância dos *napëpë* (brancos) e descrevia a cruel realidade de um mundo que insistia em cavar a própria ruína.

Brasileiro Yanomami, sogro de Kopenawa, em entrevista à repórter Sônia Bridi, explica, em sua cosmovisão, que os xamãs e espíritos da floresta estão lutando para evitar a queda do céu, o dia em que a ordem do mundo vai se inverter e a ordem dos humanos será abalada para sempre.

Nós, xamãs, conhecemos o espírito do céu. Estamos segurando o céu para não cair. Mas não estamos aguentando, porque vocês provocam muita destruição. A qualquer momento podemos soltar e romper esse equilíbrio entre a terra e o céu. Nenhum ser humano desta terra sobreviverá. (Brasileiro Yanomami, 2025)⁶⁴

64 Trecho de entrevista à repórter Sônia Bridi, do Fantástico. Tradução livre de Junior Hekurari Yanomami feita exclusivamente para a reportagem exibida em 4 de maio de 2025.

Referências bibliográficas

ALBERT, B. “Territorialização Indígena e Ambientalismo”. In: Albert & Ramos (orgs.), **Pacificando o Branco**. São Paulo: Unesp, 2002.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CLARKE, B.; OTTO, F. **Comunicando eventos extremos e mudanças climáticas: um guia para jornalistas**. World Weather Attribution, s.d. Disponível em: https://www.worldweatherattribution.org/wp-content/uploads/PT_WWA-Comunicando-eventos-extremos-e-mudancas-climaticas.pdf Acesso em: 17 jan. 2026.

OTTO, F. et al.: **Unequal evidence and impacts, limits to adaptation: Extreme Weather in 2025** (WWA scientific report No. 79) World Weather Attribution DOI, 2025: <https://doi.org/10.25560/126543>

LENTON, T. M. et.al. **The Global Tipping Points Report 2025**. University of Exeter, Exeter, UK. 2025, University of Exeter, UK.

SANSONE, N. M. S.; VITTA, E.; SIQUEIRA, B. A.; MARSON, F. A. L. **Overview of the Indigenous health of the Yanomami ethnic group in Brazil: A Public Health Emergency**. Journal of Racial and Ethnic Health Disparities, v. 12, n. 3, p. 1458-1472, jun. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s40615-024-01978-2>. Acesso em: 12 dez. 2025.

UNHCR. **No escape: On the frontlines of climate change, conflict and forced displacement**. Genebra: United Nations High Commissioner for Refugees, 2024. Disponível em: <https://www.unhcr.org/media/no-escape-frontlines-climate-change-conflict-and-forced-displacement> .Acesso em: 17 jan. 2026.

VIVEIROS DE CASTRO, E. “Prefácio – o recado da mata”. In: KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. (pp.11-43)

Reportagens

G1 Roraima. **MPF atribui grave situação dos Yanomami à omissão do Estado brasileiro durante governo Bolsonaro**. 23 jan. 2023.

Disponível em:

<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/01/23/mpf-atribui-grave-situacao-dos-yanomami-a-omissao-do-estado-brasileiro-durante-governo-bolsonaro.ghtml>

Acesso em: 17 jan. 2026.

G1 Roraima. **Líderes indígenas relatam mortes de duas crianças em conflitos na Terra Yanomami, diz associação**. 15 maio 2021.

Disponível em:

<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/05/15/lideres-indigenas-relatam-mortes-de-duas-criancas-em-conflitos-na-terra-yanomami-diz-associacao.ghtml>

Acesso em: 17 jan. 2026.

G1 Roraima. **Cabo de aço é instalado em rio e fiscais apreendem ouro e cassiterita em barcos de garimpeiros na Terra Yanomami**. 22 fev. 2023. Disponível em:

<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/02/22/cabo-de-aco-e-instalado-em-rio-e-fiscais-apreendem-ouro-e-cassiterita-em-barcos-de-garimpeiros-na-terra-yanomami.ghtml>

Acesso em: 17 jan. 2026.

Fantástico. **Malária, pneumonia, desnutrição: Fantástico mostra a tragédia humanitária na Terra Indígena Yanomami**. 29 jan. 2023.

Disponível em:

<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/01/29/malaria-pneumonia-desnutricao-contaminacao-por-mercurio-fantastico-mostra-a-tragedia-humanitaria-na-terra-indigena-yanomami.ghtml>

Acesso em: 17 jan. 2026.

Ministério da Saúde (Brasil). **Relatório Missão Yanomami**. Brasília, jan. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/coes/coe-yanomami/publicacoes-tecnicas/relatorios/relatorio-missao-yanomami-jan-2023>. Acesso em: 12 dez. 2025.

Ministério da Saúde (Brasil). **Avanços na assistência em saúde reduzem em 27,6% os óbitos no território Yanomami em 2025**.

Brasília, 12 nov. 2025. Disponível em:

<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2025/novembro/avancos-na-assistencia-em-saude-reduzem-em-27-6-os-obitos-no-territorio-yanomami-em-2025>.

Acesso em: 18 dez. 2025.

Supremo Tribunal Federal. **Justiça Federal é competente para julgar genocídio dos Yanomamis**. 3 ago. 2006. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/direto-do-plenario-justica-federal-e-competente-para-julgar-genocidio-dos-yanomamis/>

Acesso em: 17 jan. 2026.

Entrevistas:

Antonio Yanomami à repórter Sônia Bridi. Tradução livre de Junior Hekurari Yanomami. 27 de abril de 2025.

Brasileiro Yanomami à repórter Sônia Bridi. Tradução livre de Junior Hekurari Yanomami. 27 de abril de 2025.

CAPÍTULO 7

Desertificação em Gilbués-Piauí-Brasil: alternativas tecnológicas para enfrentar as mudanças climáticas

*Dalton Melo Macambira*⁶⁵

Introdução

A desertificação é um fenômeno mundial que atinge várias regiões do planeta. Os diversos autores citam fragilidades ambientais e ações antrópicas como desencadeadores dessa grave degradação ambiental. No Brasil, o semiárido nordestino e sua área de entorno são apontados como os mais propícios para a instalação do problema.

O objetivo deste trabalho é fazer uma discussão sistêmica da história do processo de desertificação em Gilbués, localizado no sudoeste piauiense, uma região de transição entre os biomas da Caatinga e do Cerrado. Nessa área também ocorreu a expansão da fronteira agrícola do país, a partir dos anos de 1990, que tem atingido, além do Piauí, o oeste da Bahia, o norte do Tocantins e o sudeste do Maranhão, o que se convencionou chamar de MATOPIBA. Esse é o *locus* do estudo, um ambiente complexo em que convivem, de um lado, a grande produção, e,

65 Professor do Departamento de História/CCHL e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí - UFPI. Endereço eletrônico: daltonmacambira@ufpi.edu.br

de outro, a degradação ambiental, onde se pratica, principalmente, a agricultura familiar.

A literatura estudada destaca o agravamento da degradação dos solos em Gilbués, por volta dos anos de 1940 e 1950, embora existam relatos da fragilidade ambiental na região desde a primeira metade do século XIX, quando a área ainda era muito pouco habitada. A origem do fenômeno está associada a uma vulnerabilidade do ambiente natural, agravada por atividades antrópicas que marcaram o processo de ocupação dessa região do território piauiense, como a pecuária extensiva, práticas agrícolas não sustentáveis, a mineração, características climáticas e especificidades do solo, entre outros.

O centro-sul do município é a área mais atingida pelo processo de desertificação, espaço onde se concentram os agricultores familiares, destinados a sobreviver na área mais degradada e de risco. Os estudos do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas da ONU (IPCC) indicam que as áreas de maior fragilidade ambiental, como é o caso de Gilbués, e as populações mais pobres serão atingidas mais gravemente pelo fenômeno.

Assim, pretende-se demonstrar que existem tecnologias disponíveis, a baixo custo, capazes de mitigar o problema, recuperando o solo e elevando a sua produtividade. Nesse caso, informação veraz, tecnologia, formação e políticas públicas, sobretudo assistência técnica, são indispensáveis.

O debate sobre a desertificação

A partir da década de 1960, os problemas ambientais deixam de ser preocupação apenas de ambientalistas, de cientistas e de alguns estudiosos e interessados no assunto para assumir papel de destaque na agenda dos estados nacionais.

Dentre os problemas destaca-se a desertificação, que deriva inevitavelmente do termo deserto. Todavia, os termos expressam significados diferentes, pois os desertos são formações naturais, resultantes de aspectos ligados ao clima, ao relevo, à geologia, à evaporação superior, à pluviometria, entre outros, e são encontrados em regiões com baixa densidade demográfica, enquanto a desertificação é o resultado, sobretudo, de ações antrópicas que conduziram à degradação do ambiente natural.

A primeira referência ao tema da desertificação relaciona-se a graves situações de degradação ambiental registradas, no início dos anos de 1930, nos Estados Unidos da América (EUA), derivadas de grandes áreas desmatadas e da intensificação do uso dos solos voltados à agricultura e à pecuária, nos estados de Oklahoma, Kansas, Novo México e Colorado.

A segunda assentou-se na grande seca que aconteceu na região semiárida do Sahel, na África, no final dos anos de 1960, a qual foi decisiva para o envolvimento da comunidade científica internacional no debate acerca da desertificação e na busca da solução por parte da Organização das Nações Unidas, o que levou a ONU, em função deste e de outros eventos climáticos extremos, como o alarmante aumento da poluição global, a

convocar a primeira conferência para tratar dessa temática em Estocolmo, na Suécia, em 1972.

O desdobramento desse primeiro grande evento sobre o meio ambiente foi a Conferência das Nações Unidas sobre Desertificação, realizada em Nairóbi, no Quênia (1977), a qual pautou na agenda da ONU o tema do meio ambiente, no geral. Em âmbito particular foram discutidas as mudanças do clima, sendo determinante na luta contra a desertificação no plano mundial a aprovação, em 1997, da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação – UNCCD (MMA, 2006).

A desertificação conduz a degradações irreversíveis da paisagem, com consequente perda da fertilidade do solo e a redução dos recursos hídricos, o que provoca o êxodo rural e o incremento desordenado das populações urbanas e todos os problemas daí decorrentes, atingindo, mormente, as populações mais pobres. No entanto, as faixas de transição, entre as áreas úmidas e secas do Nordeste, como é o caso de Gilbués – PI, apresentam processos muito mais graves de degradação ambiental do que a resiliente Caatinga. Portanto, os estudos sobre o fenômeno precisam ir para além do semiárido nordestino.

No Brasil, salienta-se o pioneirismo do professor José Vasconcelos Sobrinho (1974), da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), nos estudos sobre desertificação. No início dos anos de 1970, quando a comunidade acadêmica internacional começava o debate sobre esse tema, em meio às campanhas de ajuda humanitária às vítimas da grande seca no semiárido africano, o referido professor publicou um trabalho apontando as principais áreas de degradação ambiental

no Nordeste, os chamados “núcleos de desertificação”, entre os quais o de Gilbués, no Piauí, desenvolvendo, inclusive, uma metodologia para identificação dos processos de desertificação (Vasconcelos Sobrinho, 1978).

Acrescenta-se que, em função do Brasil ser detentor da região semiárida mais populosa do mundo, congrega várias áreas em situação de desertificação. E que, derivado dessa configuração, já dispõe de quatro núcleos de desertificação intensa, que juntos totalizam uma área de 18.743,5 km², abrangendo as regiões de Gilbués, no Piauí, Irauçuba, no Ceará, Seridó, no Rio Grande do Norte e Cabrobó, em Pernambuco.

Assim, infere-se que, embora existam condicionantes globais, cada situação de desertificação tem uma historicidade e ocorre em um espaço geográfico determinado, onde as relações entre a sociedade e a natureza envolvem especificidades geoambientais e socioeconômicas que precisam ser estudadas de forma sistêmica e holística, a partir de conceitos gerais, porém sempre se apoiando nas particularidades locais ou regionais. É nesse sentido que se estuda o caso de Gilbués.

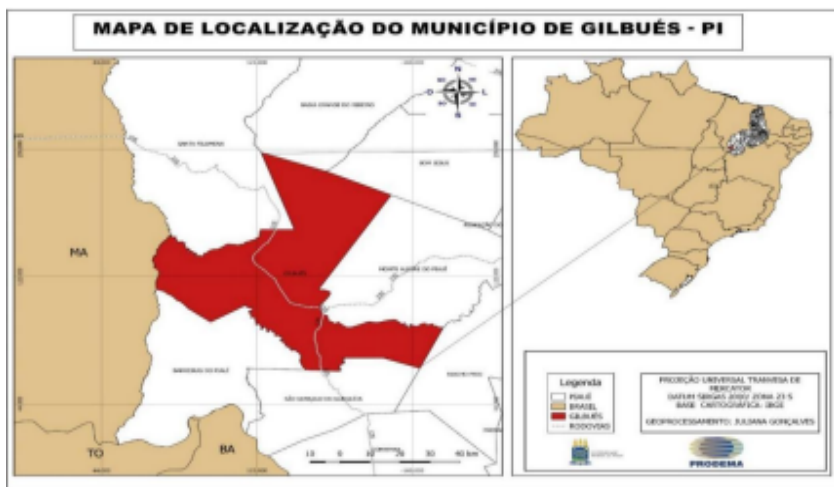
Delimitação da área de estudo

A cidade de Gilbués está localizada no sudoeste do Piauí (Figura 1) a 816,9 km de Teresina, capital do estado. Tem uma população de 10.402 habitantes, sendo 50,2% de homens e 49,8% de mulheres, 57,6% vivem na zona urbana e 42,4% estão na zona rural. Limita-se ao Norte com os municípios de Santa Filomena, Baixa Grande do Ribeiro e Bom Jesus; ao Sul com Barreiras do Piauí e São Gonçalo do Gurgueia; a Leste com Ria-

cho Frio e Monte Alegre do Piauí; e a Oeste pelo estado do Maranhão, tendo o rio Parnaíba como divisor natural. A área total do município é de 3.495,01 km² e a densidade demográfica de 2,98 hab/km² (BRASIL, IBGE, 2010).

O município está situado em uma faixa de transição entre a Caatinga e o Cerrado, isto é, numa zona de passagem do clima semiárido para o subúmido seco, com valores de precipitação média anual variando entre 800 a 1.200 mm, sendo, portanto, bem superior à média pluviométrica típica da região semiárida, mas com grande variabilidade interanual, típico do semiárido. O período de outubro a maio é o mais chuvoso, sendo mais intenso entre novembro e março, apresentando temperaturas mínimas de 25°C e máximas de 36°C (BRASIL, INPE, 2007; Lima, Salviano, 2011).

Figura 1: Mapa de localização da área de estudo – Gilbués – Piauí.



Fonte: (Macambira, 2020; Macambira, 2023).

Desertificação em Gilbués

O sudoeste do Piauí, onde está localizado Gilbués, começou a ser ocupado na segunda metade do século XVII, após expedições chefiadas por Francisco Dias d'Ávila e Domingos Afonso Mafrense, entre outros, contra os índios, primeiros habitantes dessa região, que se revoltaram pela ameaça da escravidão e da perda de suas terras. Posteriormente, chegaram os bandeirantes paulistas, liderados por Domingos Jorge Velho. Esses dois movimentos fundaram as primeiras fazendas de gado, dando início ao domínio do território piauiense pelo “conquistador” branco.

O fato da origem indígena do nome Gilbués (“Jeruboés”) significar “terra fraca” já demonstrava a fragilidade ambiental da região antes mesmo da ocupação daquele território pela pecuária extensiva e pela agricultura de subsistência, atividades econômicas que marcaram o processo de ocupação do território piauiense.

As primeiras referências históricas que sugerem existir um estágio de degradação dos solos em Gilbués são do século XIX. Na primeira metade do século XIX, quando percorreu várias regiões do Brasil, especialmente do Nordeste, entre 1836 e 1841, o viajante e botânico britânico George Gardner (1810-1849), no trajeto entre Oeiras e Parnaíba, em 1838, já próximo ao seu destino, revelando a sua localização pela distância que faltava para a sua chegada, ofereceu relatos sobre o tipo de degradação ambiental encontrada e as chuvas intensas que

impactavam o solo e a vegetação do lugar, todas as características absolutamente condizentes com Gilbués (Gardner, 1975).

O fato de a origem indígena do nome Gilbués (“Jeruboés”) significar “terra fraca” já demonstrava a fragilidade ambiental da região antes mesmo da ocupação daquele território pela pecuária extensiva e pela agricultura de subsistência, atividades econômicas que marcaram o processo de ocupação do território piauiense.

O engenheiro alemão Gustavo Dodt (1831-1903) teve empregados seus serviços ainda no período imperial em atividades no Ministério da Agricultura e na construção de linhas telegráficas pelo país, principalmente nas regiões Norte, Tocantins e Pará, e Nordeste, passando bastante tempo nos sertões do Piauí, Maranhão e Ceará (Macambira, 2020; Macambira, 2023).

Ele foi contratado pela Província do Piauí, em 1868, objetivando identificar os melhores locais para assentamentos humanos e elaborar um mapa do curso do Rio Parnaíba, sua vazão desde as suas nascentes até a foz, nos períodos chuvoso e seco, com a indicação dos principais obstáculos à sua navegação, com as devidas coordenadas geográficas, e produzir um relatório, concluído em 1873. O documento informa que a degradação do solo avermelhado não permitiria o desenvolvimento da agricultura (Dodt, 1981).

A desertificação em Gilbués se expandiu para os municípios próximos, em função de aspectos naturais, como solo e clima, principalmente devido à pluviosidade intensa concentrada, provocando a erosão hídrica. Além de fatores antrópi-

cos, como as queimadas, os desmatamentos, a pecuária extensiva e a agricultura, sem os devidos cuidados preservacionistas do solo, bem como a mineração, de forma indireta, devido ao abrupto crescimento demográfico, na passagem dos anos 1940 para 1950 (Macambira, 2020; Macambira, 2023).

A propósito da atividade de mineração, a variação da população de Gilbués, que era de 8.798 pessoas, em 1940, a partir dos anos de 1950 praticamente dobrou, chegando a 15.553 habitantes, uma vez que, após o auge dessa atividade, a população decresceu para 9.269, nos anos de 1960. O contingente populacional foi reduzido, na medida em que entrava em decadência, nas duas décadas seguintes (IBGE, SIDRA, 2018).

O rápido crescimento demográfico entre as décadas de 1940 e 1950 elevou enormemente a demanda por bens e serviços, com impactos extremos no uso dos recursos naturais do município e alterações profundas na paisagem, cujo ambiente era de elevada fragilidade ambiental.

Destarte, sem a utilização de técnicas conservacionistas do solo e da água, entre outras, muitas das quais já praticadas pelos povos pré-colombianos, mas não utilizadas pelos agricultores de Gilbués, esse fenômeno também foi responsável pelo assoreamento dos principais rios da região, como o Gurguéia, o Uruçuí Vermelho, o Uruçuí Preto, e, por consequência, o Parnaíba, o maior rio genuinamente nordestino (Macambira, 2020; Macambira, 2023).

Assim, a degradação ambiental foi potencializada devido ao desmatamento em larga escala para a prática da mineração,

da agricultura e da pecuária extensiva, e à elevada pluviometria na região. Com o solo desprotegido pela supressão vegetal, aumenta o escoamento superficial e a força da água carrega a parcela orgânica do solo, assoreando os rios e riachos, provocando imensas voçorocas (graves erosões no solo), como revela a paisagem típica de Gilbués (Figura 2).

Figura 2 – Área degradada, paisagem característica de Gilbués – PI

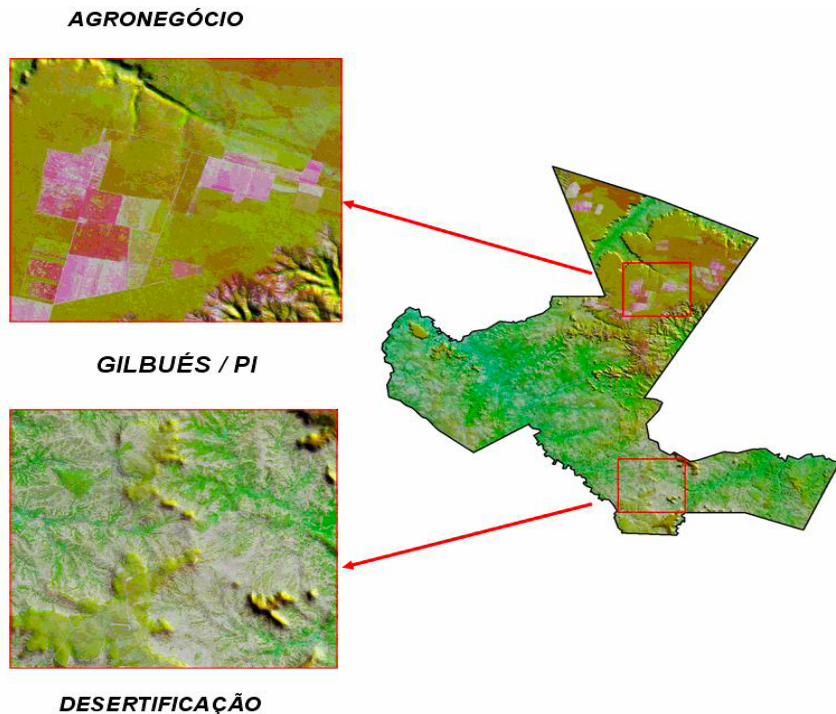


Fonte: Macambira (2020).

A atividade econômica principal de Gilbués já foi a pecuária, mas atualmente predomina a agricultura, baseada na produção sazonal de arroz, feijão, mandioca e milho, por parte dos agricultores familiares, nos baixões. Também vêm sendo culti-

vados soja, algodão e eucalipto, pelos grandes produtores que ocupam as chapadas, como resultado da expansão da fronteira agrícola no Piauí. Tal cenário díspar revela um ambiente complexo onde convivem o agronegócio das *commodities*, na parte norte, e a principal região, intensamente degradada, localizada no centro sul do município, em uma área de cerca de 400 km², o que representa cerca de 10% da área do município (Figura 3).

Figura 3: Área degradada no centro-sul e o agronegócio no norte de Gilbués - Piauí.



Fonte: Extraída de BRASIL, INPE, 2007.

Pesquisadores da Universidade Federal do Piauí, vinculados às áreas das ciências da natureza, agrárias e humanas, vêm trabalhando desde o final da década de 1970 como tema e chamando a atenção dos governos federal, estadual e municipais para o avanço da degradação do solo, alertando sobre os impactos econômicos, sociais e ambientais resultantes de tal realidade. Os estudiosos alertaram também para a premente necessidade de formulação de políticas direcionadas ao semi-árido e para regiões com estágios avançados de desertificação, como é o caso de Gilbués.

Nos anos 2000, quando os primeiros pesquisadores passaram a despertar o poder público para o fenômeno da desertificação na região de Gilbués, as primeiras políticas públicas passaram a diagnosticar melhor a situação e a propor alternativas tecnológicas para mitigar a grave degradação ambiental (Macambira, 2020).

Políticas públicas e tecnologias para mitigar os efeitos da desertificação

Verificou-se a existência de políticas públicas e a implementação de técnicas agropecuárias visando à mitigação dos efeitos da degradação ambiental em Gilbués, sobretudo na área de maior gravidade que é a microbacia do riacho Sucuruiú, localizado no centro sul do município (Macambira, 2020).

As preocupações apontadas por especialistas nos anos de 1970, da necessidade de políticas públicas para enfrentar o problema da desertificação, no sudoeste do Piauí, começaram

a se tornar realidade no início dos anos 2000, quando o Governo do Estado, com o apoio do Ministério do Meio Ambiente, da Agência Nacional de Águas – ANA, do Ministério da Agricultura, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária–EMBRAPA e da Universidade Federal do Piauí – UFPI, criou, em 2003, o Núcleo de Pesquisa para Recuperação de Áreas Degradadas – NUPERADE, em Gilbués (Macambira, 2020).

O NUPERADE, localizado a cerca de 5 km da sede do município, em uma área degradada de 52 ha, que custou para o estado apenas dois mil e quinhentos reais, dado nível de degradação ambiental da área, tinha o objetivo de desenvolver experimentos e técnicas agrícolas para demonstrar a possibilidade de mitigação das consequências da desertificação, tendo sua sede inaugurada, com a presença da ministra do meio ambiente e do governador do estado, em 2006 (Macambira, 2020).

A partir de experimentos bem-sucedidos no NUPERADE, foi possível a captação de recursos junto ao Governo Federal para a execução de dois projetos-pilotos, o primeiro, em 2005, e o segundo, em 2012. As mudanças foram resultado de tecnologias simples e de baixo custo (Macambira, 2020).

Os resultados da primeira experiência-piloto (2005-2007) superaram as expectativas, pois, mesmo na área mais degradada de Gilbués, no período chuvoso, nos chamados baixões, nas malhadas, no centro sul do município, na microbacia hidrográfica do riacho Sucuruiú, agricultores familiares, do grupo selecionado, que produziam em média de 600 a 1.000 kg de milho por hectare, após o apoio técnico do projeto mencio-

nado, passaram a produzir, em média, de 2.375 kg/ha a 6.667 kg/ha. Isto é, demonstrou-se que, utilizando técnicas agrícolas adequadas, seria possível não apenas recuperar o solo, mas até mesmo elevar a sua produtividade (Lima, Fernandes, 2010).

No caso do segundo projeto-piloto (2012-2014), os resultados da recuperação de áreas degradadas em Gilbués também foram promissores. A taxa de sobrevivência das espécies utilizadas para o reflorestamento foi da ordem de 65%. A produtividade da cultura do milho também surpreendeu, pois, os rendimentos médios, em três ambientes, foram: em baixões (4.938 kg/ha); em solos arenosos (4.896 kg/ha) e malhadas (3.685kg/ha), o que significa até quatro vezes mais que a produtividade média do Piauí e a média nacional, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Produtividade da cultura do milho na bacia do Sucuriú, em Gilbués - PI

Ambientes	Rendimento (kg/ha)
Baixões	4.938
Solos arenosos	4.896
Malhadas	3.685
Média	4.506

Fonte: Adaptado de Salviano et al., 2014, p. 279.

Quanto às principais tecnologias utilizadas pelos programas de recuperação de áreas degradadas em Gilbués, verificou-se que as que foram mais assimiladas pelos agricultores familiares, beneficiados por essas políticas públicas, foram o plantio em nível (curva de nível), o terraceamento (terraço) e as pequenas barragens (barraginhas), construídas a montante das plantações com o objetivo de acumular e infiltrar água, para

reduzir o escoamento superficial, bem como evitar a formação de erosões e, por consequência, o surgimento das voçorocas, que a população local chama de “grotas”, que bem caracterizam a paisagem em Gilbués.

Nesse sentido, foi possível constatar o desenvolvimento de políticas públicas para o enfrentamento do problema da desertificação em Gilbués. O surgimento do NUPERADE permitiu que se criassem as condições para a captação de recursos visando à implementação de dois projetos, ainda pilotos, dado o tamanho da área beneficiada, com o objetivo de recuperação de áreas degradadas, envolvendo agricultores familiares, tanto em relação ao primeiro projeto-piloto (2005-2007) quanto em relação ao segundo (2012-2014).

Significa que os programas assistenciais, sobretudo do governo federal, a partir de 2003, em parceria com o governo do estado, em alguma medida, os projetos-pilotos de 2005 e 2012, contribuíram para a melhoria da qualidade de vida de uma parcela dos agricultores familiares da bacia do riacho Sucuruiú, em Gilbués.

Considerações finais

O estudo conseguiu demonstrar que as primeiras políticas públicas voltadas para o enfrentamento do fenômeno no município foram implementadas a partir de 2003, com a criação do NUPERADE, e que existem tecnologias capazes de mitigar o problema, comprovadas com a implementação de dois projetos-pilotos (2005 e 2012), como desdobramentos dos planos

nacional (PAN - Brasil) e estadual (PAE - PI) de combate à desertificação.

Foi constatada a adoção de técnicas agropecuárias eficazes na mitigação da degradação ambiental, tais como o plantio usando curva de nível, o terraceamento as barraginhas, capazes de reduzir o escoamento superficial e permitir a infiltração da água, reduzindo, assim, a formação das voçorocas. No entanto, tais programas governamentais, infelizmente, sofreram solução de continuidade, o NUPERADE, inclusive, foi desativado a partir de 2015, o que exige do poder público desenvolvimento de políticas de Estado, e não ações isoladas de governo, compatíveis com a gravidade da situação.

O diagnóstico apresentado permite chamar a atenção do poder público para a necessidade urgente da elaboração e implementação sistemática de políticas públicas e da disponibilização de técnicas agropecuárias que possibilitem mitigar e/ou reverter os efeitos desse fenômeno. Tal necessidade justifica-se, sobretudo, quando as populações mais pobres são atingidas, pois, em função de não ter acesso facilitado ao crédito, à educação ambiental e às novas tecnologias, são os mais afetados pela gravidade desse fenômeno e pelas mudanças climáticas em curso.

O conhecimento da história da desertificação em Gilbués contribuirá para a sensibilização das atuais e futuras gerações dos necessários cuidados com o uso racional dos recursos naturais. Por conseguinte, faz-se mister valorizar sempre o planejamento de atividades que sejam economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas.

Espera-se por fim, mas não menos importante, que este estudo, com as especificidades, possa contribuir com futuras pesquisas, especialmente no Nordeste do Brasil, acerca desse problema ambiental, como seus graves impactos sobre os povos, particularmente as populações mais pobres. Embora se saiba, como já demonstrado, que existem causas gerais que explicam o surgimento e o agravamento da desertificação, por causas naturais e antrópicas, não se deve descuidar de certas particularidades locais e regionais, sem as quais a discussão científica perde sua maior substância que é a capacidade de desvelar o novo e apontar novas perspectivas para possíveis e novas descobertas.

Referências

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), **Censo Demográfico**, 2010.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), **Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)**. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: jan. 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE. **Relatório do Banco de Dados Geográficos de parte do Núcleo de Desertificação de Gilbués** (Municípios de Gilbués e Monte Alegre do Piauí). São José dos Campos: INPE, 2007.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente - MMA. **Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca** -PAN-Brasil. Brasília: MMA, 2005.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente - MMA. **Convenção das Nações Unidas de combate à desertificação nos países afetados por seca grave e/ou desertificação, particularmente na África.** 3ª ed. Brasileira. Brasília: MMA, 2006.

DODT, Gustavo Luís G. **Descrição dos Rios Parnaíba e Gurupi.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981.

GARDNER, G. **Viagem ao interior do Brasil:** principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. Tradução de Milton Amado. São Paulo: Editora Itatiaia/USP, 1975.

LIMA, Milcíades G. de; FERNANDES, Roberto José A. R. (Orgs.). **Combate à desertificação no Piauí:** microbacia do riacho Sucuruíu “Vaqueta Gavião” em Gilbués/PI. Teresina: Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 2010.

LIMA, Milcíades G. de; SALVIANO, Adeodato A. C. Recuperação de áreas degradadas no estado do Piauí. **Revista Brasileira de Geografia Física**, Recife, v. 4, n. 6, p. 1254-1265, 2011.

MACAMBIRA, Dalton M. **Desertificação em Gilbués/PI - degradação ambiental e impactos socioeconômicos: o que me contaram os agricultores familiares.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Piauí - UFPI/Rede PRODEMA. Teresina, 2020.

MACAMBIRA, Dalton M.; CARVALHO, Ely Bergo de; GOMES, Jaira M. A. A Fragilidade da Natureza e o Peso da Sociedade: Uma História da Desertificação em Gilbués, Piauí, Brasil. **HALAC - História Ambiental, Latinoamericana y Caribeña**, <http://halacsolcha.org/index.php/halac>, v.13, p. 75-113, abril, 2023.

PIAUI. Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Semar. **Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação**, PAE-PI. Teresina: Semar, 2010.

SALVIANO, Adeodato A. C. et al. **Revitalização da microbacia hidrográfica do Riacho Sucuruiú, em Gilbués/Piauí**, Brasil. Zonas Áridas, Lima: Universidad Nacional Agraria La Molina, v. 2, n. 15, p. 272-289, 2014.

VASCONCELOS SOBRINHO, José. **Metodologia para identificação de Processos de Desertificação**: manual de indicadores. Recife: SUDENE, 1978, 20 p.

CAPÍTULO 8

Outro nome para Gaia, África: narrativas africanas como resistência no contexto moçambicano

*Eduardo Lichuge*⁶⁶

Introdução

A problemática da fome e da desinformação em África, particularmente em Moçambique, não pode ser compreendida sem uma análise crítica das heranças coloniais que continuam a estruturar as relações de poder e a moldar as vulnerabilidades das comunidades moçambicanas contemporâneas. Analisar esta problemática implica ir muito para além das linhas abissais (SANTOS, 2007), que, de forma radical, dividem duas realidades sociais em dois universos distintos: a deste lado da linha, onde se aplicam os princípios da ciência, do direito e da democracia; e a do outro lado da linha, um território de apropriação e violência onde habitam os “outros” coloniais, cujos conhecimentos e formas de vida são considerados inexistentes ou irrelevantes.

66 Doutor em Etnomusicologia pela Universidade de Aveiro, Portugal, docente e investigador na Universidade Eduardo Mondlane-Escola de Comunicação e Artes. Professor visitante na Universidade de Yale, EUA, e investigador do Projeto África na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O sociólogo camaronês Jean Marc-Ela (2013, p. 25) propõe uma sociologia engajada que transforme as ciências sociais numa ferramenta de libertação e não de dominação, alinhando com a ecologia de saberes (SANTOS, 2007) e (BISPO, 2023, p. 50), que sugere o conceito de confluência de saberes enquanto alternativa aos modelos hegemônicos. Para ele, os saberes locais, as memórias e as práticas performativas devem estar em pé de igualdade com o conhecimento hegemônico, não como síntese, mas como espaço de coexistências (MUDIMBE, 1988, p. 15). Complemente esta visão quando se refere ao modo como o conhecimento sobre África foi produzido, a partir de uma biblioteca colonial distorcida, e por isso, a necessidade de desconstruir essa biblioteca para produzir um conhecimento autônomo. A confluência de saberes é, portanto, um gesto de descolonização epistêmica que desloca a biblioteca colonial e valoriza as tradições, práticas culturais, artísticas e linguísticas como formas legítimas de produção do conhecimento.

O termo *Gaia*, frequentemente associado a uma visão ocidental da natureza, pode ser ressignificado no contexto africano como um repositório de saberes ancestrais, de práticas de resiliência e de formas de vida que resistem à lógica predatória do capitalismo global. “Outro Nome para Gaia, África” propõe uma mudança de perspectiva: em vez de olharmos para África como um continente de carências, devemos vê-lo como um laboratório de futuros possíveis, onde as narrativas de resistência oferecem alternativas aos modelos de desenvolvimento hegemônicos. Este artigo propõe-se a analisar como as diver-

sas formas de narrativas africanas, desde as orais, musicais, literárias e digitais, funcionam como estratégias de resistência, mobilização social e reconstrução simbólica no contexto moçambicano.

Legados coloniais, pós-independência e continuidades: da economia extrativa à dependência estrutural

Compreender os desafios contemporâneos da fome e da desinformação em Moçambique requer, por um lado, analisar profundamente a herança colonial e o modo como ela produziu as relações de poder no país e, por outro, perceber de que modo as políticas pós-independência perpetuaram de forma paradoxal muitas destas estruturas. BRITO et al (2015, p.1-4) referem que as manifestações ocorridas na capital moçambicana entre 2008 e 2010 são consequência dessa herança colonial, e constituíram um projeto de epistemicídio, que subalternizou os saberes locais e prolongou os seus efeitos para além da independência de Moçambique (1975).

O colonialismo português em Moçambique assentou em três pilares fundamentais que continuam a influenciar as dinâmicas contemporâneas: (i) a apropriação do território; (ii) a imposição de culturas de rendimento e, (iii) a desarticulação dos sistemas de comunicação tradicionais. Desde os finais do século XIX até o fim da Segunda Guerra Mundial, o primeiro período colonial caracterizou-se pela integração de Moçambique à economia capitalista regional, centrada na indústria mi-

neira sul-africana, estabelecendo simultaneamente a relação clássica das economias coloniais que fazia de Moçambique fornecedor de matérias-primas para as indústrias metropolitanas (ISAACMAN e ISAACMAN, 1983; ISRAEL, 2014; NEWITT, 1995 e SERRA, 1986).

A estrutura colonial de exploração laboral estava profundamente marcada por um racismo, que não era apenas uma ideologia, mas uma estrutura econômica que organizava o mercado de trabalho, determinava os salários e condicionava as possibilidades de mobilidade social dos moçambicanos. Os trabalhadores africanos desenvolveram, contudo, múltiplas estratégias de sobrevivência e resistência, desde a negociação cotidiana até a organização de greves que desafiaram o sistema colonial (PENVENNE, 1995, p. 60). Esta análise complementa a perspectiva de Isaacman e Isaacman (1983), que situam a história de Moçambique no contexto mais amplo da transição do colonialismo à revolução, mostrando como as contradições do sistema colonial criaram as condições para a emergência de movimentos de libertação. Os trabalhadores africanos desenvolveram estratégias de sobrevivência e resistências, como demonstram as greves do início do século XX (HEDGES; ROCHA, 1993, p. 90) e a emergência do movimento de libertação (PENVENNE, 1995)

Este modelo extrativo estava centrado nas atividades agroindustriais para a exportação de produtos como o açúcar, o algodão, a copra, a madeira, o sisal e o chá. No início dos anos 1940 representavam cerca de dois terços do valor total das ex-

portações moçambicanas (BRITO et al., 2015, p.4). Além disso, foi criada uma economia de serviços ferro-portuários dirigidos para os países vizinhos (Malawi, Zâmbia e Zimbábue) e de trabalho migratório para as minas da África do Sul, cujas receitas permitiam um certo equilíbrio na balança de pagamentos, criando uma dependência estrutural que se faz sentir na atualidade em Moçambique.

A política de expropriação de terras, formalizada pela Lei de Terras de 1919, estabeleceu os mecanismos legais para a concessão de terras aos colonos portugueses e às companhias majestáticas (NEWITT, 1995, p. 350). Esta legislação foi fundamental para a criação de uma economia de plantação baseada no trabalho forçado, confinando as populações africanas a reservas, forçando-as a cultivar o algodão em detrimento das suas culturas de subsistência (ISAACMAN e ISAACMAN, 1983). Paradoxalmente, a independência de Moçambique (1975) não rompeu com estas estruturas. A saída em massa de quadros portugueses qualificados, a eclosão da guerra civil (1976-1992), assim como as políticas de centralização, agravaram a crise econômica e a dependência externa. A transição para uma economia de mercado na década de 80, animada por programas de ajustamento estrutural, aprofundou ainda mais a desigualdade e a corrupção, minando a soberania do estado e reforçando a sua natureza “pós-colônia” (MBEMBE, 2001, p. 30), onde as lógicas de predatórias continuaram sob novas formas.

A partir dos meados dos anos 1940 até a independência (1975), o desenvolvimento de indústrias de substituição de im-

portações e de bens intermediários condicionou um desenvolvimento desigual do território, promoveu a emigração de comunidades de imigrantes europeus, através da construção de um espaço econômico integrado no sul de Moçambique, o Colono do Vale do Limpopo. Com o crescimento da população colona, desenvolveu-se um mercado interno: enquanto os colonos tinham acesso a bens de consumo industrializados, as populações africanas permaneciam marginalizadas, confinadas a reservas inadequadas para a agricultura de subsistência (BRITO et al, 2015, p.4).

Simultaneamente, o sistema educativo colonial implementou o que Ngũgĩ wa Thiong'o (1986) designa de colonização da mente, uma forma de exacerbar a desvalorização sistemática das línguas, dos conhecimentos e formas de comunicação africanas. Este processo criou estruturas que facilitaram a proliferação contemporânea de desinformação, particularmente em contextos onde as comunidades foram historicamente excluídas da produção e da circulação de informação.

Este modelo de desenvolvimento, assente na expropriação e na violência, era sustentado por um sofisticado aparelho ideológico que detinha o monopólio da produção e circulação de informação. O Estado colonial português procurou construir uma comunidade imaginada (ANDERSON, 1983, p. 6), com base na exaltação da identidade portuguesa e na exclusão das identidades e histórias locais. Este monopólio informativo era um instrumento de produção de conhecimento que visava silenciar as significações locais e impor uma essência africana que

justificava a dominação (SERRA, 2000, p. 240). O historiador Malyn Newitt aponta que a propaganda do Estado Novo promovia a ideia de um império unificado, enquanto na prática reforçava a segregação (NEWITT, 1995).

A história da imprensa moçambicana até a independência é marcada por períodos alternados de censura prévia e repressão, refletindo a tentativa colonial de monopolizar as narrativas sobre o território e seus habitantes (CAPELA, 1996, p. 160). Na sequência, a repressão do jornalismo político e o encerramento de publicações associativistas, durante o período do Estado Novo, ilustram o modo como o regime colonial percebia a comunicação independente como uma ameaça à sua hegemonia (HEDGES; ROCHA, 1993).

Nas primeiras décadas da independência até as primeiras eleições multipartidárias, assiste-se ao colapso econômico como resultado de uma associação de fatores: o impacto da descolonização, o conflito com os regimes minoritários e segregacionistas brancos (RAS, Rodésia do Sul, atual Zimbábwe) da região e a famosa guerra civil, mais conhecida como a Guerra dos 16 anos, (1976-1992). O governo foi obrigado a negociar com o Banco Mundial em 1984, abrindo campo para a liberalização econômica, levando a uma desindustrialização do país. Moçambique passou a viver essencialmente de ajuda externa, o que configurou mais uma forma de dependência econômica que substituiu a colonial, mas mantinha a mesma lógica extrativa (BRITO et al., 2015, p.5).

O quarto período tem como marco relevante o ano de 1992, com a assinatura do Acordo Geral de Paz em Roma (4 de outubro), sob mediação da igreja católica representada pela Comunidade de Santo Egídio. O acordo foi assinado entre o Presidente de Moçambique na época, Joaquim Chissano, e o Presidente do Movimento Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), Afonso Dhlakama. Foi um período caracterizado por altas taxas de crescimento econômico impulsionadas pelo desenvolvimento de atividades extrativas de recursos naturais para exportação. Embora houvesse alguns sinais de desenvolvimento de indústrias de substituição de importações, a dinâmica principal voltou a ser a da indústria de exportação, agora de recursos naturais não agrícolas: madeiras, gás, carvão, alumínio e outros produtos minerais (BRITO et al, 2015, p.4-5).

Esta recuperação econômica apenas consolidou uma economia dependente da exportação de recursos e altamente dependente de ajuda externa. Por exemplo, o alumínio representava, por si só, cerca de 50% do valor das exportações moçambicanas, mas era produzido por uma empresa estrangeira (MOZAL) que importava a matéria-prima e exportava o produto final, contribuindo pouco para o desenvolvimento das capacidades locais, ou, para a segurança alimentar das comunidades. Este cenário demonstrou que a continuidade das estruturas coloniais de desenvolvimento, e as vulnerabilidades específicas à desinformação e à insegurança alimentar, resultavam da concentração da propriedade de terras em grandes

projetos de agronegócio, a dependência de importações alimentares e a marginalização das línguas locais nos media digitais.

Para além da independência: a pós-colónia como categoria analítica em Moçambique

A análise das continuidades estruturais em Moçambique exige um aprofundamento teórico que vá além da simples constatação da herança colonial. A questão fundamental, como coloca o filósofo congolês Valentin Mudimbe (1988), é de ordem epistemológica: a partir de que “ordem epistemológica ocidental” continuamos a pensar e a analisar a África? De acordo com Mudimbe (1988), tanto os discursos coloniais quanto os nacionalistas africanos foram, muitas vezes sem o saber, moldados por categorias e sistemas conceituais europeus. Esta “biblioteca colonial” não só “inventou” uma África que servia os interesses imperiais, como também limitou o horizonte do pensável para os próprios africanos. Aplicar esta lente a Moçambique obriga-nos a questionar se a rutura política de 1975 foi acompanhada por uma correspondente rutura epistemológica.

É aqui que a análise estrutural de Mahmood Mamdani (1996) se torna crucial. No seu trabalho *Citizen and Subject* (1996), ele desvenda a arquitetura do poder colonial como um “Estado bifurcado”. Este sistema administrava duas populações distintas através de dois regimes legais diferentes: por um lado, os

cidadãos (maioritariamente brancos e assimilados) nas áreas urbanas, governados pela lei civil; por outro, os súditos (a esmagadora maioria africana) nas áreas rurais, submetidos a um “despotismo descentralizado” exercido por Autoridades Nativas que aplicavam uma versão codificada e instrumental da “lei consuetudinária”. Este não era um sistema de governo indireto benigno, mas uma tecnologia de poder que racializava o centro e tribalizava as periferias, entrincheirando divisões étnicas como forma de controle. A independência em Moçambique, ao herdar este aparelho de Estado, enfrentou a tarefa monumental de “destribalizar” a Autoridade Nativa e “desracializar” a sociedade civil. O fracasso em reformar profundamente este despotismo descentralizado, na ótica de Mamdani (1996, p. 20), é a raiz de muitos dos impasses pós-coloniais no continente.

Achille Mbembe (2001), partindo deste legado, analisa as modalidades de poder que caracterizam a pós-colônia. Para Mbembe (2001), a pós-colônia não é apenas um período histórico, mas uma trajetória específica onde as lógicas do *commandement* (comando) colonial persistem, ainda que de forma reconfigurada, grotesca e teatral. O *commandement* refere-se à forma como o poder estatal cria um mundo de significados através de práticas burocráticas, tentando institucionalizá-lo como realidade e senso comum. Este processo envolve a produção de signos e narrativas com significados não negociáveis, recorrendo à violência sistemática se necessário. O autor convida-nos a ir além de categorias binárias como “resistência vs. passividade”, propondo que a pós-colônia é melhor caracteri-

zada como uma “coabitação ilícita”, na qual governantes e governados partilham o mesmo espaço, resultando numa “zombificação” mútua que rouba a vitalidade de ambos (MBEMBE, 2001, p.24).

No contexto moçambicano, o projeto socialista da FRELIMO, com a sua tentativa de centralização e erradicação das estruturas “tradicionais”, pode ser lido como um esforço deliberado para quebrar o Estado bifurcado de Mamdani (1996). José Luís Cabaço (2009), ao analisar o processo de construção da identidade nacional moçambicana, demonstra como a FRELIMO procurou conscientemente superar as divisões étnicas impostas pelo colonialismo. O slogan revolucionário “Matar a tribo para construir a nação” (MACHEL, 1974, p. 39) sintetizava, de forma radical, este projeto de “destribalização” nos termos de Mamdani (1996). Como contextualiza Maria Paula Meneses (2015), esta frase de ordem, em voga no período revolucionário, refletia o projeto político dominante que exigia a igualdade jurídica de todos os cidadãos, independentemente das suas raízes étnicas. O objetivo era dismantelar as Autoridades Nativas e o despotismo descentralizado que haviam servido como pilares do poder colonial, promovendo uma identidade nacional unificadora baseada no lema “do Rovuma ao Maputo, um só povo, uma só nação”.

Contudo, como argumentam tanto Cabaço (2009) quanto Meneses (2015), a implementação deste projeto enfrentou tensões profundas entre a modernidade revolucionária e as estruturas sociais existentes. Ao manter uma lógica autoritária

e centralizadora, o Estado pós-independência acabou por reconfigurar o *commandement* de Mbembe (2001) sob uma nova roupagem ideológica, perpetuando a exclusão das populações rurais e a continuidade de práticas de controlo informativo que ecoam os regimes de censura coloniais (CAPELA, 1996). A posterior transição para o neoliberalismo não democratizou o poder, apenas alterou os mecanismos de extração, aprofundando a economia de renda e a dependência que mantêm vulneráveis as populações rurais, um legado direto dos sistemas de trabalho forçado (HEDGES; ROCHA, 1993).

É neste terreno complexo, onde o Estado bifurcado se transforma num *commandement* pós-colonial, ainda pensado através de uma biblioteca colonial, que as narrativas de resistência analisadas neste artigo ganham o seu verdadeiro significado. A instrumentalização política da desinformação, por exemplo, é uma clara continuidade das práticas de monopolização informativa. Contudo, as populações subvertem essas lógicas de forma criativa. Quando músicos como Azagaia, no seu hino de protesto «Povo no Poder», «Sobe o preço do transporte / Sobe o preço do pão / Deixam o meu povo sem norte / Deixam o povo sem chão», ele não está apenas a comentar uma crise conjuntural. Está a desafiar as estruturas de poder profundas que produzem essa mesma crise. Da mesma forma, quando escritores como Mia Couto reinventam a língua, estão a resistir ativamente ao epistemicídio e a criar fissuras no monopólio do *commandement* sobre a produção de sentido. Estas narrativas emergem, portanto, não como meras respostas, mas

como a continuação de lutas históricas contra estruturas de dominação que se adaptam e persistem.

Desinformação em África: uma análise crítica a partir do contexto Moçambicano

A contemporaneidade moçambicana é atravessada por múltiplas crises como a fome, corrupção, violência, cuja percepção e disseminação são hoje mediadas por um novo campo de batalha: o da informação e, crucialmente, o da desinformação. Esta seção analisa como a desinformação, potencializada pela Inteligência Artificial (IA), se tornou uma frente central nas disputas por narrativas em Moçambique, e como emergência, em resposta, diversas formas de resistência que dialogam com o ecossistema mais amplo de contestação anteriormente analisado. A proliferação da desinformação não é um fenómeno novo. A manipulação da informação é uma constante na história do poder, mas as ferramentas digitais democratizaram a capacidade de criar e disseminar falsidades em massa (BARBOSA, 2020, p. 95). O conceito de *commandement* pós-colonial, sugerido por Achille (MBEMBE, 2001), refere que o poder sempre procurou monopolizar a produção de signos e narrativas, institucionalizando-os como realidade (MBEMBE, 2001).

O advento de modelos de IA generativa, como o ChatGPT em 2022, marcou um ponto de viragem, tornando a produção de conteúdo falso (texto, imagem, vídeo (*deepfakes*)) acessível a um custo marginal (UNU-CPR, 2023). Esta “democratização”

da capacidade de manipular não empodera os cidadãos, mas multiplica os atores capazes de exercer o *commandement* informacional. O Centro de Pesquisa de Políticas da Universidade das Nações Unidas (UNU-CPR, 2023) alertou para os riscos que a desinformação alimentada por IA representa para a estabilidade em África, podendo “exacerbar tensões sociais e minar processos de paz”. A International IDEA (2025) destacou a vulnerabilidade específica da África Francófona e Lusófona a campanhas de desinformação em períodos eleitorais, citando um *deepfake* de um candidato presidencial no Senegal em fevereiro de 2025. Estes alertas ganham ressonância quando lidos à luz de Mudimbe (1988): o colonialismo controlava o que podia ser conhecido, dito e pensado sobre África através da “biblioteca colonial”. A desinformação contemporânea, embora utilize tecnologias novas, perpetua esta lógica de controle epistemológico.

Em Moçambique, o debate acadêmico é vibrante, como evidenciado no II Seminário de Comunicação da UEM (setembro de 2024). Raimundo Manuel (2024) estabelece uma distinção crucial entre desinformação (disseminação intencional de falsidades) e *misinformation* (partilha de informações incorretas sem intenção de enganar), advertindo para os impactos nos processos eleitorais e na confiança nas instituições. A desinformação em contextos eleitorais não é apenas uma questão técnica, mas uma manifestação contemporânea que Mbembe (2001) identifica como a produção de “signos e narrativas investidos com significados não negociáveis”. Rogério Faustino

Guambe (2024) explora como as *fake news* tentam impor uma agenda pública, enquanto José Abílio do Rosário Muchanga (2024) analisa o papel das organizações no combate à desinformação, revelando que esta é uma estratégia deliberada de poder.

Face à grande carga de falsidades, emergem narrativas de resistência. Campos Custódio Petula (2024) demonstrou que o jornal “O País Online” funciona como uma âncora de credibilidade, com cidadãos a recorrerem ativamente ao site para verificar informações obtidas nas redes sociais. Esta prática de verificação cidadã pode ser compreendida, à luz de Scott (1985), como uma “arma dos fracos” na era digital: assim como os camponeses desenvolviam formas subtis de resistência ao poder colonial, os cidadãos moçambicanos desenvolvem estratégias de resistência infrapolítica à desinformação. Quando desenvolvem práticas de literacia mediática, exercem uma resistência epistemológica análoga à que Mudimbe (1988) identifica como necessária para descolonizar o pensamento africano.

Se a IA é o motor da **misinformation**, ela também é vista como parte da solução. Raimundo Manuel (2024) aponta para o uso de ferramentas de IA para identificar conteúdos falsos, posicionando a tecnologia como um terreno em disputa. Celestino Joanguete (2024) explora como artistas e comunicadores moçambicanos usam ferramentas de IA para fins criativos e de preservação cultural, demonstrando uma resistência não apenas reativa (combate ao falso) mas também proativa (cria-

ção do novo). Custódio João Come (2024) analisa o impacto da IA na criação de conteúdo informativo, e Luís Neves Domingos e Vali Issufo (2024) investigam os desafios e oportunidades da IA generativa no ensino superior moçambicano. A apropriação criativa da IA pelos moçambicanos representa uma afirmação da agência local na definição dos usos e significados da tecnologia.

A análise da desinformação em Moçambique revela que este fenómeno é uma manifestação atualizada de lógicas de poder com raízes profundas na história colonial e pós-colonial. A desinformação digital é uma continuidade do *commandement* sempre procurou monopolizar narrativas. As narrativas de resistência, jornalismo credível, literacia mediática cidadã e apropriação criativa da IA inscrevem-se no mesmo ecossistema de contestação anteriormente analisado. Assim como os protestos populares desafiam o *commandement* econômico, a música e a literatura desafiam o *commandement* cultural, a resistência à desinformação desafia o *commandement* epistemológico. Juntas, estas formas de resistência constituem um ecossistema integrado que procura criar espaços de autonomia, verdade e dignidade. A luta contra a desinformação é, em última análise, uma luta pela descolonização do conhecimento e pela afirmação da agência moçambicana na definição da sua própria narrativa.

A distinção entre desinformação, que se refere à disseminação intencional de informações falsas, e a *misinformation*, implica a partilha de informações incorretas sem a intenção de

enganar. Esta categorização é fundamental para compreender as ‘nuances’ do fenômeno.

Manuel (2024) adverte para os impactos da desinformação nos processos eleitorais e na confiança das instituições, e um ponto de especial relevância considerando as eleições gerais de 2024 em Moçambique. A sua análise ecoa as preocupações da UNU-CPR, que recomenda o fortalecimento da colaboração entre governos, sociedade civil e o setor privado para criar mecanismos de resposta rápida.

Protestos populares como narrativa de resistência

As manifestações de 2008 e 2010 em Maputo, desencadeadas pela subida do custo de vida e frequentemente designadas como “revoltas da fome”, inscrevem-se numa longa tradição de protestos populares contra a exploração e a exclusão. Já nas décadas de 1930 e 1950, Moçambique conheceu importantes movimentos grevistas que desafiaram o sistema colonial. Hedges e Rocha (1993) documentam as greves de 1932-1933 na Beira e em Lourenço Marques, incluindo a célebre greve da *Quinhenta*⁶⁷ no porto de Lourenço Marques em agosto de 1933, que mobilizou centenas de trabalhadores portuários contra os cortes salariais impostos no contexto da crise económica mundial.

67 Nome popular para 500 réis, e depois, da moeda de 50 centavos, (meio escudo). A quinhenta, no contexto refere-se ao centavo de escudo, moeda portuguesa vigente durante o período colonial em Moçambique.

Na ótica de Penvenne (1995), estas greves não eram mais do que respostas diretas à economia extrativa colonial que priorizava culturas de rendimento como o algodão, cuja imposição e consequências Isaacman e Isaacman (1983) documentaram extensivamente em detrimento da subsistência das populações locais. No período posterior à Segunda Guerra Mundial, a contestação intensificou-se, com greves na açucareira de Xinavane em 1954 e no caminho de ferro e porto de Lourenço Marques, revelando uma crescente consciência política entre os trabalhadores moçambicanos (Hedges; Chilundo, 1993). Esta genealogia de resistência, enraizada nas estruturas de exploração colonial, estabelece um continuum histórico que liga os protestos do período colonial às “revoltas da fome” contemporâneas.

É neste contexto de vulnerabilidade estrutural que as manifestações de 2008 e 2010, analisadas por Brito et al. (2015), devem ser compreendidas. Estes protestos populares transcendem a sua dimensão de motim para se configurarem como uma poderosa narrativa de denúncia e resistência. São a expressão pública e coletiva de uma ruptura do contrato social, onde o povo, sentindo-se abandonado pelo Estado, toma as ruas para narrar a sua própria história de exclusão e reivindicar o seu direito à existência. A emergência destes protestos expõe, de forma dramática, a fragilidade das estruturas de produção alimentar em Moçambique e a ineficácia das políticas públicas para mitigar a fome. A dependência excessiva da importação de alimentos básicos, um legado da economia

colonial que priorizou culturas de rendimento em detrimento da agricultura de subsistência, tornando o país extremamente vulnerável às flutuações dos preços nos mercados internacionais.

As “revoltas da fome” são, portanto, a manifestação visível de uma crise estrutural que remonta ao período colonial e que se agudizou com as políticas de ajustamento estrutural dos anos 80, como documentado por Marshall (1990) e Kyle (1991). A análise de Vunjanhe e Adriano (2015) sobre a segurança alimentar em Moçambique confirma que, apesar do crescimento económico, a fome e a desnutrição continuam a ser problemas endêmicos, afetando desproporcionalmente as populações rurais e as famílias mais pobres. Estes protestos, ao darem voz aos que sofrem, funcionam como um *hidden transcript* (Scott, 1990) que se torna público, revelando as contradições de um modelo de desenvolvimento que gera riqueza para poucos e fome para muitos.

Música e literatura como espaços de crítica e memória

Paralelamente aos protestos populares, a música e a literatura em Moçambique têm funcionado historicamente como espaços privilegiados de crítica social e de construção de narrativas alternativas. Desde as canções de trabalho (*nyimbo*) que, como argumentam Vail e White (1983), funcionavam como um *hidden transcript* para criticar o poder colonial, até a música de intervenção contemporânea, os artistas moçambicanos

têm consistentemente usado a sua arte para dar voz aos sem voz e para desafiar as narrativas oficiais.

A marrabenta, gênero musical urbano por excelência, emergiu nos subúrbios de Lourenço Marques como uma crônica da vida operária, misturando influências locais e globais para criar uma sonoridade única. Artistas como Fany Mpfumo cantavam as alegrias e as tristezas do cotidiano, criando um espaço de identificação e de memória coletiva para as populações urbanas. Após a independência, bandas como os Ghorwane continuaram esta tradição de crítica social, com canções como Massotcha⁶⁸ a denunciarem a corrupção e os abusos de poder, numa clara manifestação da “coabitação ilícita” de que fala Mbembe (2001), onde a crítica é tolerada até certo ponto, mas também cooptada pelo poder. A análise de Manhiça et al. (2020) sobre a canção de protesto em Moçambique demonstra como estes artistas navegam no complexo terreno da pós-colônia, usando a sua música para negociar a sua relação com o Estado.

O rap de intervenção, com figuras como Azagaia, representa uma nova fase desta tradição crítica. Canções como “Povo no Poder” tornaram-se hinos de uma geração desiludida com as promessas não cumpridas da independência, transformando o *hidden transcript* em *public transcript* (Rantala, 2025). Azagaia, ao nomear diretamente os problemas da corrupção, da desigualdade e da má governação, articula uma crítica con-

68 Na língua cichangana do sul de Moçambique, o termo refere-se aos soldados do exército moçambicano

tundente que ecoa as frustrações expressas nas ruas durante as “revoltas da fome”. Outros músicos, como Stewart Sukuma em *Why*, ou Jimmy Dlodlu em *War and Starvation*, também usam a sua música para questionar as narrativas oficiais e para dar visibilidade ao sofrimento do povo. As canções do grupo musical *Kapa Dech*, como *Mapindza* (cordas que precisam ser desamarradas) e *Umbuti* (o cabrito come onde está amarrado), oferecem metáforas poderosas para as amarras neocoloniais e a predação pós-colonial.

Na literatura, a resistência à dominação colonial e pós-colonial assume formas igualmente poderosas. O escritor Ungulani Ba Ka Khosa, em obras como *Ualalapi* (1987) e *Orgia dos Loucos* (1990), desconstrói os mitos fundadores da nação moçambicana, expondo a violência e as contradições que marcaram a história do país. Ao revisitar o império de Gaza e a figura de Ngungunhane⁶⁹, Khosa desafia as narrativas heróicas e revela as lutas pelo poder que antecederam e moldaram o Moçambique contemporâneo.

Paulina Chiziane, a primeira mulher a publicar um romance em Moçambique, foca-se nas intersecções de raça, gênero e classe. Na obra *Ventos do Apocalipse* (1999), narra de forma contundente a interligação entre guerra e fome: “Quem escapa da fome não escapa da guerra; quem escapa da guerra é ameaçado pela fome. Os jovens arrumam a trouxa e partem.

69 Último imperador de Gaza, preso e deportado para a Ilha dos Açores pelos portugueses, marcando assim o último foco de resistência armada contra a ocupação colonial portuguesa em Moçambique.

Os velhos, as mulheres e as crianças ficam.” Esta frase sintetiza a tragédia cíclica que alimentou as “revoltas da fome” décadas depois, inscrevendo na literatura a memória de um sofrimento que persiste através de diferentes períodos históricos. Em *O Alegre Canto da Perdiz* (2008), a escritora expõe como o racismo estrutural do colonialismo, analisado por Penvenne (1995) no contexto laboral, se perpetua nas relações sociais e familiares pós-independência, dando voz às mulheres negras, frequentemente as mais afetadas pela insegurança alimentar e pela violência sistêmica.

Mia Couto, talvez o mais conhecido dos escritores moçambicanos, explora as feridas da guerra civil e as ambiguidades da pós-colônia. Na obra *Terra Sonâmbula* (1992), a fome e o deslocamento são o pano de fundo para uma reflexão sobre a perda da memória e a manipulação de narrativas. Já em *Venenos de Deus, Remédios do Diabo* (2008), o título é uma metáfora perfeita para o conceito de pós-colônia de Mbembe (2001): os “venenos” do passado colonial continuam a infectar o presente, e os “remédios” são frequentemente ambíguos, perpetuando ciclos de violência e corrupção. Quando Couto reinventa a língua portuguesa incorporando elementos das línguas locais, está a resistir ao epistemicídio colonial e a criar espaços para formas alternativas de conhecimento, desafiando a “biblioteca colonial” de Mudimbe (1988).

A análise dos protestos populares é, portanto, indispensável para compreender a profundidade e a ressonância das narrativas de resistência em Moçambique, mostrando como a

luta pela sobrevivência material e a luta pela expressão simbólica estão intrinsecamente ligadas. Juntas, estas vozes, da rua, da música, da literatura, constituem um ecossistema de narrativas que desafiam o *commandement* pós-colonial e propõem futuros alternativos enraizados na experiência histórica e cultural moçambicana. Este ecossistema não é apenas uma resposta aos desafios contemporâneos, mas a continuação de lutas históricas contra estruturas de dominação que se adaptaram e persistiram através de diferentes períodos políticos, desde o colonialismo até à pós-colônia. As narrativas de resistência revelam, assim, como as comunidades moçambicanas desenvolvem estratégias sofisticadas para enfrentar tanto os legados coloniais quanto as suas manifestações contemporâneas, criando alternativas aos modelos de desenvolvimento impostos externamente e construindo formas autônomas de organização social, econômica e cultural.

Considerações finais

Este artigo demonstrou que as narrativas de resistência em Moçambique, expressas através de protestos populares, música, literatura e comunicação digital, constituem um ecossistema interconectado de contestação que responde aos desafios históricos e contemporâneos da fome, da desinformação e das continuidades do poder autoritário. A análise mobilizou conceitos como a “biblioteca colonial” de Mudimbe (1988), o Estado bifurcado de Mamdani (1996), a “pós-colônia” de Mbembe

(2001) e a “ecologia de saberes” de Santos (2007), argumentando que a superação das vulnerabilidades atuais exige a valorização das epistemologias e práticas locais.

A genealogia de resistência traçada revelou um *continuum* histórico que liga as greves coloniais dos anos 1930-1950 (Hedges; Rocha, 1993; Penvenne, 1995; Isaacman; Isaacman, 1983) às “revoltas da fome” de 2008-2010 (Brito *et al.*, 2015) e aos protestos pós-eleitorais de 2024. A fragilidade das estruturas de produção alimentar e a ineficácia das políticas públicas (Marshall, 1990; Vunjanhe, 2015) são legados diretos da economia extrativa colonial, perpetuando-se através do Estado bifurcado teorizado por Mamdani (1996). A desinformação, potencializada pela Inteligência Artificial (UNU-CPR, 2023), foi analisada como manifestação contemporânea do *commandement* pós-colonial que sempre procurou monopolizar a produção de signos e narrativas (Mbembe, 2001). Contudo, emergem resistências: o jornalismo credível (Petula, 2024), a literacia mediática cidadã como “arma dos fracos” (Scott, 1985) e a apropriação criativa da IA (Jonguete, 2024) demonstram que a tecnologia é um terreno em disputa.

O ecossistema cultural de resistência revela uma linha contínua de contestação. Na música, desde as canções de trabalho (*nyimbo*) que funcionavam como *hidden transcript* (Vail; White, 1983; Scott, 1990), passando pela marrabenta de Fany Mpfumo, a crítica social dos *Ghorwane* cooptada pelo poder através da “coabitação ilícita” (Mbembe, 2001; Manhica *et al.*, 2020), até ao rap de intervenção de Azagaia que representa a transição para o *public transcript* (Rantala, 2025), articula-se

uma crítica direta à corrupção e à desigualdade. As canções de *Kapa Dech*, *Mapindza* (cordas que precisam ser desamarradas) e *Umbuti* (o cabrito come onde está amarrado), oferecem metáforas poderosas para as amarras neo-coloniais e a predação pós-colonial.

Na literatura, Ungulani Ba Ka Khosa, Paulina Chiziane e Mia Couto desconstróem mitos nacionalistas, expõem a perpetuação do racismo estrutural e exploram as ambiguidades da pós-colônia, criando espaços para formas alternativas de conhecimento que desafiam a “biblioteca colonial” (Mudimbe, 1988). Em jeito de considerações finais, dizemos que a convergência destas diferentes formas de saber, a sabedoria ancestral das canções de trabalho, a crítica acadêmica decolonial, a literacia mediática cidadã, a apropriação criativa da tecnologia, a urgência da canção de protesto e a profundidade da reflexão literária, constitui o caminho mais promissor para a construção de futuros mais justos e sustentáveis em Moçambique.

A verdadeira soberania, tanto alimentar como informacional, não será alcançada através de modelos impostos de fora, mas sim através da confluência de saberes que emanam da própria experiência histórica e cultural do povo moçambicano. As narrativas de resistência, em toda a sua diversidade, não são apenas um diagnóstico dos problemas do presente; são, acima de tudo, um repositório de futuros possíveis que desafiam a lógica extrativa e autoritária do *commandement* pós-colonial e propõem caminhos alternativos enraizados na experiência moçambicana.

Referências

CABAÇO, José Luís (2009). **Moçambique**: identidade, colonialismo e libertação. São Paulo: Editora da UNESP.

ISAACMAN, Allen; ISAACMAN, Barbara (1983). **Mozambique**: From Colonialism to Revolution, 1900-1982. Boulder: Westview Press.

MACHEL, Samora (1974). [Discurso], p. 39.

MAMDANI, Mahmood (1996). **Citizen and Subject**: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism. Princeton: Princeton University Press.

MARSHALL, Judith (1990). "Structural Adjustment and Social Policy in Mozambique". **Review of African Political Economy**, n. 47, pp. 28-43.

MBEMBE, Achille (2001). **On the Postcolony**. Berkeley: University of California Press.

MENESES, Maria Paula (2015). "Xiconhoca, o inimigo: Narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique". **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 106, pp. 9-52.

MUDIMBE, Valentin-Yves (1988). **The Invention of Africa**: Gnosis, Philosophy, and the Order of Knowledge. Bloomington: Indiana University Press.

PENVENNE, Jeanne Marie (1995). **African Workers and Colonial Racism**: Mozambican Strategies and Struggles in Lourenço Marques, 1877-1962. Portsmouth: Heinemann.

RÊGO, Ana Regina; BARBOSA, Marialva (2020). **A construção intencional da ignorância**: o mercado das informações falsas. Rio de Janeiro: Mauad X.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2007). “Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes”. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 78, pp. 3-46.

SCOTT, James C. (1985). **Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance**. New Haven: Yale University Press.

SCOTT, James C. (1990). **Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts**. New Haven: Yale University Press.

VAIL, Leroy; WHITE, Landeg (1983). “Forms of Resistance: Songs and Perceptions of Power in Colonial Mozambique”. **The American Historical Review**, vol. 88, n. 4, pp. 883-919.

VUNJANHE, Jeremias; ADRIANO, Vicente (2015). Segurança Alimentar e Nutricional em Moçambique: um longo caminho por trilhar. **Textos para discussão 6**. Rio de Janeiro: CERESAN/OXFAM.

Artigos Acadêmicos

BRITO, Luís de; CHICHAVA, Sérgio; POHLMANN, Jürgen; SAMBO, Mariz; SHANKLAND, Alex; WATERHOUSE, Rachel (2015). “Revoltas da Fome: Protestos Populares em Moçambique (2008-2012)”. In: BRITO, Luís de et al. (Orgs.). **Desafios para Moçambique 2015**. Maputo: IESE, pp. 309-324.

COME, Custódio João (2024). “Impacto da Inteligência Artificial na criação de conteúdo informativo”. Comunicação apresentada no **II Seminário de Comunicação da UEM**, Maputo, setembro de 2024.

DOMINGOS, Luís Neves; ISSUFO, Vali (2024). “Desafios e oportunidades da IA generativa no ensino superior moçambicano”. Comunicação apresentada no **II Seminário de Comunicação da UEM**, Maputo, setembro de 2024.

GUAMBE, Rogério Faustino (2024). “Como as fake news tentam construir e impor uma agenda pública”. Comunicação apresentada no **II Seminário de Comunicação da UEM**, Maputo, setembro de 2024.

HEDGES, David; ROCHA, Aurélio (1993). “Greves e protestos laborais em Moçambique colonial: 1932-1933”. **Arquivo**, n. 14, pp. 5-36.

HEDGES, David; CHILUNDO, Arlindo (1993). “Greves e protestos laborais no período pós-Segunda Guerra Mundial em Moçambique”. **Arquivo**, n. 14, pp. 37-68.

JOANGUETE, Celestino (2024). “Inteligência Artificial nas Artes e Comunicação”. Comunicação apresentada no **II Seminário de Comunicação da UEM**, Maputo, setembro de 2024.

KYLE, Steven (1991). “Economic Reform and Armed Conflict in Mozambique”. **World Development**, vol. 19, n. 6, pp. 637-649.

MANHIÇA, Ercílio; MUCAVELE, Sérgio; NHAMPOCA, Egídio (2020). “Alternative Expressions of Citizen Voices: The Protest Song and Popular Engagements with the Mozambican State”. **Journal of African Cultural Studies**, vol. 32, n. 3, pp. 345-361.

MANUEL, Raimundo (2024). “Desinformação e misinformation: Distinções conceptuais e impactos nos processos eleitorais”. Comunicação apresentada no **II Seminário de Comunicação da UEM**, Maputo, setembro de 2024.

MUCHANGA, José Abílio do Rosário (2024). “O papel das organizações na gestão e combate à desinformação”. Comunicação apresentada no **II Seminário de Comunicação da UEM**, Maputo, setembro de 2024.

PETULA, Campos Custódio (2024). “O jornal ‘O País Online’ como âncora de credibilidade: Práticas de literacia mediática em Moçambique”. Comunicação apresentada no **II Seminário de Comunicação da UEM**, Maputo, setembro de 2024.

RANTALA, Janne (2025). “To Brother Azagaia: A Letter of Remembrance from Mozambique and Beyond”. **Journal of Popular Music Studies**, vol. 37, n. 1, pp. 1-20.

Relatórios e Documentos Institucionais

INTERNATIONAL IDEA (2025). Workshop sobre Desinformação em África Francófona e Lusófona. Dakar, outubro de 2025.

UNU-CPR (United Nations University Centre for Policy Research) (2023). AI-Powered Disinformation and Stability Risks in Africa. Relatório técnico.

Discografia

AZAGAIA (2010). “Povo no Poder”. In: Babalaze. [Álbum]. Maputo: Edição independente.

DLUDLU, Jimmy (2007). “War And Starvation”. In: Echoes from the Past. [Álbum]. Joanesburgo: Sheer Sound.

GHORWANE (1986). “Massotcha”. [Single]. Maputo: Edição independente.

KAPA DECH (2001). “Mapindza”. In: Tsuketani. [Álbum]. Maputo: Edição independente.

KAPA DECH (2001). “Umbuti”. In: Tsuketani. [Álbum]. Maputo: Edição independente.

MPFUMO, Fany (2015). “Mabuno”. In: Nyoxanini. [Álbum]. Maputo: VIDISCO MZ.

SUKUMA, Stewart (2014). “Why?”. [Single]. Maputo: Edição independente.

Obras Literárias

CHIZIANE, Paulina (1999). **Ventos do Apocalipse**. Maputo: Ndjira.

CHIZIANE, Paulina (2008). **O Alegre Canto da Perdiz**. Lisboa: Caminho.

COUTO, Mia (1992). **Terra Sonâmbula**. Lisboa: Caminho.

COUTO, Mia (2008). **Venenos de Deus, Remédios do Diabo**. Lisboa: Caminho.

KHOSA, Ungulani Ba Ka (1987). **Ualalapi**. Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos.

KHOSA, Ungulani Ba Ka (1990). **Orgia dos Loucos**. Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos.

CAPÍTULO 9

Reflexões sobre a Arte Negra Contemporânea como Reparação, Reconstituição de Imaginários e Combate à Desinformação

*Aza Njeri*⁷⁰

África e diásporas: heranças e cruzamentos

Nosso diálogo neste artigo é mobilizado pelo crescente interesse na temática da reparação como essencial para repensar as humanidades no século XXI frente ao neocolonialismo, ao neoliberalismo e às inteligências artificiais; e pelo convite para participar do I Congresso Internacional de Enfrentamento à Fome e à Desinformação (2025) que me provocou acerca de verificar como as artes negras contemporâneas estão reagindo aos processos de desumanização radical (Njeri, 2020; Ani, 1994) - onde se incluem a fome e a desinformação - e quais caminhos restaurativos e reparativos elas propõem.

Minhas pesquisas nos campos da literatura, artes, filosofias e culturas africanas e afro-diaspóricas desenvolvidas no

70 Professora do Departamento de Letras e Artes da Cena PUC-Rio no PPG em Literatura, Cultura e Contemporaneidade. Doutora em Literaturas Africanas (UFRJ) e professora pesquisadora de Literaturas, Culturas, Artes e Filosofias Africanas e Afro-diaspóricas. E-mail: contatoazanjeri@gmail.com

PPGLCC PUC-Rio⁷¹ com apoio do Programa CAPES/COFECUB⁷² e FAPERJ⁷³ vão de encontro às inquietações do congresso, afinal, como criar uma sociedade mais igualitária por meio da renovação de saberes, antirracismo e acesso à informação de qualidade? Como a arte e a educação podem pôr em evidência o modo extrativista que estrutura nossas relações? Como as artes produzidas por afrodescendentes no início do século XXI poderiam cooperar para a mudança dos imaginários fixados e em crise face às mudanças e catástrofes planetárias? Os questionamentos são urgentes e intermináveis. Para tal, é necessário que nos afastemos das representações dominantes e das formas herdadas pelo colonialismo e eurocentrismo para nos aproximarmos de novos corpus, deslocando-nos dos modos extrativistas para confluirmos (Bispo, 2023) em novas formas de pensar, de escrever e nos relacionar no mundo.

Partimos da noção pan-africanista de afro-diáspora imbricada com as relações internacionais e reconhecida pelo Itama-

71 Programa de Pós-Graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade PUC-Rio.

72 Projeto COMO REPARAR? Reconstituir, Restituir, Recontar, Escrever e Representar (imagens, textos, corpos) entre o passado colonial e o tempo presente foi contemplado em 2024 pelo Edital nº 08/2024 do Programa CAPES/COFECUB Brasil-França.

73 Projeto “Circunscções da Maafa no corpo-documento: o corpo negro nas literaturas e dramaturgias afro-lusófonas contemporâneas - Brasil, Angola e Portugal”, Edital FAPERJ Nº 07/2023-Programa de Apoio à Jovem Cientista Mulher com Vínculo em ICTS do Estado do Rio de Janeiro. Projeto “Atravessamentos da Maafa no corpo-documento negro: literaturas e dramaturgias contemporâneas”, Edital FAPERJ Nº 13/2023 - Auxílio Básico à Pesquisa (APQ1).

raty (2013), em que diásporas africanas são formadas e compostas por pessoas africanas (1) sequestradas para a escravidão tanto pelos europeus, quanto pelos impérios árabes durante quatro séculos e que povoaram e se enraizaram no continente americano e no Oriente Médio confluindo com outros povos destes territórios desde então (Asante, 2023); (2) migrantes durante o século XX para antigas metrópoles e EUA, principalmente nos períodos de guerras coloniais e civis, estabelecendo-se com suas famílias nesses novos territórios; (3) migrantes e refugiados do primeiro quarto do século XXI principalmente em direção à Europa, recém-estabelecidos nestes territórios. Existe, portanto, uma discussão ampla e interdisciplinar em torno destas categorias. Para a nossa conversa, nos interessa a triangulação feita no eixo do Atlântico Negro (Gilroy, 2001) entre África-Américas-Europa formadoras das diásporas africanas (Gonzalez, 1988) e afropeias (Miano, 2025).

Em paralelo, consideramos a experiência da afropeidade traduzida por Leonora Miano (2025) como o reconhecimento da pertença sócio-cultural e histórica de pessoas afrodescendentes nascidas e criadas na Europa. Essas pessoas reivindicam seu direito legítimo a este território e às culturas de seus respectivos países de nascimento ou migração. Para nós, brasileiros, essa discussão parece distante, porque nossa territorialização foi feita de forma diferente da experiência afropeia. Principalmente porque há uma conduta nas terras do norte de retirar a identidade nacional das pessoas afropeias ao sempre questionar as suas origens fora do continente, por meio dos

avós ou pais imigrantes. É comum relatos de afropeus sobre diálogos em que, ao afirmarem serem nascidas em Paris, Lisboa ou Berlim, tiveram suas identidades nacionais questionadas a partir de uma verificação, por parte do dialogante, sobre a origem africana/caribenha/latino-americana do sujeito negro. É uma dupla violência: a do racismo e a da desterritorialização sócio-histórica e cultural, além de contribuir para a desinformação cultural dessas pessoas negras no mundo.

Como evidencia Grada Kilomba em “Memórias da plantação” (2019), ao trazer o relato de Alicia, uma mulher afro-alemã sobre a necessidade de ter sua identidade alemã questionada o tempo inteiro por conta da sua raça, como se europeidade e negritude fossem inconciliáveis: “Desde muito cedo pessoas brancas que vivem ao seu redor a confrontam com perguntas a respeito do seu corpo e de suas origens nacionais, fazendo-a lembrar que ela não pode ser ‘alemã’ porque ela é negra” (Kilomba, 2019, p.111).

Para fins de ilustração neste debate relacionado à arte contemporânea negra na Europa, destacamos a literatura de Leonora Miano na obra ainda não traduzida para o português “Afropean soul et autres nouvelles: depuis la première heure” (2023). Esta coletânea de contos traz as experiências de pessoas negras na Europa, abordando temas como identidade, migração, exclusão social, sonhos interrompidos e a busca por pertencimento. E o premiado projeto “Afropean: a journal” (2024) do multiartista Johnny Pitts, que reúne fotografias, cadernos, áudios e outros materiais que documentam a experiência

negra na Europa entre 2004 e 2024, visando a jogar luz sobre as comunidades afropeias frequentemente mal representadas.

Gostaria de discorrer detidamente sobre a potência questionadora e decolonial das artes afropeias contemporâneas e suas estratégias anti desumanização radical principalmente no eixo Portugal-França-Inglaterra. Entretanto, precisamos fechar esse parênteses e focar na produção artístico-filosófica das diásporas amefricanas, em especial, a brasileira.

Assim, recorreremos, portanto, à “categoria político-cultural da amefricanidade” (1988) de Lélia Gonzalez para localizar e reconhecer a presença e contribuição negra e indígena na constituição integral em nosso continente, que nos permite pensar a partir de um lugar de encruzilhada, de travessia e de resistência. Essa identidade relacional cria e fortalece experiências-mundos que escapam à transparência ocidental (Glissant, 2021), fundando novos gestos e corpo-documentações (Nascimento, 2018; Ratts, 2006) mais ao sul, em que relações afetivo-ontológicas e teias de solidariedades se estabeleceram entre os grupos africanos deslocados e desumanizados com os grupos indígenas, habitantes originais deste território. Nesta perspectiva, a América Ladina é um panorama pluricultural e humano de afrodescendentes e originários confluentes civilizatoriamente.

Em diálogo com a metáfora do Atlântico Negro de Paul Gilroy (2001), consideramos na pesquisa a superestrutura transcontinental criada pelo colonialismo e pela modernidade, com seus fluxos humanos, históricos e ontológicos. Soma-se ao fluxo o fenômeno ininterrupto de desumanização radical, no-

meado por Marimba Ani (1994) como Maafa. A palavra, originária do swahili, significa “holocausto negro” ou a “grande tragédia” e eu, em pesquisa, venho há alguns anos traduzindo conceitualmente como “desgraça coletiva” ou “desumanização radical” (Njeri, 2019, 2020, 2022, 2024), por entender a disputa semiótica necessária caso atrelasse a tradução do conceito ao “holocausto” e por considerar, dentro do contexto brasileiro, a importância desta categorização sem ruídos.

A Maafa é um fenômeno de genocídio histórico e contemporâneo de alcance global, dirigido contra a integridade física e mental dos povos africanos e afro-diaspóricos. Seus efeitos se manifestam em todas as dimensões da vida: espiritualidade, herança, tradição, cultura, autonomia, autodeterminação, matrimônio, identidade, ritos de passagem, economia, política, educação, arte, moral e ética. Nesse contexto, pessoas africanas e afro-descendentes carregam o trauma histórico da desumanização e, em muitos casos, acabam por reproduzir as mesmas lógicas coloniais violentas, contribuindo e facilitando a continuidade desse genocídio (Njeri, 2019).

Édouard Glissant nos alerta que “a violência contemporânea é a resposta que a sociedade opõe ao imediatismo dos contatos, exacerbada pela brutalidade dos agentes da comunicação” (Glissant, 2021, p. 171); e nos propõe a noção de opacidade como direito que pessoas vítimas do colonialismo (Bispo, 2023) têm de não serem reduzidas à transparência, de manterem-se complexas, indomáveis, inapreensíveis. Recorremos à opacidade como uma ética da relação que reconhece o outro

em sua inteireza, sem a necessidade de decifrá-lo, e muito menos, de dominá-lo.

Desta forma, interessa-nos na pesquisa (1) verificar quais estratégias e respostas que as artes negras contemporâneas têm buscado para corpo-documentar (Nascimento, 2018; Ratts, 2006) as experiências, subjetividades e memórias negras face ao que passamos a chamar de Estado de Maafa (Njeri; Aziza, 2020), isto é, a práxis contínua de desumanização radical criadora de males psíquicos, comportamentos auto-destrutivos e desorganizadores da comunidade; (2) analisar gestos artísticos possíveis onde podemos experimentar as fabulações críticas (Hartman, 2021) enquanto ferramentas restauradoras e construtoras de possibilidades de viver, onde seja possível reparar, restaurar, repensar comunidades contemporâneas, principalmente aquelas cujas humanidades vêm sendo negociadas pelo colonialismo.

Nas frestas e encruzilhadas diante do caos-mundo (Glissant, 2021) instalado pelo Estado de Maafa, pessoas amefricanas estabeleceram poéticas da malandragem, da ginga e dos afetos, em que culturas-mundo violentamente subalternizadas encontraram-se, transformaram-se e fizeram-se brotar em frutos-resistências pluriversais.

Arte Amefricana: caminhos reparatórios rumo ao Sul

Em nosso recorte, focaremos nas experiências artísticas amefricanas (Gonzalez, 1988) como vias crítico-fabulativas (Hartman, 2021) de humanidades, a partir de diálogos e inter-

secções filosófico-culturais africanas com os seus cruzos e heranças estéticas afro-diaspóricas.

Há muitos afastamentos determinantes nas opacas relações negras nas Américas. O Estado de Maafa (Njeri; Aziza 2020), como estado contínuo de desumanização radical, exige de nós um olhar lúcido, comprometido com a denúncia, mas também com a invenção. Como nos lembra Glissant (2021, p. 215), “a relação selvageriza, espreitando a violência”, mas também “a relação é conhecimento em movimento do sendo” (Glissant, 2021, p. 217). É nesse movimento ser-sendo que a arte afro-diaspórica contemporânea se inscreve como força crítica aguda sobre o real — e como potência de imaginação.

Essa arte não se satisfaz em ocupar espaços previamente moldados por agendas coloniais, mas, sim, visa a criar espaços outros, insurgentes e solares. Espaços que se afastam do ethos ocidental e se fundamentam nas tecnologias e saberes dos povos originários e dos povos africanos confluentes nas suas maneiras de Viver e nas experiências-mundo.

Numa espécie de resposta à subalternização e caricatura da imagem das pessoas negras e do continente africano na arte ocidental (Lafont, 2023), experiências artísticas afro-diaspóricas contemporâneas criam a partir da opacidade, da recusa à transparência (Glissant, 2021) e da densidade das experiências que não cabem em molduras coloniais. Criam a partir do desejo profundo da relação como poética, como ética, como política.

Nesse ponto dialogamos com o “tripé da arte negro-descendente” apontado pela artista Rosana Paulino (2023, p. 60):

produção artística; registro, produção crítica e estudo; e arte-educação. Há, nesse movimento, um compromisso com a confluência de saberes, criticidades e processos; com o diálogo entre mundos, entre epistemes, entre temporalidades; com a responsabilidade coletiva de imaginar e realizar novas possibilidades de mundo diante das opacidades do viver estabelecendo novos paradigmas artístico-filosóficos e humanos.

Nesta toada, conseguimos traçar alguns aspectos importantes presentes nas discussões acerca da arte afro-diaspórica e na construção destes projetos artístico-literários. Ainda na esfera da permanência, voltamos à Rosana Paulino com a instalação “A permanência das estruturas”⁷⁴ de 2017, que aborda o racismo a partir da pseudociência do século XIX, apontando sua raiz e continuidade histórica. Os crânios e os corpos masculinos negros apontam criticamente para esse lugar da eugenia e frenologia; o azulejo português ganha camadas de crítica ao colonialismo e escravidão ao narrar uma cena de caça; a costura da instalação representa a sutura do apagamento e negligência histórica.

Além de negar o lugar guetificado imposto pelo ocidente, artistas negros alinham-se a referenciais afroperspectivados (Nogueira, 2011-12), afrocentrados (Asante, 2009) e/ou americanos (Gonzalez, 1988). São projetos que se afastam criticamente dos modelos e perspectivas ocidentais, utilizando-se da ironia, do pretuguês (Gonzalez, 1988) ou de crioulismos

74 Acesso “A permanência das estruturas” de Rosana Paulino (2018). Disponível em: <https://masp.org.br/acervo/obra/a-permanencia-das-estruturas>.

(Glissant, 2021) e das cosmovisões africanas para corporificar a agenda humanizadora da negritude e de resistência diante da Maafa.

Podemos elencar nesse caso o projeto artístico “Cadernos de África” de Paulo Nazareth que se desdobra na obra “corporeidades encruzilhadas” (Rocha; Nazareth, 2024) composto por imagens (fotografias, vídeos e panfletos) em preto e branco produzidas ao longo de viagens do artista pelo Brasil e pelo continente africano, costurados por ensaios da pesquisadora Napê Rocha. Neste material encontramos diferentes corporeidades negras atravessadas por conceito amefricanos e africanos como encruzilhada, tempo espiralar (Martins, 2021) e trânsitos atlânticos (Gilroy, 2001). A noção do corpo e suas corporeidades são valores filosóficos-culturais que África legou para as diásporas. Entendido como uma tecnologia de poder, o corpo negro ginga, esquiva, rodeia nas frestas da Vida, garantindo a sua permanência apesar de toda a desumanização radical (Njeri, 2024) vivida.

É por ser instrumento de Vida que este mesmo corpo negro é alvo da morte. Da experiência empírica nos guetos, quebradas, favelas, cumbes, quilombos, cortiços somadas às estatísticas da violência cruzada com dados raciais. A arte negra lança, portanto, um olhar lúcido sobre o Estado da Maafa (Njeri, 2020, 2024), de forma a questionar as diferentes práxis de desumanização radical que convergem e constroem secularmente a experiência negra no mundo. Sustentamos que a discussão e a análise da documentação corporal negra nas artes

afro-diaspóricas contemporâneas são inesgotáveis. E qualquer tentativa de universalizar a parte representativa, tomando-a como o todo, pode parecer limitadora e contraditória.

Assim, para fins ilustrativos, chama-nos atenção o artista cubano Carlos Matiel, cujo corpo negro é entendido como um corpo-documento (Nascimento, 2018; Ratts, 2006) a ser riscado, marcado, excluído e singularizado. Na performance “Terra de nadie”⁷⁵, apresentada na Galleria Continua em Paris em 2022, Carlos finca sete bandeiras de países europeus que foram colonizadores (Portugal, Alemanha, França, Reino Unido, Bélgica, Itália e Holanda) perfurando sua pele na metade superior do dorso. As bandeiras esburacam seu corpo, documentando cicatrizes dolorosas na pele e cicatrizes simbólicas que representam as marcas e os impactos que a colonização infligiu aos corpos negros. Já na performance “Expulsion”⁷⁶ (2015), apresentada no 4º Festival de Performance de Thessaloniki, na Grécia, o performer permaneceu imóvel, nu no centro do palco, com as doze estrelas douradas da bandeira da União Europeia costuradas em seu corpo. Após algum tempo, alguém cortou e removeu as estrelas do corpo do artista, deixando cicatrizes físicas e simbólicas no corpo e as estrelas no chão.

Abordando temas como colonialismo, escravidão, desinformação, xenofobia, identidade, pertencimento, imigração e territorialidade, ambas performances conseguem representar

75 MARTIEL, Carlos. Terra di nadie. <http://www.carlosmartiel.net/tierra-de-nadie-2024>.

76 MARTIEL, Carlos. Expulsion. Disponível em: <http://www.carlosmartiel.net/expulsion/>.

experiências desumanizadoras e violentas sem reduzi-las à denúncia, ao contrário, o lugar denunciante é o chão do discurso performático, mas não o teto da experiência artística.

Numa outra perspectiva narrativa, mas com o mesmo olhar agudo para o Estado de Maafa, Olhos D'água de Conceição Evaristo (2015) mostra diferentes experiências femininas negras atravessadas pela desumanização. Os contos perpassam o racismo, o machismo, a violência doméstica, social, simbólica e cotidiana que interseccionam as experiências das personagens. Inspirada por autoras negras afro-estadunidenses como Toni Morrison e Alice Walker, Conceição nos oferece um olhar crítico que reflete realidades dolorosas.

No conto “Maria” presente na obra, acompanhamos uma empregada doméstica a caminho de casa pensando nos seus filhos e nos restos da ceia dos patrões que leva nas sacolas para alimentar suas crianças. No ônibus, Maria encontra com o pai de um de seus filhos, trocam breves palavras evidenciando certo abandono parental e o lugar da mãe solo, quando, logo em seguida, este homem anuncia o assalto ao ônibus. Como a experiência da Maafa universaliza as pessoas negras, o fato dela ter trocado palavras com o assaltante autorizou os demais passageiros a acharem que eles eram cúmplices, dando início a um linchamento que leva à morte da personagem.

Os assaltantes desceram rápido. Maria olhou saudosa e desesperada para o primeiro. Foi quando uma voz acordou a coragem dos demais. Alguém gritou que aquela puta safada lá da frente conhecia os assaltantes. Maria se assustou. Ela não conhecia assaltante algum. Conhe-

cia o pai de seu primeiro filho. Conhecía o homem que tinha sido dela e que ela ainda amava tanto. Ouviu a voz: Negra safada, vai ver que estava de coleio com os dois. Outra voz do fundo do ônibus acrescentou: Calma, gente! Se ela estivesse junto com eles, teria descido também. Alguém argumentou que ela não tinha descido só para disfarçar. (...) A mulher teve medo e raiva. Que merda! Não conhecia assaltante algum. Não devia satisfação a ninguém. Olha só, a negra ainda é atrevida, disse o homem, lascando um tapa no rosto da mulher. Alguém gritou: Lincha! Lincha! Lincha!...Uns passageiros desceram e outros voaram em direção à Maria (Evaristo, 2015, 42).

Nomear e dar visibilidade aos aparatos de desumanização traz a luz ao debate e faz parte do compromisso ético da arte negra contemporânea, contribuindo para o avanço da pauta.

Outro elemento verificável nestes projetos artísticos é a busca de novas propostas de humanidade, a partir de um compromisso com as narrativas da história amefricana e da agência e centralidades desses povos. Inspirado pelo conhecido provérbio bantu “enquanto o leão não aprender a contar suas histórias, quem as contará é o caçador”, os projetos artísticos tornam-se meios para outras vozes, perspectivas de narrativas e agendas não-ocidentais.

Um exemplo emblemático é o romance “Um defeito de cor” de Ana Maria Gonçalves (2017). Considerada a obra mais importante da literatura brasileira neste primeiro quarto de século XXI, a história mergulha na opacidade da experiência negra, atravessando o Atlântico e a história brasileira com uma narrativa que fabula criticamente (Hartman, 2021) os silêncios e

não ditos dos arquivos e do passado por meio da saga de Keinde/Luiza Mahin. A recente entrada de Ana Maria Gonçalves na Academia Brasileira de Letras, primeira mulher negra a ocupar este lugar, é um marco simbólico da reparação histórica que restitui, reimagina e não negocia nossas humanidades. Neste viés, destacamos também o romance “Água de Barrela” de Eliane Alves Cruz (2018) como outra obra comprometida com a restauração de imaginários e com o combate à desinformação sobre o nosso passado histórico, escravocrata e colonial.

Citamos, ainda, a obra “Monumento à voz de Anastácia” de Yhuri Cruz (2019) que fabula criticamente (Hartman, 2021) novos imaginários a partir da humanização da figura da escravizada Anastácia, cuja imagem desumanizada é conhecida por todas as ex-colônias portuguesas. Assim devolve a essa mulher negra a dignidade e santidade que a história da escravidão e do colonialismo instistem em apagar.

Consideramos, portanto, que as artes negras contemporâneas não apenas respondem à violência da Maafa, mas a transbordam com imaginação. Elas se voltam com radicalidade para as filosofias, culturas e heranças africanas e para seus cruzos civilizatórios afro-indígenas formadores de teias de solidariedade e resistências amefricanas. São projetos artístico-literários que refletem outras centralidades de Viver. Que, apesar do Estado de Maafa, não pedem licença para existir, e que se impõem como ferramentas de afirmação, reparação e inegociabilidade das humanidades. Porque, como nos ensina Glissant (2021), as humanidades são fruto da relação, e relação é conhecimento em movimento do sendo. E é nesse movimento

que estas artes seguem, no gerúndio: criando, resistindo, reparando, fabulando e sonhando.

Referências Bibliográficas:

ASANTE, Molefi. **A história da África**. A busca pela harmonia eterna. Petrópolis: Editora Vozes, 2023.

ASANTE, Molefi. “Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar” In: NASCIMENTO, Elisa L.(Org.). **Afrocentricidade** - uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 93-110. <https://speciesnae.files.wordpress.com/2015/05/mazama-asante-afrocentricidade.pdf>

ANI, Marimba. Yurugu: **An African-Centered Critique of European Cultural Thought and Behavior**. Trenton: África World Press, 1994. Disponível em: <https://estahorareall.wordpress.com/2015/08/07/dr-marimba-ani-yurugu-uma-critica-africano-centrada-do-pensamento-e-comportamento-cultural-europeu/>

BISPO, Antônio. (Nêgo Bispo). **a terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora; PISEAGRAMA, 2023.

BISPO, Antônio. (Nêgo Bispo). **Colonização, quilombos: modos e significados**. Brasília: Ministério da Ciência e Inovação, 2015.

CRUZ, Eliana Alves. **Água de barreira**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

CRUZ, Yhuri. **Monumento à voz de Anastácia**. Yhuri Cruz, [s. l.], 4 jun. 2019. Site do artista. Disponível em: <https://yhuricruz.com/2019/06/04/monumento-a-voz-de-anastacia-2019/>

EVARISTO, Conceição. **Olhos D’água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Editora 34; Rio de

Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GLISSANT, Édouard. **Poética da Relação**. Trad. Marcela Vieira e Eduardo Jorge de Oliveira. Rio de Janeiro, Bazar do tempo: 2021.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2017.

GONZALEZ, Lélia. “A categoria político-cultural de amefricanidade”. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n°92/93, 1988, p.69-82.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para rosas negras**. São Paulo: Diáspora Africana UCPA, 2018

HARTMAN, Saidyia. **Perder a mãe**: uma jornada pela rota atlântica da escravidão. Trad. José Luiz Pereira da Costa. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

IBIRAPITANGA; BRITO, Luciana da Cruz. **Reparação**: memória e reconhecimento. São Paulo: Fósforo, 2025.

ITAMARATY. **Documento final do Encontro de África e a Diáspora**. 2013. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/documento-final-do-encontro-de-africa-e-a-diaspora>

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**. Episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAFONT, Anne. **A arte dos mundo negros**: história, teoria, crítica. Trad. Rita Paschoalin; Leo Gonçalves; Vivian Braga dos Santos. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

MARTIEL, Carlos. **Expulsion**. 4th Thessaloniki Performance Festival, Thessaloniki, 2015. <http://www.carlosmartiel.net/expulsion/>

MARTIEL, Carlos. **Terra di nadie**. Galleria Continua, Paris, 2022. Disponível em: <http://www.carlosmartiel.net/tierra-de-nadie-2024/>

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da memória**: o reinado do Rosário no Jatobá. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições, 2021.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar**: poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021

MIANO, Leonora. **Afropean soul et autres nouvelles**: depuis la première heure. Paris: Flammarion, 2023.

MIANO, Léonora. **Afropea**: utopia pós-ocidental e pós-racista. Trad. Andréa Manfrin. Rio de Janeiro: Pallas, 2025

ROCHA, Napê; NAZARETH, Paulo. **Corporeidades encruzilhadas** — Paulo Nazareth e Cadernos de África. São Paulo: Editora Cobogó, 2024.

NASCIMENTO, Beatriz. **Quilombola e intelectual**. Diáspora africana: Editora Filhos da África, 2018.

NJERI, Aza. “A maafa e seus percursos nas literaturas negras contemporâneas de Língua Portuguesa”. In: LUZ, Hilarino da; CABALLERO, Amilkar (Org.). **Literaturas e Culturas Caribenhas, Iberoamericanas e Africanas**: encontros, trocas e desvios na diferença. Lisboa: Koter Editorial, 2024. p. 32 - 50.

NJERI, Aza.. “Educação afrocêntrica como via de luta antirracista e sobrevivência na maafa”. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**. Número 31: mai.-out./2019, p. 4-17. <https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/28253>

NJERI, Aza. “Mulheres negras fazem a revolução: reflexões sobre matriarcado, literatura e resistência na Maafa”. In: MONTAURY, Alexandre; MARGATO, Izabel (Org.). **Revolução escrita**. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2024.

NJERI, Aza. Reflexões artístico-filosóficas sobre a humanidade negra. In.: **Ítaca. Especial Filosofia Africana**. n.º 36. Rio de Janeiro, UFRJ, 2020a. p. 164-226. <https://revistas.ufrj.br/index.php/Itaca/article/view/31895>

NJERI, Aza. Reflexões artístico-filosóficas sobre a Indústria Cultural. In: **Revista Observatório Itaú Cultural**. n.32. jun. 2022. São Paulo, Itaú Cultural, 2007. trimestral. p. 77-83. https://www.itaucultural.org.br/secoes/observatorio-itaucultural/revista-observatorio/revista-observatorio-perspectivas-ancestralidades-cultural?_ga=2.116119302.1255924732.1686492967-67463899.1686492966

NJERI, Aza. “Territorialidades, memória e patrimônio”. In: CARNEIRO, Nathália de Sena; ALVES, Isabela; JUNQUEIRA, Letícia. **Raízes e asas: memória para autonomia negra**. Sao Paulo: Casa Sueli Carneiro; Fundação Rosa de Luxemburgo, 2023. p.26 - 35.

NJERI, Aza; AZIZA, Dandara. “Entre a fumaça e as cinzas: o Estado de Maafa pela perspectiva da psicologia africana e o mulherismo africana.” In: **Revista Problemata**. v. 11, nº2. João Pessoa, UFPB, 2020. p. 57-80. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/problemata/article/view/53729>

NJERI, Aza; CATARINO, Thiago. “C In: **Caderno Seminal**. N° (47), 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/cadernoseminal/article/view/78087/49296>

NJERI, Aza; MONTENEGRO, Janda. “Corpo-documento e Maafa no conto “Rolézim” de Geovanni Martins”. In: **Revista Fórum Identidades**. Itabaiana-SE, Universidade Federal de Sergipe, v. 35, nº 1, p. 27-40, jan-jun de 2022 - <https://periodicos.ufs.br/forumidentidades/article/view/17727>

NOGUEIRA, Renato. “Ubuntu como modo de existir: elementos gerais para uma ética afroperspectivista”. In: **Revista da ABPN**. v.3. n.6. p. 147-150, nov./fev., 2011-2012.

PAULINO, Rosana. “Produção afrodescendente no Brasil: possíveis estratégias”. In: LIMA, Diane (org.). **Arte contemporânea, curadoria e educação**. São Paulo: Fósforo, 2023.

PAULINO, Rosana. **A permanência das estruturas**. 2017. Impressão digital sobre tecidos, recorte e costura, 93 x 110 cm. In: MASP Acervo. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://masp.org.br/acervo/obra/a-permanencia-das-estruturas>.

PITTS, Johnny. **Afropean**: a journal. 2024. Disponível em: <https://afropean.com/>.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo; Instituto Kwanzaa, 2006.

SANTOS, JÁ. “Diáspora africana: paraíso perdido ou terra prometida”. In: MACEDO, JR.(org.). **Desvendando a história da África**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Diversidades series, pp. 181-194. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/yf4cf/pdf/macedo-978853860383-13.pdf>

CAPÍTULO 10

Sobrevida em meio à seca midiática: relatos de sobrevivência a desastres climáticos como estratégia de revisão da atuação do jornalismo

*Cristine Gerck*⁷⁷

Dificuldade para respirar, fuga, seca, incêndio, luta. Muitas chagas e provações emergem e resistem dentre as ruínas do relato-retrato de Rosely dos Santos Bastos, ribeirinha, mãe de sete filhos, nascida e criada no Pantanal sul-matogrossense. Seus familiares vivem por lá há gerações, desde seus bisavós. Seus pais sempre moraram perto do rio Paraguai Mirim. As autoridades ambientais locais perceberam, há um tempo, que a ilha em que anteriormente viviam podia desaparecer por conta de enchentes fluviais. Por isso, Rosely se mudou, com seus filhos, para um lugar acima do mesmo rio, a Ilha do Baguari, a três horas de barco a motor de Corumbá, a cidade mais próxima.

Depois de se mudar por receio do alagamento, outro tipo de desastre climático aconteceu em seu novo lar. Em junho de 2020, o Pantanal sofreu enormes incêndios florestais, que queimaram cerca de 20% da sua área total e bateram à porta

77 Doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio De Janeiro (UFRJ). Email: crisgerk@gmail.com

da casa de Rosely. Ela tinha acabado de fazer um curso de bordado e apicultura com a Ecoa, uma ONG local, mas todo seu material foi destruído pelo fogo. Desde então, ela teve que se dedicar integralmente a coletar iscas para sobreviver. Isso se os rios não continuarem secando.

A história de Rosely e de sua família personifica os múltiplos impactos humanos que os desastres climáticos vêm provocando em diversas partes do mundo, marcados por traços destrutivos que vão desde deslocamento forçado e perda econômica ao sofrimento e ao risco de morte. A voz de Rosely pode ecoar e ser ouvida em vários países porque é uma das narrativas coletadas no âmbito do Climate Disaster Project⁷⁸ (Projeto de Desastres Climáticos), uma redação internacional de ensino, com sede canadense. Trata-se de um projeto global coordenado pela Universidade de Victoria, no Canadá, que reúne estudantes de diversas universidades do mundo em busca de histórias humanas envolvendo desastres climáticos. O projeto é ancorado na noção de jornalismo ambiental baseado no testemunho do trauma.

O programa global em expansão começou com um grupo de universidades do Canadá (First Nations University of Canada, Humber College, Kwantlen University, Langara College, MacEwan University, Mount Royal University, University of King's College, University of Victoria, Toronto Metropolitan University, Carleton University, Thompson Rivers University, University of the Fraser Valley), e se expandiu para instituições

78 O site oficial do projeto é <https://climatedisasterproject.com/>.

de outros países, como o Campus Journalism Lab (Filipinas), Universidade do Alaska Anchorage (Estados Unidos), Stirling University (Escócia), Universidade de Queensland (Austrália) e o Hong Kong Baptist University (Hong Kong). Em 2023, esteve na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O plano é que uma das próximas universidades de destino fique em um país do continente africano.

Ao justificar sua missão e proposta, o projeto chama a atenção, em sua página oficial, para o fato de que a mudança climática pode resultar na migração forçada ou em mortes prematuras de milhões de pessoas, vítimas de acontecimentos como seca, inundações, ondas de calor, incêndios ou tempestades. No entanto, ressaltam os representantes da iniciativa, a cobertura midiática relacionada à mudança climática com frequência exclui o impacto humano. Em entrevista ao New York Times em 2020⁷⁹, a ativista Greta Thunberg ressaltou a falta de ‘humanidade’ na cobertura sobre o clima extremo: “Não nos dizem essas histórias que estão acontecendo agora - as pessoas cujas vidas estão sendo perdidas e cujos meios de subsistência estão sendo tirados - não percebemos que eles existem. Mesmo que nos digam, sentimos como se eles estivessem muito longe”.

Os impactos das mudanças climáticas nas vidas humanas podem ser observados a partir de eventos como calor intenso, tempestades, inundações, a elevação do nível do mar, desli-

79 Disponível em <https://www.nytimes.com/interactive/2020/11/02/magazine/greta-thunberg-interview.html>.

zamentos, seca, perda de biodiversidade e queimadas. Esses eventos provocam desde perdas de vida e de condições básicas de vida até migração, pobreza, perdas, fome e insegurança alimentar, conflitos, guerras, além de traumas e impactos psicológicos e na saúde, como acompanhamos no breve relato sobre a luta de Rosely.

Qual a importância de levar para a África projetos como este?

De acordo com o *WMO study of human & economic costs (1970-2021)*⁸⁰, cujas previsões inspiram o projeto canadense, até 2070, 3 bilhões estarão vivendo em condições climáticas impróprias para a vida humana. Até 2050, 200 milhões terão que se deslocar por este motivo e mais de 2 milhões de mortes serão causadas por razões climáticas, 90% em nações em desenvolvimento. Estima-se que ocorram US\$4.3 trilhões de perdas econômicas devido a essas causas e, como sempre, as comunidades mais vulneráveis sofrem mais intensamente o impacto social, humano e econômico dos desastres climáticos, meteorológicos e hídricos.

A desigualdade nos efeitos das mudanças no clima é amplamente estudado no mundo inteiro a partir do conceito de

80 WMO Atlas of Mortality and Economic Losses from Weather, Climate, and Water Extremes (1970–2019) (WMO-No. 1267) 2022 update. Centre for Research on the Epidemiology of Disasters, 2023: EM-DAT: The International Disaster Database, <https://emdat.be>

Injustiça Climática⁸¹. Impactos das mudanças climáticas afetam desproporcionalmente comunidades vulneráveis e marginalizadas, seja pela sua localização geográfica, pela falta de recursos financeiros ou pela ausência de políticas adequadas. Essas comunidades são as que menos contribuíram para o aquecimento global e, paradoxalmente, são as mais afetadas por eventos climáticos – é uma questão de desigualdade social e de responsabilidade histórica não assumida.

Na África, onde o Projeto de Desastres Climáticos pretende ancorar, a falta de amparo econômico e político das grandes potências mundiais traz consequências trágicas diariamente. Em agosto de 2025, inundações deixaram dezenas de mortos na ilha de São Vicente, em Cabo Verde, sobrecarregando serviços de emergência e interrompendo o acesso a estradas importantes. A Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho informou que 1.500 pessoas foram deslocadas. Segundo informações divulgadas pelo instituto de meteorologia de Cabo Verde, São Vicente costuma registrar 116 milímetros de chuva por ano, mas em apenas cinco horas o volume foi de 193 mm.

Países como Somália, Etiópia e Quênia enfrentam secas severas, que estão se tornando mais frequentes e intensas devido às mudanças climáticas. Isso leva à perda de rebanhos, insegurança alimentar e deslocamento de comunidades inteiri-

81 C.f., por exemplo, ROBINSON, MARY. **Justiça climática**: Esperança, resiliência e a luta por um futuro sustentável. 1a edição ed. [s.l.] Civilização Brasileira, 2021.

ras. Em 2019, mais de 12 milhões de pessoas no Chifre da África precisaram de ajuda humanitária em decorrência da falta de alimentos e de água, exacerbada pela crise climática.

O abandono das grandes potências e instâncias internacionais não é o único que marca o trauma provocado pelas mudanças climáticas em países em desenvolvimento, notadamente os africanos. Há um outro abandono histórico e sistemático: o da grande mídia. Com frequência, a cobertura midiática do continente africano por parte das corporações de maior audiência no mundo é pífia ou praticamente nula, e as urgências dessas regiões são relegadas ao esquecimento. O drama vivido em Cabo Verde no ano passado, que descrevi aqui brevemente, é um exemplo recente: em pesquisa para este artigo encontrei apenas uma referência ao assunto na cobertura midiática da grande mídia⁸².

O silêncio redutor da chamada grande mídia

O continente africano sempre foi vítima de um ensurdecedor silêncio por parte da grande mídia. Esse fenômeno foi analisado historicamente sob a luz das teorias do jornalismo. Na teoria do newsmaking, por exemplo – que versa sobre o fazer jornalístico – o conceito clássico dos valores-notícia é usado para entender as características determinantes para certos acontecimentos serem alçados à categoria de notícia, em detrimento de outros. Wolf (1987) resume que os valores-notícia

82 Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/inundacoes-deixam-oito-mortos-em-ilha-de-cabo-verde/>.

podem ser divididos em quatro facetas. São elas: as características do conteúdo do acontecimento em questão, a disponibilidade de material a ser explorado e a qualidade do produto jornalístico, a expectativa de interesse do público visado e a expectativa sobre a cobertura dos veículos concorrentes.

A primeira categoria diz respeito às qualidades do fato em si. Aqui, Wolf lista características que conferem a um acontecimento o interesse da mídia, que é diretamente proporcional à intensidade e quantidade dos atributos nele reunidos. Eles são: o envolvimento de pessoas notáveis ou autoridades, o impacto sobre o interesse nacional, a proximidade geográfica ou cultural, a quantidade de pessoas afetadas e a relevância no contexto de outro fato de interesse.

A segunda questão se refere à facilidade de apuração do fato e à qualidade do produto final da investigação. Segundo Wolf, ele deve ser breve e atual, ter ritmo satisfatório e linguagem clara, ilustrar eficientemente a ação e abordar todos os dados e pontos de vista possíveis em relação ao tema.

Já o terceiro ponto ocupa-se da pressão do suposto interesse público sobre a produção jornalística. Essa influência, complexa e menos aprofundada no campo teórico do jornalismo, é fruto de uma percepção subjetiva e ambígua sobre quais temas são atrativos, ou não, para o público almejado.

Por último, é abordado o papel da concorrência entre diferentes veículos na seleção de suas notícias. Um jornal não pode deixar de noticiar aquilo que é veiculado por seu rival porque correria o risco de perder espaço no mercado. Assim,

a tendência é de centralização do noticiário em assuntos de interesse mais amplo. Órgãos que competem pela atenção do público acabam cobrindo os mesmos acontecimentos.

O conjunto dos valores-notícia é uma série de aspectos que tradicionalmente são evocados, em salas de aula e em redações, para explicar a razão pela qual um fato é escolhido para ser transformado em notícia. Wolf (p. 95) ressalta que: “os valores-notícias são avaliados nas suas relações recíprocas, em ligação uns com os outros, por ‘conjuntos’ de fatores hierarquizados entre si e complementares, e não isoladamente ou individualmente”. E essa avaliação pode ocorrer até de forma automática ou inconsciente, mas ela está sempre presente na seleção das notícias.

Esse conjunto de valores-notícia é comumente usado pelos representantes da grande mídia brasileira (e mundial) para explicar ou justificar o silêncio sobre a África. Dizem eles que cobrir os temas da ordem do dia no continente africano (aqui neste texto destacamos os impactos das mudanças climáticas na região) não é relevante por eles não envolverem, geralmente, pessoas notáveis, não afetarem o Brasil (ou o país de onde fala o representante), por causa da distância geográfica e cultural, por muitas destas temáticas não serem “novidade” (já que normalmente trata-se de problemas recorrentes e históricos) e não geram interesse do público. Este último aspecto ganha maior ressonância em um contexto de jornalismo digital, em que o interesse é medido pelos dados da audiência. Jorge (2008) chama a atenção também para o fato de que os temas

que envolvem a África normalmente não “comovem”, parecem muito distantes. Neste deserto de cliques, a África se solidifica como um eterno “normal não-notado”.

No bojo explicativo sobre o silêncio da grande mídia em relação à África também entra outra teoria do jornalismo, a interacionista, que trata do fato de os jornalistas viverem sobre a tirania do fator tempo. O trabalho é uma atividade sempre prática e cotidiana, orientada para cumprir horas de fechamento, como explica Tuchman (1978). Como as notícias podem surgir a qualquer momento e em qualquer parte, as empresas jornalísticas precisam impor ordem no espaço e no tempo.

No processo de impor ordem no espaço, as empresas seguem alguns critérios: dividem o mundo em áreas de responsabilidade territorial; estabelecem “sentinelas” em certas organizações que, do ponto de vista dos valores-notícia, produzem acontecimentos julgados com noticiabilidade; e se dividem em seções, ou editorias. O resultado é que essa organização do trabalho provoca “grandes buracos” na rede noticiosa. Muitos lugares só entram quando há desordem ou se servem de palco para deslocamentos de autoridades. É o caso recorrente dos países africanos. Além disso, o ritmo de trabalho leva a ênfase em acontecimentos e não em problemáticas, como as que envolvem a teia histórica de abandono da África. E por não haver cobertura própria dos veículos nestes locais, o material informativo depende basicamente de agências de notícias, que estão focadas nas grandes potências ocidentais.

O ciclo de produção baseado em dados de audiência é o elemento decisivo deste enredo do esquecimento. A África não está no topo da audiência, logo não é mapeada como motivo de produção e não tem a chance de entrar neste mapa de cliques, permanecendo relegada constantemente ao limbo da atenção jornalística.

Uma tentativa de rever a estratégia

Para tentar minimizar os impactos deste silêncio midiático, destacam-se redes de imprensa alternativa, muitas vezes online, que, feitas a partir de dentro da própria África, conseguem expandir seu alcance para fora dela e furar a bolha de proteção da mídia governamental local, oficialmente tendenciosa. Aqui neste texto destaco uma outra linha de atuação, que pode ser complementar: a de um projeto que tenta rever as estratégias jornalísticas a partir de uma parceria entre as universidades e a grande mídia, provocando uma revisão e uma “implosão” das práticas excludentes a partir do seu grande centro.

O Projeto de Desastres Climáticos traz à tona histórias de perda e resiliência, investigando o impacto humano de desastres naturais causados por mudanças climáticas passadas e emergentes. A proposta é trabalhar com os sobreviventes desses desastres para compartilhar suas histórias pessoais, preservando-as em um cofre de memória e divulgando-as através dos parceiros midiáticos do projeto. Neste processo, os sobreviventes ajudam o público a entender as desigualdades

econômicas, de saúde e os impactos psicológicos, políticos e sociais que esse fenômeno está causando no mundo. Mas, tão importante quanto, eles ajudam o público a entender como esta é uma experiência que une cada vez mais de nós a cada dia. Afinal, a mudança climática não é apenas algo que está “muito longe”. Em vez disso, é algo que está perto, prejudicando a saúde e o bem-estar de nossas famílias, amigos, vizinhos e concidadãos. A ideia é lançar projetos investigativos sobre os problemas e sugerir soluções, com a ajuda dos sobreviventes, ou seja, respeitando e dando voz à sua própria maneira de narrar a sua vida.

O projeto é baseado no conceito de Jornalismo de testemunho⁸³, que se ancora na história oral usando um processo de relato de traumas. A ideia é que haja controle compartilhado da entrevista e da história com o sobrevivente. Para isso, ocorre a transcrição e a história é narrada no modelo “como contada a”, usando as próprias palavras do entrevistado (em primeira pessoa). Depois, as histórias são publicadas em um “banco de memórias”, disponível no site oficial do projeto, simbolicamente evocando o entendimento histórico de que a produção jornalística produz uma memória coletiva⁸⁴, que pode servir como terreno construtor de novos projetos de futuro.

83 Cf., por exemplo, GERK, Cristine; BARBOSA, Marialva. Jornalismo, Memória e Testemunho: uma análise do tempo presente. **Contracampo**, Niterói, v. 37, n. 01, pp. 150-167, abr. 2018/ jul. 2018.

84 Cf., por exemplo, RIBEIRO, Ana Paula Goulart, FERREIRA, Lucia Maria Alves (Org.). **Mídia e Memória** – A produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

Na agenda de treinamento dos estudantes, alguns conceitos básicos são trabalhados, tais como: a empatia no jornalismo, o poder das memórias (tanto dos sobreviventes entrevistados quanto do jornalismo como lugar de memória) e o treinamento para elaboração de perguntas empáticas e abertas. São convidados especialistas, como psicólogos e jornalistas com experiência em entrevistas com personagens traumatizados, para propor uma reflexão sobre como deve ser uma abordagem respeitosa e consciente ao longo da interlocução com o entrevistado.

O processo começa com o estudante redigindo as perguntas juntamente com o sobrevivente. A entrevista é gravada com base nessas questões, depois transcrita e convertida em texto em primeira pessoa. Posteriormente, o entrevistado aprova o texto final e tem liberdade para indicar as alterações que desejar. Até o momento, o projeto criou mais de 200 histórias em colaboração com sobreviventes de desastres em diferentes partes do mundo. Contrariando uma perspectiva de jornalismo acelerado e telegráfico dos tempos de internet, a proposta é de um tipo de jornalismo “demorado”, com intervalos e hiatos para reflexão e análise.

Em 2023, o projeto ancorou na ECO/UFRJ, fazendo, assim como ocorreu nos demais países, uma ponte entre a universidade e as redações de jornais, e promovendo estratégias de revisão da atuação do jornalismo. Os alunos passaram por treinamento específico para o processo de entrevistas, com

apoio de pesquisas feitas conjuntamente com especialistas em traumas.

Esta foi a primeira série de Projetos de Desastres Climáticos produzida no Brasil. A série incluiu dez depoimentos de pessoas que enfrentaram os seguintes tipos de desastres:

- Inundações e deslizamentos de terra no Rio de Janeiro e em Minas Gerais
- Erosão costeira no litoral do Rio de Janeiro
- Secas e incêndios em Minas Gerais e Mato Grosso do Sul

As histórias foram publicadas na grande mídia, a partir de parcerias com O Globo⁸⁵, sites especializados (Oeco⁸⁶) e The Guardian⁸⁷. Os estudantes receberam verbas do projeto para viajar para os locais onde os sobreviventes e as histórias residem e contratar um fotógrafo profissional para acompanhá-los na jornada. A produção foi feita no âmbito de uma disciplina eletiva conduzida por mim em parceria com representantes do projeto.

Na empreitada, conhecemos as histórias, por exemplo, da aposentada Sônia Ferreira, moradora da Atafona, no interior do estado do Rio de Janeiro. Na localidade, desde a década de

85 Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/07/27/sobreviventes-de-desastres-climaticos-no-brasil-contam-historias-de-perdas-e-superacao.ghml>.

86 Disponível em <https://oeco.org.br/especial/atafona/>

87 Disponível em <https://www.theguardian.com/environment/series/this-is-climate-breakdown>

1970, o Atlântico vem avançando, fazendo com que, em intervalos de tempo cada vez mais curtos, residências, avenidas, comércios e outros estabelecimentos sejam “engolidos pelo mar” e se tornem apenas memórias. A história inspirou de tal forma a estudante Julia Mendes, que participou do projeto, que ela voltou depois ao local, novamente com apoio do Projeto de Desastres Climáticos, e fez uma longa reportagem que virou Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e um site com uma grande reportagem multimídia. Este tipo de conexão emocional com as histórias, que muitas vezes não é mais possível ou estimulada na pressa da cobertura midiática do tempo acelerado da internet, é uma inspiração e uma abertura que mostra caminhos possíveis de quebra do ciclo de silenciamento em relação a territórios, como o africano.

Trata-se, em resumo, de uma terceirização do tempo e da dedicação da apuração da história para o estudante de jornalismo, mas aproveitando a amplificação e o impacto possível trazido pela repercussão a partir da publicação na grande mídia. O estudante de jornalismo, com mais tempo e energia e menos “vícios”, se dedica a narrar histórias, com a orientação e o amparo do ambiente acadêmico, e depois a história ganha a visibilidade dos grandes veículos de imprensa.

Este casamento, entre a universidade e a grande imprensa, proposto a partir de projetos como este, apresenta potencial de rever silêncios históricos e dar amplitude a vozes que não podem mais deixar de ser ouvidas. Demarcar o conceito de valores-notícia no território do acontecimento em si não sig-

nifica ignorar a presença do sujeito-jornalista diante da matéria-prima noticiosa. Os valores-notícia não são apenas marcas de seleção, mas são marcas de representação ideológica. Nesse sentido, podemos dizer que iniciativas que promovem este tipo de parceria, entre universidade e a grande mídia, podem ter o papel de subverter uma lógica de produção acelerada e calcada notadamente nos valores-notícias atuais da audiência, abrindo espaço para que outras narrativas ganhem a visibilidade trazida pela imprensa dominante.

Referências bibliográficas

BASTOS, Roseli. **'No dia seguinte, vi tudo acabado, queimado'**. O Globo, 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/07/27/no-dia-seguinte-vi-tudo-acabado-queimado-diz-sobrevivente-de-incendio-no-pantanal.ghml>.

BARROS E SILVA, Fernando (org.). **Tempos instáveis** – O mundo, o Brasil e o jornalismo em 21 reportagens da Piauí. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FASSIN, D.; RECHTMAN, R. **L'empire du traumatisme**: enquête sur la condition de victime. Paris: Flammarion, 2007.

JORGE, Thais de Mendonça. **Manual do Foca**. São Paulo: Editora Contexto, 2008

LAGE, Nilson; ROUCHOU, Joëlle **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NASCIMENTO, Patrícia Ceolin do; PRADO, Magaly. **Técnicas de redação em jornalismo**: o texto da notícia. São Paulo : Saraiva, 2009.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**. Petrópolis: Vozes, 2009

TUCHMAN, Gaye. **Making News**: a study in the construction of reality. New York: The Free Press, 1978.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Editora Insular, 2005.

VAZ, P. Políticas do sofrimento e as narrativas midiáticas de catástrofes naturais. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v.18, n.1, p.212-234, jan./abr. 2011.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação** – Mass media: contextos e paradigmas. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. 1. ed. Lisboa: Editorial Presença. 1987.

ZELIZER, Barbie. Finding aids to the past: bearing personal witness to traumatic public events. **Media, Culture & Society**, 24, 697-714, 2002.

CAPÍTULO 11

In vídeo veritas? Uma reflexão possível sobre redes para qualificar a informação

*Iluska Coutinho*⁸⁸

A circulação de materiais em vídeo no atual ecossistema midiático, marcado pela plataformização e impulsionamento não humano, coloca em questão a necessidade de qualificar os fluxos informativos. Porque a informação cada vez mais é acompanhada pela dimensão da velocidade, impressa em telas, suporte para diversas práticas e experiências, cada vez mais mediadas, em contradição com a promessa de transparência ou vigilância que consumimos a cada nova atualização, de produtos ou softwares.

Ainda hoje a principal forma de acesso à informação no Brasil, os telejornais são fragmentados e re-editados em cortes que circulam em redes sociais, com produções de sentidos algumas vezes opostos àqueles associados ao Jornalismo. (Re) conhecido como forma social de conhecimento comprometida com a democracia, que a partir da apuração criteriosa de informações colocaria em circulação conhecimentos como forma de fomentar os sentidos e experiência de cidadania, o Jor-

88 Professora titular na Faculdade de Comunicação (FACOM) e no programa de Pós-Graduação (PPGCOM) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e-mail: iluska.coutinho@uff.br

nalismo também tem sido transformado a partir das mudanças na sociedade, com destaque para inserção de tecnologias e indefinições quanto a financiamento e/ou modelos de negócio.

Nesse texto a proposta é refletir sobre formas de enfrentamento dos riscos potenciais do compartilhamento de um tipo de materialidades audiovisuais, que de forma semelhante ao Jornalismo, são portadoras de um sentido de verdade no imaginário social. A ideia de semelhança será posteriormente retomada na reflexão. Antes é importante ressaltar que tais aspectos - valor de verdade, segurança, confiança - são tensionados em tempos de inteligência artificial e de iliberalismo que caracteriza a sociedade incivil descrita por Sodré (2021). Nesta, a mídia permanece como ator fundamental, ainda que também transformada, pelas tecnologias e pelas formas de apropriação dela por cidadãos e cidadãs, coletivos ou nem tanto assim. Em um país como o Brasil, em que o analfabetismo funcional permanece como marcador de desigualdade no acesso ao conhecimento, o audiovisual pode atuar como forma de compartilhar saberes e mesmo de pertencimento.

Vídeo sapiens: informação em telas e saber compartilhado

No Brasil, sabemos sobretudo a partir das imagens em movimento, experimentadas e compartilhadas em tela. A organização do “Brasil e do mundo” nos telejornais, e outras formas de registros em vídeo, é compartilhada e replicada. Por meio do contato com a mensagem audiovisual é possível experimen-

tar sensação de pertença, de compartilhamento de um modo de saber, e compreender o mundo. A naturalidade aparente das imagens em vídeo, a proximidade sugerida pelas vozes e olhares na tela reforça a metáfora da janela para o mundo.

No atual ambiente multiplataforma, a imagem do aparelho de televisão no centro da sala, tal como narrado por Ciro Marcondes Filho (1988) ao abordar uma vida pelo vídeo, em que a TV se configurava como espécie de altar nas casa da segunda metade do século XX, há também formas diversas de atualização da metáfora. Porque há dispositivos, janelas e tempos diversos. Aqui a experiência, aparentemente banal, ganha complexidade. Segunda tela, multi-telas e distintos tempos e formas de acesso: síncrono, em fluxo, sob demanda...o mapa noturno proposto por Martín-Barbero (1997) foi (é) atualizado de forma constante, como nosso contato com o audiovisual. Certo é que, em diferentes dispositivos e formatos audiovisuais, o vídeo é portador da promessa de verdade, e se apresenta como um conhecimento acessível⁸⁹.

Essa ideia de um saber experimentado fortemente por meio do audiovisual se materializou no conceito de video sa-

89 É necessário que para ser efetivamente acessível o conteúdo audiovisual inclua elementos como audiodescrição e tradução em libras. Isso garantiria a acessibilidade da mensagem a todos, com atendimento de necessidades das pessoas com deficiência auditiva e visual. A questão da acessibilidade no audiovisual mobiliza profissionais, pesquisadores e motivou a produção em 2016 pela Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura de um “Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis”. <https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/biblioteca-cultura-viva/documentos-e-publicacoes/documentos/minc-guia-para-producoes-audiovisuais-acessiveis-com-audiodescricao-das-imagens-2016.pdf>

piens (2020). Título de livro com resultados de pesquisas desenvolvidas no Núcleo de Jornalismo e Audiovisual (PPGCOM UFJF), por meio desse constructo teórico assume-se que “(...) a preocupação maior se concentrou em lançar luz para espaços incompletos” (Coutinho, Linhalis e Mata, 2020, p.27), e alcançados pelas luzes e sons das materialidades audiovisuais. O desafio então enfrentado foi de analisar o jornalismo e o audiovisual a partir da perspectiva do homo sapiens, espécie caracterizada pelo cérebro altamente desenvolvido, que o capacitaria ao raciocínio abstrato e à resolução de problemas complexos; esse tipo de direcionamento contudo parecia distante de nossa experiência concreta de contato com as audiovisualidades que nos interpelam, como indivíduos e sociedade, de forma cada vez mais intensa e acelerada.

A proposta tornava-se ainda mais instigante considerando a proposta de articular então Jornalismo, Audiovisual e Direitos Humanos. A constatação então foi de que “(...) ainda que possamos ser caracterizados como criadores e utilizadores de ferramentas, chegamos paradoxalmente ao século XXI com questões ainda mal resolvidas e desníveis de acesso em relação aos nossos próprios direitos” (Coutinho, Linhalis e Mata, 2020, p.28). Nesse sentido, a proposta de pensar o conceito de “Vídeo Sapiens” dialogava com o (re)conhecimento das potencialidades envolvidas nos atos de produzir, pensar e consumir audiovisual em uma sociedade como a brasileira, por um lado ainda “faminta” pelo letramento formal e pelo acesso à cultura, em seu sentido mais amplo, como explicitado no verso-ques-

tionamento da banda de rock nacional Titãs: “A gente não quer só comida. A gente quer comida, diversão e arte”⁹⁰.

Tomando como referência a centralidade do audiovisual como forma de pertencimento e de partilha no Brasil, como principal alternativa eleita pela população para buscar informações sobre o cotidiano⁹¹, o conceito de vídeo sapiens emerge como constructo capaz de articular sabedorias em circulação em diferentes esferas socioculturais e econômicas. É sobretudo por meio do audiovisual que as informações são acessadas e ganham sentido para significativa parcela da sociedade, o que demanda a necessidade de compreender a dimensão do consumo de dados no Brasil, sobretudo a partir da dimensão do vídeo na contemporaneidade, por meio de “estratégias sensíveis”, tal como narradas por Muniz Sodré, a partir das quais seríamos convocados a incorporar a lógica das sensibilidades

90 A música Comida integra o quarto álbum dos Titãs, “Jesus não tem dentes no país dos banguelas” (1987) e foi composta por Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Britto. No ano de lançamento da música ela teve um videoclipe veiculado pela MTV Brasil, com imagens de integrantes da banda em um supermercado e em estúdio.

91 Os dados são da Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM) 2016, realizada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República por meio da aplicação de questionários face-a-face em todo Brasil. A PBM foi descontinuada em 2017, integrando o que diversos especialistas em demografia apontaram como um apagão de dados experimentado no Brasil, com consequências diretas sobre as políticas públicas. Segundo o relatório da pesquisa, disponível para consulta em <https://www.gov.br/secom/pt-br/aceso-a-informacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-2013-a-2018/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016-1.pdf/view>, a televisão é a mídia mais buscada para obter informações sobre o país e o mundo; 35% dos entrevistados ainda apontaram o hábito de comer enquanto assistem TV.

precisa nos processos de produção, disseminação e circulação de mensagens em vídeo como forma de enfrentamento da desinformação.

Na era digital, com suas bolhas e usuários, com dados que trafegam em redes opacas, e algoritmos não conhecidos pelo público nem pelo Estado, as relações de confiança são pulverizadas. Por outro lado, informação e conhecimento são cada vez mais reconhecidos como serviços essenciais à vida e à redução das desigualdades, também representadas na tela. Em sociedades cada vez mais complexas, o Jornalismo, mais do que nunca, tem função basilar no capitalismo informacional. O mercado, nome coletivo e opaco, que está sempre presente como fonte acreditada no panorama brasileiro de mídia, é parte essencial dessa fase do sistema capitalista, e é alimentado por ele, o que inclui uma dieta noticiosa muito restritiva quanto a aspectos essenciais para o efetivo exercício do direito à comunicação⁹². E, na dúvida sobre qual informação é digna de nossa atenção e confiança, o telejornalismo ganha destaque por não apenas colocar em cena as imagens dos fatos, ou fragmentos desta, mas por mostrar quem fala, numa comunicação mediada mas que gera relações de proximidade e confiança,

92 E aqui poderíamos pensar em novas imagens possíveis para o conceito de deserto de notícias, que sinaliza a ausência de oferta de informação qualificada em determinadas regiões geográficas. As redes digitais e de televisão parecem estar presentes em telas disponíveis em larga escala, mas há temas e/ou temperos ausentes, aparentemente proibidos na oferta noticiosa enquanto há sabores e abordagens em volumes repetitivos, saturados.

em sintonia com a transformação da credibilidade em valor personalizado no Jornalismo (Coutinho, 2024).

Tal alteração na definição do que seria crível é questão que será posteriormente retomada nesta reflexão. Interessa por enquanto destacar a percepção de que as relações de confiança estariam se deslocando dos meios às personas, de repórteres e apresentadores, processo que foi estimulado pela lógica de contato prometida ou simulada pelas redes sociais digitais. Esse cenário tensionado por alterações de ordem aparentemente tecnológicas se associou no Brasil a um processo de busca por descredibilização do Jornalismo, como de resto das instituições centrais para a democracia, e que se constituiu como uma política de estado no Brasil durante a última gestão do executivo federal (2019-2022). Evidências de que isso ocorreu passam pela apropriação da EBC (Empresa Brasil de Comunicação), responsável pela comunicação pública no país, convertida em instrumento de comunicação de governo; no mesmo período rádios e televisões universitárias, espaços potenciais para a circulação de informação qualificada e comprometida com a cidadania experimentaram processo de desmonte, via asfixia financeira.

No campo do mercado de comunicação de exploração comercial, por outro lado, houve inúmeros episódios de ataques a empresas de mídia e jornalistas, estimulados e mesmo patrocinados em diferentes esferas de poder⁹³. Como nosso olhar

93 O episódio dos “Guardiões do Crivella”, flagrado por equipes da TV Globo na cidade do Rio de Janeiro, com financiamento público de ataques a equipes de reportagem é representativo dessa estratégia e foi analisado tem texto de Landim e Coutinho (2023).

se desloca nessa reflexão para as telas, importa dizer que os episódios de agressão a jornalistas que atuam na TV foram os mais numerosos nos últimos anos no Brasil, de acordo com levantamentos publicizados pela FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas. Entre esses ataques, emergiu nos últimos anos aqueles identificados como de descredibilização do Jornalismo. Mas em que medida a crise de credibilidade do Jornalismo não representa mesmo uma crise nas instituições?

Do ver para crer às relações de confiança...

A exigência do ver para crer, professada por São Tomé que a partir da história narrada no evangelho de João tornou-se reconhecido como símbolo da incredulidade ou desconfiança, tem sido colocada em questão na medida em que circulam imagens em profusão. Disponíveis em múltiplas telas e fluxos, registros imagéticos nos interpelam a todo momento na busca por capturar nossa atenção, esse também um valor cada vez mais importante na contemporaneidade. Estudiosos e profissionais da área passaram a identificar um certo ceticismo com o conteúdo audiovisual, que poderia inicialmente ser relacionado à popularização da capacidade de produção e edição de material em vídeo. O grande público, cujo elogio segundo Wolton (1993) seria a base para a proposição de uma teoria crítica da televisão, teria desvelado a lógica da narrativa audiovisual por meio da edição de vídeo. Antes um conhecimento mais técnico, ou restrito a um dado universo profissional, hoje montar narrativas audiovisuais a partir de registros do cotidia-

no é um processo mais acessível, por exemplo, a partir do uso de smartphones que agregam câmeras de vídeo e recursos de edição por meio do uso de softwares embarcados.

Realizadas inicialmente na cidade de São Paulo, no final do primeiro semestre de 2013, e ampliadas nacionalmente a partir da nomenclatura “jornadas de junho”, uma série de manifestações populares constituem uma pauta importante para observar a apropriação dos modos de ver e fazer audiovisual, e também de questionamento eventual de sua verdade ou valor de crença. Gilberto Calil descreve uma mudança de posicionamento da mídia paulistana, a partir da ampliação das manifestações e da circulação de materiais em vídeo.

(...) a grande mudança foi o desencadeamento de uma repressão extremamente violenta, atendendo aos apelos expressos nos editoriais dos grandes jornais paulistanos. A operação policial visando a “liberação do trânsito” produziu grande número de feridos, e as tentativas de responsabilizar os manifestantes pela “violência” foram rapidamente desmentidas e desmoralizadas através de vídeos divulgados nas redes sociais. Em especial o grave ferimento no olho de uma jornalista da Folha de São Paulo (o mesmo jornal que exigia repressão implacável), resultante de um tiro de bala de borracha (...) Rapidamente as versões midiáticas que responsabilizavam os manifestantes pela violência perderam credibilidade e difundiram-se informações acerca da selvagem repressão policial. Alguns vídeos divulgados tornaram-se muito conhecidos, como um que mostra um policial militar destruindo a sua própria viatura, com o objetivo de responsabilizar os manifestantes; e outro que mostra o lançamento de bombas de gás lacrimogêneo em direção

a um apartamento no 7º andar de um prédio, em represália contra a filmagem da ação policial. (Calil, 2013, pp. 382-383).

Antes demandada por editoriais de Folha de São Paulo e Estadão e por Arnaldo Jabor, comentarista da Rede Globo, na linha da manutenção da ordem, a escalada da repressão policial teria motivado uma mudança de postura das organizações noticiosas, que passaram a não apenas apoiar, como também a repercutir possíveis pautas futuras para o movimento, que então se espalhava pelo país. O texto registra então a exibição de um comentário de autocrítica de Jabor que assumia agora um novo papel nas telas, aconselhando manifestantes quanto aos próximos passos das mobilizações e sugerindo uma nova pauta: a “luta anticorrupção”. Os vídeos das manifestações, que exibiam em sons de fundo críticas à própria Rede Globo, eram veiculados e associados a comentários elogiosos à juventude e sua capacidade de protesto.

Não há consenso entre analistas da conjuntura quanto ao peso efetivo das Jornadas de Junho para o impeachment de Dilma Rousseff e ascensão da extrema direita no país⁹⁴, mas registros desse movimento em circulação sobretudo nas redes

94 Artigo de André Antunes publicado em 2018, cinco anos após as manifestações, aponta divergências entre Gilberto Calil e Felipe Demir, de um lado, e Jessé de Souza e Fernando Haddad de outro. Para os primeiros não há correlação direta entre os fenômenos, enquanto Souza considera as jornadas o “ovo da serpente” da ascensão da extrema direita. Ver mais em <http://epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/cinco-anos-das-jornadas-de-junho-um-legado-em-disputa>

sociais digitais se constituem em disputas por veiculação de outras versões, também visíveis e que reclamavam ser acreditadas. Para isso os ativistas lançaram mão da veiculação de materiais em vídeo, e mesmo de transmissões ao vivo, em tempo real das manifestações. Esse é o caso por exemplo das produções realizadas pelo coletivo Mídia Ninja, assim descrito em sua página na web:

Surgimos em meio à multidão. Num momento decisivo em que a história do país se pôs diante de nós. Fomos os olhos, a voz e o coração de milhares de pessoas. Transmitindo de dentro os acontecimentos, nos envolvemos e fomos parte do processo de transmutação política de nossa geração.

A Mídia NINJA foi fundada em 2013 e ganhou notoriedade durante as manifestações de junho que reuniram milhares nas ruas do Brasil. À ocasião realizou coberturas ao vivo de dentro dos protestos, com múltiplos pontos de vista invisíveis na mídia tradicional. (Mídia Ninja, 2025).

A demanda por visibilidade e representação seria assim potencialmente atendida com a circulação de outras narrativas audiovisuais, para além daquelas veiculadas em telejornais e na programação de emissoras e canais de televisão. Além de transmissões em tempo real, realizadas então sobretudo a partir de redes sociais como Facebook e Twitter, destacavam-se naquele momento diversos canais disponíveis na plataforma You Tube, cujo slogan então convocava: “broadcast yourself!”.

Com transmissões aparentemente descentralizadas, tais materiais reclamavam uma confiança e autenticidade carrega-

da do efeito de real das transmissões ao vivo, e construída a partir da alteridade com o conteúdo que era associado à mídia massiva. Esse tipo de tensionamento se materializava em uma das palavras de ordem utilizadas naquela época, em transmissões realizadas por diferentes perfis: “isso a Globo não mostra”. O uso da expressão passou a ser desde então observado em diversos episódios e protestos, como a greve dos caminhoneiros (maio de 2018) e campanhas eleitorais daquele ano; foi presença constante em discursos de estudantes, sindicalistas e manifestantes, tornou-se viral e depois um quadro de humor que integrou por suas temporadas um programa semanal exibido aos domingos pela própria emissora.

Para além da denúncia originária, a expressão “Isso a Globo não mostra” passou a ser utilizada em narrativas do humor, na desconstrução de outras narrativas num fenômeno de apropriação midiática. (...) Essas (re)apropriações passam a envolver até a própria emissora. No Globoplay a primeira publicação em que a expressão surge no ar é durante a edição do Caldeirão de Ouro, apresentado por Luciano Huck, no dia 05 de janeiro de 2019. (...) Passados 15 dias desse episódio, a Globo, no dia 20 de janeiro, lançou um quadro semanal que vai ao ar durante a exibição da revista eletrônica Fantástico. O nome do produto audiovisual é a própria expressão (Coutinho, Martins e Falcão, 2019, pp. 2-3).

No artigo os autores defendem que a emissora então se apropria dos discursos inicialmente em tom de denúncia, se movimentando em direção ao público, numa postura que se

assume bem humorada para buscar relações de empatia com o telespectador; a crítica inicial presente na expressão seria assim colocada em suspenso ou mesmo tensionada. Por meio de seu acervo audiovisual, a emissora sinalizava a disposição de se mobilizar para um tempo de transformação, com construção de um discurso leve e que também apresentava uma dimensão crítica a partir da colagem de fragmentos de programas de diferentes gêneros (novelas, shows, humorísticos e telejornais). Em síntese, em uma espécie de meta-discurso, o quadro parecia confirmar que fragmentos de registros audiovisuais não seriam suficientes para garantir relações de confiança naquilo que está diante dos olhos, e reforçava seu papel institucional.

Na segunda década do século XXI, o desenvolvimento de tecnologias de edição de imagens e de inteligência artificial acentuou a fragilidade da promessa do “ver para crer”, transformada em campanha de marketing por uma fabricante de produtos eletrônicos, entre eles TVs e celulares⁹⁵. Na cobertura jornalística relacionada à tecnologia ressaltaram no ano de 2023 os riscos da proliferação da desinformação a partir da atuação de agentes não humanos e uso da inteligência artificial. Em matéria publicada na revista *Veja*, o jornalista Luiz Paulo Souza anunciou a obsolescência da máxima de São Thomé, e sugeriu que a solução seria usar o feitiço contra o feiticeiro, “(...) para ensinar esses algoritmos a distinguir imagens reais de imagens virtuais. (...) isso já é uma realidade, embora ainda não

95 A campanha foi lançada pela marca LG no segundo semestre de 2023. Ver mais em <https://marcaspelomundo.com.br/anunciantes/lg-lanca-a-campanha-ver-para-crer-e-convida-os-consumidores-para-conhecerem-os-seus-produtos/>.

tão difundida quanto os deepfakes” (Veja, 21/04/2023). Mas e quanto a nós, demasiadamente humanos, como (re)estabelecer a crença no que é ou não real? Como combater a desinformação em vídeo?

Você sabe (com) quem está falando: do registro patrimonialista à identificação de fontes

Reconhecida de forma pública, e narrada a cada edição dos telejornais e programas informativos dos canais, a crise de confiança nas instituições pode ser compreendida como sintoma do tempo presente, ao mesmo tempo em que se instaura como efeito colateral possível. Tal constatação que nos convoca a (des)condicionar olhares, e ouvidos em busca de qualificar os fluxos informativos, notadamente audiovisuais em uma sociedade de forte tradicional oral, como a brasileira.

Seria necessário pensar em outros modos de experimentar os exercícios do ver, diversos daqueles nos quais a televisão e seus modos de narrar e fazer saber se tornaram predominantes:

(...) cognitivamente a televisão foi construindo uma linguagem que desobriga, no momento da emissão, a reflexão e a transformação mimética da narrativa. Isso se dará quando a tela se apagar, abrindo a possibilidade de reconstrução permanente. A gramática fragmentada do meio relaciona-se com a forma como a tecnologia atua no público. E o contínuo temporal instaurado por sua narrativa está na dependência direta das possibilidades oferecidas pela tecnologia”. (Barbosa, 2007, p.5).

Nos fluxos múltiplos da contemporaneidade a unidade do noticiário, seus modos de organizar o dia noticioso em blocos e na narrativa que se organiza no tempo, sequencial, são quebrados. Os telejornais são fragmentados e re-editados em cortes que circulam em redes sociais, com produções de sentidos algumas vezes opostos àqueles associados ao Jornalismo, a saber, o compromisso com a apuração criteriosa e a cidadania.

A ambiência multiplataforma promete velocidade e uma pulverização de mensagens; a festejada liberação do pólo emissor se materializa na pulverização das fontes. Não se trata certamente de reforçar o questionamento em tom autoritário “você sabe com quem está falando” e que conforme Roberto Da Matta é um hábito que marca a sociedade brasileira que jamais discutiu privilégio e limite de privilégio⁹⁶, mas de evidenciar a dificuldade de identificação precisa de com quem se fala em inúmeras redes sociais digitais que oferecem aos usuários simulacros de conversa. Nestes espaços, os fluxos, disponibilidade e endereçamento de informações são organizados a partir de lógicas algorítmicas, e mercantis. O princípio orientador não é o de interesse público, identificado com determinado território e seus habitantes, cidadãos e cidadãs, mas sim o da monetização e geração de valor, do capital financeiro transnacional que caracteriza a superindústria do imaginário, descrita por Bucci (2021). Situadas em uma altitude inalcançável para as

96 Para saber mais sobre o tema uma boa referência é a obra “Você sabe com quem está falando? Estudos sobre o autoritarismo brasileiro”, de Roberto da Matta (2020).

legislações nacionais, segundo o autor, as “gigantes da internet” ou “big techs” concentram poder: “As pessoas se encontram integralmente expostas aos algoritmos dos conglomerados. Tudo nelas é transparente, enquanto tudo neles é opaco” (Bucci, 2021, p.20).

Os perfis em redes sociais digitais seriam a face visível, a depender dos algoritmos, do tráfego de dados e informações. É também nesses espaços que uma série de estratégias de presença busca reforçar o lugar de enunciação das emissoras de televisão, canais noticiosos, programas jornalísticos consolidados, repórteres e apresentadores. Por outro lado, ainda pensamos a informação em vídeo na perspectiva da radiodifusão, organizando os produtos noticiosos a partir da dinâmica de um polo irradiador de informações distribuídas ao grande público, tal como conceituado por Wolton (1993).

Por isso, em busca de enfrentar a desinformação cotidiana, é preciso refletir sobre quais seriam as formas de enfrentamento dos riscos potenciais do compartilhamento de determinado tipo de materialidades audiovisuais. São mensagens em vídeo portadoras de um sentido de verdade no imaginário social, mas produzidas a partir de lógicas e compromissos distintos do chamado interesse público, este base referencial do Jornalismo entendido como instituição social. Por isso, combater a desinformação implica garantir o efetivo exercício do direito à comunicação e informação de qualidade, de forma

ampla, geral e irrestrita⁹⁷, e acompanhada da capacidade de interpretação crítica de conteúdos em circulação.

Do lugar de segurança e confiança à personificação: mudanças nos regimes de crença informativa

Já abordada a relevância do audiovisual como elemento de trocas e saberes em uma sociedade como a brasileira, é fundamental reforçar que o exercício efetivo dos direitos associados à sua produção, consumo e representação com qualidade é entendido como um direito humano de quarta geração. Conforme Novelino (2009), eles seriam decorrentes da globalização política e compreenderiam os direitos à democracia, informação e pluralismo...e, de forma até paradoxal, é quando tecnologias, redes e as empresas que as controlam adquirem um poder transnacional que se torna ainda mais fundamental pensar em formas de estimular a reclamação desses direitos pelos cidadãos de cada território, especialmente daqueles caracterizados pela desigualdade social e pela experiência da fome.

Considerando, portanto, a importância de ter uma dieta informativa cotidiana, de nos abastecermos de informação de qualidade, caberia identificar os espaços e formas de acesso a

97 Criado em 1978 o CBA (Cômite Brasileiro pela Anistia) estabeleceu como lema “Anistia ampla geral e irrestrita”. Tomado ao pé da letra, teria sido utilizado para justificar a assinatura pelo general Figueiredo da Lei 6.683/1979, conhecida como Lei da Anistia, incluindo por reciprocidade funcionários da repressão responsáveis por crimes de tortura e assassinatos durante o regime militar.

esse conhecimento audiovisual que se afirmaria como um saber fazer, que permitiria a ação cidadã, informada. E, ainda que os dados da PBM 2017 indiquem que os noticiários televisivos são a principal forma de acesso ao conhecimento sobre o que ocorre no Brasil, torna-se importante refletir sobre o tipo e ritmo de informações oferecido nos telejornais e como ele se relaciona com o tipo de demanda do público. Reconhecida a partir das páginas de portais e no feed, e contabilizada em cliques e tempo de permanência em cada página ou postagem, a percepção é a de que temos um público entendido cada vez mais como consumidor e menos como cidadão. Haveria assim um deslizamento entre o interesse público, de dimensão social, para o interesse do público, individualizado, a quem atender e/ou atrair a atenção.

Mas temos conseguido mesmo atender a tais demandas, sociais e de caráter personalíssimo, em sintonia com as lógicas das redes sociais digitais? Uma evidência de que essa entrega não tem contribuído para o enfrentamento da desinformação e da fome, especialmente por informação de qualidade, são os resultados de uma pesquisa do ITS Rio⁹⁸ publicada em 2025 que teve como foco a percepção dos brasileiros sobre mudança climática. Trata-se de tema central na contemporaneidade, quer pela interface com a Saúde, área apontada como uma das

98 Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS) é órgão de pesquisa independente cuja missão anunciada “(...) é assegurar que o Brasil e o Sul Global respondam de maneira criativa e apropriada às oportunidades fornecidas pela tecnologia na era digital, e que seus potenciais benefícios sejam amplamente compartilhados pela sociedade.”

maiores preocupações no país, quer pela realização em novembro do mesmo ano no país da COP 30. Realizada por telefone com apoio de questionário eletrônico, a pesquisa ouviu 2.600 pessoas, maiores de 18 anos, nas cinco regiões do Brasil; destas apenas 23% consideram ter conhecimento sobre o tema da mudança climática. Entre os respondentes, 95% utilizam a internet, sendo os meios principais de acesso celular (99%) e televisão (63%)⁹⁹, o que indica que estariam garantidas formas de contato com a informação e conteúdos audiovisuais em circulação. Os resultados indicam ainda que 76% da população afirmam não estar efetivamente abastecida de conhecimento sobre o tema; 42% sabem mais ou menos, 25% sabem apenas um pouco e 9% disseram não saber nada sobre aquecimento global e mudanças climáticas. Os dados obtidos chamam ainda mais atenção na medida em que mais de 90% das pessoas que responderam à pesquisa identificam nos últimos anos aumento, nessa ordem, de: poluição do ar, temperatura e valor da conta de energia; preço dos alimentos; desastres ambientais. Isso indica que há reconhecimento do impacto da mudança climática na sociedade e na vida cotidiana, ainda que, na percepção de entrevistadas e entrevistados, essa seja uma temática da qual se tem grau de conhecimento baixo ou mediano. Tomado esse recorte, como garantir a efetividade do exercício do direito à informação de qualidade, e que permitiria a ação

99 A questão permitia indicar mais de um meio de acesso à internet. Relatório completo em <https://itsrio.org/pt/publicacoes/mudancas-climaticas-na-percepcao-dos-brasileiros-2025/>

cidadã e o acesso a outros direitos humanos, como à alimentação?

As respostas passam por identificar formas de (re)estabelecimento da autoridade da Ciência e do Jornalismo, como instituições centrais para a vida em sociedade. Considerando a centralidade das tecnologias nas mediações do tempo presente, é importante pensar em uma ação de qualificação da informação em vídeo que seja capaz de operar em sintonia com a promessa de comunicação direta, simulada nas redes. Nestas, em postagens cada vez mais fragmentadas, há encenação do “diálogo” como gerador de proximidade.

É nesse sentido que se percebeu em curso nos últimos anos um processo de deslocamento da confiança das instituições para os personagens. Nas redes sociais digitais emergem as figuras de influenciadores e experts em diferentes temáticas, que se tornam conhecidos - e seguidos - a partir da produção de conteúdos em vídeos compartilhados em redes sociais digitais. Dos tutoriais do YouTube às postagens nos feeds do Instagram, tais materiais são consumidos como informação especializada, ainda que o valor de autoridade se aproxime mais da experiência, pessoal, do que aquele relacionado ao conhecimento ou saber sobre um fato ou assunto, este resultado de processos mais estruturados e formalizados, incluindo pesquisa e interpretação.

O peso e relevância atribuídos na contemporaneidade a esse saber testemunhal, personalíssimo, pode ter estimulado transformações no saber fazer jornalístico. Cada vez mais jor-

nalistas passam a atuar também nesse espaço das redes sociais digitais, eventualmente em busca de uma (re)aproximação com seus públicos. É nesse sentido que defendemos que, em sintonia também com a lógica das redes, e com a crescente fragmentação dos conteúdos audiovisuais, a credibilidade tornou-se um valor personalizado no jornalismo (Coutinho, 2024).

Em tempos nos quais os vínculos se constroem sobretudo a partir de telas com diferentes dispositivos, formatos e fluxos, a ideia de personalização pode representar um caminho possível para a qualificação da informação em vídeo. A busca por garantir parâmetros para a oferta de informação audiovisual qualificada reuniu pesquisadoras e pesquisadores da Rede TeleJor de Pesquisadores em Telejornalismo em um projeto desenvolvido (2022-2025) com financiamento do CNPq. Entre as propostas teórico-metodológicas de combate à desinformação (Pereira et al., 2022) tiveram destaque o reforço do processo de verificação jornalística, incluindo o questionamento em entrevistas coletivas; o papel do valor-crença; a curadoria no telejornalismo; a memória; a busca por equidade e a busca pela desaceleração.

Nas redes e nas telas, evidencia-se não apenas a relevância da identificação da fonte e da autoria, sobretudo quando a inteligência artificial se desenvolve de forma cada vez mais acelerada. Nas personas e no jornalismo em telas, por meio da mensagem em vídeo, é fundamental reforçar também a proposta de laço social, presente na teoria crítica da TV (Wolton,

1993), e pertencimento e empatia, em telas e por meio delas. A aposta é que esse seja um caminho possível para tempos de incivilidade (Sodré 2021), de maneira a experimentar a coexistência do video sapiens, como forma de contato e saber comum, à do vídeo veritas, entendido como um saber de confiança, credível e capaz de estimular a ação, individual e coletiva.

Para isso, é necessário investir na capacidade de aproximação do audiovisual que circula nos telejornais e seus fragmentos, recortados e compartilhados em redes, com os interesses, saberes e com o território que habitamos. A redescoberta do diálogo, também como formato de produção e edição, pode permitir que as materialidades audiovisuais que nos interpelam no cotidiano sejam capazes de oferecer, ainda que em pequenos cortes de vídeo, contexto(s) aos fragmentos compartilhados.

Como convoca o título de obra que reúne pesquisadores do audiovisual, “Contra a desinformação, telejornalismo!” (Pereira et al, 2022), ressalta-ser em síntese a importância do certificado de presença em vídeo, seja ele capturado por atores não humanos ou apócrifo (Andrade, 2018), até como um fator associado à lógica de engajamento das tecnologias e modos de comunicar contemporâneos, mas reafirma-se a centralidade de sua relevância a partir de sua inscrição nas circulações realizadas por atores acreditados e sobretudo a partir da mediação do (tele)Jornalismo, cada vez mais em rede(s).

Referências

- ANDRADE, Ana Paula Goulart de. **Telejornalismo apócrifo** - A construção da notícia com imagens amadoras de vigilância. Florianópolis: Insular, 2018.
- BARBOSA, Marialva. Televisão, narrativa e restos do presente. **E-compós**. Abril de 2007. Disponível em <https://e-compos.org.br/e-compos/article/view/138/139>. Acesso: 01/08/2024.
- BUCCI, Eugênio. **A superindústria do imaginário**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- CALIL, Gilberto. Embates e disputas em torno das Jornadas de Junho. **Projeto História**, São Paulo, n. 47, pp. 377-403, Ago. 2013.
- COUTINHO, Iluska. **A credibilidade como valor personalizado no jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2024.
- COUTINHO, Iluska ; PEREIRA, Gustavo (orgs). **Video sapiens**. Florianópolis: Insular, 2020.
- COUTINHO, Iluska; MARTINS, Simone e FALCÃO, Luiz Felipe Novais. Isso a Globo (NÃO) Mostra: Invasão ou Ressignificação do Audiovisual como estratégia de Jornalismo Opinativo. **Anais do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Intercom: Belém, 2019. Disponível em <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-1993-1.pdf>. Acesso: 20/06/2025.
- LANDIM, G; COUTINHO, I. Agentes, espaços e poderes em disputa: um olhar sobre estratégias de resistência do Jornalismo a tentativas do Executivo de driblar o direito à informação. **LIINC EM REVISTA**, v. 19, p. e6652, 2023.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **Televisão a vida pelo vídeo**. São Paulo: Ática, 1988.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MÍDIA NINJA. **Quem somos.** Disponível em <https://midianinja.org/a-midia-ninja/>. Acesso: 30/07/2025.

NOVELINO, Marcelo. **Direito Constitucional.** São Paulo: Editora Método, 2009.

PEREIRA, A; MELLO, E; EMERIM, C; FINGER, C (orgs). **Qualificação da informação telejornalística:** Propostas teórico -metodológicas de combate à desinformação. Florianópolis: Insular, 2022.

PEREIRA, A; MELLO, E; EMERIM, C; COUTINHO, I (orgs). **Contra a desinformação, telejornalismo!** Estratégias de divulgação de notícias audiovisuais de qualidade. Florianópolis: Insular, 2022.

SODRÉ, Muniz. **A sociedade incivil:** Mídia, iliberalismo e finanças. Petrópolis: RJ, Vozes: 2021.

SOUZA, Luiz Paulo. **As inteligências artificiais tornaram o ‘ver para crer’ obsoleto.** Revista Veja, edição 21/04/2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/tecnologia/as-inteligencias-artificiais-tornaram-o-ver-para-crer-obsoleto-e-agora/> Acesso: 09/09/2025.

WOLTON, Dominique. **Elogio do grande público:** uma teoria crítica da televisão. São Paulo: Ática, 1993.

A lógica ciberpublicitária da desinformação

*Sandro Tôrres*¹⁰⁰

Introdução

A chamada “Sociedade de Plataforma” (Van Dijck; Poell; De Waal, 2018) escancara novos desafios para compreensão das relações entre comunicação, sociabilidade, consumo e produção de sentido no mundo contemporâneo – e, dentre as complexidades que subjazem a essas articulações, reafirmam-se (mas também se aprofundam) as codeterminações entre tecnologia, cultura, política e economia, dado que as lógicas digitais vigentes operam sobre a circulação de informação de forma extremamente labiríntica, hermética e difusa, concentrando poder (majoritariamente nas mãos das famigeradas big techs), por um lado, e atordoando os debates públicos possíveis, por outro.

No meio desse estratosférico “ninho de mafagafos e mafagafinhos”, nos parece que a Publicidade pode ser enquadrada como dispositivo privilegiado para observação dos intrincados fenômenos aludidos, através da qual nos atrevemos a puxar um

100 Professor da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS), do Icict/Fiocruz, e-mail: sandro.torres@eco.ufrj.br

fio para tentar reduzir esse emaranhado e, pelo menos em parte, focar o que resta sob a trama confusa. Afinal, a Publicidade não apenas figura como a principal fonte de financiamento das plataformas digitais, mas, por isso mesmo e antes de tudo, orienta a estrutura dos seus modelos de negócio, seus regimes de organização e, enfim, suas arquiteturas algorítmicas, funcionando como instrumento norteador dos fluxos, hierarquias, classificações, seleções e direcionamentos.

Claramente, não nos referimos à publicidade enquanto substantivo simples – aquela que é facilmente reconhecível pelos sujeitos comuns e está secularmente emoldurada nos formatos midiáticos ordinários (filmes comerciais, spots, anúncios, cartazes etc – e, mais recentemente, nos novos feitos digitais, como cards, banners, publis etc), mas à Publicidade como campo de conhecimento que suscita diversos acionamentos teóricos (Wottrich, 2019) e que envolve uma série de agentes e agenciamentos, num conjunto que abarca processos e procedimentos, tanto quanto saberes e competências. Especificamente, tratamos a práxis publicitária na sua conformação estabelecida pelos imperativos da cultura digital em curso, de maneira que a temos designado por “ciberpublicidade” (Azevedo, 2012; Atem; Azevedo, 2013; Azevedo; Atem, 2024), a qual, em síntese, se pontua pela multidirecionalidade e pelo mimetismo da e na comunicação em rede, com vistas a explorar o ápice de seu tripé alicerçante: interatividade, relevância e experiência.

Se no passado (e historicamente), a Publicidade esteve cingida aos meios de comunicação de massa e ao modelo broad-

casting de distribuição de conteúdos (sob os quais se consolidou como máquina de persuasão em larga escala), a partir da virada do milênio, evoluiu para se adaptar à liberação do polo de emissão, à fragmentação das audiências e à emergência em escala de sujeitos comunicantes ativos – é neste sentido que a ciberpublicidade desponta como nexos da circulação de informação (e de desinformação!) nas plataformas digitais.

Em paralelo, a desinformação se firmou como um dos mais dramáticos transtornos enfrentados pela sociedade no século XXI: uma miríade de fake news, narrativas enganosas, teorias conspiratórias e toda sorte de discursos distorcidos se ocupam em manipular a opinião pública, gerar conflitos e, principalmente, produzir lucros – e, diga-se de passagem, com muito sucesso. O problema é de tal monta que a Organização das Nações Unidas (ONU) tem alertado repetidamente que a desinformação representa uma das maiores ameaças globais contemporâneas, com potencial para comprometer as necessárias ações para enfrentamento da crise climática e ameaçar a saúde pública e, no limite, a paz em todos os seus sentidos (ONU, 2025).

Assim, o que asseveramos aqui é a necessidade premente de incluir a Publicidade no cerne do debate sobre a desinformação, superando abordagens que a tratam exclusivamente como problema tecnológico ou moral. De outra forma, ao compreendermos a desinformação como questão correlacionada ao campo da Publicidade, fica possível evidenciarmos as responsabilidades estruturais que incidem na conformação do seu ecossistema e, ainda, caminharmos na direção do seu en-

frentamento, que passa, ao nosso ver, pelo papel do Estado na regulamentação e na regulação da comunicação em plataformas.

Da publicidade tradicional à ciberpublicidade em plataformas

Ao longo do século XX, a Publicidade amadureceu enquanto negócio, atividade e dispositivo discursivo, especialmente no contexto do avanço do capitalismo e da conformação da sociedade de consumo (Lipovetsky, 2007; Bauman, 2008). Neste percurso, estabeleceu seu cerne metodológico especialmente a partir de um funcionamento incontornavelmente alinhado à cultura de massa, ora se adaptando para se conformar, ora agindo para tensionar¹⁰¹. Dessa maneira, um modelo tradicional de publicidade (cf. Azevedo, 2012) se organizou especialmente orientado pela escassez de canais de comunicação (e pela restrição do acesso aos seus meios de produção) e, em consequência, pela unidirecionalidade das mensagens veiculadas, o que lhe permitia explorar públicos-alvo relativamente homogêneos, com comportamentos também relativamente estáveis, e, portanto, tendendo a funcionar como audiência passiva.

101 Tratamos aqui a Publicidade como campo, englobando tanto a publicidade comercial quanto a propaganda, esta mais associada à persuasão ideológica. Consideramos ainda que publicidade e propaganda não são mais que duas faces da mesma moeda, dado que, tal qual o próprio capitalismo, não permitem, na prática, dissociar suas dimensões econômicas das políticas, seu caráter mercante do doutrinário. Dessa forma, tanto quanto a publicidade, a propaganda caminhou pelas mesmas trilhas pavimentadas pela cultura de massa.

Entretanto, a revolução digital, que atravessou a virada do milênio e nos aturde até hoje, desestabilizou profundamente o *modus operandi* até então constituído na Publicidade, obliterando o seu aparelho já convencionado e lhe impondo novos protocolos de funcionamento. Diante de um ambiente comunicacional radicalmente distinto, da digitalização das mídias, da liberação do polo de emissão e de um público potencialmente ativo frente às informações circulantes em rede (apenas para citar algumas das mais dramáticas reconfigurações experimentadas nas últimas três décadas), emergiu um modelo contemporâneo de publicidade (cf. Azevedo, 2012), o qual temos designado por ciberpublicidade – e que opera notadamente a partir do eixo interatividade-relevância-experiência, sobretudo porque subsiste num cenário radical, que inclui a produção aceleradíssima de dados em escala exponencial, randomizados numa temporalidade maquínica (Couchot, 2003) e numa espacialidade desterritorializada (Lemos, 2009), atuando nos entrecruzamentos das vivências online e offline, e, sobretudo, agindo na convocação da audiência para o engajamento, a colaboração e o espalhamento dos conteúdos persuasivos engendrados.

Vale sublinhar que, ao se apropriarem das dinâmicas estratégicas dessa lógica ciberpublicitária, as marcas (especialmente as corporativas) esvaziam as possibilidades emancipatórias inscritas na rede que inocentemente teimam em povoar o imaginário do senso comum, mas que já perfilaram na forma de elucubrações teóricas e marcaram a aurora dos estudos da

chamada Cibercultura (Rüdiger, 2011). Se, mais recentemente, o pensamento crítico tem discutido com profundidade os perigos do “capitalismo de vigilância” (Zuboff, 2021) ou desmontado o “solucionismo tecnológico” (Morozov, 2018), as finuras do jogo em tela ainda são muito obscuras para os sujeitos médios, de modo que um ajustamento (Landowski, 2014) parece dominar o regime das interações estabelecidas nos tabuleiros digitais, porém, em verdade, as “trocas” se dão muito mais embaladas pelos regimes da manipulação e programação (Greibas, 2014), conforme já demonstramos anteriormente (Azevedo; Atem, 2024).

Ocorre que, destarte, coordenando tudo isso com a ascensão de um novo modelo de negócios que passa a operar globalmente a partir do fim da década de 2000 e que pode ser sintetizado sob a égide de um “capitalismo de plataforma” (Srnicsek, 2018), encontramos a chave de leitura para compreender como e porque a Publicidade superou um arranjo persuasivo baseado na autoridade de marca e repetição massiva (modelo tradicional), alcançando um sistema operacional que explora a colaboração das audiências, especialmente a partir da criação de vínculos simbólicos e da especulação de afetos (modelo contemporâneo / ciberpublicidade).

Caminhos ciberpublicitários da desinformação

Há muito já temos discutido a necessidade de repensar o campo da Publicidade a partir de suas transformações ontológicas e epistemológicas (Atem; Oliveira; Azevedo, 2014; Atem;

Azevedo; Abreu, 2017; Azevedo; Atem, 2024), considerando especialmente que a ciberpublicidade desloca a retórica publicitária para a circulação social dos sentidos, dada a convocação dos consumidores para a coenunciação, convertendo-os em produtores participantes e disseminadores de conteúdo. Com essa perspectiva, buscamos romper com uma visão instrumental da publicidade para compreendê-la como prática cultural complexa, atravessada por disputas simbólicas, em linha com o que também vem postulando Bruno Pompeu (2024), quando argumenta que é preciso tratar a publicidade não apenas como objeto de estudo ou de análise, mas como corpo teórico relevante, capaz de transpor seu próprio universo para dar conta de fenômenos do nosso tempo, que envolvem aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais.

Neste mesmo compasso, quando Laura Wottrich (2019) se propõe a distinguir “Publicidade” de “publicidade”, a primeira abarcando a segunda e mais toda sorte de conhecimentos e competências que envolvem as práticas efetivas de produção e circulação de discursos persuasivos, nos autoriza a empreender uma digressão na direção do circuito da desinformação e refletir como este se constitui justamente emulando os modos que caracterizam o fazer publicitário contemporâneo.

Ora, vejamos: já está claro que a desinformação está profundamente anelada às dinâmicas das plataformas digitais. Pesquisas desenvolvidas no Brasil, por exemplo as reunidas no trabalho de Recuero, Soares e Zago (2021), demonstram que o fluxo de fake news se apoia em estruturas de rede, na lógica do

engajamento e na ardilosa exploração de afetos, revelando sistemas estruturados de disseminação de narrativas persuasivas com finalidades políticas – e com fortes indícios de que são impulsionadas por atores influentes. Como também aponta o cerne das investigações realizadas no âmbito do NetLab, que estão disponíveis no site do laboratório de estudos de internet e redes sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro¹⁰², a desinformação está longe de ser mera reverberação descontrolada, efeito da liberdade opinativa proporcionada pela descentralização inerente à web, mas sim, ao contrário, trata-se de uma práxis organizada, que aponta para uma coordenação profissional que atua sob os princípios do marketing digital, com acurado planejamento estratégico de comunicação, ao modo como atuam as marcas corporativas na atividade ciberpublicitária.

Quando somamos o exposto à perspectiva da plataformização, conforme desenvolvida por Van Dijck, Poell e Nieborg (2018), se descortina uma compreensão incontornável: a desinformação só pode ser elucubrada na forma de um fenômeno estruturado, isto é, que opera com perícia acurada, mobilizando proficiência notável acerca do gerenciamento dos regimes de vigilância e visibilidade segundo critérios algorítmicos (Evangelista; Bruno, 2019) e da formatação de narrativas sensacionalistas, extremistas e/ou conspiratórias, sobretudo a respeito de posicionamentos políticos (Atem, 2022), com alto potencial de engajamento e, conseqüentemente, de multipli-

102 Ver: <https://netlab.eco.ufrj.br/publicações>.

cação de compartilhamentos, com vistas à manipulação de grupos sociais.

Mas isso interessa a quem?

Ciberpublicidade, desinformação e extrema-direita

Compreender o funcionamento do mecanismo contemporâneo de comunicação publicitária, que envolve basicamente a cadeia de criação, produção, edição, veiculação e monitoramento de conteúdos, deixou de ser uma exclusividade dos profissionais da publicidade. Se no passado, quando vigorava o modelo tradicional, a expertise da propaganda estava concentrada no estafe das agências de publicidade, atualmente, no contexto da cultura digital, o saber-fazer publicitário transborda e alcança até os sujeitos comuns.

E não é difícil entender o porquê, mesmo que de forma simplificada: antes, numa cultura de massa, o acesso aos meios de produção era extremamente dificultado, exorbitantemente custoso e exigia competências relativamente herméticas, ao passo que hoje, muito ao contrário, com um smartphone médio, por exemplo, é possível responder a praticamente todas as necessidades da manufatura publicitária. Além do mais, a lógica broadcast da publicidade massiva tornava o custo de veiculação proibitivo e, por isso, normalmente restrito a grandes marcas anunciantes – essa condição se alterou profundamente, porque a fragmentação das audiências, a “clusterização” generalizada e a distribuição dirigida por sistemas simples de segmentação barateou sobremaneira os valores da difusão

de conteúdos voltados para promoção, especialmente em ambientes digitais. Enfim, as próprias plataformas, como já dito aqui, têm na publicidade a sua principal fonte de receita e, por isso, as próprias gigantes da tecnologia não medem esforços para elas mesmas catequizarem o sujeito comum acerca das habilidades requeridas para operação da lógica publicitária nos seus ambientes (fora os incontáveis “tutoriais” disponíveis nas redes).

Dessa forma, a publicidade, de um lado, passou a ser acessível a toda sorte de negócios, independente do porte, exponencializando o número de anunciantes – rentabilizando ao máximo todo o potencial da chamada cauda longa (Anderson, 2006); e de outro, tornou-se uma atividade com know-how trivial, em várias situações cumprindo a máxima “do it yourself”.

Tudo isso explica, se não no todo, pelo menos numa parte significativa, a ascensão dos chamados “influenciadores digitais”, que, ao cabo, são indivíduos que imprimem um vigoroso percurso em direção a elevados índices de visibilidade justamente porque se notabilizam (de alguma forma) na criação, produção, edição, veiculação e monitoramento de seus perfis virtuais, o que alguns chamariam de “gestão da imagem pessoal”, mas que, na verdade, nada mais é do que a materialização da dupla condição de popularização da publicidade que acabamos de mencionar: tudo é anunciável (inclusive “você mesmo”) e qualquer um faz isso (de novo, inclusive “você mesmo”).

É claro que a mão de obra especializada da publicidade continua tendo o seu valor. As grandes marcas coexistem (e

disputam espaço) com qualquer dos “novos” anunciantes da rede, ao mesmo tempo em que corporações de peso requerem conhecimentos mais finos da operação publicitária em plataformas (e multiplataformas) para organização de campanhas mais complexas, tanto em escala, quanto em minúcias de estratégias. Assim, o lugar das agências de publicidade permanece garantido, apesar de que cada vez menos essas estruturas se autodenominam “agências de publicidade”, dando lugar a designações do tipo: “agência de performance”, “creative shop”, “content hub”, “strategy lab”, entre muitas outras.

Seja de qual tamanho for, mobilizando mão de obra especializada ou não, o fato é que a publicidade viu seus players se multiplicarem nas últimas duas décadas, principalmente. E, além dos já citados “influenciadores digitais”, uma área que chama atenção é o universo da política, incluindo figuras públicas (que não deixam de também ser influencers), partidos, bancadas, coletivos etc.

É claro que, desde sempre, uma das características inerente à política profissional é buscar o máximo possível de exposição midiática, o que se confere na proximidade que secularmente mantém com a imprensa, com o entretenimento, com as manifestações artísticas e com a mídia constituída em geral – no Brasil mesmo, é notório, inclusive, o tanto de concessões de rádio e TV que estão na mão de lideranças políticas, o que destacamos apenas para enfatizar o ponto. E, para muito além das famosas posições críticas frankfurtianas, a história das Teorias da Comunicação (Mattelart; Mattelart, 2015) elenca uma

série de observações, de diversas correntes de pensamento, que escancaram a intimidade que os vieses políticos estabelecem com as manifestações da expressão midiática, especialmente ao longo do século XX.

Assim, fazendo os elementos expostos neste item colidirem, nos parece decisivo remontar à trajetória de Steve Bannon, o “ícone do populismo de direita e ex-estrategista de Donald Trump” (O Globo, 2025), que já foi alvo de diversos estudos no âmbito da Ciência Política e da Sociologia da Comunicação e que acreditamos inaugurar um padrão que se espalhou, se capilarizou e se aprimorou, estabelecendo os parâmetros do fenômeno da desinformação na atualidade e, o que aqui mais nos interessa, articulando-o ao saber-fazer ciberpublicitário.

A despeito dos inúmeros detalhes significativos e da extensa participação do articulador em vários casos espalhados pelo mundo (não é nossa intenção – nem caberia aqui – fazer um inventário da sua história), o que nos convém de pronto é assinalar pontos-chaves que nos ajudam a desvendar nossa questão. Dessa maneira, especialmente a partir de 2012, quando Bannon assumiu a chefia do Breitbart News, nos Estados Unidos, passou operar um ecossistema midiático isolado, que frequentemente agendava a mídia tradicional a partir do volume de interações que alcançava, via de regra motivadas por desinformação (Benkler; Faris; Roberts, 2018), o que serviu de teste e inspiração do que seria a campanha presidencial de Trump na corrida eleitoral americana de 2016.

Antes disso, em 2014, então vice-presidente da Cambridge Analytica, Bannon já havia influenciado o Brexit, no Reino Unido, desenhando para a nova direita populista local um “arsenal de ciberguerra” a partir de procedimentos de microtargeting psicométrico, explorando uma explosiva relação entre big data e fake news, pautando, com isso, o debate público por meio de boatos e narrativas que acionavam o medo (Bez, 2018), o que, enfim, interferiu de forma indelével no resultado do sufrágio.

O que ocorreu durante a eleição para o executivo estadunidense em 2016 foi puro reflexo do refinamento dos métodos de Bannon, que produziu e distribuiu pela web uma enxurrada de notícias falsas, com tantas versões conflitantes, que qualquer perspectiva de verdade se esvaia, dando lugar somente à exacerbação das emoções do eleitorado (Illing, 2020). Ou seja, o objetivo não era fazer pessoas acreditarem numa mentira específica, mas sim inviabilizar a noção de verdade compartilhada, alcançando, com isso, um estado de confusão generalizada, que tornou os cidadãos mais vulneráveis aos apelos fáceis e populistas. É flagrante que a apropriação de estratégias de marketing digital é vetor da performance relatada acima, especialmente quando enquadramos que tudo se trata, no final das contas, de correlação entre discurso e dados.

Desde sua saída da Casa Branca em 2017, Bannon tem atuado em favor da união de partidos de extrema-direita em diversas frentes, com destaque para articulações na Europa (Magalhães; Caldeira Neto, 2024), região em que alinha desde Orban (Hungria) até Le Pen (França), mas também com fran-

ca influência no Brasil, onde mantém relação de proximidade com o bolsonarismo, atuando como conselheiro informal (Rossi, 2020) em favor de um projeto ultraconservador. Daí, fica fácil entender como uma máquina de comunicação digital se instalou no país, pilotando desde ataques sistêmicos às instituições democráticas até às urnas eletrônicas e ao processo eleitoral brasileiro como um todo.

O uso de disparos massivos por aplicativos de mensagens, a criação e manutenção de vários perfis para produção ininterrupta de conteúdos despejados (e impulsionados) em plataformas digitais, a atuação de diversos perfis (verdadeiros e falsos) hiper atuantes (engajando e multiplicando) entre outras manifestações de estratégias de marketing digital são a ponta do iceberg que revela o modelo contemporâneo de publicidade (ciberpublicidade) como arma a favor de um projeto ultraconservador que, enfim, representa a fonte da maior parte da produção de desinformação no território online e offline brasileiro.

Táticas ciberpublicitárias da desinformação

Desde meados da década de 2010, observamos aqui a consolidação de um ecossistema comunicacional composto por políticos profissionais, influenciadores digitais, páginas temáticas, canais de vídeo, perfis automatizados e grupos em aplicativos de mensageria privada. Essas redes vêm operando de maneira coordenada, ainda que descentralizada, explorando princípios típicos da ciberpublicidade: convocação à participa-

ção, estímulo ao engajamento, produção de experiências afetivas intensas e exploração estratégica da lógica algorítmica das plataformas.

Narrativas desinformativas sobre fraude eleitoral, ameaça comunista, corrupção sistêmica e valores morais, entre outras temáticas pseudoalinhadas à pauta conservadora, ganham proliferação, funcionando como verdadeiros slogans políticos. Esses conteúdos não apenas são sobrecarregados de informações falsas, mas, em face delas, convocam os sujeitos à ação, incentivando o compartilhamento e a mobilização, elementos centrais da lógica ciberpublicitária.

A maneira como funcionam as plataformas digitais vem bem a calhar para a eficácia dessas táticas, pois os sistemas algorítmicos orientados por métricas de engajamento privilegiaram conteúdos capazes de gerar reações intensas, independentemente de sua veracidade. Assim, a desinformação passou a operar como conteúdo altamente performático, em linha com os critérios de relevância algorítmica, sobre os quais a extrema-direita brasileira demonstrou notável capacidade de apropriação, produzindo mensagens simples, polarizadoras e afetivamente carregadas, facilmente convertidas em memes, vídeos curtos e slogans visuais.

Ainda, o sistema plataformizado aprofunda o problema ao integrar dados, métricas e monetização, afinal, cada interação dos usuários (curtidas, comentários, compartilhamentos, tempo de visualização) gera dados que retroalimentam sistemas algorítmicos, ampliando a visibilidade dos conteúdos mais per-

formáticos. A desinformação torna-se, portanto, economicamente funcional ao ecossistema das plataformas, como vem denunciando o já citado NetLab, porque gera mais tráfego, amplia a retenção de usuários e produz valor publicitário – ou seja, conteúdos enganosos se mostram altamente rentáveis.

Ora, a interatividade, a relevância e a experiência que caracterizam a ciberpublicidade subjazem nessas táticas acima elencadas. Senão, vejamos: as fantasias conspiratórias, incitação à xenofobia, exacerbação dos problemas de segurança pública, enfoque da violência, ameaça comunista, constrangimentos à família são todas temáticas que elegem o diferente como inimigo comum, ativando afetos (ódio, medo, indignação etc) e produzindo uma experiência, isto é, “o que nos acontece, o que nos toca” (Bondía, 2002). A partir de técnicas de microsegmentação, os temas “sensíveis” alcançam de forma granular uma massa de indivíduos, mas cada qual com o assunto que mais lhe toca, a partir do que revela seu perfil digital.

Essa experiência convoca para a interatividade: tocado, o indivíduo direciona sua carga emotiva (em alguns casos, em verdadeiro “curto-circuito”) para engajar, seja curtindo, comentando, compartilhando ou, num nível mais intenso, misturando o conteúdo, normalmente acrescentando mais camadas à ideia original. Dessa maneira, cada sujeito atingido pela mensagem se torna um coenunciador, que exerce papel ativo no processo publicitário que lhe atingiu, lhe capturou e lhe pôs a agir. Ou seja, o receptor convertido em coemissor funciona como uma engrenagem fundamental para dar escala à desin-

formação, mesmo que o conteúdo parta de impulsionamento – e isso precisa ser sublinhado, porque, se inicialmente o objeto comunicativo provém de uma fonte relativamente institucional (político, influenciador digital, site, canal etc), ao compartilhar, com acréscimos ou não, a fonte da informação (no caso, desinformação) passa a ser um sujeito comum, que, como é sabido, produz muito mais efeito de confiança na audiência, ampliando, com isso, a autenticidade do conteúdo, principalmente porque uma cortina fantasiada de legítimo “ativismo cidadão” acaba por ocultar possíveis outros interesses menos genuínos.

Ademais, na produção dessa teia de espalhamento de desinformação, outros players acabam por ser acionados – é o caso da imprensa (que pode, por exemplo, abordar o assunto na forma de fact-checking), outros sujeitos de viés político em polo oposto (que vão acabar comentando, mesmo que para achincalhar, mas, mesmo assim, alimentando o debate) e até instâncias legislativas ou jurídicas, que, impactadas por eventuais efeitos da desinformação, são instadas a atuarem, o que pode acabar por gerar mais “trends” acerca da temática do conteúdo.

Se, por um lado, todo esse tecido de comunicação revela mais um traço publicitário da estrutura da desinformação, porque layouts, formatos e canais são superados e o que se organiza enfim é um ecossistema publicitário (Perez, 2016); por outro, todo esse caminho enredado que a desinformação percorre produz relevância.

É assim que as informações falsas vão agendando a opinião pública, a mídia, e, principalmente, os algoritmos, que, em face desse circuito mirabolante, vai ranqueá-las e, de maneira irreprimível, ampliar o seu alcance e a sua cobertura, numa espiral ascendente infinita (até a próxima fake news). E, por nessa direção, a desinformação programa (no melhor sentido semiótico) temas, enquadra debates e redefine prioridades – e esse transbordamento só reforça a tese de que a desinformação opera segundo a lógica da publicidade contemporânea, cuja eficácia se mede pela circulação e pela capacidade de produzir efeitos sociais de grandes proporções.

Considerações provisórias

Creemos que só é possível finalizar esse texto com “considerações provisórias”, porque o texto acaba, mas o problema persiste.

Antes de mais nada, nos é muito caro frisar que definitivamente é preciso compreender a desinformação como um problema do campo da Publicidade, o que implica reconhecer sua responsabilidade estrutural na conformação do ecossistema comunicacional contemporâneo. Isso exige uma revisão crítica dos pressupostos éticos, epistemológicos e políticos que orientam o fazer publicitário, bem como o fortalecimento de abordagens críticas no interior do próprio campo – o que nos leva a outra questão candente: são inadiáveis as discussões (e as ações) acerca dos marcos regulamentares e regulatórios, seja da Publicidade (essa com “P” maiúsculo, e não aquele

substantivo comum que faz as leis incidirem apenas sobre o que o senso comum define por publicidade), seja das plataformas digitais.

Do ponto de vista da Publicidade, os limites da autorregulação se mostram evidentes, de modo que instâncias como o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR) mostram-se insuficientes para lidar com práticas comunicacionais difusas, distribuídas e fortemente mediadas por algoritmos, produzindo impactos significativos na ordem pública. Temos advogado que a criação de agências reguladoras pelo Estado, seja para fiscalizar as atividades publicitárias, seja para controlar a atuação das plataformas digitais, seja, enfim, para abarcar tudo isso (porque, afinal, está tudo entrelaçado), é a melhor estratégia de enfrentamento dos problemas que tratamos aqui.

Por fim, apontamos para a necessidade de serem aprofundadas as pesquisas interdisciplinares que articulem publicidade, política e tecnologia. A desinformação, entendida como prática ciberpublicitária, desafia o campo da Publicidade a repensar seus objetos, métodos e responsabilidades sociais. Ao enfrentar esse desafio, o campo pode contribuir de maneira decisiva para a construção de um debate público mais democrático, plural e comprometido com a cidadania.

Referências

Anderson, C. **A cauda longa**: do mercado de massa para o mercado de nicho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

Atem, G. N. Discurso e ideologia de las imágenes políticas recientes en Brasil. In: Contreras, F.; Marín, A. (orgs.). **Estudios visuales en Brasil**. Sevilla: Tirant lo Blanch, 2022, p. 99-120.

Atem, G. N.; Azevedo, S. T.; Abreu, F. Uma nova ontologia da publicidade. In: Covalski, R. (org.). **E-book do VIII Propesq-PP**. Recife: UFPE, 2017.

Atem, G. N.; Azevedo, S. T.; Oliveira, T. M.; Burrowes, P. C.; Tavares, M. A.; Alves, D. C.; Gonçalves, A. P.; Loureiro, C. B.; Artemenko, N. P. Ciberpublicidade e a estética da transparência. In: **Anais do 38º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, 2015.

Atem, G. N.; Oliveira, T. M.; Azevedo, S. T. (orgs.). **Ciberpublicidade: discurso, experiência e consumo na cultura transmidiática**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2014.

Azevedo, S. T. A ciberpublicidade como novo modelo de fazer publicitário: análise da campanha “Quem faz nossa história é você”. In: **Anais do 35º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, 2012.

Azevedo, S. T.; Atem, G. N. Ciberpublicidade, discurso e poder: desdobramentos do modelo contemporâneo de fazer publicitário. In: Trindade, E.; Alves, M. C. D.; Perez, C. (orgs.). **Mídia, publicidade e desafios do contemporâneo**. São Paulo: ECA-USP, 2024, p. 15-30.

Bauman, Z. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

Benkler, Y.; Faris, R.; Roberts, H. **Network propaganda: manipulation, disinformation, and radicalization in american politics**. New York: Oxford University Press, 2018.

Bez, A. S. **Steve Bannon e as eleições fake**. Le Monde Diplomatique Brasil, 23 out. 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/steve-bannon-e-as-eleicoes-fake/>, acesso em: 15 set. 2025.

Bondía, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>, acesso em: 16 set. 2025.

Couchot, E. Reinventar o tempo na era do digital. **Ciberlegenda**, n. 12, p. 1-13, 2003. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36737>, acesso em: 11 set. 2025.

Covaleski, R. **Publicidade híbrida**. Curitiba: Maxi, 2010.

Evangelista, R.; Bruno, F. WhatsApp and political instability in Brazil: targeted messages and political radicalisation. **Internet Policy Review**, [S. l.], v. 8, n. 4, p. 1-23, 2019. Disponível em: <https://policyreview.info/articles/analysis/whatsapp-and-political-instability-brazil-targeted-messages-and-political>, acesso em: 12 set. 2025.

Greimas, A. J. **Sobre o sentido II**: ensaios semióticos. São Paulo: Edusp, 2014.

Illing, S. **'Flood the zone with shit'**: how misinformation overwhelmed our democracy. *Vox*, 16 jan. 2020. Disponível em: <https://www.vox.com/policy-and-politics/2020/1/16/20991816/impeachment-trump-propaganda-steve-bannon-fake-news>, acesso em: 15 set. 2025.

Landowski, E. **Interações arriscadas**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2014.

Lemos, A. Cibercultura como território recombinate. In: Trivinho, E.; Cazaloto, E. (orgs.). **A cibercultura e seu espelho**: campo de conhecimento emergente e nova vivência humana na era da imersão interativa. São Paulo: ABCiber; Instituto Itaú Cultural, 2009, p. 38-46.

Lipovetsky, G. **A felicidade paradoxal**: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Magalhães, D.; Caldeira Neto, O. As vias de transnacionalização da ultradireita brasileira. **CEBRI-Revista**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 11, p. 101-117, jul./set. 2024. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/artigo/173/as-vias-de-transnacionalizacao-da-ultradireita-brasileira>, acesso em: 15 set. 2025.

Mattelart, A.; Mattelart, M. **História das teorias da comunicação**. 18ª ed. São Paulo: Loyola, 2015.

Morozov, E. **A crítica política na era do capitalismo de dados**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

O Globo. **Quem é Steve Bannon, ex-estrategista de Trump que gerou polêmica ao fazer gesto considerado nazista**. Rio de Janeiro, 22 fev. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2025/02/22/quem-e-steve-bannon-ex-estrategista-de-trump-que-gerou-polemica-ao-fazer-gesto-considerado-nazista.ghtml>, acesso em: 15 set. 2025.

ONU. **Disinformation is a global risk. so why are we still treating it like a tech problem?** Blog, 20 ago. 2025. Disponível em: <https://undco.org/stories/disinformation-global-risk-so-why-are-we-still-treating-it-tech-problem>, acesso em 14 set. 2025.

Perez, C. Ecosistema publicitário: o crescimento signico da Publicidade. In: **Anais do 39º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, 2016.

Pompeu, B. Das teorias da comunicação e do consumo à defesa do estatuto de teoria da publicidade. In: **Anais do 33º Encontro Anual da Compós**, 2024. Niterói: Galoá, 2024.

Recuero, R.; Soares, F. B.; Zago, G. **Desinformação, redes sociais e eleições**. Salvador: EDUFBA, 2021.

Rossi, M. **Os laços do clã Bolsonaro com Steve Bannon**. El País, São Paulo, 20 ago. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/>

brasil/2020-08-20/os-lacos-do-cla-bolsonaro-com-steve-bannon.html, acesso em: 15 set. 2025.

Rüdiger, F. **Teorias da cibercultura**: perspectivas, questões e autores. 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

Srnicek, N. **Capitalismo de plataforma**. São Paulo: Boitempo, 2018.

Van Dijck, J.; Poell, T.; De Waal, M. **The Platform Society**: public values in a connective world. Oxford: Oxford University Press, 2018.

Wottrich, L. **Publicidade em xeque**: práticas de contestação dos anúncios. Porto Alegre: Sulina, 2019.

Zuboff, S. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.



PARTE II

HISTÓRIAS DA COMUNICAÇÃO:
ENTRE A POBREZA HUMANA E
INFORMACIONAL

Desinformación y pandemias en la España del siglo XX al XXI: de la gripe española al covid-19 en la prensa

*Concha Langa Nuño*¹⁰³

Para entender el interés que tiene este objeto de estudio que-remos comenzar con las palabras de nuestros colegas Antonio Laguna y Francesc Andreu Martínez Gallego (2023, p. 262): “El desconocimiento de la amenaza se convierte en el mayor promotor de inseguridades y temores”. El miedo al sufrimiento y la muerte que conllevan las enfermedades, y más cuando son contagiosas, es un buen caldo de cultivo para el miedo y para la búsqueda de respuestas, muchas veces inventadas o manipuladas. Son, por tanto, un buen caldo de cultivo para la desinformación. Es lo que ocurre con la Epidemia de gripe de 1918-20 que asoló buena parte del planeta y que fue conocida con el “desinformado” y extendido nombre de Gripe española. Es lo que volvió a ocurrir en 2020 con el Covid.

España ha tenido que soportar el estigma de que la mayor crisis médica del siglo XX fuese denominada “Gripe española”. Tenemos que recordar que España, al ser neutral en la Primera Guerra Mundial, no tuvo restricciones a la información sobre la epidemia y que ese es el motivo por el que, al informar pri-

103 Universidad de Sevilla, España.

mero sobre la gripe que ya campaba en muchos países bajo censura por la guerra, tuviese el triste mérito de ser la primera en hablar de la enfermedad. Por eso otros países después la denominaron española, por ser las primeras noticias las provenientes de este país. Porras Gallo (2020, p. 69) puntualiza que el motivo es que España fue el primer país en declarar la epidemia, siguiendo la ley de 1904 que hacía de la gripe una enfermedad de declaración obligatoria. Sea como fuese, pronto se utilizó este nombre en la prensa centroeuropea y finalmente fue la Royal Academy of Medicine de Gran Bretaña la que consolidó el nombre, “quedando asociada para siempre a nuestro país, pese a que virólogos y epidemiólogos afirmen que no se originó en España” (Trilla, Trilla y Daer, 2008).

Antes de consensuarse el nombre, en un principio en muchos países se le asoció a otras denominaciones dependiendo de su contexto: “en Alemania se llamó ‘gripe de Flanders’; en Senegal, ‘gripe brasileña’; en Brasil fue denominada ‘gripe alemana’ y en Polonia, la ‘gripe bolchevique’” (Rubiano, 2022, p. 264). Además de nombres como “ispanka, la grippe espagnole, die Spanische Grippe, spanish flu o spanish lady” (Hurtado, 2022, p. 4), entre otros, como veremos.

El interés por estudiar en este libro este fenómeno como antecedente de la epidemia actual de desinformación sobre salud viene de ser la primera crisis sanitaria que recibió una amplia cobertura en la prensa (Hurtado, 2022, p. 1). Primera gran pandemia mundial, fue provocada por un virus de la gripe tipo A (subtipo H1N1). Su expansión estuvo directamente

relacionada con el movimiento de tropas y ciudadanos de la Primera Guerra Mundial (IGM) y fue la primera pandemia que estuvo cubierta por el gran y único medio de comunicación de la época: la prensa. La pandemia provocó entre 50 y 100 millones de muertos, superando las muertes de la IGM, en especial en la población joven.

Como ya indicamos el nombre con el que fue conocida esta pandemia, Gripe española, ha sido uno de los primeros frutos de la desinformación que se ha mantenido en el tiempo hasta día de hoy. Actualmente se sigue discutiendo su origen. Hace unos años se afirmó que la gripe se originó en Estados Unidos en marzo de 1918, entre soldados en Kansas, y que fueron esas tropas norteamericanas las que llevaron el mal a Europa. Hoy se habla de un posible origen en China, el invierno anterior, y se habría difundido por todo el mundo debido a la movilización del Cuerpo de Trabajadores Chinos (Porrás, 2020, p. 39).

1. La pandemia en España

En el caso español, la gripe llegó, muy probablemente, por los emigrantes españoles que volvían de la vendimia en Francia (también portugueses de paso a su país, aunque estos iban en tren y por tanto aislados). También se señala en los estudios la zona fronteriza vasca, por la visita habitual de franceses para abastecerse en territorio español (Lizárraga, 2021, p. 29).

España repitió las tres oleadas que tuvieron lugar a nivel mundial. La primera, la menos mortífera pero más contagiosa, afectó principalmente a soldados en los frentes. La segunda

fue “la más mortífera del mundo, afectó no solo a los soldados de los ejércitos combatientes, sino a la población civil; y, finalmente, la tercera y última oleada tuvo menos vehemencia que la anterior, y mostró que la pandemia estaba llegando a su fin” (Rubiano, 2022: 262). En España la primera ola se localiza en la primavera de 1918 (mayo y junio principalmente); la segunda en el otoño del mismo año (septiembre a noviembre); y la tercera en el primer trimestre de 1919.

Según los datos del Instituto Nacional de Estadística en 1918 hubo 160.552 víctimas mortales directas de la gripe desglosadas en 147.060 en provincias y 13.492 en capitales de provincia. Barcelona fue la capital española con más muertos de gripe (1.557), seguida de Valencia (1.087) y Madrid (948). Las capitales menos afectadas fueron Cáceres (17 muertos), Cuenca (22) y Teruel (29). Según Trilla et al. (2008) el número total de personas que murieron de gripe en España se ha estimado en 186.000 (147.114 en 1918, 21.235 en 1919, y 17.825 en 1920). Sin embargo, es muy probable que fueran más de 250.000 los fallecidos en la epidemia de gripe. A ello hay que unir que el índice de crecimiento de la población española en 1918 fue negativo ya que hubo una pérdida neta de 83.121 personas

El gobierno español había estado a punto de crear una ley de epidemias en 1914 pero finalmente no lo había hecho. En ese momento estaba en vigor la Instrucción General de Sanidad de 1904 que regulaba también cómo debía efectuarse la declaración de una situación de epidemia y cómo actuar ante esa contingencia. Correspondía a la Real Academia Nacional

de Medicina evaluar los brotes epidémicos y establecer si la enfermedad responsable del mismo pertenecía al grupo 1º o al grupo 2º de entidades: exóticas y desconocidas o infecciones “que de manera periódica u ocasional tenían lugar en climas como el nuestro. Precisamente, una epidemia de gripe como fue la de 1918-1919 pertenecería a este segundo grupo” (Porras, 2020 p. 69). La gripe era de declaración obligatoria y el gobierno podía efectuar la declaración oficial de una epidemia solo con el informe del inspector municipal y de la Junta municipal de Sanidad del lugar en el que se iniciara el brote epidémico, comunicándolo al inspector provincial de Sanidad, para que este lo trasladase a la Junta respectiva y al gobernador de la provincia. El proceso requería una buena comunicación y reportar diariamente las actuaciones realizadas, por eso, y dadas las carencias de muchas zonas de la geografía española, no era tan factible su puesta en práctica. Según Porras fue frecuente, sobre todo en el entorno rural, que los alcaldes no comunicaran el brote epidémico y se negaran “a admitir que existiera una epidemia en la localidad y, por tanto, a adoptar las medidas necesarias para combatirla”. Además, añade Porras que ese comportamiento “fue bastante general, incluyendo ciudades grandes como Madrid” (Porras, 2020, p. 70).

A lo anterior hemos de añadir la complicada coyuntura en que se encontraba España. La IGM había provocado, tras una primera euforia económica al convertirse en proveedor de ambos bandos en contienda, una terrible crisis social por la subida desorbitada de precios frente a unos salarios estan-

cados, lo que no permitían una vida digna a los trabajadores. Además, el final de la guerra produjo una durísima crisis económica al perderse los mercados europeos y esto llevó a una subida enorme del paro. La desesperada situación motivó una oleada de huelgas en un ambiente de gran activismo político al calor de las noticias de la Revolución bolchevique. Tanto es así que los años que van entre 1918 y 1920 se conocen como el Trienio bolchevique en España. Las oleadas de huelgas fueron también un caldo de cultivo para el virus al provocar grandes aglomeraciones. Esos problemas, por la crisis económica y social, fueron agravados por la pandemia ya que aumentó el desabastecimiento en las ciudades y la falta de mano de obra en servicios básicos, lo que llevó en que en algunas se pidiera guardar la leche para los niños y enfermos.

Por otro lado, la pandemia chocó con la falta de miras de las autoridades locales. Las aglomeraciones en los espacios públicos contribuyeron a que la epidemia se agravara de manera exponencial. Estas se efectuaron en espacios de sociabilidad, como teatros, plazas, campos de fútbol, además de escuelas. En algunas localidades lo impopular de prohibir las fiestas patronales el verano de 1918 llevó a no hacerlo. En los lugares donde las autoridades tomaron medidas se encontraron con la oposición de ciertos sectores sociales. Así ocurrió con los empresarios teatrales y taurinos que protestaron por el cierre de los teatros y las plazas de toros. No fue raro que las contradicciones abundasen: por ejemplo en Granada se levantó la prohibición de celebrar funciones de teatro en locales cerra-

dos para celebrar una que recabase fondos contra la epidemia (Martínez Gallego y Laguna, 2023, p. 276)

A esas contradicciones contribuyeron muchos miembros de la Iglesia católica, siendo una de las oposiciones más duras y que tuvo en algunas zonas consecuencias terribles. Según Betrán (2009) a la Iglesia se le pidió restringir los servicios religiosos y adoptar otras medidas como procurar que el viático se administrara discretamente para no atemorizar más a la población, o acelerar el rito funerario, además de evitar que los besamanos a imágenes o las estolas de los sacerdotes, etc. No sirvió de nada pues muchos obispos (como los de Zamora o Valladolid) llamaron a los fieles a unirse a actos multitudinarios para pedir rogativas a los santos con el fin de que intercedieran para acabar la pandemia. Además, si se desautorizaban estos actos litúrgicos, se amenazaba a la comunidad con excomunión.

1.2. La pandemia en la prensa

Hace ya varias décadas que la prensa está aceptada y muy utilizada como fuente para los estudios históricos, además de haberse convertido en un objeto de estudio en sí misma. Como indica Pablo Fernandez Ramos (2017, p. 470): “La encarnación concreta del medio de comunicación en forma de publicación periódica, y la constitución de esta como archivo de lo cotidiano, ofrece al investigador una mirada al pasado de carácter único, inencontrable en cualquier otra fuente”. La pandemia de 1918 es un buen ejemplo y existen algunos trabajos, no muchos,

que desde el espacio español han trabajado la enfermedad y sus consecuencias.

Para el caso español contamos con varios estudios sobre la cuestión médica y estudios locales que utilizan la prensa como fuente.

Sobre los estudios relacionados con la sanidad el más relevante es la tesis doctoral de Laura Almudéver titulada *La epidemia de gripe de 1918 y los profesionales de Enfermería. Análisis a través de la prensa española* (2016). Su trabajo nos ofrece gran cantidad de datos de interés que citaremos en este capítulo. Se completa con el artículo que firmó Almudéver con Campoa y Camaño Puiga (2022) sobre los anuncios relacionados con la epidemia.

Asimismo, ofrece gran interés el artículo de José Luis Duro Torrijos y José Tuells que se centró en analizar la epidemia en la revista *España médica* (2015). Es una investigación interesante porque se trata de una revista profesional y nos da la opinión de la clase médica. Se analizaron 43 números de la revista (semanal entonces) y se comprobó que los 77 artículos sobre el asunto se concentraron en las etapas de mayor recrudecimiento de las tres oleadas epidémicas, en especial en la más mortífera de todas que fue la segunda. También nos parece reseñable que la revista intentase combatir los bulos sobre la enfermedad.

Sobre la prensa en sí misma, encontramos el artículo de Hurtado sobre los nombres que se usaron para denominar la enfermedad en el periódico *El Imparcial* (2022). A este se une el

de Laura González Díez, Mario F. Benito Cabello y Pedro Pérez Cuadrado (2022) sobre las viñetas de Aguirre en El Fígaro.

En general los estudios se centran en narrar cómo se vivió la epidemia en la ciudad o provincia a partir de la información periodística. Pocos hablan del tema de la desinformación, excepto la monografía que más profundiza que es la de Antonio Laguna sobre Valencia (2021). Laguna también ofrece junto a Martínez Gallego una imagen de conjunto para España de enorme valor (2023).

El resto de trabajos se centran en ciudades o lugares concretos. Pocos hablan de la desinformación. Así, el trabajo de Miriam Salinas y María Verónica de Haro (2023, pp. 311-326) sobre la epidemia en dos periódicos murcianos, El Liberal y El tiempo, encuentran solo 6 casos de desinformación en el periódico El tiempo en 286 piezas periodísticas estudiadas. Por su parte, el interesante estudio de Julio Yanes (2023, pp. 293-309) para las Canarias consigue gracias a la prensa y los archivos rehacer los números de la mortandad de la enfermedad en las islas. Según el profesor Yanes el número mayor de muertes tuvo lugar en la isla de La Palma. Precisamente existe otro trabajo de Juan José Rodríguez sobre la pandemia en esta isla canaria (2023, pp. 327-344). Sobre la ciudad fronteriza de Irún escribe Kepa Lizárraga Sainz, del Museo vasco de Medicina, de interés por ser un posible foco de entrada de la enfermedad (2021, pp. 27-34). Asimismo, hay publicada una obra para Alicante coordinada por Josep Bernabeu Mestre (1991), pero no hemos podido consultarla.

Como ya indicamos el estudio local más relevante es que para Valencia realizó Antonio Laguna (2021) escrito a raíz de la pandemia del coronavirus y que fue, como veremos, el que más incidió en la desinformación. Además, tiene además la virtud de acudir a la historia de las emociones, incluyendo el miedo como elemento necesario para entender el tipo de información y las reacciones que la enfermedad motivó: “Este es un trabajo donde el miedo tiene más peso que el análisis de la muerte, a pesar del inseparable vínculo que les une” (p. 18)

En general, los estudios evidencian que fueron noticias locales las que mejores datos ofrecen, como el caso de algunas cartas sobre los estragos que se estaban produciendo, aunque no fue una información realmente de calidad. A veces la información es indirecta, como por ejemplo la presencia masiva de esquelas en las páginas de los diarios, o las críticas políticas por la falta de hospitales de médicos o de medicinas. Había también poca información oficial más allá de los bandos municipales sobre higiene limpieza viaria. Por el contrario seguían insertándose las secciones de sociedad con información sobre espectáculos, reivindicaciones de lo que podríamos llamar normalidad. Al menos así fue así hasta el pico de la pandemia en octubre (Laguna, 2021, p. 28).

Para un mejor conocimiento de la información sobre la pandemia en la prensa queremos comenzar con datos de la tesis de Laura Almudéver (2016) pues es la que realiza un análisis

más exhaustivo de los medios de la época, aunque esté enfocada en la relación de la gripe con los profesionales de enfermería. La autora analizó 66 cabeceras alojadas en la Hemeroteca digital de la Biblioteca Nacional de España (HDBN). El trabajo ofrece una buena idea de la cantidad de información que sobre la pandemia publicaron los periódicos. Reproducimos los diez periódicos que más artículos publicaron sobre la pandemia.

Listado de 66 títulos de la HDBN, tras 1er criterio de exclusión.

Periódico	1918	1919	1920	Total
1. <i>La Acción</i>	365	365	317	1.047
2. <i>La Correspondencia de España</i>	365	359	317	1.041
3. <i>El Imparcial</i>	363	356	317	1.036
4. <i>El País</i>	365	353	315	1.033
5. <i>La Época</i>	360	354	317	1.031
6. <i>El Heraldo</i>	365	354	310	1.029
7. <i>El Sol</i>	360	314	158	832
8. <i>El Globo</i>	343	159	259	761
9. <i>La Esfera</i>	52	52	53	157
10. <i>La Unión Ilustrada</i>	52	52	53	157

Fuente: Laura Almudéver, 2016, p. 373.

Como puede comprobarse los seis primeros están cerca el en número de textos publicados sobre la enfermedad, superando los mil. Entre el octavo y los siguientes hay ya una gran diferencia en el número de textos insertados. Además de estos periódicos en la HDBN, también analiza otros periódicos de gran relevancia e influencia en la España del momento como ABC (que insertó 681 informaciones), El Sol (885), La Corres-

pondencia de España (734), El Imparcial (631), o el barcelonés La Vanguardia (838) que analiza en otras tablas demostrando la gran atención que también proporcionaron al asunto (Almudéver, 2016, p. 389-390). Volveremos a Almudéver para conocer los productos publicitados para curar la enfermedad.

Siguiendo un orden cronológico, las primeras noticias sobre la enfermedad aparecieron en la prensa madrileña hablando de una gripe, aunque indicando que tenía carácter leve y que estaba afectando a gran cantidad de personas (ABC, 22-5-1918, p. 22, en Gil, 2002). Para primeros de junio las informaciones ya eran numerosas y alarmantes en muchas ciudades españolas. No obstante, para finales de julio se daba por superada.

En esta primera fase no hubo conciencia del peligro de una enfermedad todavía benévola. Los periódicos dedican sus portadas a la guerra y la información sobre la gripe iba en páginas interiores con la información local. En un primer momento se pedía calma y se le quita importancia. Nos parece un gran ejemplo el artículo de El Liberal de 30 de mayo de 1918, recogido por Rubiano (2022) titulado “No hay razón para alarma” en el que indicaba que no había que ponerse pesimistas ni exageradamente serios:

En las últimas veinticuatro horas se ha notado en el barómetro espiritual del vecindario madrileño un descenso de confianza y serenidad [...] No hay que ponerse exageradamente serios, repetimos, ni sacar de quicio una enfermedad que es la de todos los cambios de estación, en Madrid y en todas partes, aunque al presente se ofrezca un poco más agudizada.

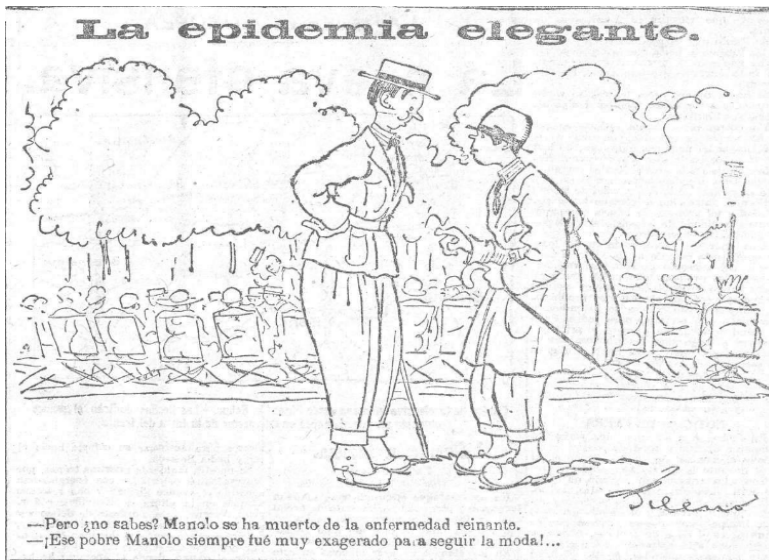
Sobre la forma de denominar la enfermedad Hurtado (2022) nos ofrece interesantes explicaciones. Lo más habitual fue denominarla “epidemia reinante” aunque también se utilizó “la epidemia de moda” o con apelativos que señalaban su naturaleza desconocida: misteriosa, extraña, desconocida. Otras formas de designarla evidencian su propagación pues se le llamó “Enfermedad actual”, o “de moda”. También se acudió a la palabra gripe, o afección gripal o se le llamó mal “e incluso cucaracha por la facilidad con que se reproducía”. Pero el curioso nombre que se expandió en Madrid fue el de “Soldado de Nápoles” pegadiza pieza de la zarzuela de moda entonces llamada La canción del olvido. Añade Hurtado que sin embargo el apelativo más habitual fue reinante:

Pero el adjetivo más utilizado fue reinante. La denominación epidemia reinante o enfermedad reinante era especialmente oportuna, ya que se dio la circunstancia de que el mismo rey Alfonso XIII cae enfermo ya desde el principio de la epidemia. Si el rey está enfermo, ¿quién reina? (2022, p. 8)

El humor siguió estos nombres y jugó con ellos con gran ironía, aunque la gripe no fuese una temática muy esgrimida¹⁰⁴. En esa primera etapa las viñetas tratan de la “epidemia de moda” o juegan con el desconocimiento de los orígenes de la

104 Según González, Benito y Pérez, (2022), el número de chistes gráficos sobre la epidemia fue muy minoritario: un 6% en El Heraldo de Madrid; solo 4 de las 82 de El Sol. La excepción es el periódico La Acción cuya sección de humor gráfico es muy relevante e innovadora, incluyendo el color. Incluso en El Figaro, caso que estudia, son solo 11 de más de 300.

enfermedad. Pasamos a ver dos ejemplos: En primer lugar, reproducimos la viñeta de Sileno (seudónimo de Pedro Antonio Villahermosa) en Heraldo de Madrid de 29 de mayo de 1918 en el que se juega con la idea de que la enfermedad era una moda y para ser elegante había que ir a la moda (González, Benito y Pérez, 2022).



Fuente: Heraldo de Madrid, 29-5-1918, p. 2. Biblioteca Nacional de España

Un segundo ejemplo es una viñeta de Luis Bagaria. Este magnífico e innovador caricaturista nos muestra un pequeño monstruo, el culpable de la enfermedad, al que dos biólogos preguntan quién es. La viñeta que se publicó en el diario madrileño El Sol el se inserta debajo de la información sobre la

gripe o enfermedad de los tres días como en esa primera etapa también se le llama. La viñeta señala la desesperada búsqueda del causante de la enfermedad, y el titular de la noticia nos da otro dato que fue habitual en la primera etapa de la epidemia: la creencia que esta gripe estaba relacionada con el bacilo de Pfeiffer.



Fuente: El Sol, 7-6-1918, p. 1. Biblioteca Nacional de España

Son dos de las muchas muestras en las que se ve como en esta primera ola los humoristas gráficos se tomaron la infección con humor. Aún no había miedo, solo preocupación.

Ya en esta primera etapa encontramos las primeras quejas de médicos españoles porque se le llamara gripe española. Hemos localizado la primera cita en El Debate explicando que en los periódicos alemanes se hablaba de una “gripe española” (4-7-1918, p. 2). ABC publicó un artículo en julio asimismo criticando este punto con ironía por llamarla Die Spanische Krankheit o la enfermedad española: “como si fuera inventada por nosotros, o como si fuera natural y vecina de Vallecas” (28-7-1918, p. 3.).

Cuando llegue la segunda ola de la epidemia al principio no se informa o se informa de forma muy leve, hasta que llega el pico de octubre en el que se comprueba que esta ola es muy mortífera. Según Porrás, quizás al principio no se informó “por no alarmar a la población”, aunque ve más plausible que “se estuviera produciendo la ocultación de datos por parte de las autoridades municipales para no perjudicar a los intereses locales” (2020, p. 197). Cita un texto de El Heraldo de Madrid del 4 de octubre en el que este manifestaba “que ya no se podía callar más” pues se estaba “bajo los efectos de una epidemia muy seria y, al parecer, de carácter gripal”. En esas condiciones, según el diario no se debía falsear la verdad, ni tampoco se debía tranquilizar “con el engaño, sino con la actuación y los hechos” (El Heraldo de Madrid, 4-10-1918, en Porrás, 2020, p. 197).

Es entonces cuando las noticias suspendiendo clases, festejos y actos sociales revelan una percepción más trágica sobre lo que está ocurriendo. Las esquelas mortuorias en los periódicos son un buen barómetro sobre la gravedad de la enfermedad. La severidad de la situación también se observa en cómo las noticias comenzaron a aparecer en las portadas, aunque aún mezcladas con informaciones políticas y sociales.

Y es que la epidemia principiaba a provocar otros problemas graves. Problemas de abastecimiento por la imposibilidad de realizar transportes agudizaron la escasez de materias primas y provocaron la parálisis de buena parte de la industria y de la agricultura de exportación. Esto fue empeorado con la especulación de los productos de primera necesidad, incluyendo fármacos, lo que indujo una descontrolada alza de precios que condenará al hambre a buena parte de la población (Laguna, 2021, p. 33). La respuesta social en forma de huelgas, protestas y luchas de todo tipo no obtendrá más respuesta que la represión. Como indica Laguna, “La gripe mató, pero también lo hizo el hambre y las balas de la Guardia Civil contra los que protestaban” (2021, p. 35).

Aparecieron críticas al gobierno por su falta de acción frente al problema. En este sentido, Lizárraga (2021, p. 31) cita el artículo del diario tradicionalista vasco *El Correo Español*, de 30 de septiembre, amonestando al primer ministro García Prieto porque no se hubiesen cerrado las fronteras. En “La epidemia que viene de Francia” indicaba que en las zonas fronterizas se hablaba de la existencia de una gran epidemia en Francia

que se estaba extendiendo rápidamente en San Sebastián: “de Francia vienen viajeros sin ser sometidos á (sic) ninguna precaución sanitaria en la frontera”. Las noticias desmentían las afirmaciones del gobierno sobre que “no es posible que la epidemia proceda de los viajeros portugueses que, procedentes de Francia, van á (sic) su país cruzando España, porque los trenes en que viajan quedan aislados en las estaciones”. Finaliza el artículo denunciando la “negligencia gubernativa”.

Las críticas empezaron a generalizarse. El madrileño *El Liberal* afirmaba a mediados de octubre:

“Ocultar la verdad y seguir confiando en el celo del ministro de la Gobernación y de las autoridades a sus órdenes, sería faltar a nuestros deberes, abandonar la defensa del interés público, engañar al vecindario y dar motivo a que dejaran de adoptarse precauciones por parte de las familias” (*El Liberal*, 15-10- 1918, citado por Porras, 2020, p. 198).

Sin embargo, en general, según Laguna, la prensa, en vez de optar por el sensacionalismo poniendo nombre al drama, optó mayoritariamente por la descripción de los acontecimientos en clave impersonal. Cifras, lugares y opiniones de autoridades médicas nutrieron buena parte de las informaciones (2021, p. 25). También ahora se explicaron con todo lujo de detalle los problemas, la mortandad, las acciones de las autoridades prohibiendo clases o corridas de toros, etc. Los colegios comenzaron a abrirse de nuevo a mitad de noviembre cuando la epidemia empezaba a remitir. También se informó de la falta

de alimentos (las autoridades de algunas ciudades exigen que la leche se destine para los enfermos). En octubre, cuando se disparó el número de muertos se impuso la censura. Es muy difícil saber el número de fallecidos. A finales de noviembre, cuando la epidemia ya parecía estar superada, se rendía homenaje a los médicos y facultativos.

“En la Gaceta de Madrid se publica una Real orden circular para proporcionar pensión a viudas y huérfanos de facultativos fallecidos a consecuencia de los servicios extraordinarios prestados contra la epidemia declarada oficialmente” (Laguna, 2021, p. 18).

Efectivamente, la Revista Médica es otro buen termómetro para observar la preocupación del sector sanitario en esta fase. Cuando la segunda ola reveló la dureza del mal, y se multiplicó la necesidad de buscar remedios médicos para frenarla, muchos facultativos escribieron a la revista a la sección “Cartas al director” con sus opiniones. Además, el medio entrevistó a los más reputados especialistas. Cuando la enfermedad recrudeció la revista fue muy crítica con la actitud del gobierno y las medidas tomadas. Al mismo tiempo, su director, el pediatra José Ignacio Eleizegui, (a veces bajo el seudónimo Dr. Cauterio) se sumergió en una defensa de la clase médica:

“Cada día me trae el correo la triste noticia del fallecimiento de un querido compañero que sucumbe a la gripe, adquirida por contagio en el cumplimiento de su deber. [...] ¿Con qué premia el Estado el heroísmo de estos compañeros que mueren por salvar la vida del prójimo?”

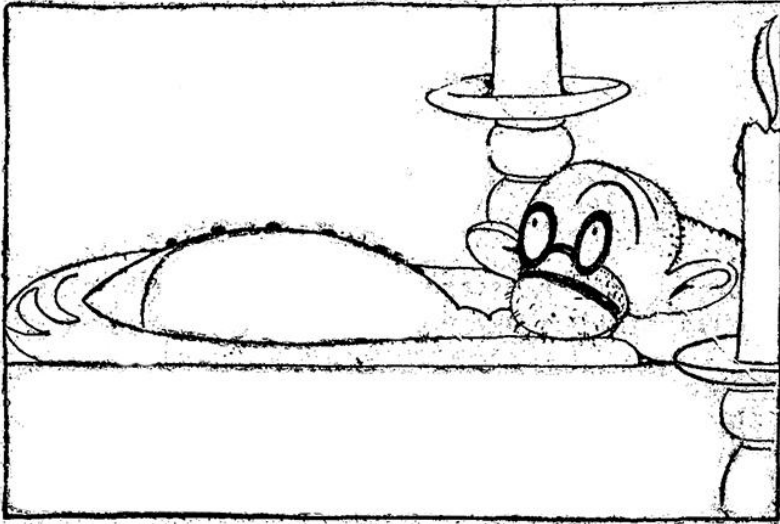
[...] ¡Con nada!”. (“En favor de los médicos”. España Médica. Núm. 280. 1-11-1918. Citado por Duro y Tuells, 2015).

En esta fase ya no hay muchas ganas de buscar nombres originales e ingeniosos para el mal. La forma más habitual de denominarlo fue epidemia y en segundo lugar gripe, a veces con los adjetivos de reinante o actual. Según Hurtado, en El Imparcial por primera vez en uno de los artículos se le denomina “Gripe española”, seguramente porque se trata de la traducción de una noticia del extranjero (“El microbio de la gripe española”, El Imparcial, 2-9-1918, sobre el descubrimiento del agente que la provocaba por un médico italiano).

En cuanto al humor, el tema recurrente fue la crítica de las medidas adoptadas, una sátira que se mezclaba habitualmente con la actualidad política y la falta de efectividad de los políticos, pero también de los médicos. Cuando se terminan las bromas aparecía una especie de humor negro (González, Benito y Pérez, 2022). Para ilustrar esta fase elegimos como muestra otras dos viñetas de Sileno y Bagaria en las que se observa ese humor negro.

En la primera, “La epidemia gripal se extiende”, aparece el soldado de Nápoles, como se le denominó en la primera ola, convertido ya en general y avanzando por toda España. En la viñeta se ve el esqueleto vestido de soldado como una figura de muerte del que surge una nube en la que se ven nombres de graves enfermedades como el tifus, la meningitis o la locura.

DICE UNA VÍCTIMA, por Bagaria



EL MUERTO. Lo que más me molesta es dejar mal a la Junta Provincial de Sanidad.

Fuente: El Sol, 14-10-1918, p. 1. Biblioteca Nacional de España.

En la tercera etapa se reducen mucho las noticias sobre la enfermedad y el número de denominaciones, aunque es significativo que aparezca el término plaga. En esta última fase, conocido y generalizado el apelativo de Gripe española en otros países, surgía una contundente respuesta en España. Algunos textos se preguntan por los nombres utilizados en otros países y por esa denominación. Hurtado recoge el artículo de El Imparcial, “Los nombres con que ha sido bautizada la epidemia gripal”, en el que el diario hacía un recuento de denominaciones para la epidemia del momento en la prensa extranjera:

“Esta triste actualidad de la mortífera plaga vuelve a aparecer en los periódicos de algunos países con el impropio nombre de gripe española con que se ha bautizado a esa variedad de la fiebre de las trincheras. Por ello nos parece curioso recoger algunos de los nombres con que se la ha ido bautizando. En Alemania se la denomina jirafa, en Austria, influenza rusa; en Venezuela la llaman generalmente dengue o trancazo. En Caracas le han dado por nombre el beso de la raza; en Maracaibo, la gran cadena. En el Brasil, la polka y también la patulca; en Colombia, la despedida de Concha; en Nueva York, the bigstick; en Méjico, colocada; en Calcuta, fiebre epidémica; en otras ciudades de la India, escarlatina reumática; en Curaçao, kabouter. Como se ve, hay nombres para todos los gustos. El que, afortunadamente, ha desaparecido de la circulación es aquel del soldado de Nápoles con que se le bautizó por acá en los primeros días, cuando el ingenio andaba conturbado por la dichosa epidemia”. (El Imparcial, 6-3-1919, citado por Hurtado, 2022).

Este artículo criticaba luego la denominación de española que se usaba en algunos países recordando que no era en “de la digna, caballeresca y neutral España, sino de los campos de batalla y de los países en guerra es de donde ese mal ha salido”.

Almudéver también recolecta las quejas en otros periódicos sobre este aspecto. Ejemplos de periódicos tan importantes e influyentes como ABC o El Sol inciden en lo injusto de la calificación. Recogemos dos textos de la barcelonesa La Vanguardia. En el primero, en firmado con el sobrenombre de Ariel, aseveraba:

“Ojalá se redujera todo ese escándalo provocado por el retorno de la gripe á (sic) un éxito de prensa; pero tanto se habla del famoso soldado de Nápoles, como la llaman los madrileños, y tanto se discute sobre la probable propagación de otras epidemias, lo único que actualmente se permite importar del extranjero, que ya estamos todos con el corazón del tamaño de una lenteja. ¿Será verdad?, ¿Vendrán el cólera y la peste bubónica a aumentar el cortejo lamentable y macabro de las enfermedades de antiguo radicadas en nuestros lares, como la tuberculosis, el tifus y, por solo citar la de moda entre otras mil, esa gripe que llaman española no sé á (sic) santo de qué, pues simultáneamente ha hecho su aparición en toda Europa? ¡Ni que se presentara el microbio enemigo vistiéndolo de corto y con la guitarra en la espalda!” (Ariel: “Cotidiana”19-9-1918, p. 10).

A los pocos días se volvía a quejar con amargura del apelativo indicando que algún médico había decidido denominarla gripe europea, por haber aparecido en varios países europeos a la vez y terminaba indicando “¡Vayan ustedes a saber de dónde viene la gripe! Pero aquí se ha colado y española la llaman los extranjeros, como si españoles hubieran sido los que la propagaron por toda Europa” (La Vanguardia, 3-10-1918).

Los diarios de Madrid, sin embargo, no reaccionaron de forma explícita ante la tercera ola que llegó en el primer trimestre de 1919. María Isabel Porras lo justifica “por la compleja situación política de nuestro país en esos momentos”. La revisión de la prensa de ese periodo revela que sí publicaron noticias con frecuencia donde “se limitaron prácticamente a incluir los informes que emitían las diversas instituciones ofi-

ciales encargadas de hacer el seguimiento de la epidemia”, pero no sucedió lo mismo con los dibujos, viñetas, chistes, etc. etc. que aparecen en muy escaso número (Porrás, 2020, p. 198).

Además de estas quejas, lo más relevante de esta fase final fue que se dio una discusión sobre cómo mejorar la sanidad. Esta “tendencia avalada por publicaciones como la Revista Medicina Social (Rodríguez, 1994), también se unió a congresos médicos como el celebrado en abril de 1919 con la participación de más de 4.000 médicos, e iniciativas políticas como el intento, en abril de 1921, de crear un Ministerio de Sanidad Civil que al final se quedaría en Dirección General de Sanidad” (Laguna, 2021, p. 36). Recordemos que entonces la higiene dependía de los ayuntamientos que lo único que hacían era intentar mantener limpias las calles en las epidemias.

Igualmente, la prensa en algunos casos intentó aprovechar su papel como divulgadora para informar y contraatacar a los que acudían a intentar vender productos milagro o hacían caso de noticias falsas. Así, por ejemplo, Rubiano (2022, pp. 280-281) recoge el decálogo redactado por el Dr. Beritens con la finalidad de prevenir el contagio que estaba en ascenso publicado en La Acción. Dicho decálogo contenía recomendaciones básicas “como la abstinencia de asistir a lugares con alto número de personas reunidas, de visitar familiares y/o amigos enfermos, de estar en lugares con alto nivel de enfriamiento, y mudarse al campo si era posible, beber agua hervida, comer frutas y hortalizas, entre otros (“La enfermedad de moda... Decálogo”, La Acción, 31-5-1918).

Además de este decálogo y de artículos en La Revista Médica, el famoso Dr. Gregorio Marañón rechazó la asociación de la epidemia con los alimentos frescos (Rubiano, 2022, pp. 280-281). Lo más interesante es que algunos diarios empezaron a plantearse por primera vez el fundamento básico de contrastar la información porque el pánico fue terreno abonado para la propalación de noticias falsas, pero también por la escasez y manipulación de cifras.

Y es que los datos oficiales de contagiados no solo estaban mediatizados por la falta de un sistema mínimamente fiable de estadística, sino que fueron objeto de censura y manipulación por parte del ministro de la Gobernación y sus delegados provinciales. El resultado era que la misma noticia, fuese cierta o no, se repetía en todas las publicaciones periódicas, como si de un parte oficial se tratase. La única alternativa, en el caso de la prensa provincial como la valenciana, eran sus fuentes locales. Pero aquí también se les planteó otro dilema: hacer caso o matizar los remitidos que les hacían llegar sus corresponsales de pueblos que, al mismo tiempo, eran militantes o simpatizantes del partido o corriente que defendía el medio. Una fuente que ponía el acento en la gestión municipal según el color del ayuntamiento gobernante. (Laguna, 2021, p. 25)

Volveremos al tema de la desinformación en el siguiente punto.

Para cerrar con esta tercera ola queremos traer de nuevo dos viñetas. En primer lugar, la de Areuger en La Acción y en segundo la de Aguirre en El Fígaro.

En el primer chiste gráfico observamos a un médico y un paciente. El segundo se queja ante las recomendaciones de no comer del primero y le increpa que parece que ha sido nombrado el ministro de abastecimientos. Areuger mezcla aquí dos problemas acuciantes en esos momentos en la capital: la gripe y la falta de suministros. A ello se suma la rapidez con que se producían los ceses de los cargos políticos en esa coyuntura. (González, Benito y Pérez, 2022).



La Acción, 4-3-1919, p. 1. Fuente: Biblioteca Nacional de España.

Por su parte Aguirre señala un asunto que sería también habitual en la epidemia del Covid: los subterfugios para evitar ser vacunado, pero conseguir un certificado de vacunación sin haber recibido la vacuna.



El Figaro de 10-1-1919, p. 3. Fuente: Biblioteca Nacional de España.

1.3. Desinformación. De los anuncios productos milagro a las variopintas causas de la enfermedad

Como ya adelantamos, en los estudios sobre la narración que se hizo de la epidemia pocos artículos tratan el asunto de la desinformación. El que más atención le presta es Antonio Laguna en su trabajo sobre Valencia y también en su capítulo

con Martínez Gallego. Afirman ambos que “El desconocimiento de la amenaza se convierte en el mayor promotor de inseguridades y temores” (2023, p. 262).

Ciertamente, la información que se dio en la prensa española de la epidemia fue muy deficiente. Laguna mantiene que esto provocó desinformación con los peligros que ello suponía:

“Si la información que se transmitió de la epidemia siempre fue limitada, censurada y, sobre todo, imprecisa y contradictoria, su posterior interpretación en términos colectivos nos lleva a la conclusión de que la desinformación reinó tanto como el virus. El resultado no solo habría que medirlo en forma de confusión, sino también en número de infectados y, en muchos casos, fenecidos por no saber qué hacer o por minusvalorar el peligro”. (2021, p. 21).

La desinformación fue una realidad desde el comienzo de la epidemia. De hecho, los primeros bulos se relacionan con sus orígenes. En Madrid corrieron diferentes rumores. Se atribuyó la enfermedad “a los aires de la guerra, a la aspirina Bayer, considerada como un instrumento diabólico creado por los alemanes, entre otras versiones”. Sin embargo, la hipótesis más difundida por los diferentes diarios madrileños fue la relación de gripe con las obras que se estaban efectuando del metro madrileño y del alcantarillado (Rubiano, 2022, p. 268-269). Como después se culpó al agua de la capital, tanto la Compañía del Metropolitano como el Canal de Isabel II (suministrador del agua madrileña) “desmintieron ambas propuestas etiológicas, al igual que hicieron los médicos a título individual y las auto-

ridades sanitarias municipales y provinciales” (Porras, 2020, p. 199). Entonces se buscaron otros culpables:

“la enfermedad se relacionó con el benzol que emitirían los motores de los coches, con las harinas provenientes de América, la goma de los sellos postales e incluso se situó el origen de la epidemia en las personas encargadas de la recogida de basuras en la ciudad de Madrid”. (Porras, 2020, p. 199).

La búsqueda de culpables llevó a responsabilizar a grupos sociales determinados o a extranjeros. Ya vimos como en los nombres muchas veces se buscaba inculpar a otros países extranjeros (de ahí lo injusto de ser denominada gripe española). Laguna y Martínez Gallego recogen la culpabilización de ciudadanos portugueses por su presencia, o la expulsión gitanos acampados en algunos pueblos de Valencia por considerarlos los portadores (2023, p. 262).

Sin embargo, la mayor parte de la desinformación estuvo relacionada con la búsqueda de remedios para la enfermedad. Martínez Gallego y Laguna hablan de esos bulos que llevaron a promover soluciones absurdas como la ingesta de vinos y licores porque desinfectaban. Lo cierto es que muchos vieron el cielo abierto para hacer el agosto y ganar dinero a costa de la ansiedad y el miedo de los ciudadanos. En ocasiones eran medicamentos para la tos o para la fiebre que ahora se publicitan para la gripe, pero en otras fueron productos milagrosos los publicitados e incluso de curanderas que ofrecían curas de los más variadas. Según Rubiano (2022, p. 279): “La enfermedad de tipo viral también provocó una serie de comportamientos frente a su tratamiento, en el que confluyeron medicamentos y

menjunjes caseros, justificados por las distintas interpretaciones que la enfermedad acarrió”. Debió ser muy habitual porque, de hecho, en el decálogo del Dr. Beritens que ya citamos, este recomendaba:

Y huye, como del demonio, de cuanto te recomienden tus vecinos y amigos. No te quepa duda de que quien más sabe de enfermedades es el médico, y de que no hay un enfermo igual a otro, aunque los dos padezcan la misma enfermedad; por tanto, el tratamiento que para uno es conveniente, es para otro perjudicial o puede serlo. (“La enfermedad de moda... Decálogo”, La Acción, 31-5-1918).

Pero lo cierto es que, no solo remedios caseros o los curanderos intentaron hacer su agosto. Muchas compañías aprovecharon la publicidad de la enfermedad para promocionar sus productos y enfatizaban en que curarían todo mal de la “enfermedad de moda”. Cualquier producto podía curar la gripe:

¡Fíjese usted bien! Para prevenir y combatir con éxito seguro la enfermedad de moda proceda usted hoy mismo a la limpieza y desinfección de su aparato gastrointestinal haciendo uso de las pastillas purgantes YER [...]. De venta en todas las farmacias y droguerías (El País (Madrid), 31 de mayo de 1918, p. 1).

Encontramos pastillas, pomadas, cigarrillos, vinos, etc. Es interesante comprobar también que se anunciaban establecimientos como balnearios mayoritariamente, para los enfermos o convalecientes de la gripe. La mayoría de los remedios identificados estaban dirigidos a curar un amplio espectro de problemas en los que se incluyó la gripe. Esos anuncios de jara-

bes, tónicos, líquidos, pastillas, etc., siempre pretendían tener respaldo científico, incorporando el nombre del médico, en la marca comercial (Almudéver, 2016, p. 65). La mayoría de los productos fueron pastillas, muchas realizadas a partir de quinina o yodo. Y también se pudo ver el famoso cinturón Galvani, que utilizaba la electricidad como método, recomendado para la gripe (Almudéver, 2016, p. 245). Igualmente llama la atención el que se publicitasen 6 vacunas, todas ellas preventivas. De hecho, se le dio mucha cobertura a la que el jefe del Laboratorio Municipal de Madrid, Dr. Chicote, creó y probó en el mismo para quitar miedo como se puede ver en la foto que ABC publicó.



Fuente: ABC 5 y 12 de noviembre de 1918. Hemeroteca de ABC.

Según un estudio de los anuncios en la prensa española realizado por Laura Almudéver Campoa y Ramón E. Camaño Puiga (2022, p. 52; Almudéver, 2016) los anuncios fueron creciendo desde 1918 a 1920. El trabajo, que seleccionó 2947 anuncios, comprobó que en 1918 se insertaron 895 anuncios sobre

la gripe, que fueron 962 en 1919 y 1090 en 1920. La explicación que dan los autores es que quizás la epidemia fuese aprovechada para el “desarrollo de nuevas actividades económicas, lo que en el ámbito publicitario se tradujo en nuevos anuncios y productos que, en época anterior a la epidemia, no se comercializaban”. En esos 2947 anuncios se identificaron un total de 182 productos que fueron clasificados en seis categorías como vemos en el cuadro siguiente.

Se han encontrado 2.947 unidades de análisis con el término gripe, distribuidas en 182 anuncios publicitarios. Para poder simplificar estos grandes números, se ha optado por realizar una agrupación de los diferentes anuncios según su temática, clasificándolos tal y como se plasma en el esquema adjunto.

Establecimientos	Tratamiento oral	Tratamiento parenteral	Tratamiento tópico	Productos de uso externo
Balnearios	Aguas	Vacunas	Aguas oxigenadas	Aparatos
Hoteles	Caldos y reconstituyentes		Algodones	Libros, revistas y semanarios
Institutos	Elixires		Cigarrillos	Pulverizadores
Sanatorios	Jarabes		Inhaladores	Otros
	Licores		Pasta dentífrica	
	Vinos		Pomadas y lociones	
	Yodos			
	Cápsulas			
	Caramelos			
	Comprimidos			
	Pastillas			
	Perlas			
	Píldoras			
	Sellos			
	Otros			

Fuente: Laura Almudéver, 2016, p. 194.

Como nos indican en su estudio Almudéver y Camaño (p. 65), cualquier producto podía ser publicitado como un remedio para la gripe. Así, por ejemplo, el vino, como el de la marca Winox, se anunciaba como “vino nutritivo inglés, alimenticio y fortificador, era indicado contra la gripe, debilidad, cansancio, enfermedades nerviosas, etc.”. Lo mismo que el mosto Mostelle Raimost, “zumo de uva sin fermentar, con cualidades terapéuticas y principios nutritivos, indicado para enfermos de gripe y convalecientes”. Otros productos, como el Elixir Gomenol Climent, publicitaba “su poder desinfectante fortificaba los bronquios y todo el aparato respiratorio, actuando como balsámico y antiséptico, especialmente en caso de gripe”. Estos ejemplos, para Almudéver y Camaño, mostraban “la falta de especialización de la química farmacéutica y de la bioquímica para proporcionar una respuesta a los enfermos de patologías infecciosas propias de esta época”. Recuérdese que por entonces los farmacéuticos hacían las fórmulas en sus farmacias artesanalmente y apenas se asistía al nacimiento de la publicidad médica. El estudio aludido demuestra que “en los momentos de mayor contagiosidad, la publicidad se basaba en promesas para recuperar la salud y mejorar la inmunidad de la población, por lo que se ofertaron tratamientos con propiedades curativas excelentes, habitualmente mediante el uso de lemas enfocados en una idea simple expresada en forma de frase memorable”. Por ejemplo, “Pierde usted el tiempo... El mejor remedio es una capa de Seseña” o “La epidemia reinante se evita con Zotal” o “Todos pueden infaliblemente preservarse

y curarse radicalmente tomando pastillas Valda” (Almudéver y Camaño, 2022, p. 66).

El análisis de la publicidad nos permite comprobar que hubo una serie de productos con una inserción muy habitual de anuncios. Según Almudéver, hubo diez productos con el término gripe que fueron publicitados 50 veces o más:

“...destacando en primer lugar al anuncio Pastillas Bonald, publicado en 447 ocasiones (15,16%), la mayoría de las veces en el periódico El Globo (429 veces). En segundo lugar, el anuncio Pastillas Valda fue publicitado 227 ocasiones (7,70%) teniendo lugar en la mayoría de los periódicos; un anuncio que fue seguido muy de cerca por el Anticatarral García Suárez, publicado 208 veces (7,06%) en varias cabeceras. En cuarto lugar se encontró el Antigripal Semarga, publicado 163 veces (5,54%), la mayoría en La Correspondencia de España (155). Tos Antibexis de T. González fue publicitado 135 veces (4,59%), íntegramente en el periódico El Imparcial. En sexto lugar se encuentra el Sello Kaferina Prieto, publicado 106 veces (3,60%) mayoritariamente en El Heraldo y El Imparcial. El producto Laxativo Bromo Quinina (pastillas), publicitado 100 veces (3,40%) ocupa el séptimo lugar siendo publicado en varios periódicos; 61 veces fue publicitada la Aspirina con fenacetina (2,07%), por ABC, El Sol y La Vanguardia; y en noveno y décimo lugar se encuentran Rhodine en 56 ocasiones (1,90%) y Pulmoserum, en 50 (1,70%), ambos publicitados mayormente en El Sol y La Época. Por otro lado, 42 productos solo han sido publicitados una vez, muchos de los cuales lo fueron en el periódico La Vanguardia. (Almudéver, 2016, p. 258).

Pero no podemos dejar de tener en cuenta que los que podían acceder a estos productos eran solo aquellos que tenían una situación económica desahogada, lo que en esa etapa de crisis económica era complicado, siendo imposible el acceso para determinados grupos desfavorecidos. Se generó una situación que Carbonetti ha definido como marketing epidémico, llegando a considerar que “la gripe actuó como una oportunidad para la inserción en el mercado de determinados productos que, habitualmente, no eran consumidos por el público en general” (2013, p. 147-167).

2. De la Gripe española al COVID 19 en la prensa española

Un siglo después el mundo volvió a vivir en el desconcierto y la angustia al coexistir con una enfermedad de la que no se sabía su origen, su modo de contagio ni sus consecuencias y que causó un número de fallecimientos tan alto como la gripe española (seguramente unos 160.000 fallecidos, triplicando los datos oficiales)¹⁰⁵. El paralelismo es más que evidente y tampoco es casual que casi todos los trabajos académicos sobre la Gripe española sean de 2021 y 2022, realizados tras la experiencia pandémica. Es el caso del libro de Antonio Laguna quien nos explica con claridad esos paralelismos:

105 Según un estudio de The Lancet los fallecidos en todo el mundo superarían los 18 millones. Vid. <https://www.redaccionmedica.com/secciones/sanidad-hoy/los-muertos-reales-por-covid-19-en-espana-triplican-la-cifra-oficial-7816> (consultado el 14 de diciembre de 2025).

“En aquella como en ésta, la ciencia médica apenas si tuvo un criterio de actuación común; en aquella como en ésta, las decisiones políticas siempre fueron por detrás de la expansión de la epidemia; en aquella como en ésta, diversas organizaciones e instituciones sociales antepusieron sus intereses particulares a los científicos y sanitarios, especialmente la Iglesia, pero también empresarios de espectáculos diversos; en aquella como en ésta, especuladores, charlatanes y oportunistas descubrieron formas de hacer negocio aprovechándose de las necesidades vitales de las personas; en aquella como en ésta se alzaron voces acusando a migrantes y pobres de ser los responsables del contagio; en aquella como en ésta, la segunda ola vino precedida de un periodo estival donde las relaciones sociales se multiplicaron; en aquella como en ésta, se reproduce la búsqueda de un culpable en quien personalizar el origen del mal, apelando para ello a todo tipo de conspiraciones, inventos, bulos y, sobre todo, desinformaciones”. (2021, p. 14).

Es cierto que Laguna también reconoce muchas diferencias y mejoras, algunas relacionadas con el aumento del nivel de vida y de los conocimientos médicos. Tampoco es comparable, en sus palabras, la situación política en España (breve gobierno de Maura y gobierno democrático actual), ni lo es la de los medios de comunicación. Si a comienzos del siglo XX la prensa escrita era el único medio, a principios del siglo XXI además de la radio y la televisión, contamos con las redes sociales que han ocupado un papel muy relevante. De hecho, la dimensión social de la prensa de comienzos del siglo XX se ha trasladado hoy, según Laguna, a las redes sociales “constitu-

yendo para segmentos de la población más joven su principal medio de información” (2021, p. 15).

No solo los historiadores observaron estos paralelismos; la propia prensa los percibió. Un ejemplo es el artículo de Félix Badía publicado en La Vanguardia en el que apreciaba la repetición de patrones en sendas crisis. Recordaba que en ambas se había comenzado por minimizar el problema para tener que aceptarlo en toda su crudeza después. También evocó las reticencias a aceptar las medidas restrictivas en algunos casos de gran impacto y gravedad.

“La vida habitual quedó paralizada y la actividad académica suspendida, pero, extrañamente, no fue así con las representaciones teatrales o las salas de cine. Ni con las misas. El relato de aquellos meses no está exento de decisiones difícilmente explicables como la resistencia de las autoridades locales de Valladolid a declarar oficialmente la situación de epidemia con el argumento de que, en plenas fiestas locales eso iba a repercutir negativamente en los negocios. O bien en Zamora, una de las ciudades donde la mortalidad fue mayor, y en la que el obispo utilizó el argumento medieval de que la enfermedad era el castigo por los pecados de los feligreses. Con ese motivo convocó una misa masiva para rogar una intervención divina y que con total seguridad favoreció aún más el contagio” (Badía, F. “Coronavirus: mensajes de la gripe de 1918”, La Vanguardia, 23-02-2020).

Badia nos resume algunas de las noticias que más llamaron la atención, como la del obispo de Zamora, aunque a ellas se unen las de famosos poniendo en duda las recomendaciones

de médicos y científicos (el caso del cantante Miguel Bosé afirmando que la expansión de la red 5G de la telefonía móvil sería la forma de controlar y dirigir los chips implantados con cada vacuna es el más conocido y viral, aunque fue mucho peor el del obispo de Valencia afirmando que las vacunas se realizaban con células de fetos abortados). Aun así, lo cierto es que en la España de comienzos del siglo XXI no se dieron tantos problemas de desinformación como en otros países. En el caso español el gobierno tomó la iniciativa de informar diariamente a los ciudadanos ofreciendo cifras y datos científicos para evitar la infodemia. Aunque el problema fue en un principio la propagación de una información muy tranquilizadora, incluso cuando comenzaron los casos que potenció el miedo cuando llegó el incremento masivo de casos (como ejemplo la obsesión por abastecerse masivamente en los supermercados). Tampoco ayudó, según Costa-Sanchez y López-García, el que se utilizara un lenguaje de guerra y de muerte (con expresiones como virus asesino (2020)).

Efectivamente, la propia Organización Mundial de la Salud afirmó que existía una infodemia “debido a la sobreabundancia de información” provocando que hubiese personas con dificultades “para encontrar recursos fidedignos o guías de confianza cuando los necesitaban (Aleixandre-Benavent, Castelló-Cogollos, y Valderrama-Zurián, 2020). En esta infodemia encontramos tendencias claras demostradas por muchos estudios, y es que la realidad es que la desinformación se difundió especialmente en las redes sociales (Fernández, 2022). Como ya indicaba Laguna (2021, p. 15), los medios de comunicación hoy son

muy distintos de los que existían hace un siglo y el papel de las redes ha sido más distorsionador que otra cosa, como veremos después.

En este contexto de pandemia y confinamiento los medios tradicionales jugaron con desventaja. Entre los medios de comunicación el elegido para informarse con mayor asiduidad por los españoles fue el televisivo (alcanzando el pico más alto de consumo desde que se tenían mediciones de audiencias en 1992, Casero-Ripollés, 2020). Para la prensa en papel la pandemia supuso un duro golpe por la falta de lectores y la falta de inmediatez en la información, ganando terreno definitivamente la prensa digital, aunque para muchos periódicos, ahora migrantes digitales, fue un revulsivo que potenció la mejora de sus ediciones digitales. Lázaro y Herrera (2020) mostraron cómo de las 432.058 encontradas en la base de datos My news, el 66,84% fueron publicadas en medios digitales frente al 16,73% en prensa impresa (el resto de las noticias fueron publicadas en otros medios, 16,43%). Entre los medios digitales destacaron por el volumen de noticias abc.es, seguido de 20minutos.es y elconfidencial.com (Lázaro & Herrera, 2020).

La prensa española hizo un gran esfuerzo por cubrir las noticias e informar con calidad, sobre todo cuando los casos aumentaron (aunque los problemas políticos no dejaron de influir en el sesgo de la información, Herrero et al., 2021). En general destacó el uso de la imagen para acompañar a las informaciones. Costa-Sánchez y López-García (2020) señalan que fue habitual el uso de la infografía, el reportaje multimedia o incluso vídeos (resaltando vídeos en directo ligados a la co-

bertura de las conferencias de prensa de los portavoces oficiales). También la incorporación de canales para la fidelización (newsletter o podcasts), “además de establecer en portada una sección fija dedicada a los datos y evolución de la pandemia actualizada diariamente” (Costa-Sánchez & López-García, 2020). En esas portadas, los temas sociales (medidas que afectan a la convivencia), superaron a los sanitarios con el inicio de la desescalada (López del Castillo, 2021).

En general la prensa tradicional en su versión en papel o digital, los llamados quality papers, se convirtió en medios de refugio ante el empuje de las redes sociales y la desinformación (López del Castillo, 2021). En el caso español la prensa jugó un papel relevante en la lucha contra la desinformación y los bulos, mediante programas de fact-checking. Efectivamente, como indican Costa-Sánchez y López-García (2020):

Los bulos se expanden con facilidad a través de las redes sociales y los medios intensifican la lucha con herramientas de fact check creadas en los 2-3 últimos años (bien propias o en alianza con empresas de verificación de datos), centradas ahora en desinformaciones vinculadas a la pandemia.

Lo anterior nos hace afirmar que la prensa española y los medios de comunicación social tradicionales en general (radio y televisión) hicieron un papel de informantes intentando ofrecer información de calidad y contrastada. Pero sí hubo infodemia y, sobre todo, propagación de falsedades y bulos.

Como hemos indicado ya, los numerosos estudios realizados sobre la comunicación en la pandemia del Covid-19 demuestran que la propagación de bulos o noticias falsas estuvo concentrada en su gran mayoría en las redes sociales. En el caso español se ha identificado WhatsApp como el canal preferente (86%), seguido por Facebook (58%) y Twitter (31%) (Almansa-Martínez, Fernández-Torres, y Rodríguez-Fernández, 2021). Otros estudios al verificar noticias evidencian que gran parte de ellas son engaños (64,4%), seguido por la descontextualización y la exageración (17,1% respectivamente) y en menor medida las bromas y los memes (1,4%) (Salaverría et al., 2020).

Recogemos un resumen del tipo de bulos:

En relación a los tipos de desinformaciones más distribuidas, y también sobre el estudio de verificaciones (N:166), Sánchez-Duarte y Magallón (2020) determinaron que el 24,7% eran bulos sobre prevención y medidas respectivamente, el 21% hacían alusión a bulos sobre contagios, y un 28.9% a otras cuestiones. Igualmente, Castro et al. (2020) concluyeron que uno de cada cinco bulos trataba sobre prevención o curación del coronavirus, argumentados sobre el principio de autoridad médica y promoviendo fundamentalmente el uso y consumo de sustancias de origen natural. Conclusiones similares a las obtenidas por Moreno-Castro et al. (2020) que tras analizar cadenas de texto y vídeo compartidas en WhatsApp identificaron que, en la mayoría, el sujeto se presentaba como personal médico (36,5%) o como persona anónima (30,9%). (Almansa-Martínez, Fernández-Torres, y Rodríguez-Fernández, 2021).

Estos estudios se basaron en los trabajos de las agencias de verificación. Para el caso español los verificadores españoles están adheridos a la red internacional de fact-checking del Instituto Poynter, denominada The International Fact-Checking Network. Las agencias más importantes son, en primer lugar, Maldita, creada en 2018 por Clara Jiménez y Julio Montes. En segundo, Newtral, fundada por la periodista Ana Pastor en 2018. Le sigue Efe Verifica nacido “en 2019 como especialización de la agencia de información Efe; y Verificat, proyecto independiente de enfoque local, creada en 2019”. (Almansa-Martínez, Fernández-Torres, y Rodríguez-Fernández, 2021). A ellas se suman otras como las creadas en este periodo por la radio-televisión española, RTVE, o saludsinbulos.com.

En líneas generales, hubo manifestaciones públicas que propagaron noticias falsas de personajes públicos, algunos relacionados con la iglesia católica como los obispos de Zamora y Valencia, pero también como el rector de la Universidad católica de Murcia, José Luis Mendoza, quien en una intervención pública en junio de 2020 afirmaba que las fuerzas del mal, servidores del anticristo, en referencia a Bill Gates y George Soros, habían desencadenado la epidemia para obligar a vacunarse e introducirse un chip de control mental. (Laguna y Martínez Gallego, 2023, pp. 267-268). Sin embargo, en cuanto a la desinformación, el negacionismo y los movimientos anti-vacunas parecen haber tenido, justo con la desinformación de intención política, bastante protagonismo en esta crisis.

Para terminar, vamos a recoger algunos bulos tanto de maldita.es como de la web saludsinbulos.es. En ambas webs se pueden consultar más de 300 bulos difundidos y los argumentos y evidencias que desmienten muchos de ellos. A modo de ejemplo:

“No, el Parlamento Europeo no debatirá la creación de un fondo de compensación para las “víctimas de la vacuna contra la COVID-19” propuesto por la eurodiputada francesa Virginie Joron; “No, el Consejo de Europa no ha prohibido ni puede prohibir que la vacunación contra la COVID-19 sea obligatoria: sus resoluciones no son vinculantes”; “No, el contrato entre Pfizer y la Comisión Europea no dice que la farmacéutica es “propietaria” de un “dispositivo electrónico” que se le ha insertado a los vacunados contra la COVID-19”; “Cuidado con el contenido que afirma que el riesgo de miocarditis en adolescentes vacunados frente al coronavirus es mayor que el de hospitalización por COVID-19: es un preprint sin revisión científica, tiene numerosos fallos metodológicos y no se ha publicado en ninguna revista científica”; “No, no ha ingresado un niño de 10 años en la UCI del Hospital Virgen de la Arrixaca (Murcia) por un “infarto de miocardio” tras vacunarse contra la COVID-19”. “La COVID-19 y sus bulos: 1.253 mentiras, alertas falsas y desinformaciones sobre el coronavirus” (28 enero 2022). <https://maldita.es/malditobulo/20220128/coronavirus-bulos-pandemia-prevenir-virus-covid-19/>

3. Conclusiones

Cien años antes, solo existía una forma de informarse, la prensa, y pocos accedían a ella, solo los que podían permitirse comprar un periódico en un país con altos índices de analfabe-

tismo. La falta de información de la pandemia de 1918 contrasta con la infodemia de 2020.

La desesperada búsqueda de información ante el desconcierto provocado por la pandemia provocó el exceso de esta, la infodemia, en la que la gran cantidad de medios no hizo sino agravar la situación. Como indica Belloso “en el contexto en el que nos encontramos, nunca hemos tenido a nuestro alcance tanta información y nunca hemos estado más desinformados” (2022, p. 497). En el enjambre digital en el que nos encontramos, como lo denomina Byung-Chul Han, las investigaciones confirman que, durante los primeros meses de la pandemia, la circulación de fakes news en España fue masiva, con intención fundamentalmente política (Noain, 2021).

Sin embargo, la situación de España fue mucho menos negativa que la de la media mundial. Según un estudio durante la primera fase (enero-marzo de 2020) un índice de riesgo de infodemia, basado en el análisis de 112,6 millones de tuits, concluyeron que países del G8 como Rusia o Alemania presentaban mayor riesgo infodémico y observaron que la infodemia descendía a medida que aumentaba el número de contagios. Apuntan también los autores que a pesar de que Italia y España eran dos de los países más afectados por la enfermedad, no tenían especial protagonismo en la conversación global (de Galloti et al., 2020, recogido por Almansa-Martínez, Fernández-Torres, y Rodríguez-Fernández, 2021).

Y, sin embargo, aunque España sea considerado un país en el que hubo poca desinformación, los españoles, según un

estudio de Reuters Institute en 2020, eran los que menos consideraban que el Gobierno les hubiese ayudado a entender la pandemia (40%). Además, fueron quienes más responsabilidad atribuyen a los políticos en la diseminación de falsedades sobre el coronavirus (Costa-Sánchez & López-García, 2020).

Aunque, como indica Fernández Zarza (202) la pandemia cambió la forma de informarse “otorgando gran visibilidad a aquellos profesionales sanitarios que divulgaban sus mensajes y opiniones a través de los medios, pero también al periodismo especializado en salud”. En suma, los españoles contaron con una expansión de bulos en las redes sociales, pero también con una información de calidad y herramientas para desmentir esos bulos.

Terminamos con unas palabras de la catedrática de filosofía del derecho, Nuria Belloso, en el que llama la atención sobre los peligros de la infodemia a comienzos del siglo XXI y en cómo esta nos retrotrae a otros tiempos pasados en cuanto a las formas del conocimiento:

Miedo e incertidumbre han provocado que muchos ciudadanos quisieran refugiarse de nuevo en la caverna platónica, escudriñando en una oscuridad en la que sólo se dibujan contornos, pero nada se apreciaba nítidamente, con la vista dirigida hacia la pared (ahora reconvertida en la pantalla de su ordenador o de su móvil) que sólo les ofrece imágenes que son sombras de la realidad, pero no la verdad. Se alejaba, así, del ciudadano ilustrado que se guiaba por la máxima kantiana

de “atrévete a saber”. Es más, si se arriesgaba a querer saber, la desinformación le confundirá aún más. (Belloso, 2022, p. 514)

Bibliografía

ALEIXANDRE-BENAVENT, R.; CASTELLÓ-COGOLLOS, L. y VALDERRAMA-ZURIÁN, J.C. (2020). “Información y comunicación durante los primeros meses de Covid-19. Infodemia, desinformación y papel de los profesionales de la información”. **Profesional de la información**, (29) 4. <https://doi.org/10.3145/epi.2020.jul.08>

ALMANSA-MARTÍNEZ, A., FERNÁNDEZ-TORRES, M. J. y RODRÍGUEZ-FERNÁNDEZ, L. (2022). Desinformación en España un año después de la COVID-19. Análisis de las verificaciones de Newtral y Maldita. **Revista Latina de Comunicación Social**, 80, 183-200. <https://www.doi.org/10.4185/RLCS-2022-1538>

ALMUDEVER, L. (2016). **La epidemia de gripe de 1918 y los profesionales de Enfermería**. Análisis a través de la prensa española, Universitat de València, Tesis doctoral.

ALMUDEVER Campo, L., & CAMAÑO PUIG, R. E. (2022). “Publicidad, remedios y tratamientos para la gripe en la prensa española (1918-1920)”. **Revista Española De Comunicación En Salud**, 13(1), 58-68. <https://doi.org/10.20318/recs.2022.6055>.

BELLOSO MARTÍN, N. (2022) “Noticias falsas y postverdad en tiempos de Covid: Cómo combatir la desinformación”, en Sánchez Bravo, Álvaro (dir.) **Semper Sapiens Libro homenaje al Prof. Dr. Felipe Rotondo Tornaría**, Editorial Alma Mater, pp. 497-504.

BETRÁN MOYA, J.L. (2009). “The Spanish Lady. La gripe española de 1918-1919”, **ANDALUCÍA EN LA HISTORIA**, 25, 60-65.

BERNABEU MESTRE, Josep (coord.): La ciutat davant el contagi: Alancanti i la grip de 1918-19, **Generalitat Valenciana**.

COSTA-SÁNCHEZ, C. y LÓPEZ-GARCÍA, X. (2020). “Comunicación y crisis del coronavirus en España. Primeras lecciones”. **El profesional de la información**, v. 29 (3). <https://doi.org/10.3145/epi.2020.may.04>

DURO TORRIJOS, J.L. y TUELLS, J. (2015). “La «gripe española» según el diario España Médica (1918-1919)”, **Vacun**, 16 (2), 81-86, <https://doi.org/10.1016/j.vacun.2015.07.007>.

HERNÁNDEZ RAMOS, P. (2017). Consideración teórica sobre la prensa como fuente historiográfica, en **Historia y comunicación social** 22 (2), 465-477.

GIL, J. A. (2022) “La pandemia de gripe de 1918 en la prensa española”, **Sem@foro**, 74, 13-20.

GONZÁLEZ DÍEZ, L.; BENITO CABELLO, M.F. y PÉREZ CUADRADO, P. (2022). “El humor gráfico dialogado en la prensa diaria madrileña durante la ‘gripe española’ (1918-1919): Aguirre en El Fígaro”, **El Argonauta español**, 19, <https://doi.org/10.4000/argonauta.5849>

HERRERO, J., BERDÓN, P., Reguero, I., & MARTÍN, V. (2021). El discurso de El País y El Mundo ante la COVID-19. **Comhumanitas**, 11(3) 23-40. <https://doi.org/10.31207/rch.v11i3.265>

HERNÁNDEZ RAMOS, P. (2017) “Consideración teórica sobre la prensa como fuente historiográfica”, **Historia y comunicación social** 22 (2), 465-477.

HURTADO GONZÁLEZ, S. (2022). “Los nombres de la epidemia de 1918 en la prensa de la época”, **Tonos digital: revista de estudios filológicos**, 42.

LAGUNA PLATERO, A. (2021). **Los imaginarios de la gran epidemia de 1918**. Miedo y desinformación ([1a edición]). Tirant humanidades.

LAGUNA-PLATERO, A. y MARTÍNEZ-GALLEGU, F.A. (2023). “Bulos y engaños en la gran pandemia de 1918”, en YANES MESA, J.A.; GABINO CAMPOS, M.A.; FUENTEFRÍA RODRÍGUEZ, D. y ZURITA ANDIÓN, J.L. (coords.): **El periodismo, la covid-19, la “gripe española” y las epidemias históricas**, Fragua, pp. 259-274.

LÁZARO-RODRÍGUEZ, P. y HERRERA-VIDE, E. (2020). “Noticias sobre Covid-19 y 2019-nCoV en medios de comunicación de España: el papel de los medios digitales en tiempos de confinamiento”. **El profesional de la información**, 29 (3), <https://doi.org/10.3145/epi.2020.may.02>

LIZÁRRAGA SAINZ, K. (2021). “La segunda oleada de la pandemia de gripe de 1918 en Irún a través de la prensa”, **Gaceta médica de Bilbao**: Revista oficial de la Academia de Ciencias Médicas de Bilbao. Información para profesionales sanitarios, 118 (Extra 1), 27-34

LÓPEZ DEL CASTILLO WILDERBEEK, F.L. (2021) “La evolución de la crisis del COVID en las portadas de la prensa española de referencia”, **Question/Cuestión**, 69 (3), DOI: <https://doi.org/10.24215/16696581e571>

LÓPEZ ZARZA, L. (2022). “Análisis de la infodemia sobre la Covid-19 en España”. **Revista Española De Comunicación En Salud**, 13 (2), 219-228. <https://doi.org/10.20318/recs.2022.6410>

MONTESI, M. (2020). “Las fake news sobre el COVID-19: ¿qué aprendemos de ellas?”, en LÁZARO PULIDO, M; GÓMEZ GARCÍA, J. A; CANCIO FERNÁNDEZ, R.C., (Editores), **La pandemia del miedo: pánico, poder y derecho durante la crisis de la Covid-19**, Universidad Bernardo O’Higgins Ediciones, pp. 291-316.

NOAIN-SÁNCHEZ, A. (2021). “Desinformación y Covid-19: Análisis cuantitativo a través de los bulos desmentidos en Latinoamérica y España”. **Estudios sobre el Mensaje Periodístico** 27 (3), 879-892.

SALINAS GUIRAO, M. y DE HARO DE SAN MATEO, M.V. (2023). “La “gripe española” en la prensa murciana de información general (1918-1919)”, en YANES MESA, J.A.; GABINO CAMPOS, M.A.; FUENTEFRÍA RODRÍGUEZ, D. y ZURITA ANDIÓN, J.L. (coords.): **El periodismo, la covid-19, la “gripe española” y las epidemias históricas**, Fragua, pp. 311-326

PORRAS GALLO, M. I. (2020). **La gripe española, 1918-1919: la pandemia que cambió nuestras vidas y retó a la medicina y los profesionales sanitarios españoles**. Cátedra.

RODRÍGUEZ, J.J. (2023). “La “gripe española” en la ultraperiferia insular. La prensa en la isla de La Palma (1916-1920), en YANES MESA, J.A.; GABINO CAMPOS, M.A.; FUENTEFRÍA RODRÍGUEZ, D. y ZURITA ANDIÓN, J.L. (coords.): **El periodismo, la covid-19, la “gripe española” y las epidemias históricas**, Fragua, pp. 327-344

RUBIANO BEDOYA, J.D. (2022). “Pestes y enfermedades: El brote de gripe de 1918 y su inserción sociocultural en España”. *Historia y Espacio*, 18 (58), pp. 259-284. Doi: 10.25100/hye.v18i58.12129

SANTOS, L. y TORREGROZA, E.J. (2022) **Política de Las Emociones: Ensayo Sobre la Crisis de la Pandemia**. Bogota: Universidad Colegio Mayor de Nuestra Señora del Rosario.

TRILLA, A., TRILLA, G. y Daer, C. (2008). The 1918 ‘Spanish flu’ in Spain. **Clinical Infectious Diseases**, 47 (1), 668-673.

YANES, Julio: “La “gripe española” en la periferia de Europa Occidental. El caso de las Islas Canarias, 1918-1920, en YANES MESA, J.A.; GABINO CAMPOS, M.A.; FUENTEFRÍA RODRÍGUEZ, D. y ZURITA ANDIÓN, J.L. (coords.): **El periodismo, la covid-19, la “gripe española” y las epidemias históricas**, Fragua, pp. 293-309.

CAPÍTULO 14

Justiça de Transição, políticas de memória e os arquivos da ditadura no Brasil

*Ana Paula Goulart Ribeiro*¹⁰⁶

Introdução

A reflexão que apresento nasceu do meu envolvimento no projeto “Responsabilidade de empresas por violação de direitos durante a ditadura”, desenvolvido, entre 2021 e 2023, no âmbito do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, da Universidade Federal de São Paulo (Caaf/Unifesp). A referida pesquisa focava no envolvimento do Grupo Folha, um dos mais importantes conglomerados de comunicação do Brasil, em ações repressivas do Estado brasileiro entre 1964 e 1985. A investigação fazia parte de um projeto maior, que também pesquisou outras doze empresas nacionais e multinacionais¹⁰⁷. Os recursos financeiros foram provenientes de um Acordo de Ajustamento de Condução (TAC) que a Volkswagen do Brasil assinou com o Ministério Público Federal em 2021.

106 Professora titular da Escola de Comunicação e do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. e-mail: goulartap@gmail.com

107 Foram elas: Fiat, Itaipu, Petrobras, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Aracruz, Josapar, Paranapanema, Companhia Docas de Santos, Cobrasma, Belgo-Mineira, Embraer e Mannesmann.

Esse conjunto de investigações partia da premissa de que o apoio de setores da sociedade civil, em particular de empresas e empresários, foi essencial para o golpe de Estado, ocorrido em 1964, assim como para o estabelecimento e manutenção do aparato repressivo da ditadura militar, que durou 21 anos. Em muitos casos, não houve apenas investimento de recursos financeiros por parte das corporações, mas participação direta em ações que levaram à tortura, à morte e ao desaparecimento de centenas de pessoas.

O Grupo Folha, por exemplo, emprestou seus carros de entrega de jornais para as ações da Operação Bandeirantes (Oban), organização que, na década de 1970, teve como objetivo reprimir a dissidência armada ao regime e dentro da qual ocorrem algumas das mais graves violações dos direitos humanos no país. Além disso, policiais e agentes da repressão, inclusive delegados do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), trabalhavam nos vários órgãos do grupo, ocupando diversos cargos em diferentes níveis hierárquicos, como o diretor de patrimônio, segurança, editor, chefe de reportagem, repórter e outros. Na empresa, criou-se todo um sistema de vigilância e colaboração, que ia desde a divulgação de versões falsas sobre presos políticos até a promoção de campanhas de mobilização da opinião pública contra os movimentos de oposição ao regime (Ribeiro e outros, 2024).

É preciso dizer que os treze projetos do Caaf/Unifesp tinham um caráter peculiar, porque demandavam uma pesquisa acadêmica rigorosa, mas objetivam também reunir provas

materiais de violações de direitos humanos para que o MPF pudesse abrir inquéritos contra as empresas envolvidas. Para desenvolver nossa investigação, sobre o Grupo Folha, reunimos uma equipe multidisciplinar formada por pesquisadores com experiência em comunicação, história e direito¹⁰⁸.

Um dos focos do nosso trabalho foi a realização de entrevistas com pessoas que viveram e testemunharam os acontecimentos de diferentes posições. Ouvimos jornalistas, militantes políticos e agentes da repressão. Registramos dezenas de depoimentos, que trouxeram revelações inéditas e cruciais para o entendimento dos processos que analisávamos¹⁰⁹. A consulta a acervos documentais foi também fundamental para a investigação¹¹⁰. Encontramos muitas informações relevantes, mas nos ressentimos por não poder localizar coleções documentais das agências de inteligência e da polícia política. E é sobre essa questão que gostaria de refletir aqui.

A proposta é discutir as condições de acesso público às informações contidas em documentos produzidos e acumulados pelos militares. Gostaria de falar um pouco sobre as coleções

108 Além de mim, que coordenava a pesquisa, participaram também da investigação: Flora Daemon (UFRRJ), André Bonsanto Dias (UFPR), Lucas Pedretti (UFRI), Joëlle Rouchou (Casa de Rui Barbosa) e Amanda Romanhelli (PUC-SP).

109 Parte desse material utilizamos na produção da série documental *Folha Corrida* (2024), dirigido por Chaim Litewski, disponível na plataforma do Instituto Conhecimento Liberta (ICL).

110 Pesquisamos nos arquivos do Serviço Nacional de Informação e da Comissão de Anistia, no Brasil Nunca Mais, no Deops-SP, na base de dados *Opening the Archives*, no Sindicato dos Jornalistas, na hemeroteca da Biblioteca Nacional, entre outras instituições.

atualmente disponíveis em arquivos públicos brasileiros e discutir os desafios de localizar e de ter acesso a outros conjuntos de documentos. Este debate, que tem mobilizado, já há algum tempo, diversos agentes do campo jurídico, acadêmico e dos movimentos sociais, supõe uma discussão sobre o contexto em que estes arquivos foram produzidos durante a ditadura, mas também o de sua guarda e abertura à consulta nos governos democráticos que se seguiram.

Falar sobre os arquivos da ditadura é importante não apenas para os historiadores e outros pesquisadores que estudam esse período da história, mas também para todos aqueles que se interessam pela promoção de um debate coletivo sobre as políticas públicas de memória, sobretudo tendo em vista os impactos que essas políticas (ou a ausência delas) têm no processo de Justiça de Transição e na qualidade de nossa atual democracia.

Justiça de Transição

O Brasil vive, neste momento, uma clara luta política em torno dos significados da ditadura militar. Se há, por um lado, um movimento de extrema direita negacionista ou nostálgico dos tempos do autoritarismo, há, ao mesmo tempo, uma forte presença de intelectuais, agentes públicos e pessoas ligadas a movimentos sociais que lutam pela consolidação da Justiça de Transição. A pesquisa “Responsabilidade de empresas por violação de direitos durante a ditadura” se alia aos ideais desse segundo grupo, uma vez que seu objetivo, em última instância,

é viabilizar a abertura de inquéritos contra empresas por violações de direitos e ações civis públicas para impor reparação.¹¹¹

A justiça transicional envolve uma pluralidade de mecanismos que procuram responder, no domínio jurídico, aos crimes cometidos por regimes opressivos, a fim de assegurar responsabilização e a administração da justiça. O conceito começou a ser desenvolvido na década de 1990, a partir da análise de experiências de diversos países na condução de suas transições à democracia, após o colapso de regimes ditatoriais ou após conflitos internos, nos quais houve sistemática violação de direitos humanos.¹¹²

Na América Latina, o processo transicional ocorreu de forma e em intensidades variadas em diferentes países. Na Argentina, a Comissão da Verdade foi instalada já em 1983, logo após o fim do regime militar. Seus trabalhos, concluídos no ano seguinte, levaram a que mais de 2 mil pessoas fossem processadas por crimes cometidos durante a ditadura. Indivíduos

111 A reflexão intelectual e acadêmica tem mantido um diálogo produtivo – ainda que nem sempre fácil e pacífico – com os promotores de políticas públicas e com os movimentos sociais. O projeto “Responsabilidade empresarial por violação de direitos durante a ditadura” é um exemplo disso. Uniu, em torno da investigação das treze empresas, professores e pesquisadores de diferentes universidades do país, juristas, funcionários do MPF e representantes da sociedade civil, em especial o Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas (IIEP).

112 Marlon Weichert (2018) aponta três experiências que impulsionaram a Justiça de Transição. A primeira foi a da América do Sul que, após ditaduras militares violentas, experimentou a retomada da democracia. A segundo foi a da África do Sul, depois do fim do sistema de segregação racial, conhecido como apartheid. E a última foi a dos países do extinto bloco soviético na Europa oriental e central, posteriormente à queda do Muro de Berlim.

que exerciam cargos de poder e possuíam altas patentes não foram poupados. Entre os condenados, por exemplo, estavam dois ex-presidentes da República: Jorge Rafael Videla e Reynaldo Bignone, ambos condenados à prisão perpétua e falecidos no cárcere.

Em 1985, quando foi realizado em Buenos Aires o julgamento dos ex-comandantes das Juntas Militares, se firmou um paradigma que balizaria a Justiça de Transição e as políticas de memória referente às ditaduras latino-americanas a partir de então: a concepção dos indivíduos como portadores de direitos inalienáveis e das instituições do Estado como responsáveis por garantir a validade e o cumprimento desses direitos (Jelin, 2017). A Argentina tornou-se, assim, um modelo, inclusive para o Brasil.

Em nosso país, entretanto, a memória da ditadura militar e o que podemos entender como Justiça de Transição se configurou de uma forma muito específica. Aqui, encontrou obstáculos, que só recentemente começaram a ser derrubados. O primeiro foi jurídico. Durante muito tempo, houve um entendimento de que a Lei de Anistia (nº 6.683/1979), sancionada pelo presidente João Batista Figueiredo, beneficiava com impunidade os agentes da repressão. A lei concedia perdão aos crimes políticos, praticados pelos opositores do regime, mas também aos crimes conexos, cometidos pelos militares e outros agentes do Estado.

Atualmente, no entanto, vários juristas contestam essa interpretação tradicional, argumentando que crimes como tortura, assassinatos e desaparecimentos forçados, cometidos

durante a ditadura, constituem graves violações dos direitos humanos e crimes contra a humanidade e, portanto, não podem ser anistiados. Além disso, casos de ocultação de cadáver se consumam continuamente no tempo, sendo por isso também imprescindíveis.¹¹³

Essa reinterpretação da lei tem ganhado força nos últimos anos, principalmente devido à jurisprudência internacional. O Brasil foi condenado em, pelo menos, três casos pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. A primeira condenação foi em 2010 e se referia ao desaparecimento forçado de 62 pessoas durante a Guerrilha do Araguaia, entre 1972 e 1974. A segunda foi em 2018, devido ao assassinato do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do Doi-Codi, em São Paulo, em 1975. A terceira ocorreu em 2025, devido à prisão arbitrária e tortura de Denise Crispim, grávida na época, e a prisão, tortura e morte de seu companheiro Eduardo Collen Leite, o Bacuri, em 1970¹¹⁴. Em todos os casos, a Corte enfatizou a obrigação do

113 Ver <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2024-12/dino-propoe-que-lei-da-anistia-nao-vale-para-ocultacao-de-cadaver#> Acesso em: 11 jan. 2026.

114 Bacuri era um dos dirigentes da Ação Libertadora Nacional (ALN). Estima-se que tenha sido o militante torturado por mais tempo pelos agentes da repressão. Ele passou 109 dias consecutivos nas mãos de seus algozes, até ser executado. Na prisão, chegou a receber um exemplar da Folha da Tarde que noticiava sua morte. A versão dos militares, publicada de forma antecipada no jornal, foi que ele havia sido morto num tiroteio após fugir da prisão. Cf. Ribeiro et al, 2024 e <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/eduardo-collen-leite-bacuri/>. Acesso em: 15 jan. 2026.

Estado brasileiro¹¹⁵ de investigar, julgar e punir os responsáveis pelas violações, além de promover reparações às vítimas e familiares e garantir a não repetição dos crimes.

A Justiça de Transição pode ser entendida, em geral, como um acerto de contas com o passado recente e como uma tentativa de ruptura com uma cultura política caracterizada pelo desrespeito aos direitos humanos básicos, pela prática sistemática de tortura, desaparecimentos e assassinato de pessoas (Rodrigues, 2016). No Brasil, essa cultura não foi criada pelo regime militar, mas teve, nesse período, uma das suas expressões mais radicais, porque legitimada como política de Estado. Essa cultura também não teve fim com o processo de democratização do país e se perpetua em diferentes formas de violência.

Políticas de memória

A Justiça de Transição no Brasil tem se desenvolvido lentamente. Depois do fim da ditadura, o primeiro marco jurídico importante nesse campo ocorreu apenas em 1995, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, com a promulgação da Lei nº 9.140. Foi quando o Estado brasileiro reconheceu, pela primeira vez, sua responsabilidade por mortes e desaparecimentos ocorridos durante o período militar. A Lei criou também a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, e as famílias puderam exigir os atestados de óbito de parentes desaparecidos e reivindicar indenizações. Mas o Estado tirou

115 O Brasil aderiu à Convenção Americana sobre Direitos Humanos por meio do Decreto nº 678/1992.

de si a responsabilidade de identificar os crimes cometidos, passando o ônus da prova às famílias das vítimas. Eram elas que tinham que fazer o levantamento de documentos para responsabilizar o Estado. Além disso, não era prevista a punição de nenhum agente pelos seus crimes (Ribeiro e Bertol, 2021).

Outro passo foi a criação da Comissão de Anistia, em 28 de agosto de 2001, por meio da Medida Provisória n.º 2.151, posteriormente transformada na Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002. A Comissão tem a função de analisar requerimentos de anistia de pessoas que sofreram perseguição política durante a ditadura. Uma vez reconhecida a condição de anistiado, o indivíduo ou seus familiares ganham direito à reparação moral e econômica, essa última na forma de pensão ou indenização.

Um momento decisivo para a justiça transicional foi a instalação da Comissão Nacional da Verdade, em 16 de maio de 2012. CNV é um tema polêmico, que mobiliza debates acirrados e muitas críticas desde a época de sua criação. Apesar de sua importância na apuração de diversos crimes ocorridos durante a ditadura, sua ação foi considerada tímida, a começar porque, assim como a Lei 9.140, não se propôs a produzir justiça. Além disso, foi instalada quase 30 anos após o fim da ditadura e, quando os seus trabalhos começaram, a maior parte dos agentes do Estado, mandantes e executores das violências do regime, estava idoso ou já tinha morrido¹¹⁶.

116 O Brasil foi o último país da América Latina a criar sua Comissão Nacional da Verdade. A Bolívia foi o primeiro (1982) e o último foi a Colômbia (2005). Outros países foram: Argentina, Uruguai, Chile, Panamá, El Salvador e Guatemala. (Figueiredo, 2011, p. 105).

Apesar de suas limitações, a comissão teve um papel simbólico importante. Na sessão de sua instalação, a então presidenta Dilma Rousseff iniciou seu discurso chamando atenção para o fato de “verdade”, na tradição ocidental, ser exatamente o contrário de “esquecimento”. A questão merece atenção. A palavra verdade em grego é *aletheia*, formada pela junção do prefixo “a” (que significa não) com “lete” (que significa esquecimento). Lete, na mitologia antiga, era o rio de Hades, do inferno, e quem bebesse de suas águas cairia num profundo esquecimento. Aletheia, portanto, é o contrário de Lethe, e o Esquecimento, o oposto da Verdade. E, por isso, a verdade necessita do trabalho incessante da memória (Ribeiro e Bertol, 2021).

No caso da Justiça de Transição, especialmente no Brasil, essa associação é particularmente válida. Porque lembrar o golpe (que completou 60 anos em 2024) e o que foi a ditadura (que durou 21 anos) é um ato de resistência, de luta contra o autoritarismo, de contraposição às forças hegemônicas pelo poder que estas tentam exercer por meio do esquecimento ou do negacionismo. É em nome da verdade histórica, do compromisso com o que aconteceu, que a memória é valorizada em processos de Justiça de Transição¹¹⁷.

117 Não se trata, obviamente, de um apelo ingênuo, que postula a memória como uma dimensão de acesso direto, sem mediações, aos fatos do passado. A verdade, como sabemos, é uma categoria problemática. E a memória, por sua vez, está longe de ser um terreno seguro.

O acesso aos arquivos

No processo da busca pela verdade, na luta pelo direito à memória e à justiça, o acesso aos arquivos da ditadura militar é fundamental. Os documentos permitem que pesquisas históricas sejam desenvolvidas e que o passado, assim, seja mais bem conhecido. Os documentos são cruciais também para que os crimes cometidos sejam investigados e, uma vez comprovados, devidamente julgados. A abertura dos arquivos da ditadura, por isso, sempre foi um ponto crucial – e bastante conflituoso – da luta pela Justiça de Transição no Brasil.

Somente em 2005, vinte anos após o fim do regime militar, um decreto do presidente Lula determinou que os documentos datados do período da ditadura deveriam ser enviados ao Arquivo Nacional e disponibilizados ao público. Esses documentos, produzidos pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN), pela Comissão Geral de Investigações (CGI) e pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), estavam, até o momento, sob custódia da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), órgão vinculado à Presidência da República.

Trata-se de um conjunto documental único na América do Sul, devido à sua extensão: são cerca de 13 milhões de páginas de documentos textuais. Seu conteúdo permite vislumbrar o comportamento da imensa máquina interna de vigilância e repressão da ditadura militar brasileira (Rodrigues, 2016). O problema é que, mesmo com o decreto presidencial, grande parte desse acervo permaneceu, durante muito tempo, inacessível à consulta pública. Isso porque a Lei nº 11.111 manteve o sigilo

dos documentos classificados como secretos ou ultrassecretos, que poderiam permanecer confidenciais por até 50 anos, período renovável indefinidamente.

O descontentamento em relação a essa situação levou ao protesto de vários membros da sociedade civil. Nesse contexto, foi organizado o Desarquivando o Brasil, movimento que reuniu juristas, historiadores, familiares de vítimas e outros ativistas. O grupo exigia a liberação imediata dos documentos da ditadura, em especial aqueles ligados à repressão política e, em janeiro de 2009, distribuiu uma petição defendendo a inconstitucionalidade da Lei do Sigilo no Fórum Social Mundial, que ocorreu no Brasil (Brito, 2013, p. 247).

Naquele mesmo ano, o Estado brasileiro começou a estabelecer mecanismos especificamente concebidos para resolver o problema da documentação produzida por agências de inteligência e da repressão política. O primeiro passo foi a criação do Centro de Referência em Lutas Políticas no Brasil - Memórias Reveladas, pela então ministra da Casa Civil, Dilma Roussef. O Centro de Referência reuniu, numa mesma base de dados, o acervo do Arquivo Nacional e dos arquivos regionais (documentos dos Gabinetes do Dops), além de documentos produzidos por diversos agentes públicos e particulares¹¹⁸.

Em novembro de 2011, já como presidenta do país, Dilma Roussef criou a Lei de Acesso à Informação (nº 12.527/2011),

118 Além do Memórias Reveladas, em 2013, foram disponibilizados, na sede do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, e em sua coordenação-regional, em Brasília, dois outros bancos de dados para acesso aos documentos da ditadura.

que impactou diretamente os arquivos da ditadura. De acordo com a nova lei, as informações dos documentos só poderiam ser classificadas como confidenciais se fossem essenciais à vida, à saúde ou à segurança da população ou do Estado, e os documentos ultrassecretos só poderiam permanecer confidenciais durante 25 anos, período renovável apenas uma vez.

Parte importante da divulgação dos conteúdos dos documentos da ditadura foi feita por iniciativa da Comissão Nacional da Verdade. A CNV recebeu poderes específicos para solicitar documentos às instituições militares. Seu trabalho levou à localização de diversos conjuntos documentais. Um deles é o acervo da Divisão de Informações da Petrobras, composto por mais de cem mil arquivos. Este acervo encontra-se atualmente disponível para consulta no Arquivo Nacional (Rodrigues, 2016).

Vale destacar um projeto importante nesse contexto: o Brasil Nunca Mais Digital. A plataforma, criada em 2013, disponibilizou cerca de 850 mil páginas de julgamentos movidos contra presos políticos, nos quais são descritas práticas de tortura e outras violações de direitos humanos. Essa documentação tinha sido coletada na década de 1980 sob a direção do Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns. O projeto foi executado pelo Ministério Público Federal.

Lacunas e ocultações

No Brasil, ao lado de iniciativas que visam o acesso aos arquivos da ditadura, como as mencionadas, existem ações e estratégias que objetivam ocultar ou destruir documentos

e informações, para impedir o seu acesso e, assim, limitar as possíveis histórias sobre o que aconteceu no país durante o período ditatorial. Estes movimentos contraditórios, que ora levam ao acesso à documentação da ditadura, ora o impedem, revelam a existência de tensões e contestações em torno da Justiça de Transição no país.

O historiador Vicente Rodrigues (2016) mostra detalhadamente, em sua dissertação de mestrado *Documentos (In)visíveis*, como existem lacunas significativas nos acervos da ditadura que estão no Arquivo Nacional, indício de que houve seletividade e expurgo de documentos antes do seu envio para essa instituição de guarda. O pesquisador registra também casos de destruição ilegal de acervos, como o episódio do incêndio intencional de centenas de documentos na Base Aérea de Salvador. Os papéis – provenientes de diversos órgãos da ditadura, como o SNI, o Dops/PE e o Centro de Informação da Aeronáutica (Cisa) – foram encontrados parcialmente destruídos, em dezembro de 2004. Uma denúncia foi feita à equipe do programa Fantástico, da TV Globo, que foi ao local e produziu uma reportagem sobre o assunto. Apesar de ter sido aberto um Inquérito Policial-Militar para investigar o ocorrido, o caso acabou arquivado.

O jornalista Lucas Figueiredo, em seu livro *Lugar Nenhum: militares e civis na ocultação de documentos da ditadura*, analisa alguns episódios que comprovam ser falsa a versão oficial de que seus arquivos militares foram totalmente destruídos em operações legais e rotineiras. Em primeiro lugar, uma vasta

quantidade de documentos sigilosos da ditadura foi divulgada, depois da abertura política, por meio de diversas reportagens publicadas em diferentes órgãos da imprensa brasileira¹¹⁹. Os jornalistas tiveram acesso à documentação devido a contatos pessoais com fontes no interior das Forças Armadas.

Uma dessas reportagens foi sobre o Projeto Orvil, revelado pelo próprio Lucas Figueiredo no jornal *O Estado de Minas* e na revista *Rolling Stone Brasil*¹²⁰, em julho de 2007. Orvil – a palavra “livro” ao contrário – é um relato de 919 páginas produzido pelo serviço secreto, em 1985, a mando do então ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves¹²¹. O relato, com a versão dos militares sobre a repressão, teve como base os documentos do Exército. Trazia informações importantes como, por exemplo, a data e o local da morte de militantes da Guerrilha do Araguaia e as unidades militares envolvidas na ação. Era uma prova cabal de que o Exército possuía documentos que formalmente negava existir. Por conta disso, logo familiares de desaparecidos políticos entraram com ação no Ministério Público exigindo que esses documentos fossem localizados. Em 2008, o MPF concluiu que havia, de fato, ocultação de arqui-

119 Lucas Figueiredo (2015, p. 170) cita, como exemplo, nove reportagens, ganhadoras do Prêmio Esso entre 1985 e 2011, que revelam histórias da ditadura, com base em documentos inéditos do período.

120 <https://rollingstone.com.br/artigo/o-livro-das-sombras/>. Acesso em: 21 jan. 2026.

121 O documento foi analisado em detalhes no livro *Olho por Olho: os livros secretos da ditadura*, lançado posteriormente por Lucas Figueiredo (2009).

vos, mas os militares continuaram negando, e nada foi feito a respeito.

Outro caso importante analisado por Lucas Figueiredo (2011) se refere a um conjunto de microfilmes com documentos miniaturizados produzidos pelo serviço secreto da Marinha na primeira metade dos anos 1970, localizados pelo repórter Leonel Rocha e divulgados em reportagens da revista *Época*, em 2011. Além dos documentos diversos produzidos pelo Cenimar (Centro de Informações da Marinha), o material incluía papéis de outros órgãos do sistema de repressão, como os serviços secretos do Exército e da Aeronáutica, o SNI, os Doi-Codi e a Polícia Federal. Continha o cadastro de espiões infiltrados nas organizações de esquerda, registro da morte de pessoas consideradas desaparecidas e relatos de agentes que confirmavam as práticas de tortura. A documentação conservava uma infinidade de provas de graves violações de direitos humanos e guardava informações que possibilitariam recompor todo o comando responsável por crimes como sequestros, assassinatos e ocultação de cadáver. Um dado interessante é que guardavam também a história da própria preservação dos arquivos da ditadura. Registravam, em detalhes, todos os procedimentos sistemáticos da migração de documentos de papel para microfilme, atestando que cópias de segurança eram sempre enviadas para Brasília.

Os microfilmes foram entregues à CNV, e uma comissão – formada pelos historiadores José Murilo de Carvalho, Ângela de Castro Gomes e Daniel Aarão Reis – analisou o material e

atestou sua veracidade e valor histórico. Os professores confirmaram também que se tratava de mais uma prova inconteste da existência de um vasto e inacessível acervo documental sobre a repressão.

As Forças Armadas são, claro, as grandes responsáveis por esta situação, porque se negam a dar informações sobre seus arquivos. Mas é importante lembrar que, desde 1985, nenhum dos governos, a despeito de suas diferenças políticas, tomou as medidas de investigação necessárias para tentar localizar esses arquivos ou criou mecanismos eficientes para torná-los acessíveis. Adotaram posturas ou indiferentes, como se o assunto não lhes dissesse respeito, ou cederam facilmente diante das negativas dos militares (Reis, 2013).

Considerações finais

Em abril de 2016, ao expressar seu voto na Câmara a favor do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o então deputado Jair Bolsonaro afirmou: “Perderam em 64. Perderam agora em 2016.” E declarou seu voto à memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra e às forças armadas do Brasil. Brilhante Ustra foi chefe do Doi-Codi em São Paulo, órgão de repressão política do governo militar, entre 1970 e 1974. Segundo a CNV, sob seu comando, ao menos 50 pessoas foram assassinadas ou desaparecidas e outras 500 foram torturadas. E, naquele momento, do impeachment, Ustra era o único militar reconhecido oficialmente pelo Estado como torturador.

Jair Bolsonaro se tornou presidente da República em janeiro de 2019. Durante seu governo, cresceram as manifestações públicas em exaltação à ditadura militar. Em inúmeras ocasiões o político, seus filhos e aliados discursaram pedindo intervenção das forças armadas e mesmo a restituição do Ato Institucional n. 5. Foi com palavras de ordem dessa natureza, que foram realizados os ataques à sede dos três poderes, em Brasília, em 08 de janeiro de 2023 (Ribeiro e outros, 2025).

A ditadura militar é, como se costuma dizer, um passado que não quer passar¹²². Como um trauma não elaborado, a experiência histórica desse período permanece como um problema mal resolvido, que continua aflorando sintomaticamente (Telles, 2021). Nos últimos anos, num contexto de forte polarização e instabilidade política, esse período da história tem ocupado o centro de uma disputa de narrativas e vem sendo apropriado por grupos de direita no fomento de interpretações falaciosas e na incitação de ódios e violências.

A construção de uma história e uma memória coletiva sobre ditadura, fortemente fundamentadas em provas documentais, é essencial na luta contra todas as formas de negacionismo e manipulação do passado e, por isso, tem um forte apelo heurístico e moral. Lembrar é um imperativo categórico. É preciso lembrar para que não se repita, como diz a máxima.

122 A expressão foi cunhada pelo historiador Ernst Nolte para se referir à experiência do nazismo na Alemanha, que, segundo ele, recusa-se a se tornar um “passado histórico”, mantendo-se vivo como uma carga de culpa e um fantasma no presente. No Brasil, inspirou o título do livro organizado por Pinto e Martinho (2013).

O passado é um elemento fundamental não só para compreensão de situações do presente, mas também para fundamentar nossas ações em relação ao futuro.

As instabilidades de sentido em relação ao nosso passado ditatorial – que fazem dele, hoje, um elemento importante na luta política, em especial entre as forças progressistas e a ultradireita – dizem respeito, sem dúvida, à forma como nós, como coletividade, lidamos até agora com esse passado. A transição democrática brasileira não resultou em uma ruptura com o regime, mas foi um processo de reforma gradual, negociada, conciliatória. A Lei da Anistia, de 1979, tentou equiparar vítimas e algozes da ditadura, e funcionou durante muito tempo como um entrave para a Justiça de Transição.

Apesar de o Brasil possuir o maior acervo público do período da ditadura, há muitas lacunas na documentação disponível e pouca informação sobre casos de tortura, assassinatos e ocultação de cadáveres, o que torna o material limitado para implicação legal dos agentes da repressão. Os arquivos que poderiam fornecer dados desse tipo – como os do Centro de Informação do Exército (CIE), Cisa e Cenimar – nunca vieram a público. Os militares até hoje não deram à sociedade respostas razoáveis sobre o destino desses arquivos. Por outro lado, nenhum governo civil cobrou, com o devido rigor, uma posição a esse respeito. Formou-se entre as elites políticas uma espécie de acordo silencioso. Em nome de uma suposta reconciliação e pacificação nacional, os sucessivos governos civis evitam o confronto com os militares¹²³.

123 Em 2024, Lula vetou qualquer ato oficial ou manifestação do seu governo em relação ao aniversário de 60 anos do golpe militar. O

A verdade é que, apesar das lutas e resistências de setores da sociedade civil e da intelectualidade, o Estado brasileiro nunca promoveu – e pelo jeito continua sem querer promover – uma política de memória eficaz em relação à ditadura militar, como aliás também não fez com outras experiências de violência do nosso passado histórico, como a escravidão e o genocídio indígena. Essa posição constituiu um entrave no avanço da Justiça de Transição no país e para a conclusão efetiva do nosso processo de redemocratização.

Os processos sistemáticos de produção de esquecimentos e relativizações em relação à ditadura tem consequências profundas na qualidade da nossa democracia. E isso nos impõe o dever de memória. É preciso lembrar para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça. Mas é preciso igualmente demandar justiça para aqueles que cometeram crimes no passado (seja pessoas, instituições ou empresas) e exigir reparação (financeira ou simbólica) para as vítimas desses crimes. E, acima de tudo, é preciso lutar contra a herança maldita do autoritarismo, que ganha forma hoje nas tentativas de golpe de Estado, como a de 8 de janeiro, mas que também se perpetua na violência policial, na ação das milícias, nas diferentes formas de racismo e preconceitos de que são vítimas em especial os povos originários, as comunidades quilombolas e as populações mais pobres do nosso país.

presidente declarou que não queria ficar “remoendo” o passado e que era preciso “tocar o país para a frente”. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/03/ministerio-cancela-ato-sobre-60-anos-do-golpe-militar-apos-decisao-de-lula.shtml> Acesso em: 20 jan. 2026.

Referências bibliográficas

BRITO, Alessandra Barahona. “Justiça Transicional’ em câmera lenta: o caso do Brasil”. In PINTO, Antônio Costa e MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (orgs). **O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FIGUEIREDO, Lucas. **Olho por Olho: os livros secretos da ditadura**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

FIGUEIREDO, Lucas. **Lugar Nenhum: militares e civis na ocultação de documentos da ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

JELIN, Elizabeth. **La lucha por el pasado: cómo construimos la memoria social**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2017.

REIS FILHO, Daniel Aarão. “O governo Lula e a construção da memória do regime civil-militar”. In PINTO, Antônio Costa e MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (orgs). **O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart e outros. **A Serviço da Repressão: Grupo Folha e violações de direitos na ditadura**. Rio de Janeiro: Mórula, 2024.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart e BERTOL, Rachel. “Mídia e memória da ditadura brasileira: a história e os usos políticos do passado”. In **Rumores**, número 29, vol. 15, jan.-jun. 2021. Acessível em: <https://revistas.usp.br/Rumores/article/view/181756>

RIBEIRO, Ana Paula Goulart, HELLER, Barbara, SANTA-CRUZ, Lucia, NUNES, Mônica Ferrari, PERAZZO, Priscila. **Gestos Mnemônicos e Disputas de Memórias: monumentos em tempos de iconoclastia**. Pontes: Campinas, 2025.

RODRIGUES, Vicente Arruda Câmara. **Documentos (In)visíveis:** arquivos da ditadura militar e acesso à informação em tempos de justiça de transição. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

TELES, Edson. **Democracia e Estado de Exceção:** transição e memórias políticas no Brasil e na África do Sul. São Paulo: Editora Unifesp, 2021.

WEICHERT, Marlon Alberto. “Apontamentos sobre Justiça de Transição”. In **Justiça de transição, direito à memória e à verdade:** boas práticas. Brasília, MPF, 2018.

CAPÍTULO 15

Historicidades no Contemporâneo: história, política e cultura num país em ebulição

*Cláudia Fontinelles*¹²⁴

A história: entre as mídias e o tempo

Em tempos de tempestades
Diversas adversidades
Eu me equilíbrio e requebro
É que eu sou tal qual a vara
Bamba de bambu-taquara
Eu envergo, mas não quebro
Eu envergo, mas não quebro
Não é só felicidade
Que tem fim na realidade
A tristeza também tem.
(Carlos Rennó / Lenine)

Tentar não sucumbir diante dos desafios do presente é o que pretendemos aqui, nesta conversa. Suponho que também tenha sido o que pretenderam os organizadores do evento Mídias e Dimensões do Tempo, cuja visibilidade e abrangência expandiram-se nesta edição, que conta com pesquisas oriundas de diferentes países e de áreas do conhecimento distintas. Cumprimento a Comissão Organizadora e a todos que trabalharam

124 Doutora. Professora da Universidade Federal do Piauí (Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil e Pós-Graduação em Ciência Política). Bolsista em Produtividade Científica do CNPq. E-mail: cfontinelles@gmail.com.

para seu êxito, pela relevância da proposta, especialmente os integrantes dos cursos de Comunicação e de História, que me convidaram para participar com essa fala/escrita, a que, como amante da História que sou, nomeio de Historicidades no contemporâneo: história, política e cultura num país em ebulição.

Primeiro, sinto a necessidade de promover inferências a respeito do título atribuído ao evento e, a partir de meu campo de conhecimento, discutir a relação das mídias com as dimensões do tempo. Mídias aqui serão pensadas por mim de acordo com a concepção proposta por Patrick Charaudeau, quando ele classifica as “mídias da informação” de maneira restrita “como o conjunto dos suportes tecnológicos que têm o papel social de difundir as informações relativas aos acontecimentos que se produzem no mundo-espaço público: imprensa, rádio e televisão” (Charaudeau, 2018, p. 21). A partir dessa aceção, abordaremos as mídias em sua abordagem histórica e sua atuação no cenário político brasileiro recente, mais especificamente entre os anos da reeleição de Dilma Rousseff e sua destituição por um processo de impeachment, ao qual denomino de golpe. Explico mais adiante o porquê dessa denominação.

Tão importante quanto esclarecer nosso entendimento sobre mídias neste trabalho, é enveredar por outra provocação proposta pelo título do evento: “Dimensões do tempo”, este que é “material fundamental” dos historiadores (Le Goff, 2003). Aqui, pensamos o tempo não como um agente autônomo, entificado, mas a partir dos modos que esse tempo pode ser expe-

rienciado e pode assumir, a partir das “coisas que acontecem no tempo” (Ankersmit, 2021, p. 55, grifos do autor).

Nesse mesmo sentido, Jacques Le Goff recorre a Lucien Febvre para relacionar o trabalho historiográfico à sua íntima imbricação com o tempo, ao proclamar que a história interessasse pelo passado em função das necessidades que se lhe apresentam no presente, de uma maneira que seja “em função da vida que ela interroga a morte” (Febvre, 1949, p. 438 apud Le Goff, 2003, p. 26).

Porém, é importante salientar que, para todas as áreas do conhecimento, o tempo é uma categoria complexa e difícil de definir e de lidar, sobretudo, para a história, pois “o futuro da história não é o resultado simples do passado, embora este traga conselhos, experiência e esperas retroativas” (Reis, 1994, p. 83), posto que ela se relaciona, simultaneamente, com uma percepção do passado como a concebida por Reinhart Koselleck (2007), que adota duas categorias analíticas: a de campo de experiência (que seria um passado atualizado) e a de horizonte de expectativa ou de espera (que seria o futuro atualizado no presente).

Na perspectiva defendida pelo historiador brasileiro José Carlos Reis (1994), o tempo apresenta as seguintes características, quando pensado como tempo da consciência ou tempo reflexivo: é inapreensível; é essencialmente evento; por ser evento, é vivido como terror; e por ser terror, as sociedades evitam conviver com ele e criam estratégias de evasão.

Somente em sua condição de tempo reflexivo é possível pensar o tempo como evento, pois enquanto o tempo físico é

reversível, contínuo, homogêneo e objetivo, parece eterno e não é consciência em si; o tempo da consciência é irreversível, descontínuo, heterogêneo, subjetivo, instável, finito.

Assim, segundo Reis (1994), esse tempo, que é um ser que muda e não pode ser apreendido, “só pode ser vivido como terror”, pois em sua contínua mudança “ele é portador do nada”, que é o próprio “ser inapreensível do tempo”. Nesse sentido, o tempo:

Não se apreende, porque seria o próprio nada, o anti-ser. Mas um nada terrivelmente real. Ele é a expressão da finitude, o portador da destruição e da morte. Ele é irreversível, intransigente, autoritário, indiferente, a lei absoluta do relativo. Pior: ele não é o nada absoluto, isto é, um não-ser que não se apreende de forma alguma. Ele é um nada relativo, isto é, um ser relativo. Ele é ser e não-ser, presença e ausência. Ele é a consciência do não-ser, presença do nada, continuidade da transitoriedade, lembrança do esquecimento, ser da finitude, processo de produção do nada (Reis, 1994, p. 166).

E prossegue o historiador: “Se ele tivesse só um lado, o da ausência, ele não seria experimentado como terror, pois nenhum ser estaria presente para saber da ausência” (Reis, 1994, p. 166). Nesse sentido, o presente texto visa discutir como é possível tratar esse “terror” que é abordar questões referentes à história do tempo presente no cenário político e social brasileiro e escrever essas “Historicidades no contemporâneo” relacionando história, política e cultura no que denominamos um “país em ebulição”, como referência explícita à denomina-

ção feita por Ozof acerca do que ele entendia como uma história do presente, feito por aqueles que a viviam a quente, no momento de sua feitura enquanto vida, e a transformavam em estudo (Bédarida, 2006).

Por ousadia, eu considero que a história que abordo neste trabalho está em ebulição, pois não só está em movimento e em disputa, como continua com manifestações articuladas a esse momento que refletimos sobre essa história e operando efeitos sobre o tempo que tenta transformar esse período em história escrita, refletida, contada, narrada.

Os “intérpretes privilegiados do tempo” (nós, historiadores), na definição de um filósofo - Paul Ricœur - (Ricœur, 1994), somos compelidos a todo instante a nos posicionar. Não é fácil nem tampouco simples. Requer coragem; requer rigor acadêmico-científico, para, diante de nossa própria subjetividade, que nos remete a voltar nossa atenção a esse tempo, não sucumbir a uma história como mera expressão de impressões pessoais e personalísticas, mas a trate como matéria-prima de um ofício tão exigente como o da comunidade historiadora.

Uma história em ebulição

Qualquer leitura diante de uma tormenta corre o sério risco de ficar comprometida pela turbulência da circunstância. É por isso que o rigor metodológico é quase impositivo.

Se narrar a história é, invariavelmente, um desafio, narrar a “história a quente” insinua-se como um risco que pode comprometer inclusive a validade da escrita acadêmico-científica,

sobretudo em tempos de uma história “em ebulição”, como os vividos por nós.

Mas mesmo os historiadores que não estudam a história do tempo presente não podem esquecer da orientação de Walter Benjamin, quando este ratifica que “a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’” (Benjamin, 1996, p. 229-230).

Mergulhar nas águas do presente é um risco que se impõe sobre nós e pode comprometer nossa existência como fiáveis “intérpretes desse tempo”.

Todavia, omitir-se diante das águas caudalosas que o presente nos impõe é não apenas uma fuga, mas um risco que corremos de lançar nosso ofício num “autismo” socioacadêmico (Rioux, 1999, p. 50). E nessa alusão ao pensamento do historiador francês não há a menor inferência de nossa parte sobre outras áreas do conhecimento, em especial as do campo da saúde, mas uma referência direta às várias restrições comunicacionais que se impõem sobre nosso ofício no tempo hodierno.

Escolhi para abordar em minha fala o processo de impeachment/golpe contra a presidenta Dilma Vana Rousseff – não o processo em si – mas seus antecedentes e os indícios que já o anunciavam nas matérias jornalísticas veiculadas nas mídias empresariais do país, em suas plataformas digitais. Analisamos declarações proferidas pelos adversários do governo e publicadas nos veículos de comunicação, bem como as abordagens feitas por esses dispositivos midiáticos acerca das acusações

feitas, entre os anos de 2014 e 2016, e as matérias a respeito dos relatórios técnicos que absolveram a presidenta das acusações que lhe foram imputadas.

Primeiro, defendo que foi golpe o que houve contra o mandato da primeira mulher eleita e reeleita à presidência do Brasil (eleições de 2010 e 2014), cujo mandato foi interrompido em 2016, e que esse golpe apresentou diferentes vieses: parlamentar, empresarial, jurídico, midiático (e as fontes mais recentes indicam que não foram apenas essas dimensões, mas, pela natureza desse texto, me deterei em sua dimensão midiática e suas imbricações com as outras três dimensões).

Em segundo, defendo que o golpe não ocorreu sem uma mobilização social que o combatesse, tampouco sem resistências contra si e contra seus efeitos, isto é, contra as reformas impostas pelo governo do vice-presidente que aderiu e coordenou o golpe e assumiu a presidência do Brasil – Michel Miguel Elias Temer Lulia (2016-2018) – e as reformas implantadas contra a sociedade brasileira.

Adoto como corpus documental, além das legislações brasileiras, matérias jornalísticas e fotografias publicadas por grupos de comunicação corporativos e pela mídia alternativa. Os primeiros assumiram-se como francos defensores da defenestração de Dilma Rousseff do poder e contribuíram efetivamente para isso; os demais atuaram como caixa de ressonância dos movimentos sociais que avisavam sobre os riscos que o país corria de golpe e dos danos sociais que isso geraria. Passaram a denunciar os interesses e acordos que enredavam

esse processo de golpe travestido de legalidade e punham em relevo as discrepâncias entre o que era pretendido e o que se pronunciava, como no discurso de combate à corrupção como alegação para mobilizar a sociedade pelo fim do mandato da petista, quando os interesses eram outros bem distintos, como a implantação de um projeto neoliberal mais voraz sobre a máquina pública do país.

Antes de tudo, é necessário reconhecer que este é um passado em franca disputa e que há divergências entre as narrativas construídas a respeito do impeachment/golpe, inclusive no campo dos amantes da História, mas que a predominância entre os historiadores brasileiros é de que nossa democracia estava sob risco desde então (Mattos, Hebe; Bessone, Tânia; Mamigonian, 2016, p. 10).

Expressiva parcela de nossos colegas de ofício recusou uma postura de indiferença e de apatia diante desse processo – que pudesse se travestir do simulacro de “imparcialidade científica” ou de distanciamento temporal, em que o sujeito que investiga deveria se afastar do objeto estudado, conforme advertem (equivocadamente a meu ver!) críticos da história do tempo presente, como Jean-Jacques Becker (2006).

Pelo contrário, na esteira do que ensinam Walter Benjamin (1996), Marc Bloch (2001), François Bédarida (2006), Jean-Pierre Rioux (1999), Marieta Ferreira (2012), Ângela de Castro Gomes (2014), assumimos os riscos – profissionais e pessoais – que estudos como este suscitam, sobretudo porque foram produzidos no turbilhão das tensões e fraturas que envolve-

ram a sociedade brasileira durante o processo de cassação do mandato presidencial, mais especificamente no ano de 2016, desde a admissibilidade do processo na Câmara Federal, em 17 de abril (367 votos favoráveis e 137 contrários ao afastamento da presidente eleita para instauração do processo de impeachment), a condenação no Senado, em 31 de agosto do mesmo ano (61 votos favoráveis e 20 contrários ao afastamento definitivo da presidenta do cargo) e o que isso derivou em nossa história recente (Fontineles; Silva, 2025).

Entendo que a proximidade temporal dos pesquisadores em relação ao fenômeno histórico analisado, encarada por alguns historiadores como fragilidade no ofício, por não ter demandado transcurso e afastamento temporal – o que supostamente comprometeria a objetividade necessária a um trabalho com credibilidade –, significa o seu contrário, pois evidencia a coragem de quem não se intimidou em denunciar uma nova modalidade de golpe político, alicerçado na aparente legalidade jurídica e institucional.

Uma história em disputa

Sustento esse argumento a partir do que considero como arbitrariedades manifestadas no processo, como o descumprimento do preceito constitucional e do que estabelece a Lei 1.079/1950 – conhecida também como Lei do Impeachment – quanto à exigência da apresentação da materialidade do crime de responsabilidade a que fora impingido à Dilma Rousseff para afastá-la do mandato conquistado com mais de 54 milhões de

votos, como viriam a confirmar sentenças emitidas pelas autoridades fiscais e judiciais, sejam os técnicos do Senado Federal ainda no decorrer do processo ou a posteriori, como mostram as matérias publicadas no site G1, pertencente ao Grupo Globo de Comunicações, com notória linha editorial contrária ao governo de Rousseff.

IMAGEM 01



JORNAL NACIONAL

Edição do dia 27/06/2016
27/06/2016 21h29 - Atualizado em 27/06/2016 21h29

Perícia conclui que Dilma não participou de pedaladas fiscais

Já decretos suplementares foram resultado de ação direta dela, afirmam técnicos. Perícia foi feita a pedido da defesa da presidente afastada.

Fonte: G1, 27 jun. 2016.

Na referida matéria disponibilizada no site da maior empresa de comunicação do país, com acesso aberto, já no ano de 2016, durante o curso do processo, um grupo de peritos do Senado Federal inocentaram a presidenta das acusações de “pedaladas fiscais”:

A comissão do impeachment recebeu nesta segunda-feira (27) o resultado da perícia nos documentos do processo. Os técnicos concluíram que as chamadas

pedaladas fiscais não tiveram a participação da presidente afastada, mas foram ilegais, e que os decretos suplementares foram resultado de ação direta de Dilma Rousseff (Perícia..., G1, 27 jun. 2016 – grifo nosso).

Embora a matéria admita a inocência da presidenta em relação às acusações que sofria, que foram a base de fundamentação e o motivo do pedido de impeachment, que justificara a admissibilidade desse pedido desde 17 de abril pela Câmara Federal dos Deputados, e seu afastamento provisório após a aprovação da abertura do processo pelo Senado Federal, em 12 de maio de 2016, e seu afastamento definitivo em 31 de agosto daquele ano, o portal de notícias, em texto não assinado, tenta promover ilações a respeito de seu envolvimento naquilo que a perícia já havia lhe inocentado.

É importante salientar que o resultado da perícia fora divulgado antes da votação final de seu afastamento pelo Senado, o que explicita e confirma a tese de que foi inconstitucional o impeachment que a ex-presidenta sofreu, configurando-se como golpe, haja vista que a Constituição Federal de 1988 e a Lei 1.079/1950 exigia a comprovação da existência de crime de responsabilidade para que houvesse impedimento no cargo político mais elevado da República. Não existindo tal crime, não haveria condenação válida, por não tipificação de prática delituosa que constituísse crime de responsabilidade, como os vários portais e sites de comunicação noticiaram em agosto de 2023, ao informarem a inocência de Dilma:

IMAGEM 02



Fonte: CNN Brasil, 21 ago. 2023.

O site de notícias CNN Brasil – associado a um grupo empresarial de mídia dos Estados Unidos – noticia:

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) manteve nesta segunda-feira (21), por unanimidade, a decisão que arquivou a Ação de Improbidade Administrativa que investigava as supostas “pedaladas fiscais” atribuídas a ex-presidente da República Dilma Rousseff, ao ex-ministro da Fazenda Guido Mantega e ao ex-presidente do BNDES, Luciano Coutinho. Também foram beneficiados com a decisão o ex-presidente do Banco do Brasil Aldeir Bendine e o ex-secretário do Tesouro Arno Augustin. As acusações basearam o processo de impeachment de Dilma, em 2016 (Justiça... CNN Brasil, 21 ago. 2023).

Ironicamente, no mesmo dia em que era noticiada a inocência da ex-presidenta pelo Poder Judiciário, em agosto de 2023, na mesma página, o site da CNN Brasil também noticiava outra matéria envolvendo Dilma. Dessa vez, informava que a ex-gestora do Brasil assumia o cargo de presidente do Banco dos BRICS, oficialmente chamado de Novo Banco de Desenvolvimento (NDB)¹²⁵:

IMAGEM 03

Veja também -- Análise: Dilma assume como presidente do Banco dos Brics

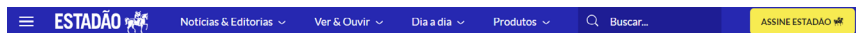


Fonte: CNN Brasil, 21 ago. 2023.

125 Os BRICS é um grupo formado por vários países emergentes - originalmente Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul—que atua como mecanismo de cooperação e articulação política para aumentar sua influência global e contrapor instituições tradicionais. O Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) foi criado para financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em países emergentes.

A notícia sobre a inocência de Dilma Rousseff também foi noticiada em um dos portais de notícia que mais produziram matérias críticas ao mandato da ex-presidenta - o Estadão:

IMAGEM 04



Notícia • Estadão / Estadão Verifica

Entenda por que o TRF-1 arquivou a ação contra Dilma por ‘pedaladas fiscais’

Postagens nas redes sociais afirmam que decisão inocentou ex-presidente e que invalidou processo de impeachment; veja o que dizem especialistas em Direito

Fonte: Estadão, 25 ago. 2023.

De acordo com esse veículo de comunicação:

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) em Brasília manteve, por unanimidade, o arquivamento da ação de improbidade contra a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) sobre o caso das “pedaladas fiscais”. Nas redes sociais, diversas postagens alegam que a decisão inocentou a ex-chefe de Estado e invalidou o impeachment. (Belic, Gabriel. Entenda por que o TRE-1 arquivou a ação contra Dilma por ‘pedaladas fiscais’. Estadão, 25 ago. 2023 – grifo nosso).

O evento da destituição ilegal de Dilma Rousseff do governo brasileiro é muito mais que apenas um evento político de curta duração, pois ele agrega diferentes níveis temporais, como salienta René Rémond ao tratar dos poderes que a história política carrega consigo, ao produzir “uma crônica com-

preensiva dos acontecimentos, do ponto de vista histórico” (Rémond, 2003, p. 11).

O golpe de 2016 destaca a persistência no Brasil de um passado colonial, escravocrata, latifundiário, oligárquico, patriarcal, excludente, dominado por uma elite antinacional, que impõe uma agenda que se diz liberal, mas está eivada do caráter conservador em relação à distribuição de riquezas do Estado, voltando as costas às políticas sociais de inclusão social (dos vários segmentos sociais excluídos) implantadas a partir dos governos que inseriram esses sujeitos na agenda política do país (Schwarcz; Starling, 2015).

A vocalização de um golpe

Mas o golpe foi-se configurando bem antes de 2016. Desde a acirrada disputa política que reconduzira Dilma Rousseff à presidência, em 2014, após vitória apertada no 2º turno contra Aécio Neves, do PSDB, explicitava-se a oposição que o projeto derrotado fez em diferentes frentes: impetrou uma ação no TSE contestando o resultado das urnas, liderou no Legislativo o travamento das pautas que interessavam ao governo, além de uma ostensiva campanha de ataque de diferentes veículos de mídias empresariais ao governo, em geral, e contra a pessoa da presidenta, em específico. Essa campanha foi fartamente difundida na mídia do período:

TRABALHE NO GRPCOM E VIVA COMUNICAÇÃO

> Vida Pública

| auditoria de votos

PSDB contesta a reeleição de Dilma

Partido entra no TSE com pedido de auditoria especial na contagem de votos. Executiva tucana de São Paulo pede fiscalização internacional

Por Das agências 30/10/2014 às 21:36

5

Dê de presente



Aécio teve 48,36% dos votos na eleição do domingo passado (Foto: Nacho Doce/Reuters)

Publicidade

Fonte: Gazeta do Povo, 30 out. 2024.

A matéria, que trazia a fotografia do então candidato vencido nas urnas, informava que o partido do PSDB contestaria o resultado das eleições, inaugurando um período de contestação à legitimidade do processo eleitoral que se repetiria em futuras eleições e abalaria o sistema democrático do país:

O PSDB decidiu contestar o resultado do segundo turno da eleição presidencial em que a presidente Dilma Rousseff (PT) venceu o tucano Aécio Neves. Numa frente menos incisiva, o partido entrou com um pedido no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para que seja feita uma “auditoria especial” no resultado das eleições. Nessa ação, o partido alega que o objetivo não é colocar em dúvida a lisura do resultado, mas esfriar as teorias conspiratórias que circulam na internet de que a eleição foi fraudada. Em outra linha mais dura, a executiva do PSDB da cidade de São Paulo, maior diretório municipal do partido, aprovou uma nota contestando o resultado do segundo turno da eleição presidencial e pedindo uma auditoria do resultado, de preferência internacional (PSDB contesta eleição de Dilma. Gazeta do Povo, 30 out. 2014).

Como não se vira desde a redemocratização do Brasil, na década de 1980, um grupo político – e de prestígio – contestava o resultado eleitoral e, com isso, apesar de negar, contestava a própria lisura de todo o processo eleitoral e o sistema de justiça eleitoral, que coordenou e legitimou todo o processo. A matéria jornalística apenas noticia e não faz análise do que isso significava para os sistemas político, judiciário e social brasileiro, bem como para toda a base de sustentação de uma democracia liberal representativa, como era e é a brasileira. Além disso, não oferece nenhuma oportunidade de autoridades do sistema judiciário eleitoral ou do partido vencedor manifestarem-se a respeito das acusações, como, aliás, passou a ser o padrão na maioria das notícias veiculadas a esse respeito, desde então, por esses canais de notícia.

Vencida a tentativa de impedir sua diplomação e posse, mesmo após assumir o segundo mandato, Dilma Rousseff en-

controu empedernida oposição e dificuldades em governar. O principal oponente derrotado, Aécio Neves, liderou uma campanha permanente contra seu governo, a ponto de vocalizar publicamente seu interesse em interromper o mandato iniciado em janeiro de 2015, como declarou na convenção de seu partido, o PSDB, em julho de 2015:

IMAGEM 06

O GLOBO POLÍTICA BUSCAR

Em convenção, Aécio diz que Dilma não concluirá mandato e faz apelo por unidade no PSDB

Para senador, reconduzido à presidência do partido, escândalos de corrupção mostram 'vale tudo' pelo poder

Isabel Braga e Fernanda Krakovics
05/07/2015 - 10:57 / Atualizado em 07/07/2015 - 06:54

f t w | Newsletters



O senador Aécio Neves (PSDB-MG) na convenção Foto: Jorge William / Agência O Globo

Fonte: O Globo. 5 jul. 2015.

A matéria explicita os elementos centrais que seriam usados no golpe contra a mandatária da presidência no Brasil,

delineando não apenas a intenção de propor o impeachment contra Dilma Rousseff, mas também os argumentos que adotariam para isso: a acusação de improbidade administrativa, alegando as supostas “pedaladas fiscais”. Mais uma vez, jornal apenas publicou as acusações do político à presidenta, sem que houvesse a apuração do que fora declarado ou a apresentação de qualquer contraponto pelos membros do governo, em posição que indicava uma postura tendenciosa ou mesmo que se assemelhava à de uma assessoria de imprensa do candidato derrotado:

Cobrado por uma parte do PSDB e por organizações da sociedade civil, que são favoráveis a um pedido de impeachment, o tucano voltou a apostar, em outro trecho de seu discurso, que Dilma não ficará mais quatro anos no Palácio do Planalto.

- Esse grupo político que está aí caminha a passos largos para a interrupção do seu mandato. [...]. Convivemos com o uso de truques contábeis, as chamadas “pedaladas fiscais”, para fechar as contas do governo. Uma prática que pode levar a Presidente da República a ter suas contas rejeitadas (Braga, Isabel; Krakovics, Fernanda. Em convenção, Aécio diz que Dilma não concluirá mandato e faz apelo por unidade no PSDB. O Globo. 5 jul. 2015).

Uma matéria com esse teor de denúncias e com esse vaticínio acerca do abreviamento do mandato da presidenta, pela principal liderança de direita no Brasil, um senador da República, Aécio Neves, que também ocupava o cargo de presidente nacional do maior partido de oposição, o PSDB, requeria do veículo de mídia que publicou a reportagem – pertencente ao maior grupo empresarial de comunicação do país – e que tam-

bém assumira há muito tempo uma linha editorial explicitamente favorável ao declarante – um maior rigor na apuração dos fatos e na exposição da notícia. Pensar que isso tenha sido um descuido dos profissionais que assinam a matéria em relação aos protocolos de seu ofício é ignorar que há toda uma cadeia de produção jornalística até que a matéria seja publicada em um dos sites mais consultados – se não o mais consultado – pela sociedade brasileira naquele período.

Vários foram os veículos de comunicação a noticiarem esses ataques:

IMAGEM 07



DR Denise Rothenburg

postado em 06/07/2015 06:00 / atualizado em 06/07/2015 07:28



Fonte: Estado de Minas, 6 jul. 2015.

Ao tomar posse como presidente nacional do PSDB, Aécio ratifica o fim do governo de Dilma e conclama os correligionários a contribuírem para isso: “Esse grupo político que aí está caminha a passos largos para a interrupção do mandato. A verdade é que a presidente não governa mais”, e pediu aos militantes que levassem “o sentimento da coragem para fazer o que precisa ser feito” (Rothenburg, Denise. Aécio diz que Dilma não governa mais o Brasil, Estado de Minas, 6 jul. 2015 - grifo nosso).

A matéria não questiona a declaração, tampouco discute o que significava “fazer o que precisava ser feito”.

Na mesma cobertura do Estado de Minas que noticiara a declaração do ex-governador mineiro, há também a declaração de uma das mais expressivas autoridades do PSDB, José Serra, que concorreu à Presidência da República pelo PSDB em 2002 e em 2010. Ele afirmou, erroneamente, que aquela era a mais grave crise vivida e defendeu a implantação do parlamentarismo, apontando os caminhos para fragilizar o governo de Rousseff: a asfixia fiscal. Ele ainda fizera um alerta a seu grupo político para que não caísse “nas tentações de aprovar ‘loucuras fiscais’” (Rothenburg, Aécio..., Estado de Minas, 6 jul. 2015 - grifo nosso).

A partir de então, seguindo as orientações dos líderes, as oposições passaram a travar as pautas do governo no Congresso, o que dificultou a condução política e econômica do governo, levando à divulgação de campanhas difamatórias diuturnas nos canais da mídia corporativa contra o governo de Rousseff, que passou a enfrentar grande desgaste em sua popularidade.

A articulação feita entre o setor político, empresarial e midiático para se opor ao governo de Rousseff, a partir de lide-

ranças empresariais, teve no “Pato da Fiesp” sua mais eminente manifestação, a tal ponto de as mobilizações que se iniciaram contra o governo concentrarem-se na sede na Avenida Paulista, no coração do centro financeiro do país, o que ganhava ampla repercussão na mídia empresarial do país. Outros setores também se aliaram nesse processo, mas nesta análise dedico-me aos já mencionados (Fontineles; Silva, 2025; Mattos; Bessone; Mamigonian, 2016).

Declarações reveladoras

Os ataques ao governo de Dilma Rousseff ganhavam ressonância na mídia, principalmente quando feitos pelos principais representantes da oposição, como as elaboradas pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) numa palestra oferecida a um grupo empresarial, ao declarar: “‘Eu sempre digo: a presidente Dilma Rousseff merece um Prêmio Nobel ao contrário’, destacou, provocando risadas na plateia”.

Essa declaração foi publicada pelo site de notícias Infomoney, com uma linha editorial voltada à pauta econômica, que não só noticiou a crítica do ex-mandatário do Planalto, como enfatizou o riso da plateia, como forma de ridicularizar a então-presidenta, estratégia muito adotada pela mídia para construir uma imagem negativa de Dilma, principalmente em relação à sua capacidade cognitiva. O ex-presidente não se contentou em criticá-la tão somente, como estendeu as críticas a seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva, especialmente por considerar que ambos não admitiam aplicar práticas neoliberais às empresas públicas em seus governos:

“Durante o governo do presidente Lula, não houve nenhuma concessão de serviço público. Nenhuma, zero. Estrada, porto. E agora teve que fazer empréstimos abundantes através do BNDES porque o setor privado sozinho não iria. Com a condição de que o controle ainda fosse público”, ressaltou (Rizério, Lara. “Eu sempre... Infomoney. 10 abr. 2015).

A mídia não só publicava essas declarações, como não fazia contraponto às afirmações da oposição. Em agosto de 2015, o site do jornal Estado de Minas postou a declaração de José Serra, que, alegando comentar a baixa popularidade da presidenta, comparou a situação de Dilma à de João Goulart e à de Salvador Allende:

IMAGEM 08



Fonte: Estado de Minas, 6 ago. 2015.

A declaração do ex-ministro da Saúde de FHC parecia ser uma advertência ou uma ameaça ao governo logo no primeiro ano após a recondução de Dilma à presidência, sem uma reflexão crítica do veículo de comunicação sobre tal posicionamento:

Ao comentar a reprovação recorde da presidente Dilma Rousseff apontada pelo Datafolha, o senador José Serra (PSDB-SP) afirmou nesta quinta-feira, 6, que a aprovação popular da petista é pior que a de João Goulart e Salvador Allende às vésperas, respectivamente, dos golpes que os retiraram da Presidência no Brasil em 1964 e no Chile em 1973. Para o tucano, que foi derrotado em 2010 na corrida ao Palácio do Planalto por Dilma, a situação da presidente é “singular”. (Serra... Estado de Minas, 6 ago. 2015 – grifo nosso).

O site da família Marinho postou matéria com o mesmo teor da do Estado de Minas. O jornal carioca publicou às 16h02min do dia 6 de agosto de 2015; o jornal mineiro postou às 17h19min do mesmo dia, quase simultaneamente, apresentando um texto com abordagem muito semelhante, indicando a sintonia existente entre os grupos empresariais que controlavam as mídias no país, em seus fortes ataques ao governo:

IMAGEM 09



Serra diz que Dilma tem desaprovação maior do que Jango e Allende antes de serem depostos

Para o senador tucano, crítica veto parcial de Dilma à sua proposta que permite a Estados e municípios usarem recursos de depósitos judiciais

Cristiane Jungblut
06/08/2015 - 16:02 / Atualizado em 06/08/2015 - 16:03

Fonte: O Globo, 6 ago. 2015.

Segundo a matéria jornalística publicada no site, comentando uma pesquisa de opinião na qual o governo de Dilma apresentava 70% de rejeição, sem discutir quem promoveu tal pesquisa e as condições em que foi produzida, José Serra declarou:

“Em 1964, houve o golpe militar. Se pegasse uma pesquisa do Ibope dez ou quinze dias antes, o João Goulart tinha o apoio de mais de 40% da população. Se vamos para o Chile, na época de Allende, que foi derrubado em 1973, uma eleição realizada seis meses antes teve uns 42%, 43% na eleição parlamentar” (Jungblut, Cristiane. Serra... O Globo, 6 ago. 2015 - grifo nosso).

A pretexto de analisar o cenário político e a redução na popularidade da presidenta eleita, o candidato que fora derrotado por Dilma nas eleições de 2010, quando ela chegou à presidência pela primeira vez, José Serra, termina por expressar o cenário de golpe que se avizinhava contra o governo da mineira. A declaração de Serra explicita aquilo que nem mesmo as esquerdas tinham se atentado até aquele momento ou, se tinham, minimizaram seus riscos, cuja manifestação já estava em andamento: o ataque contra a democracia brasileira por meio do golpe que interromperia o mandato de Dilma.

Sob a alegação de baixa popularidade – algo, aliás, que não está entre as prescrições legais para o impeachment no Brasil – o líder tucano refere-se ao cenário de golpes na América Latina como se fosse uma página normal e admissível na cena política democrática. Sem qualquer contraponto ou análise sobre

a gravidade de tal declaração, os veículos de comunicação veicularam-na como se fosse uma declaração admissível em um ambiente democrático. Tal declaração configurava-se como uma ameaça ao governo da época e ao sistema democrático nacional, e como tal deveria ter sido rechaçada; ameaça que se efetivara meses depois.

A declaração de uma das maiores lideranças do maior partido de oposição à época, proferida ainda em agosto de 2015, põe em evidência que a direita já vinha ela própria vocalizando as semelhanças entre o cenário vivido no Brasil, desde o fim das eleições de 2014, e o cenário vivido no Brasil e no Chile nas décadas de 1960 e 1970 – um contexto de golpes que impuseram ditaduras e interromperam vários avanços no âmbito social e trouxeram tantos danos à história dos dois países, assim como a de todos os países da América Latina violentados com as experiências ditatoriais.

Embora as manchetes dos dois sites de notícia usassem eufemismos como “derrubada” e “depostos” em seus títulos, as matérias internas não deixam dúvida do que ocorrera com João Goulart e Salvador Allende: destituição de seus mandatos por meio de golpes. Essa declaração do psdbista não pode ser entendida como uma declaração ingênua ou mera coincidência, ainda mais dita por aquele que fora o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) durante o golpe civil-militar de 1964, instituição posta na ilegalidade pela ditadura aqui implantada, e ele, perseguido, teve que se exilar no exterior, estudando e trabalhando em países como Bolívia e Chile, para

poder sobreviver à ditadura e ao clima de censura, perseguição e morte, que fora imposta a todos que a combateram (Ferreira; Gomes, 2014). Além disso, Serra teve que deixar o Chile, em 1973, após o golpe liderado por Augusto Pinochet contra Salvador Allende. Ele, portanto, conhecia intimamente os danos que os golpes geraram nos dois países.

A normalização desse tipo de declaração por expressiva parte da mídia e pelas instituições brasileiras contribuiu não só para a deposição da presidenta legitimamente eleita sem que houvesse comprovação de crime de responsabilidade, como também para que não houvesse sequer reação ou contestação a votos de dois deputados federais que evocaram o torturador de Dilma Rousseff durante a votação do afastamento na Câmara dos Deputados, nem tampouco mobilização das instituições democráticas contra a apologia à tortura nesse episódio.

O país parecia atônito diante do evento. E estava!

O papel da mídia independente foi decisivo no sentido de se contrapor às versões da mídia corporativa, o que contribuiu para a ampliação da mobilização social contra os rumos do golpe.

A cassação do mandato presidencial da 1ª mulher eleita e reeleita presidenta do Brasil, alicerçada em um projeto reacionário de país, excludente, rentista e misógino, que objetivava conter os avanços progressistas no campo sociopolítico que vinham ocorrendo nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), foi denunciada principalmente pelos textos dos sites da mídia alternativa (que

também tornaram-se canais audiovisuais na plataforma YouTube), como o Brasil 247, a revista Fórum, o Diário do Centro do Mundo (DCM), GGN, Nocaute, O cafezinho, Ópera Mundi etc.

A mídia corporativa atacava o governo e o de seu antecessor e gerava um clima de ódio à política, às esquerdas e aos movimentos sociais, semeando discursos que nutriam a ascensão do extremismo de direita no Brasil, que chegaria ao controle político do país por meio do voto direto, em 2018.

Esse percurso ficou registrado em diferentes meios midiáticos – seja em grupos de comunicação de grande circulação ou em sites de notícias; em veículos alternativos de imprensa virtual, disponíveis em plataformas digitais, ou ainda em páginas pessoais nas redes virtuais de comunicação.

Esses diferentes suportes de comunicação, além de romperem a hegemonia comunicativa das corporações de mídia, imprimiram um olhar renovado sobre o papel dos historiadores em relação à história do tempo presente, na medida em que ofereceram a possibilidade de utilização desses meios como fontes de entendimento e de pesquisa sobre esse período de nossa história. A história do tempo recente – filha do jornalismo e da Ciência Política – adotou esses suportes como fontes e como objetos de estudo no desejo de contribuir para a reflexão sobre as ameaças que todos corremos quando nos omitimos sobre o entendimento de nosso tempo.

Referências

ANKERSMIT, Frank R. Koselleck On “Histories” Versus “History”; **Or, Historical Ontology Versus Historical Epistemology**. *History and Theory*, v. 60, n. 4, 2021, p. 36-58.

BECKER, Jean-Jacques. O handicap do a posteriori. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da História Oral**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

BEDÁRIDA, François. Tempo presente e a presença da história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da História Oral**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

BELIC, Gabriel. Entenda por que o TRE-1 arquivou a ação contra Dilma por ‘pedaladas fiscais’. **Estadão**, 25 ago. 2023. Disponível em https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/entenda-por-que-o-trf-1-arquivou-a-acao-contradilma-por-pedaladas-fiscais/?srsltid=AfmBOortZ5jZ_WcgVtQMMQ_34_bQ3Gdw-d0DIS1kcNT9ym7ELq9y5hA8.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1996. Obras escolhidas, v. I.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Trad.: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2001.

BRAGA, Isabel; KRAKOVICS, Fernanda. Em convenção, Aécio diz que Dilma não concluirá mandato e faz apelo por unidade no PSDB. **O Globo**. 5 jul. 2015. Disponível em <https://share.google/bSDvd1G3hdis3vF6B>. Consulta em 22 set. 2025.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2018

DILMA ASSUME COMO PRESIDENTE DO BANCO DOS BRICS. **CNN Brasil**, 21 ago. 2023. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/justica-mantem-decisao-que-isenta-dilma-rousseff-de-pedaladas-fiscais/> acesso: 23 set. 2025).

Estado de Minas, 6 ago. 2015. Disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/08/06/interna_politica,675985/serra-diz-que-situacao-de-dilma-e-pior-que-a-de-jango-antes-da-derruba.shtml. Acesso 7 set. 2016.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela Maria de (org.). **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FONTINELES, Cláudia C. S.; SILVA, Nathiely. de A. Os sentidos do golpe: a imprensa, os parlamentares e as ameaças à democracia no Brasil (2015-2016). **Acervo**, [S. l.], v. 38, n. 2, p. 1-21, 2025. DOI: 10.64729/an.acervo.v38i2.2262. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/2262>. Acesso em: 29 dez. 2025.

GOMES, Ângela de Castro. Associação Brasileira de História Oral, 20 anos depois: O que somos? O que queremos ser? **História Oral**, v. 17, n. 1, p. 163-192, jan./jun. 2014

JUNGBLUT, Cristiane. Serra diz que Dilma tem desaprovação maior do que Jango e Allende antes de serem depostos. **O Globo**, 6 ago. 2015. Disponível em <https://oglobo.globo.com/politica/serra-diz-que-dilma-tem-desaprovacao-maior-do-que-jango-allende-antes-de-serem-depostos-17106229>. Acesso em 23 set. 2016.

JUSTIÇA MANTÉM DECISÃO QUE ISENTA DILMA ROUSSEFF DE “PEDALADAS FISCAIS”. **CNN Brasil**, 21 ago. 2023. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/justica-mantem-decisao-que-isenta-dilma-rousseff-de-pedaladas-fiscais/> acesso: 23 set. 2025).

KOSELLECK, Reinhardt. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad.: Bernardo Leitão [et. al], 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. (org.). **Historiadores pela democracia**: o Golpe de 2016 e a força do passado. São Paulo: Alameda Editorial, 2016.

PERÍCIA CONCLUI QUE DILMA NÃO PARTICIPOU DE PEDALADAS FISCAIS, **G1**, 27 jun. 2016. Disponível em <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/06/pericia-conclui-que-dilma-nao-participou-de-pedaladas-fiscais.html>. Acesso em 23 set. 2016.

PSDB contesta eleição de Dilma. *Gazeta do Povo*, 30 out. 2014. Disponível em <https://share.google/1KA8jxeVzXj4jtXdO>. Consulta em 22 set. 2025

REIS, José Carlos. **Tempo, História e Evasão**. Campinas, SP: Papirus, 1994.

RÉMOND, René. Uma história presente. In.: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RICŒUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tradução: Constança Marcondes César. Campinas, SP: Papirus, tomo II, 288p, 1994.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAVEAU, A. e TÉTARD, PH (org.) – **Questões para a história do presente**. Bauru, EDUSC, 1999.

RIZÉRIO, Lara. “Eu sempre digo: a presidente Dilma merece um Nobel ao contrário”, diz FHC. **Infomoney**. 10 abr. 2015. Disponível em <https://www.infomoney.com.br/politica/eu-sempre-digo-a-presidente-dilma-merece-um-nobel-ao-contrario-diz-fhc/>. Acesso: 20 set. 2025

ROTHENBURG, Denise. Aécio diz que Dilma não governa mais o Brasil, **Estado de Minas**, 6 jul. 2015. Disponível em <https://share.google/HUmFVWMvHJAd2vPB2>. Acesso: 7 set. 2025

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. (Orgs.). **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SERRA DIZ QUE DILMA TEM DESAPROVAÇÃO MAIOR DO QUE JANGO E ALLENDE ANTES DE SEREM DEPOSTOS. **O Globo**, 6 ago. 2015. Disponível em <https://oglobo.globo.com/politica/serra-diz-que-dilma-tem-desaprovacao-maior-do-que-jango-allende-antes-de-serem-depostos-17106229>. Acesso em 23 set. 2025).

SERRA DIZ QUE SITUAÇÃO DE DILMA É PIOR QUE A DE JANGO ANTES DA DERRUBADA. **Estado de Minas**, 6 ago. 2015. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/08/06/interna_politica,675985/serra-diz-que-situacao-de-dilma-e-pior-que-a-de-jango-antes-da-derruba.shtml).

Usos do passado e disputas de sentido na pandemia da Gripe Espanhola no Brasil

Ana Regina Rêgo¹²⁶

Introdução

As tensionalidades entre a história e a memória compõem o quadro de inquietações permanentes do pensamento histórico e social contemporâneo, sobretudo quando se trata de experiências coletivas traumáticas, marcadas por desigualdades estruturais e por falhas institucionais, como as pandemias. História e memória não se apresentam como campos complementares ou harmoniosos, mas como instâncias atravessadas por disputas narrativas, seleções políticas e regimes de verdade e visibilidade. A memória, enquanto fenômeno pessoal, social e coletivo, organiza-se a partir da experiência vivida, dos afetos e dos pertencimentos coletivos; a história, por sua vez, reivindica procedimentos críticos, distanciamento analítico e uma escrita que transforma vestígios em inteligibilidade. Entre ambas, instauram-se conflitos que dizem respeito não apenas ao que é lembrado, mas também ao que é silenciado ou esquecido. Le Goff (2003) enfatiza que a memória é também um lugar de disputas permanentes de poder. Disputar a memória

126 Professora da Universidade Federal do Piauí. Pesquisadora do CNPq. e-mail: anareginarego@gmail.com

coletiva e histórica pode dar aos “vencedores” dessa batalha simbólica o poder de influenciar o presente rumo ao futuro.

Como argumenta Certeau (2011), a história não se limita a narrar o passado tal como ele foi, mas o produz discursivamente por meio de operações de seleção, exclusão e ordenamento. A escrita da história é, nesse sentido, uma prática social situada, condicionada por instituições, métodos e convenções que definem o que pode ser convertido em objeto legítimo de conhecimento. O gesto historiográfico, ao transformar restos e rastros em narrativa, produz simultaneamente zonas de silêncio, uma vez que calam vozes consideradas irrelevantes ou incômodas e acontecimentos que desafiam as narrativas dominantes. Como bem diz Veyne (2006), a história possui natureza lacunar.

É nesse espaço de tensão que a memória se afirma como um campo conflitivo. Para Pollak (1992), a memória não é homogênea nem consensual, mas atravessada por relações de poder que definem quais lembranças podem circular publicamente e quais permanecem subterrâneas. Pollak(1992) destaca que memórias associadas a grupos subalternizados, experiências traumáticas ou episódios de fracasso coletivo frequentemente enfrentam dificuldades de reconhecimento, sendo marcadas pelo silêncio, pela fragmentação ou pela transmissão precária. O silêncio, nesse contexto, não deve ser compreendido como simples ausência, mas como efeito de processos sociais que desautorizam determinadas narrativas e produzem esquecimentos seletivos.

Essa problemática adquire densidade ética e política quando se consideram os usos sociais do passado. Todorov (2010) alerta para os riscos de instrumentalização da memória, distinguindo entre um uso exemplar do passado, orientado pela reflexão crítica e pela responsabilidade ética, e um uso literal ou abusivo, que cristaliza o sofrimento, transforma a memória em capital simbólico manipulado ou a mobiliza para justificar novas formas de exclusão. Para Todorov (2010), lembrar não é, em si, um gesto virtuoso, pois a memória pode servir tanto à emancipação quanto à opressão, dependendo da forma como é narrada, enquadrada e politicamente mobilizada. É com esse sentido que Rêgo (2026) convoca os abusos da memória ao tratar do genocídio de Israel em Gaza na atualidade, uma vez que a memória do holocausto tem sido exaustivamente usada para justificar outro massacre. Vale ponderar que, até o momento, o Estado de Israel reconheceu que cerca de 70 mil pessoas foram mortas desde o final de 2023, em Gaza.

Contudo, os abusos da memória não se manifestam apenas no excesso de lembrança, mas também no esquecimento estratégico. Certos acontecimentos são lembrados de modo seletivo, enquanto outros são relegados à invisibilidade, criando hierarquias morais do sofrimento. Pandemias, frequentemente, ocupam um lugar ambíguo nesse processo, pois embora provoquem impactos massivos e desestremem profundamente a vida social, tendem a ser rapidamente normalizadas ou apagadas da memória pública, sobretudo quando evidenciam desigualdades, negligências estatais e a vulnerabilidade dos mais

pobres. O esquecimento, nesses casos, funciona como mecanismo de pacificação simbólica, evitando a confrontação com responsabilidades históricas.

A reflexão de Ricoeur (2007) aprofunda esse debate ao compreender o esquecimento como dimensão constitutiva da memória, mas também como espaço de risco ético. Ricoeur (2007) distingue o esquecimento necessário e que é ligado à possibilidade de elaboração e continuidade da vida, dos abusos do esquecimento, associados à negação, à manipulação e à injustiça. Quando o esquecimento impede o reconhecimento do sofrimento alheio ou bloqueia a responsabilização coletiva, ele deixa de ser condição da memória e passa a operar como violência simbólica.

No caso das pandemias, essas dinâmicas tornam-se particularmente visíveis. A história das doenças não é apenas a história dos vírus, dos tratamentos ou das decisões médicas, mas também a história das narrativas produzidas sobre a dor, a morte e a sobrevivência. As experiências das populações pobres, negras, indígenas e periféricas tendem a ser sub-representadas nos registros oficiais, enquanto discursos técnicos ou institucionais ganham centralidade. Assim, a memória social das pandemias é frequentemente construída a partir de um recorte que minimiza a desigualdade e dilui a dimensão política da catástrofe.

É nesse ponto que Bispo (2015, 2023) e Krenak (2022) nos permitem deslocar e ampliar o debate sobre memória e sua relação intrínseca com as comunidades que se retroalimentam

da memória como política. Para Bispo (2015, 2023), a memória não se organiza como arquivo do passado, mas como prática viva, inseparável do território, da ancestralidade e da continuidade dos modos de existência. Trata-se de uma memória que não separa tempo, corpo e espaço, e que se opõe às lógicas coloniais de apagamento e expropriação. O esquecimento, nesse contexto, não é apenas perda simbólica, mas ruptura de vínculos vitais.

De modo convergente, Ailton Krenak (2022) propõe uma crítica radical às formas modernas de temporalidade que dissociam memória, natureza e vida. Para Krenak, a crise contemporânea decorre também de um regime de esquecimento que rompeu os laços entre humanidade e Terra. A memória, aqui, é condição de continuidade do mundo, saber acumulado que orienta formas de cuidado, de convivência e de responsabilidade coletiva.

Ao articular as diversas perspectivas acima relacionadas, estamos partindo do pressuposto de que o esquecimento das pandemias não é apenas um problema historiográfico, mas um sintoma mais profundo de regimes de memória que hierarquizam vidas, naturalizam sofrimentos e inviabilizam aprendizagens coletivas. Recuperar a gripe espanhola de 1918 no Brasil, portanto, não significa apenas reinscrevê-la na história, mas interrogá-la como experiência silenciada, cujos ecos atravessam o presente.

É, portanto, a partir desse enquadramento, que articula escrita da história, conflitos da memória, abusos do passado

e vínculos entre memória, território e vida, que procuramos avançar para a análise das polêmicas, das controvérsias e dos circuitos de desinformação associados à gripe espanhola, estabelecendo posteriormente diálogos com experiências pandêmicas contemporâneas. O objetivo não é apenas compreender o passado, mas refletir criticamente sobre como as sociedades escolhem lembrar ou esquecer suas catástrofes e sobre os efeitos políticos dessas escolhas.

À luz deste enquadramento teórico, o presente texto tem como objetivo central desvelar os modos de comunicação da gripe espanhola de 1918 no Brasil, com atenção especial às narrativas mentirosas, conflitivas e disputadas que circularam naquele contexto. Parte-se do pressuposto de que a pandemia não foi apenas um evento sanitário, mas também um acontecimento comunicacional, atravessado por disputas de sentido, boatos, minimizações oficiais, explicações fantasiosas e tentativas de controle da informação. Ao analisar essas narrativas, procuramos evidenciar como os silenciamentos, os apagamentos seletivos e a circulação de versões contraditórias contribuíram para a construção de uma memória social fragmentada da gripe espanhola. Na etapa final, esse percurso histórico é colocado em confronto com a desinformação praticada em larga escala durante a pandemia da Covid-19, permitindo identificar permanências, deslocamentos e intensificações nos regimes comunicacionais das crises sanitárias. O objetivo não é estabelecer analogias simplificadoras entre contextos distintos, mas compreender como padrões históricos de produção da men-

tira, da dúvida e da confusão informacional reaparecem, sob novas mediações técnicas e políticas, como elementos estruturantes da experiência pandêmica contemporânea.

História das pandemias: doença, sociedade e regimes narrativos

A história das pandemias atravessa a longa duração das sociedades humanas e revela, de forma recorrente, a articulação entre doença, organização social, produção de sentidos e exercício do poder. Como dito, as pandemias não podem ser compreendidas apenas como eventos biológicos ou médicos, pois atuam como forças desestabilizadoras que expõem fragilidades institucionais, aprofundam desigualdades sociais e reconfiguram práticas culturais e comunicacionais. Nesse sentido, no campo historiográfico, a história das pandemias permite compreender como diferentes sociedades interpretam o risco, distribuem responsabilidades e constroem narrativas sobre sofrimento e morte.

Um dos registros inaugurais dessa tradição encontra-se na descrição da peste de Atenas feita por Tucídides (1999), cuja narrativa, na História da Guerra do Peloponeso, já evidencia elementos que atravessarão séculos de experiências pandêmicas, desde o colapso das normas sociais, a quebra da confiança nas autoridades, o abandono dos rituais funerários e a percepção de que a ordem política se fragiliza diante da doença. Mais do que um relato clínico, Tucídides oferece uma interpretação

social da epidemia, mostrando como o adoecimento coletivo compromete os fundamentos da vida em comum.

Na Idade Média, a peste negra do século XIV marcou profundamente o imaginário europeu e consolidou a experiência pandêmica como trauma histórico. Como demonstra Delumeau (1989), a peste intensificou uma cultura do medo que atravessava a religião, a política e o cotidiano, produzindo explicações morais, perseguições a grupos minoritários e práticas de exclusão. Ao mesmo tempo, esse período testemunhou o surgimento de dispositivos de controle sanitário, como as quarentenas, os cordões sanitários e o isolamento urbano, que permaneceriam centrais na gestão das pandemias e epidemias modernas.

Com a expansão marítima europeia e a consolidação do mundo moderno, as pandemias assumem escala global. As doenças passam a circular com mercadorias, exércitos e populações deslocadas, tornando-se agentes ativos da história. McNeill (1989) demonstra como epidemias foram decisivas para a conquista das Américas, a reorganização de impérios e o colapso demográfico de populações indígenas. No contexto colonial, a doença não foi apenas consequência da dominação, mas parte estrutural de seus efeitos, contribuindo para a destruição de mundos sociais inteiros.

No Brasil, essa dimensão torna-se particularmente evidente. Epidemias de varíola, febre amarela, cólera e gripe acompanharam os processos de urbanização, escravidão e formação do Estado nacional. Historiadores da saúde pública, como Gil-

berto Hochman, mostram que as políticas sanitárias no país sempre estiveram atravessadas por desigualdades regionais e sociais. Hochman (2012) analisa como a saúde pública foi incorporada de modo desigual ao projeto nacional, frequentemente privilegiando centros urbanos e elites políticas, enquanto populações pobres e periféricas permaneciam expostas à doença.

O século XIX marca a emergência da medicina científica e da bacteriologia, transformando radicalmente as formas de compreensão das epidemias. Contudo, como demonstra Rosenberg (1992), esse avanço não elimina os conflitos sociais associados às doenças. Rosenberg propõe compreender as pandemias e epidemias como cenários de dramas sociais, nos quais se sucedem fases relativamente recorrentes, como a negação inicial, busca por explicações causais, atribuição de culpa, implementação de medidas de controle e, posteriormente, esquecimento. Esse roteiro ajuda a compreender por que, mesmo diante de evidências científicas, sociedades reiteram padrões discursivos semelhantes diante de novas crises sanitárias.

No Brasil, estudos como os de Benchimol (2011) evidenciam que as campanhas sanitárias do início do século XX estiveram profundamente associadas a projetos de modernização autoritária. Benchimol (2011) analisa como o combate às epidemias no Rio de Janeiro envolveu tanto avanços científicos quanto práticas de coerção, controle dos corpos e repressão às camadas populares. A história das pandemias, assim, confunde-se com a história das relações entre ciência, Estado e população.

A gripe espanhola (Influenza) de 1918 insere-se nesse quadro como um dos eventos mais devastadores do século XX. Apesar de sua magnitude, a pandemia foi, por décadas, relativamente silenciada na memória coletiva. Autores como Crosby (2003) e Schwarcz (2023) destacam o contraste entre o impacto demográfico da gripe e seu apagamento simbólico posterior. No caso brasileiro, esse esquecimento relaciona-se à dificuldade de elaborar um evento que expôs de forma brutal a precariedade das políticas públicas e a desigualdade social.

Pesquisas recentes no campo da história da saúde e da comunicação têm enfatizado que as pandemias são também eventos profundamente comunicacionais. Em geral, as pandemias e epidemias produzem circuitos intensos de fluxos de informações, rumores, boatos e interpretações conflitivas, que disputam sentidos com os discursos médicos e institucionais. A ausência de respostas claras, aliada ao medo coletivo, favorece a emergência de narrativas alternativas, curas milagrosas e teorias conspiratórias, fenômenos recorrentes ao longo da história.

Essa dimensão simbólica é fundamental para compreender por que as pandemias tendem a ser rapidamente normalizadas ou esquecidas. Sontag (2007) argumenta que as sociedades projetam sobre as doenças valores morais, medos e preconceitos, transformando enfermidades em signos sociais. Quando a crise passa, essas metáforas podem ser descartadas, mas os efeitos do sofrimento permanecem, frequentemente sem elaboração coletiva.

A história das pandemias revela uma constante tensão entre visibilidade e apagamento. Ao mesmo tempo em que produzem intensa mobilização discursiva no momento da crise, as pandemias e epidemias tendem a ocupar um lugar incômodo nas narrativas históricas posteriores. Não produzem heróis duradouros nem vitórias simbólicas, mas evidenciam fracassos, desigualdades e limites estruturais. Por isso, como observa Nascimento (2005), a memória das pandemias e epidemias no Brasil permanece fragmentada, dispersa em arquivos, relatos locais e lembranças familiares, raramente integrada a uma narrativa nacional consistente.

Compreender a história das pandemias, portanto, exige articular doença, avanços da medicina, sociedade e comunicação. Trata-se de analisar não apenas o avanço dos agentes patogênicos e dos meios científicos para combatê-los, mas também os regimes narrativos que se constroem em torno deles, quem fala, quem é silenciado, quais explicações ganham legitimidade e quais são descartadas. É nesse horizonte que a gripe espanhola, como ficou conhecida a pandemia da Influenza no Brasil de 1918, se apresenta como objeto privilegiado de análise, permitindo compreender a persistência histórica de narrativas conflitivas, desinformação e disputas de sentido que reaparecem, sob novas mediações técnicas, em pandemias contemporâneas.

Questões, polêmicas e desinformação sobre a Influenza (Gripe Espanhola) no Brasil

A pandemia de gripe espanhola de 1918, causada por uma cepa mortal de Influenza, teve origem provável fora da Espanha, possivelmente em bases militares nos Estados Unidos, mas recebeu o nome espanhola porque a imprensa espanhola, não sujeita à censura de guerra, noticiou livremente seus estragos enquanto outros países os ocultavam (D'Avila, 1993). No Brasil, os primeiros casos foram registrados em meados de setembro de 1918. A hipótese principal é de que o vírus chegou ao Brasil a bordo do navio inglês Demerara, que aportou no Rio de Janeiro após escala em Lisboa, Recife e Salvador (Schwarcz e Starling, 2020 e Schwarcz, 2023).

Em poucas semanas, as principais cidades portuárias do país já estavam acometidas pela doença. Diante desse surgimento abrupto, proliferaram teorias conspiratórias sobre a origem da gripe. Uma das mais divulgadas, inclusive em tom satírico pela Revista Careta, atribuía a pandemia a uma arma biológica alemã, “em nossa opinião a misteriosa moléstia foi fabricada na Alemanha, carregada de virulência pelos sabichões teutônicos, engarrafada e depois distribuída pelos submarinos [...] de maneira que [...] as garrafas apanhadas por gente inocente espalhem o terrível morbus por todo o universo” (Revista Careta, n.537, 05 out de 1918 apud Goulart, 2005, p.103). Esse trecho, publicado à época, ilustra como a imaginação popular buscava culpados externos em meio à Primeira Guerra Mundial – pintando o “algoz alemão” como responsável pelo mal.

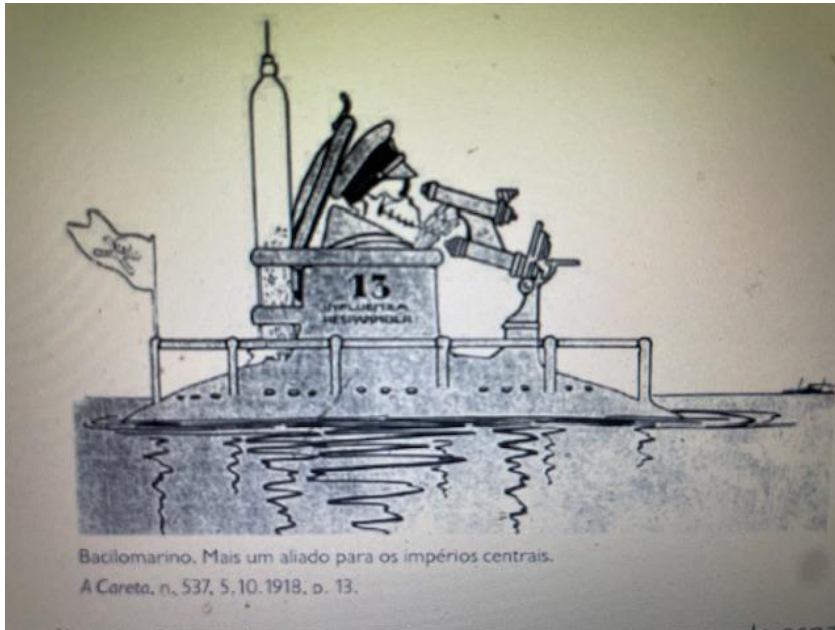


Figura 1 – Bacilomarinero. Mais um aliado para os impérios centrais.

Revista Careta, n. 537, 05 out 1918

Fonte: Acervo Biblioteca Nacional

Outras explicações fantasiosas também circularam, como boatos de que se trataria de um castigo divino ou de que gases venenosos das trincheiras teriam contaminado o ar. No início, muitas autoridades e cidadãos subestimaram a gravidade da doença, vendo-a como uma gripe comum. Imperou, segundo historiadores, a visão de que se fazia muito alarde por causa de uma doença corriqueira (Goulart, 2005), acreditando-se que a influenza atingiria apenas os mais idosos e frágeis. Essa falsa

sensação de segurança contribuiu para a demora em adotar medidas de controle quando a pandemia chegou de fato.

A princípio, a resposta governamental brasileira mostrou-se lenta e pouco eficaz, gerando duras críticas. As autoridades sanitárias não haviam preparado um plano de contingência, apesar das notícias da Europa (Goulart, 2005 e Schwarz, 2023).

Quando os navios infectados chegaram, não houve quarentena rigorosa, o próprio inspetor sanitário do porto do Rio de Janeiro, Jaime Silvado, foi acusado de facilitar a entrada do vírus ao permitir que o navio Demerara chegasse aos portos brasileiros, supostamente por ser positivista e “não acreditar em micróbios” (Goulart, 2025, p. 106). Relatos da época mostram que nenhuma estratégia de socorro à população havia sido montada previamente, expondo deficiências estruturais do sistema de saúde público.

Em outubro de 1918, diante da explosão de casos, o Diretor Geral de Saúde Pública, Carlos Seidl, chegou a implementar medidas paliativas nos portos e recomendar isolamento dos doentes, mas sem grande efetividade. O governo federal evitou tomar medidas drásticas como quarentenas gerais, alegando que tais ações eram de difícil aplicabilidade, também não possuíam uma base legal, nem tampouco possuíam comprovação científica para conter a influenza (Goulart, 2005).

Essa postura passiva foi percebida como negligência. Para muitos, a pandemia expôs uma incompetência administrativa, visto que faltavam recursos, pessoal e coordenação nas insti-

tuições sanitárias, que se mostraram despreparadas e desapa-
relhadas para combater a doença (Goulart, 2005, p. 109).

A imprensa e a opinião pública não tardaram a condenar a
inação oficial. Jornais importantes, como o Correio da Manhã
do Rio de Janeiro, passaram a publicar editoriais inflamados
responsabilizando as autoridades pelo desastre sanitário. Em
editorial de 24 de outubro de 1918, o Correio da Manhã acu-
sou explicitamente o governo de mentir sobre a situação e
nada fazer para proteger a população. O jornal ironizou que
a Diretoria de Saúde Pública teria cruzado os braços diante
da crise e denunciou falácias ineficientes propagadas pelo go-
verno, afirmando que “[...] a hecatombe tremenda, cujo único
responsável foi o governo [...] pela falência completa, absoluta
e confessa de uma administração de saúde pública, criada para
um fim que não cumpriu de forma alguma” (Correio da Manhã,
24.10.1918, p. 1 apud Goulart, 2005, p. 119).

A imprensa tratou de disseminar os agravos da gripe no
país e o descompasso do Governo em tomar decisões preven-
tivas e resolutivas para a pandemia que tomava o país. O fato é
que houve indignação generalizada e o então presidente, Ven-
ceslau Brás, e o diretor Carlos Seidl, tornaram-se alvos prefe-
renciais da ira popular, acusados de descaso e incompetência.
Muitos jornais frisavam que o governo insistira em minimizar
a gravidade da pandemia, falando em declínio dos casos, en-
quanto cadáveres se acumulavam nas ruas, o que desacreditou
totalmente o discurso oficial (Goulart, 2005).

A lenta reação governamental, marcada pela falta de medidas profiláticas eficazes e pela recusa inicial em reconhecer a gravidade do surto, resultou numa crise de confiança. A pandemia desencadeou uma verdadeira crise política, expondo a fragilidade do Estado na proteção da saúde pública e gerando um clima de revolta que foi amplamente explorado pela oposição e pela imprensa da época.

Desinformação¹²⁷ e “curas milagrosas”

Paralelamente ao avanço da gripe, disseminou-se uma onda de informações falsas, remédios caseiros e supostas curas milagrosas. Em 1918 não havia tratamento específico para influenza, e o pânico levou muitos a buscar qualquer tipo de alívio. Jornais e até autoridades divulgaram receitas sem comprovação que prometiam curar ou prevenir a espanhola. Por exemplo, recomendava-se beber caldo de galinha, doses de quinino, um medicamento usado para malária, gemada de ovos com limão, entre outras receitas caseiras. Tais fórmulas circulavam como se fossem fatos, movidas pelo desespero, pelo medo e ansiedade e pelo impacto emocional que causavam, visto que representavam a esperança de prevenção e cura. Muitas des-

127 Temos ciência de que ao usarmos o termo desinformação para situar as narrativas que circularam sobre a Influenza há mais de um século, estamos praticando um anacronismo conceitual, contudo, considerando que ao final deste texto, fazemos uma comparação com as práticas desinformativas durante a Covid-19, justificamos tal uso, tendo em vista os objetivos propostos de desvelar as práticas de mentira e manipulação, que pelo olhar atual, se configuram como desinformação.

sas receitas chegaram a ser distribuídas à população por meio de comunicados oficiais, segundo Santos (2006).



Figura 2 – Populares à espera da venda de galinhas

Revista Careta, n. 540, 26 out 1918

Fonte: Acervo Biblioteca Nacional

A população, por sua vez, agarrando-se a qualquer esperança, experimentava esses remédios caseiros apesar da ausência de base científica, e muitas vezes ignorando os perigos do uso indiscriminado de certas substâncias.

A gripe Hespanhola

Remettem-nos:
"A essa illustrada redacção pedimos a divulgação das receitas abaixo, para prevenir e combater a epidemia que sob o titulo de "Influenza Hespanhola", está grassando no Recife:

PRESERVATIVO— Deixar enxofre na agua que beber e cosinhar. A um litro de Alcool adicionar: cascas de dois limões, uma colher das de chá de herba doce, uma colher das de sopa de tintura de bryonia.

Para usar 6 gotas em um calice d'agua 2 vezes ao dia. Tomar de preferencia na volta dos passeios ou trabalho. Sendo atingido pelo mal no uzo deste medicamento será o mesmo de forma benigna.

CURATIVO: — Um purgante d'Agua viennense deve ser tomado immediatamente logo que a pessoa se sentir doente. Duas horas depois fará lavagens intestinaes com um litro de agua morna ou cosimento de pimenta d'agua, adicionando uma colher das de sopa de gliceryna. No dia seguinte ao seguinte remedio: um vidro de magnesia fluída, adicionando-lhe 20 gotas de tintura de bryonia, 10 gotas de tintura verde, 10 gotas de tintura de ipecacuanha e 10 gotas de tintura de belladona.

Figura 3: A gripe Hespanhola, preservativo e curativo.

Diário do Pernambuco, 04 out 1918

Fonte: Acervo Biblioteca Nacional

Além dos conselhos domésticos, produtos comerciais com promessas de cura também apareceram. Um exemplo foi a "Grippina", um remédio homeopático produzido pelo laboratório do médico Alberto Seabra, que foi anunciado como tratamento específico para a gripe.

Xaropes milagrosos, tônicos e pó “anti-influenza” eram vendidos amplamente, explorando o medo coletivo. Nas farmácias, certos medicamentos tradicionais foram anunciados como curas. Em Belo Horizonte, fármacos de indicação duvidosa contra gripe eram oferecidos aos clientes aterrorizados.

Em muitas cidades, um costume popular era combater a doença com caipirinha de limão, uma mistura de limão, álcool e mel, enquanto no norte do Brasil falava-se em dormir em redes elevadas do chão como forma de proteção. Também prosperaram explicações místicas, nesse contexto, havia quem carregasse amuletos ou recorresse a benzedadeiras em busca de proteção sobrenatural.

Essa difusão de falsas curas e boatos era facilitada pelos meios de comunicação da época. Sem redes sociais, os jornais impressos e panfletos atuavam como vetores de notícias infundadas, e a própria transmissão oral de vizinho a vizinho tinha grande alcance numa população em que muitos eram analfabetos (Fiocruz, 2020). Tal constatação nos leva a compreender que situações de medo coletivo favorecem esses fenômenos, visto que se tem esperança em milagres, quando a ciência não tem respostas imediatas.

Assim, durante a gripe espanhola no Brasil, a desinformação converteu receitas banais em supostos remédios, desviando a atenção das poucas medidas profiláticas realmente úteis, como higiene e isolamento e, potencialmente, agravando o cenário ao oferecer uma falsa sensação de segurança.

Impacto na população e desigualdades sociais

A gripe espanhola teve um impacto devastador no Brasil, escancarando as desigualdades no acesso à saúde e atingindo de forma mais severa os pobres. Estima-se que dois terços da população do Rio de Janeiro contraíram a doença durante a pandemia

Segundo Schwarcz (2023, p. 9)

Registraram-se mais de 35 mil mortes, ao longo do período pandêmico em todo o Brasil. O Rio de Janeiro, maior núcleo urbano do país, naquele momento, apresentou o mais elevado número de óbitos. No espaço de dois meses faleceram cerca de 12.700 pessoas, cerca de 1/3 do total registrado no país, para uma população de quase um milhão de habitantes. Em meados de outubro, a Diretoria Geral de Saúde Pública, através de seu titular Carlos Seidl, admitiu a impossibilidade de a gripe ser controlada. O medo generalizou-se e a cidade parou. Faltavam alimentos, remédios, leitos nos hospitais e até caixões.

Em São Paulo, com população estimada em 470 mil habitantes, de outubro a dezembro foram registrados 5.328 óbitos causados pela gripe espanhola. As elites procuraram refúgio em áreas afastadas, sobretudo no interior. Apenas no mês de outubro, morreram 1.250 pessoas em Recife, cuja população chegava então a 218 mil habitantes. Salvador apresentou o menor percentual de vítimas fatais entre as grandes cidades brasileiras. Numa população estimada de 320 mil

peessoas, cerca de 130 mil contraíram a gripe e 386 morreram. E em Porto Alegre, onde se registraram 1.316 óbitos para uma população de cerca de 160 mil habitantes, foi criado um cemitério especialmente para as vítimas da doença (Schwarz, 2023, p. 9).

As perdas humanas durante a pandemia da Influenza no Brasil de 1918 foram superiores às baixas brasileiras em combate na Primeira Guerra Mundial e terminaram por provocar um trauma nacional. Nos círculos urbanos atingidos, a maioria das famílias sofreu com a doença que vitimou tanto moradores das áreas urbanas densas quanto das localidades rurais isoladas

Contudo, os setores mais pobres sofreram de forma desproporcional. Como ressalta Souza (2009), em Salvador e em outras cidades a pandemia evidenciou uma sociedade complexa e desigual, enquanto os moradores de bicos, cortiços e favelas padeciam com maior intensidade devido às condições sanitárias precárias e à falta de atendimento médico adequado, as camadas sociais mais favorecidas conseguiam, em grande medida, evitar a contaminação.

No Rio de Janeiro, constatou-se que a maioria dos doentes pertencia às camadas de trabalhadores mais pobres, muitos dos quais não podiam se isolar por dependerem do trabalho diário para sobreviver. Casas apinhadas e mal ventiladas, desnutrição e dificuldade de acesso à água limpa tornavam essas populações especialmente vulneráveis ao vírus. Realidade si-

milar é denunciada por Sousa Santos (2020) em seu texto sobre a crueldade pedagógica do vírus da Covid-19.

A estrutura de saúde pública era extremamente deficiente, agravando a desigualdade de atendimento. Hospitais públicos já vinham operando em condições precárias antes da pandemia, com falta de leitos, equipamentos e pessoal qualificado. Durante o auge da gripe, esse sistema colapsou, doentes abarrotavam os poucos hospitais e muitos acabavam sem qualquer assistência (Goulart, 2005, p. 106).

Sem ambulâncias adequadas e com a falta de enfermeiros treinados, muitos enfermos morriam em casa, isolados. Vários relatos citam cenas chocantes de cadáveres deixados nas calçadas ou enterrados nos quintais pelas famílias, por falta de um serviço funerário capaz de dar vazão às mortes. Enquanto, caminhões abarrotados de caixões passavam pela cidade rumo aos cemitérios, onde os mortos pelo vírus da Influenza eram enterrados em valas coletivas. Como descreve Barbosa (2020, p.822):

Quando eu era bem pequena, escutava sempre meu pai contar uma história que, aos meus ouvidos, parecia estranha e improvável. Uma cena de caminhões repletos de cadáveres que recolhiam pelas ruas muitos corpos, colocando uns em cima dos outros. A esse espetáculo macabro, ele ainda acrescentava outra descrição: valas abertas nas quais se despejavam mais corpos, tal a quantidade de gente que morria pela cidade, sobretudo nos subúrbios.

Essa situação caótica atingia mais duramente os pobres, sem recursos para pagar médicos particulares ou enfermeiros. Enquanto isso, as camadas mais abastadas podiam às vezes se refugiar em fazendas ou cidades menores, ou dispor de atendimento médico domiciliar, escapando parcialmente dos piores efeitos. A pandemia, portanto, escancarou a injustiça social, uma vez que a precariedade dos serviços públicos de saúde deixou à mercê do vírus a população humilde, alimentando uma revolta popular contra o abandono governamental. Como resumiu Nelson Antônio Freire em entrevista à Goulart (2005), a gripe espanhola “fez explodir uma raiva acumulada durante anos contra [...] o desmazelo que o governo tinha para com a saúde”, tornando imperativa a melhoria das condições sanitárias (Goulart, 2005, p. 106).

Imprensa, informação e censura

A imprensa brasileira desempenhou um papel ambíguo durante a crise. Inicialmente, quando surgiram notícias esparsas da nova doença na Europa, os jornais brasileiros deram pouca atenção ou abordaram-nas com ceticismo. Com a eclosão da pandemia no país, entretanto, a mídia tornou-se a principal fonte de informações (e desinformações) para a população. Jornais de grande circulação passaram a noticiar diariamente o avanço da “peste”, publicando boletins de casos, orientações médicas e, como visto, também receituários caseiros e rumores. Em muitas cidades, os periódicos denunciaram a falta de ação das autoridades e descreveram em detalhe o drama vivi-

do nos hospitais e nas ruas. Essa cobertura intensa foi crucial para informar o público sobre os perigos da gripe, mas também gerou tensões com o governo. Alguns governantes temiam que as notícias alarmantes provocassem pânico e prejudicassem a ordem pública. Embora o Brasil tivesse entrado na guerra recentemente, não estava sujeito a uma censura militar que vigorou em países beligerantes europeus durante o ano de 1918, mesmo assim, houve tentativas locais de controlar ou suprimir informações sobre a pandemia.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, o governo estadual chegou a impor censura à imprensa em certo momento, limitando o noticiário sobre a gripe. Esse ato foi denunciado pela revista A.B.C., em um artigo intitulado “Rolha – a bem da Saúde Pública”, publicado em 2 de novembro de 1918. O autor, de forma anônima, criticava a censura dos jornais do sul, mas ao mesmo tempo ponderava que a imprensa carioca estaria exagerando nas descrições macabras da pandemia, o que sem dúvida espalhava medo intenso na população e desmoralizava a imagem do país no exterior. Nesse artigo, sugeria-se explicitamente censurar as notícias sobre a gripe espanhola em nome do interesse público, louvando o exemplo dos Estados Unidos em conter informações para evitar pânico (Schwarcz, 2023, p.30). Em outras palavras, parte da própria imprensa debatia se deveria se autocensurar ou moderar o tom das reportagens, frente ao dilema entre informar e alarmar.



Figura 4- Rôlha, a bem da saúde pública. Revista A.B.C, 02 nov 1918 apud Schwarcz (2023, p.30)

Apesar dessas pressões, a maioria dos jornais manteve a cobertura franca dos fatos. Não houve censura sistemática em nível federal, visto que naquela época o fluxo de notícias não pôde ser totalmente controlado pelas autoridades. Assim, a imprensa serviu tanto para difundir orientações de saúde, como recomendações de higiene e avisos de fechamento de escolas e teatros, quanto, paradoxalmente, para propagar equívocos. Jornais publicaram cartas de leitores com receitas caseiras, entrevistas com supostos especialistas divergindo

sobre tratamentos, e até anúncios publicitários de produtos como a Grippina ou pilulas “anticatarrhais”.

A "HESPANHOLA"

As hyenas das Pharmacias e Drogarias. — O preço do limão. — Não ter medo é a melhor prophylaxia.

...aba, evidentemente, não falava nada mais. Com o sr. Alípio Azeiteira na presidência do Estado e o sr. Rodrigues Alves na presidência da República, a vida brasileira não é nada mais do que um horror de uma era caliginosa que a História registrará com dor e com pavor. Por fim, uma padocinha que se alinha na rua do Catete e que lá se incomoda aqui e ali pelo interior. Parece que o Padre Firmino está disposto a pregar, em nome da misericórdia de Job.

Verdades, não sei se, que no Brasil o Estado se sente para arrochar impostos a pagar burocratas. Dos serviços públicos, que são a sua razão de ser, não se dá a mínima importância. Tanto que a administração pública não tem a menor preocupação de evitar que a "hESPANHOLA" se transforme em lugar para os seus perjos e depois se extingua de todo e para.

Al não faltam da Noite? é uma pergunta que só se fazem vercos e disparos nas horas solitárias vezes pela administração. O tempo que o director da Saúde Publica, Dr. Carlos Seidl, não sabe como um verdadeiro boche, abrida as portas a hespanhola para que elle assista ao Capital de uma das cidades da Esmeralda Azul, em S. Paulo, outra não foi a actividade do director de Serviço Sanitario e seus superiores hierarchicos. De Recife a Porto Alegre, o povo está chorando em sua grande angustia ao ver o estado geral da hygiene official, sempre ao avulso de todos os meios que aqui procuraram fazer a sua intelligencia.

...mas logo que poremos impostos mandados, estatutos e federaes. E' por isso, quando se faz necessario, que os poderes publicos, sejam os Regoes e Estados e sua legião, a sua intelligencia, tentem na sua organização administrativa e estrutural.

AS HYENAS, EXPLOADORAS DA POME

Não temos palavras para qualificar quem se divertiu, ougaria o bandidismo dos direccões e pharmaceuticas, que se arrastam a epidemia, immediatamente eliminam, por um acto de intelligençia burocratica, os preços da quimica, da machina, do consumo, das desinfectantes, de todos os medicamentos, que o povo devia empregar como preventivos ou curativos, e curativos dos meios das autoridades sanitarias. Que se ignorava dos grandes catarrhos se aproveitava da guerra para elevar os preços dos produtos de primeira necessidade, e ainda é o caso que não se trata de se pôr em liberdade, embora se trate de um crime contra a estomago da patria. Mas aproveitava-se da guerra para mandar a bolsa dos enfermos a uma infâmica que pôs em evidencia a ignorancia da alma de certos pharmaceuticos e drogarias, tenentes solitarios que de-

viam ser julgados na praça publica como inimigos do genero humano.

O estado de sítio nos em nome do governo poderes discreccionarios que só tem servido para a pratica do violencioso contra a liberdade de imprensa. Serve tambem para defender a povo contra a mesma hyena, que faz trocas mais alguns trocos quando o visto em prisa de vida, dentro das paredes de pharmaceuticos e drogarias que exploram a peste, sejam pedidas na sua cordia, e revoluçãões de vida. Mostra, assim, tratados a charlatania.

O PREÇO DO LIMÃO

No dia em que foi efformada a repubblica em S. Paulo a existencia da hespanhola, os Italianos cultivam o limão em S. Paulo. Logo depois, o preço do limão, nos mercados, tambem se elevou, proporcionalmente, e que o povo aproveitou a occasião para fazer, como se costuma.

Entretanto, o limão não se encontra no interior. Em cada fazenda, em cada quinta, há pelo menos um limoeiro. Que limão adquire os limões e quilibra os preços de mercado. O limão é um produto que se encontra em todas as fazendas, não por humanidaes, mas por vaidade, pois, que o preço é remunerador.

Mas abunda ainda é a galateia, que se encontra em todas as fazendas, e que se encontra em todas as fazendas. Ao Serviço Sanitario seria facilissimo promover a venda de alguns de limão em grande quantidade, ao a gosto do governo se preocupasse realmente com o bem do povo.

Aqui não o nome lembrado ao Sr. Arthur Octavio. Não há porque se lembrar, pois é a disposição do povo um grande modo de fazer a galateia. Um artigo, pois, sentido em profito, mantendo a sua coarctada de ser simplesmente artificial.

CIDADÃO COM A MALANDRAGEM!

No Rio, o governo, atendendo a que tem grande o numero de funcioneiros publicos eferros, e para poupar na despesa do trabalho, mandou pôr em funcionamento as repartições, logo a seguir, que se encontram situadas, poderiam deixar de empregar ao seu posto, sem mais formalidades.

No dia seguinte, os repartições ficaram desertas. Dos chefes de seccões aos contínuos, todos ficaram em casa, atitudes de... hespanhola!

Aqui não se o mesmo. E não se com os funcioneiros publicos. Todos os empregados de qualquer ramo de actividade precarizaram e grupos por vilulas um pouco e dar-sei a conhecer, desamagando o corpo...

Logo será um mal, principalmente pelo publico. O numero dos eferros aumentará maior do que realmente for a epidemia e a seguir a mesma.

Não nos esqueçamos de que o modo de trabalhar, todos os que se encontram em verço atitudes. Não de coarctada, pois!

Figura 5- A "HESPANHOLA": as hyenas das Pharmacias e Drogarias. Revista A Rolha, n.33, São Paulo, 22 de outubro de 1918
Fonte: Acervo Biblioteca Nacional

Ao mesmo tempo, revistas ilustradas de sátira, como O Malho e a já citada Careta, criticavam o governo através do humor, publicando caricaturas de políticos cercados de caveiras ou trocadilhos com o termo “hespanhola”.



Figura 6- Mal-entendido. Revista Careta, n. 540, 26 out 1918

Fonte: Acervo Biblioteca Naci

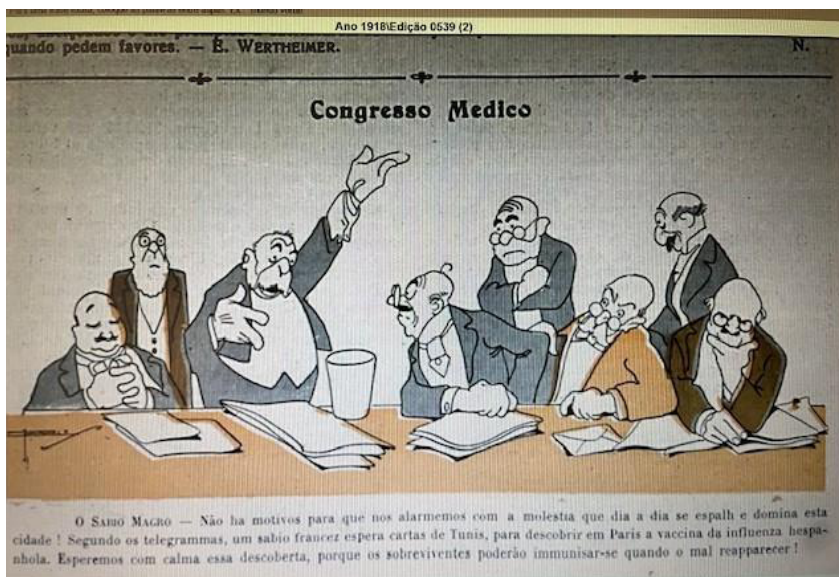


Figura 7- Congresso Médico. Revista Careta, n. 539, 19 out 1918
Fonte: Acervo Biblioteca Nacional

Em alguns lugares, quando as mortes atingiram o pico, jornais chegaram a estampar listas diárias de falecidos e editoriais fúnebres, algo sem precedentes que chocou leitores. Todo esse cenário levou alguns oficiais a reclamarem do sensacionalismo da imprensa. Como registrou Paulino Werneck, diretor de Higiene da prefeitura do Distrito Federal, a campanha feroz dos jornais criou uma “situação embaraçosa” para os órgãos de saúde, expondo publicamente suas limitações e falhas (Goullart, 2005, p. 107).

Contudo, do ponto de vista histórico, essa atuação da imprensa foi essencial para documentar a tragédia e pressionar

por providências. Em suma, a mídia de 1918 oscilou entre informar, criticar e alarmar, e as tentativas de censura, embora discutidas e ocasionalmente aplicadas em nível local, não conseguiram ocultar a dimensão real da catástrofe sanitária.

Consequências e legados da gripe espanhola

Os efeitos da pandemia de 1918 no Brasil foram profundos nas esferas política, social e econômica. Politicamente, a crise sanitária abalou a confiança no governo oligárquico da República Velha. A percepção de abandono e incompetência acelerou debates sobre a necessidade de reformar as políticas de saúde pública. Em pleno surto, lideranças civis e médicas exigiram mudanças estruturais. Muitos dos chamados “higienistas” (médicos sanitaristas) ganharam prestígio ao apontar caminhos para modernizar o sistema de saúde. Um episódio marcante foi a morte do presidente eleito Rodrigues Alves, em janeiro de 1919. Para além, ensinou duras lições sobre isolamento de doentes e ventilação dos ambientes, influenciando comportamentos nos surtos posteriores, como na pandemia de gripe de 1957¹²⁸ e outras crises de saúde.

128 A pandemia de gripe de 1957, conhecida como Gripe Asiática, foi uma pandemia global de influenza A (H2N2) que se espalhou rapidamente pelo mundo entre 1957 e 1958, causando elevada morbimortalidade, sobretudo entre idosos, crianças e pessoas com doenças crônicas. Não há um número oficial consolidado de mortes no Brasil atribuídas à gripe asiática. A vigilância epidemiológica da época era fragmentária, e muitos óbitos por gripe e pneumonia não eram etiológicamente confirmados. Ainda assim, a literatura histórica e demográfica trabalha com estimativas, sendo que a mais aceita oscila entre 10 mil e 30 mil mortes no Brasil entre 1957 e 1958.

Por fim, do ponto de vista econômico, a gripe de 1918 provocou perturbações significativas, porém de curto prazo, na economia brasileira. Durante o auge da pandemia, diversas atividades foram interrompidas, escolas e fábricas fecharam temporariamente, eventos públicos foram cancelados e houve escassez de trabalhadores em serviços essenciais devido ao adoecimento em massa. Nas cidades mais atingidas, instalou-se um quadro de desabastecimento e alta de preços. No Rio Grande do Sul, por exemplo, registrou-se falta de medicamentos, leite, lenha, combustível e alimentos, com a elevação dos preços. A logística funerária também entrou em colapso, em diversas localidades faltaram caixões e foi preciso recrutar detentos como coveiros, já que muitos coveiros oficiais morreram do próprio mal (Schwarcz, 2020, 2023).

O comércio internacional do Brasil, especialmente a exportação de café, já vinha sofrendo com a Primeira Guerra; a pandemia agravou essa situação no final de 1918. Contudo, os estudos econômicos indicam que a recuperação foi rápida após o fim da crise. Já no início de 1919, com o arrefecimento dos contágios e o término da guerra, a atividade econômica retomou fôlego, investimentos industriais represados voltaram a ocorrer e a produção se normalizou. Em São Paulo, por exemplo, os registros de abertura de empresas e a produção de bens essenciais voltaram a crescer vigorosamente no primeiro semestre de 1919, superando até os níveis anteriores à pandemia. Essa rápida reversão ajuda a explicar por que, diferentemente de outras calamidades, a gripe de 1918 foi por muito tempo

um evento “esquecido” na historiografia econômica (Marson e Siviero, 2024) e seus efeitos se dissiparam logo, ficando ofuscados pelos grandes acontecimentos políticos do pós-guerra. Não obstante, as lições da pandemia permaneceram. A espanhola revelou a urgência de se investir em saúde pública e saneamento, sob pena de a nação ficar vulnerável a tragédias semelhantes. Também mostrou que, em tempos de crise sanitária, a circulação de polêmicas e mentiras pode agravar o desastre, minando a confiança nas autoridades e confundindo a população.

A pandemia de gripe espanhola de 1918 no Brasil foi acompanhada de inúmeras polêmicas e inverdades, desde teorias conspiratórias sobre sua origem até falsas curas milagrosas, que floresceram na ausência de respostas claras da ciência e do Estado. A reação tardia e insuficiente do governo foi duramente questionada pela imprensa e pela sociedade, expondo falhas históricas na estrutura de saúde e aprofundando desigualdades sociais. Ao mesmo tempo, a experiência legou importantes aprendizados e provocou mudanças graduais nas políticas públicas de saúde.

No caso brasileiro, a gripe espanhola revelou a vulnerabilidade de um país despreparado, mas também impulsionou uma conscientização maior em relação à saúde coletiva. As controvérsias e mentiras de 1918 deixaram um alerta perene sobre o perigo da desinformação em crises sanitárias, um alerta que permanece pertinente mais de um século depois.

Gripe espanhola e Covid-19: coincidências desinformativas

Um olhar cuidadoso para as pandemias da gripe espanhola de 1918 e da Covid-19, embora separadas por mais de um século e por contextos técnicos, sociais, políticos e históricos profundamente distintos, revela recorrências significativas no modo como as sociedades produzem, circulam e disputam informações em situações de crise sanitária. Longe de se tratar de simples analogias históricas, essas coincidências desinformativas apontam para padrões estruturais de comunicação em contextos pandêmicos, nos quais medo, incerteza, desigualdade social e disputas políticas criam um terreno fértil para a circulação de narrativas mentirosas, conflitivas ou distorcidas.

No caso da gripe espanhola, como demonstram estudos historiográficos já mencionados acima, a ausência de consensos científicos sobre a doença, somada à precariedade das políticas públicas de saúde e à lentidão das respostas governamentais, favoreceu a proliferação de boatos, teorias conspiratórias e falsas curas. A comunicação da pandemia ocorreu em um ambiente marcado por jornais impressos, revistas ilustradas, panfletos e intensa circulação oral de informações, o que não impediu a disseminação de versões contraditórias sobre a origem do vírus, sua letalidade e os meios de prevenção. Narrativas que atribuíam a pandemia a armas biológicas inimigas, castigos divinos ou miasmas atmosféricos conviveram com tentativas oficiais de minimizar a gravidade da situação, produzindo um quadro de confusão informacional amplamente documentado pela historiografia.

Durante a pandemia de Covid-19, embora o ecossistema comunicacional seja radicalmente distinto, visto ser marcado por plataformas digitais, redes sociais, algoritmos e sistemas de recomendação, observa-se a reatualização de dinâmicas semelhantes. A circulação massiva de desinformação, especialmente sobre vacinas, tratamentos e medidas de contenção, evidenciou que o avanço tecnológico não elimina a vulnerabilidade informacional das sociedades. Ao contrário, como indicam diversos estudos contemporâneos, a velocidade, a escala e a segmentação das plataformas digitais potencializaram a disseminação de conteúdos falsos, muitas vezes articulados a interesses políticos, econômicos e ideológicos.

Um elemento comum às duas pandemias é a centralidade das narrativas de negação e minimização. Em 1918, autoridades sanitárias e governantes frequentemente subestimaram a gripe, classificando-a como enfermidade benigna ou passageira, o que retardou medidas de isolamento e contribuiu para o agravamento da crise. De modo análogo, durante a Covid-19, discursos oficiais em diferentes países, inclusive no Brasil, negaram a gravidade da doença, relativizaram o número de mortes e questionaram a eficácia de medidas sanitárias amplamente respaldadas pela ciência. Em ambos os casos, a desinformação não se restringiu a boatos populares, mas foi amplificada por agentes com poder institucional, conferindo legitimidade a versões enganosas do real (Rêgo, 2025).

Outro ponto de convergência refere-se à circulação de falsas curas e soluções milagrosas. Na gripe espanhola, re-

ceitas caseiras, medicamentos sem comprovação e produtos comerciais foram amplamente divulgados como tratamentos eficazes, explorando o medo coletivo e a ausência de terapias específicas. Na Covid-19, esse padrão reaparece de forma intensificada, com a promoção de medicamentos ineficazes, terapias alternativas e protocolos sem base científica, amplamente disseminados por redes sociais e, em alguns casos, endossados por autoridades públicas. A diferença central reside menos na natureza das narrativas do que nos meios de circulação e na capacidade de amplificação proporcionada pelas plataformas digitais.

A análise dessas duas pandemias permite compreender que a desinformação não é um desvio acidental da comunicação em crises sanitárias, mas um componente recorrente de sua dinâmica social. Como já indicava Rosenberg (1992) ao analisar pandemias e epidemias como momentos de crise que tendem a produzir disputas intensas por explicações causais, atribuições de culpa e promessas de salvação. Essas disputas são atravessadas por desigualdades de acesso à informação, assimetrias de poder simbólico e disputas políticas que moldam o espaço público.

Nesse ponto, a contribuição de Barbosa (2020) é particularmente relevante. Em seus trabalhos sobre memória, imprensa e temporalidades, a autora propõe a noção de fluxos encadeados de memória, destacando como narrativas do passado são continuamente reativadas, reconfiguradas e ressignificadas no presente. No contexto das pandemias, esse conceito ajuda a

compreender como experiências históricas anteriores, mesmo quando parcialmente esquecidas, reaparecem como repertórios simbólicos que orientam percepções, medos e expectativas sociais. A gripe espanhola, ainda que pouco elaborada na memória pública brasileira, reaparece de forma fragmentada durante a Covid-19, seja como comparação explícita, seja como estrutura narrativa implícita que naturaliza a repetição da tragédia.

Essa reativação da memória, contudo, nem sempre ocorre de maneira crítica ou reflexiva. Ao contrário, ela se dá frequentemente por meio de simplificações, analogias apressadas e usos estratégicos do passado, o que se aproxima do que Tzvetan Todorov denomina abusos da memória. No caso da Covid-19, referências à gripe espanhola foram mobilizadas tanto para alertar sobre os riscos da pandemia, quanto para minimizar seus efeitos, em uma disputa simbólica que evidencia a plasticidade e a fragilidade da memória histórica em contextos de crise.

Rêgo (2025) demonstra que a pandemia de Covid-19 foi marcada por uma articulação inédita entre desinformação, plataformas digitais e disputas políticas. A circulação de conteúdos falsos sobre vacinas não apenas comprometeu estratégias de imunização, mas também produziu efeitos duradouros sobre a confiança nas instituições científicas e sanitárias. Esses trabalhos evidenciam que a desinformação não atua apenas no plano cognitivo, mas mobiliza afetos, identidades e valores

morais, produzindo adesões que resistem à simples correção factual.

Ao confrontarmos a gripe espanhola e a Covid-19, torna-se evidente que a desinformação opera como fenômeno histórico, ainda que suas formas de mediação se transformem. Em 1918, a imprensa impressa e a comunicação oral desempenharam papel central na difusão de boatos; em 2020, algoritmos, influenciadores digitais e ecossistemas de plataformas amplificaram exponencialmente esse processo. No entanto, em ambos os casos, a desinformação se alimenta de contextos de incerteza, desconfiança institucional e desigualdade social.

Outro elemento de continuidade reside na hierarquização das vidas. Tanto na gripe espanhola quanto na Covid-19, a desinformação contribuiu para naturalizar a morte de determinados grupos sociais, como pobres, idosos, populações racializadas, ao mesmo tempo em que deslocava responsabilidades políticas. Narrativas que minimizam a gravidade da doença ou responsabilizam indivíduos por sua própria contaminação, funcionam como dispositivos simbólicos de exclusão, reforçando desigualdades históricas já existentes.

Por fim, um olhar crítico para essas duas pandemias evidencia que o esquecimento, ainda que parcial, da gripe espanhola no Brasil não se situa somente como um vazio historiográfico, mas como um vetor que contribuiu para a fragilidade da resposta social à Covid-19. A ausência de uma memória pública elaborada sobre pandemias anteriores limitou a capacidade coletiva de reconhecer padrões recorrentes de desinfor-

mação, negacionismo e manipulação discursiva. Nesse sentido, recuperar a comunicação da gripe espanhola não é apenas um exercício histórico, mas um gesto ético e crítico que permite iluminar os mecanismos contemporâneos de produção da mentira em contextos sanitários.

Ao analisarmos as coincidências desinformativas entre 1918 e o presente, este artigo sustenta que as pandemias são também crises comunicacionais de longa duração, nas quais se reatualizam disputas de sentido, abusos da memória e estratégias de silenciamento. A compreensão dessas continuidades históricas é fundamental para pensar políticas de comunicação, memória e informação capazes de enfrentar, de forma mais consistente, os desafios colocados pelas crises sanitárias contemporâneas.

Conclusão

Este artigo partiu da compreensão de que pandemias não podem ser analisadas apenas como eventos sanitários ou episódios excepcionais da história, mas como acontecimentos profundamente comunicacionais, atravessados por disputas de sentido, silenciamentos, abusos da memória e recorrentes processos de desinformação. Ao mobilizar o debate teórico sobre história, memória e esquecimento, buscou-se evidenciar que o modo como sociedades narram suas crises sanitárias é indissociável das relações de poder, das desigualdades sociais e dos regimes de visibilidade que estruturam o espaço público em diferentes temporalidades.

O enquadramento teórico apresentado na introdução permitiu compreender que a escrita da história não é um simples exercício de recuperação do passado, mas uma operação que transforma vestígios em narrativa, ao mesmo tempo em que produz silêncios.

Ao percorrer a história das pandemias, o artigo demonstrou que essas crises acompanham a longa duração das sociedades humanas e se repetem como momentos de ruptura social, desorganização das rotinas, produção de medo coletivo e intensificação das disputas narrativas. Da Antiguidade à modernidade, pandemias e epidemias expuseram padrões recorrentes, da negação inicial, a busca por culpados, passando pela circulação de explicações morais ou conspiratórias, pela adoção tardia de medidas de controle e, posteriormente, pelo esquecimento social. A história das doenças revelou-se, assim, inseparável da história da comunicação, uma vez que a gestão da informação, ou da desinformação, sempre ocupou lugar central na forma como sociedades enfrentam o risco e a morte.

Esse percurso histórico foi essencial para situar a gripe espanhola de 1918 no Brasil não como um evento isolado, mas como parte de uma tradição pandêmica marcada por desigualdade, precariedade das políticas públicas e fragilidade dos sistemas de informação. A análise das fontes históricas mostrou que a comunicação da gripe espanhola foi atravessada por narrativas contraditórias, boatos, curas milagrosas e tentativas oficiais de minimização da gravidade da doença. A imprensa desempenhou papel ambíguo, ora denunciando a inação do

poder público, ora reproduzindo informações imprecisas, em um contexto no qual o conhecimento científico era limitado e a população buscava explicações que dessem sentido ao sofrimento coletivo.

A *gripe espanhola* revelou, de forma contundente, como a desinformação não se restringe a um déficit de informação correta, mas se articula a contextos de medo, desigualdade social e descrédito institucional. A circulação de narrativas mentirosas ou conflitivas não foi um desvio marginal, mas parte constitutiva da experiência pandêmica, contribuindo para atrasar respostas, confundir a população e aprofundar o impacto social da doença. O posterior esquecimento desse episódio, sobretudo, na memória pública brasileira, reforça a ideia de que pandemias ocupam um lugar incômodo na narrativa nacional, sendo frequentemente empurradas para zonas de silêncio.

Foi a partir desse acúmulo, teórico, histórico e empírico, que o artigo propôs um olhar crítico sobre as coincidências desinformativas entre a gripe espanhola e a pandemia de Covid-19. Longe de estabelecer paralelos simplificadores, a análise buscou identificar permanências estruturais nos modos de produção da desinformação em contextos pandêmicos. Apesar das profundas diferenças sociais, políticas e tecnológicas entre 1918 e o século XXI, observam-se continuidades significativas, tais como a negação da gravidade da doença, a circulação de falsas curas, a disputa política em torno das medidas sanitárias e hierarquização das vidas consideradas sacrificáveis.

A pandemia de Covid-19 evidenciou que o esquecimento da gripe espanhola não foi apenas um problema do passado, mas um fator que fragilizou a capacidade coletiva de reconhecer padrões históricos recorrentes. A ausência de uma memória pública elaborada sobre pandemias contribuiu para a naturalização da morte, para a repetição de discursos negacionistas e para a ampla circulação de desinformação, agora potencializada pelas plataformas digitais. Nesse sentido, a Covid-19 não inaugurou a desinformação em saúde, mas a radicalizou, ao articular tecnologias de amplificação, polarização política e disputas morais em escala inédita.

Ao olhar criticamente para esses dois momentos históricos, procuramos sustentar que as pandemias funcionam como crises comunicacionais, nas quais se reatualizam abusos da memória, silenciamentos e estratégias de produção da mentira. A desinformação, como dito anteriormente, aparece, assim, não como exceção, mas como elemento estrutural da experiência pandêmica, profundamente enraizado nas formas históricas de organização da comunicação e do poder. Reconhecer essa continuidade histórica é fundamental para evitar leituras tecno deterministas que atribuem às plataformas digitais toda a responsabilidade pelo fenômeno.

Por fim, este trabalho argumenta que enfrentar a desinformação em crises sanitárias exige mais do que soluções técnicas ou intervenções pontuais. Implica investir em políticas de memória, em abordagens históricas críticas e em uma compreensão ampliada da comunicação como campo de disputa

simbólica e ética. Recuperar a gripe espanhola, interrogando seus silêncios e suas narrativas conflitivas, não é apenas um exercício de reconstrução do passado, mas uma condição para compreender o presente e para romper com a repetição histórica da desinformação em tempos de pandemia.

Referências

- BARBOSA, Marialva Carlos. Fluxos encadeados de memória: imprensa, temporalidades e história. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde (RECIIS)**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 1-14, 2020.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. **Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.
- BISPO, Antônio. **Colonização, Quilombos, modos e significados**. Brasília: Ed. UNB, INCT de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2015.
- BISPO DOS SANTOS, Antonio. **a terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- CROSBY, Alfred W. **America's Forgotten Pandemic: The Influenza of 1918**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- D'AVILA, Beatriz Echeverri. **La gripe española: la epidemia de 1918-1919**. Madrid: Siglo XXI, 1993.
- DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente: 1300-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DIÁRIO DO PERNAMBUCO. A gripe Espanhola, preservativo e curativo. Diário do Pernambuco, 04 out 1918. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_09&Pesq=%22Influenza%20Espanhola%22&pagfis=18223 . Acesso em 21 mar 2025.

FIOCRUZ, 2020. “Fake News” circularam na imprensa durante surto de gripe espanhola no Rio em 1918. Disponível em: <https://fiocruz.br/noticia/2020/03/fake-news-circularam-na-imprensa-durante-surto-de-gripe-espanhola-no-rio-em-1918> . Acesso em 15 mar 2025.

GOULART, Adriana da Costa. Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 12, n. 1, p. 101-42, jan.-abr. 2005.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento**: as bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: Hucitec; Anpocs, 2012.

KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 2003

MARSON, Michel Deliberali e SIVIERO, Pamila Cristina Lima. Os efeitos econômicos da pandemia de gripe espanhola de 1918: uma análise empírica da mortalidade sobre a economia de São Paulo. In: **Rev. Brasileira de Estudos Populares**. N. 41, 2024. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/Bc6kQ7V5YLVc4mV7rXx59Tv/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em 23 fev 2025.

MCNEILL, William H. **Pestes e povos**. São Paulo: Casa das Letras, 2021.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. **As pestes do século XX**: tuberculose e Aids no Brasil – uma história comparada. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RÊGO, Ana Regina. Os usos do passado na construção e nos caminhos do ódio na contemporaneidade: a desinformação e a retórica Pallywood. In: **Revista Brasileira de História da Mídia**. V. 15, n.2, 2026 (no prelo).

RÊGO, Ana Regina. **A Seta do Tempo: Plataformas, Inteligência Artificial e Desinformação**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2025.

RÊGO, Ana Regina; HOHFELDT, Antonio e LEAL, Ranielle. Narrativas visuais sobre a Primeira Guerra na Revista Cigarra. In: **Revista Brasileira de História da Mídia**, v.9; n.2; p. 209-232; jul-dez, 2020.

REVISTA A ROLHA. A “Hespanhola”: as hyenas das Pharmacias e Drograrias. N.33, São Paulo, 22 de outubro de 1918. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=212695&pesq=R%C3%B4lha&pagfis=641> . Acesso em 30 jan 2026.

REVISTA CARETA. Bacilomarino. Mais um aliado para os impérios centrais. n. 537, 05 out 1918. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=083712&pagfis=20540> . Acesso em 21 mar 2025.

REVISTA CARETA. Populares à espera da venda de galinhas. n. 540, 26 out 1918. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=083712&pagfis=20648> . Acesso em 21 mar 2025.

REVISTA CARETA. Mal-entendido. n. 540, 26 out 1918. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=083712&pagfis=20648> . Acesso em 21 mar 2025.

REVISTA CARETA. Congresso Médico. n. 539, 19 out 1918. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=083712&pagfis=20612> . Acesso em 21 mar 2025.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROSENBERG, Charles E. **Explaining epidemics and other studies in the history of medicine**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

SANTOS, Ricardo A. dos. O Carnaval, a peste e a “espanhola”. In: **História, Ciências e Saúde** – Manguinhos, v.27 n.1, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/Z9Lr5HqtjXzFsTD5FFvGFBQ/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em 20 out 2025.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa. **A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz . No tempo da espanhola: a gripe de 1918 e o caso de Porto Alegre. In: **Horizontes Antropológicos**. N. 65, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/QwF3NwWhFCpbnFMSZ7Q5Wt/abstract/?lang=pt> .Acesso em 22 jan 2025.

SONTAG, Susan. **A doença como metáfora**; Aids e suas metáforas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **A cruel pedagogia do vírus**. São Paulo: Boitempo, 2020.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. **A gripe espanhola na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de epidemia**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; Salvador: EdUFBA, 2009. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/fv3c6/pdf/souza-9788575415382.pdf> . Acesso em 15 jan 2026.

TODOROV, Tzvetan. **Os abusos da memória**. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Foucault revoluciona a história. Brasília: Ed. UNB, 2006.

CAPÍTULO 17

Comunicação: Fome, uma ponte para a África

*Marialva Barbosa*¹²⁹

“O Elejigbo, chamado Orixá-Comedor-de Inhamé Pilado, inventou o pilão para saborear mais facilmente seus prediletos inhames. (...) Todo o povo de seu reino adotou sua preferência. E tanto se comia inhame em Ejgbo que não se dava conta de plantá-lo. E assim, grande fome se abateu sobre o povo de Oxalá” (Prandi, 2001, p. 92).

O trecho que deixa ver modos de perceber o mundo de uma *gnose* africana (Mumdibe, 2013) que perdura no tempo, tendo se perpetuado nas diásporas negra, em territórios de conhecimento (e produção continuada do *Munthu* dos povos africanos), como os terreiros do candomblé e da umbanda, no Brasil, serve mais do que simples epígrafe introdutória. Ele revela o próprio cerne do projeto **Comunicação: Fome, uma ponte para África**, que procurou, desde a sua concepção, estabelecer pontes entre Brasil e África a partir dos territórios do presente, acoplados a um passado que existe como começo, meio, e começo, na síntese profunda de Nêgo Bispo (2023).

129 Professora da Escola de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRJ. Coordenadora do Projeto Comunicação: Fome uma ponte para a África. E-mail: marialva153@gmail.com

O passado tem ingerência sobre o presente na medida em que são as ações do passado que, revividas no presente, mostram os modos de luta na direção de uma transformação que se realiza no presente-futuro. Portanto, o começo (o passado), se transforma no meio (o presente), que se transforma novamente e volta ao começo (passado/futuro).

O pequeno trecho transcrito da *Mitologia dos Orixás* (Prandi, 2001) trata da ação do ferreiro Ogum, que oferece a solução para acabar de vez com a fome, ao ensinar a forjar instrumentos que permitissem plantar o inhame com mais velocidade. Neste texto não iremos nos aprofundar nas questões desta *gnose* duradoura, também presente na epígrafe, tratada em outro momento (Barbosa e Rêgo, 2026), mas situar o projeto na dimensão epistemológica do que denominamos *textuações*. Um neologismo que procura responder a pergunta central: como um projeto da área de comunicação pode produzir ações para efetivamente fazer com que a fome não seja uma questão premente e duradoura da África e do Brasil¹³⁰.

130 A pesquisa é realizada por diversas Universidades brasileiras, africanas e européias, sob a coordenação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). São as seguintes as instituições participantes: no Brasil, além da UFRJ, a Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ), PUC-Rio, Universidade Estadual do Rio de Janeiro; na África, Universidade de Cabo Verde, Escola Superior de Jornalismo de Maputo, Moçambique; Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique); em Portugal, Universidade Fernando Pessoa (Porto); na França, Laboratoire Interdisciplinaire d'Études du Politique Hannah Arendt, Université Paris-Est Créteil. Para maiores informações sobre o Projeto cf. <https://projetoafrica.org/>

O objetivo é, entre outros, mapear e refletir sobre os cenários contemporâneos que envolvem a “o interminável tema do fim do mundo” (Danowski e Viveiros de Castro, 2014, p. 11), a partir dos desastres climáticos e ambientais, e que afetam de maneira perversa o continente africano, promovendo o êxodo populacional e agravando a situação de fome. A partir de exercícios de compreensão *escriturárias* sobre o tema (incluindo textos ficcionais produzidos no território pluricontinental, Brasil-África, que estamos considerando), o objetivo é fazer emergir o que denominamos *textuações*. O neologismo é empregado no sentido das histórias recuperadas, resgatadas e escutadas sobre as perspectivas de fins e recomeços no pensamento africano (nas resistências cotidianas, narradas de maneira profunda, por exemplo, no texto de Ernesto Lichuge, presente neste livro) e que se expressam algumas vezes no ficcional, muitas vezes no mundo oral e, por vezes, nas teorias sobre este canto do mundo. O projeto se desenvolve não somente descortinando textos, mas a partir deles objetiva efetivar ações específicas (planejamento, divulgação, amplificação de vozes) de ordem comunicacional, no sentido de agir para transformar. *Textuações* que produzem memórias e futuros possíveis para lugares silenciados, mas de onde talvez possa emergir uma nova forja de utensílios humanos que afasta definitivamente a ameaça do fim. Tal como o verso que abre o capítulo.

Textuações

Textuações são, portanto, narrativas de re-existências em territórios históricos que, mesmo marcados pelas diásporas e pelo silenciamento, produzem o comunicacional como o outro visível a partir de diálogos. São narrativas das experiências e existências que se manifestam em gestos múltiplos que revelam, assim, possibilidades de re-existências.

O corpo (individual/comunitário) torna-se âncora da visibilidade das *textuações*: a fala, o gesto, a produção de um tempo de vida comum nas experiências do cotidiano. O pensamento não é produzido só pelas palavras, mas pelo corpo em sua vinculação com o entorno ético e existencial, portanto na relação concreta entre homem e natureza. O transbordamento se faz pelo corpo. Não se limita aos discursos entre locutor e ouvinte, revelando-se também pela memória, pela construção imaginativa, pela relação do homem com uma natureza, muitas vezes, inóspita, como resultado de degradações duradouras. Desta cosmografia nasce um pensamento que produz e revela *textuações* sobre mundos possíveis.

Do desconhecimento sobre os mundos e os fins na era do Antropoceno, onde Gaia passa a ser pensada como corpo pluridimensional, coloca-se, então, reflexões oriundas da África (sempre envolta em muitos silêncios), já que uma das faces mais perversas das consequências das transformações climáticas é a fome real que se abate sobre os povos desassistidos historicamente e deliberadamente esquecidos. A fome desaba sobre o corpo, que perde forças, impede a ação,

produz a paralisação, ou seja, introduz uma fissura irreparável no modo de ser/sentir ancestral desses povos. Assim, diante da fome que se abate sobre seu território, como se colocam frente ao fim, aos fins, aos mundos?

A ideia central é a partir de mitologias duradouras existentes nos lugares de vivência mostrar narrativas do presente como possibilidade de re-existências. Delas talvez possam surgir outras formas de pensar a existência, a partir de sonhos possíveis. Contar histórias que falam desses seres humanos/míticos/presentes/passados/ancestrais/permanentes/iminentes é, podemos afirmar inspirados por Kernak (2020, p. 27), “adiar o fim do mundo”.

Contar uma história, por outro lado, coloca em destaque o múltiplo significado do verbo: contar é falar, produzir uma verborragia que religa mundos e tempos, mas também é estar juntos, “contar com o outro”. Contar, por fim, é somar, multiplicar, realizar operações que podem ser mais ou menos, mas para as quais podemos produzir a multiplicação. Se pudermos fazer isso, estaremos igualmente “adiando o fim”.

A partir das narrativas recolhidas e produzidas, constrói-se *textuações*, ou seja, modos de percepção de vidas conectadas em outras bases, do qual o princípio de “poder contar uns com os outros” pode ser a liga entre existências passadas e futuras. É pela criatividade, pela poesia, pela música, pela dança, entre outras proposições de textualidades múltiplas, dos que são iguais. Podemos nos direcionar para pontos de contato, para diálogos presentes-passados, para a denúncia das condições

de existência, para a comunicação das possibilidades das diferenças, para construções de ações e imaginações suplantando um presente, por vezes, por demais cruel.

O resultado decorre também do ato escutar/registrar histórias atemporais, filosofias imemoriais, memórias da re-existência, nas quais a transcendência, por vezes, sobredetermina a imanência, falando das dores e das esperanças, das tragédias e da alegria, de um mundo possível como ação/textuações. Estas não poderiam ser, também, visualizadas como narrativas (de re-existência) adequadas a um presente de medos e incertezas? Textuações que emergem da falta, da dor e, tantas vezes, da fome.

Caminhos possíveis

O projeto é desenvolvido em duas etapas: a primeira denominada “Conhecendo o mesmo outro” dedica-se ao aprofundamento do pensamento africano, cujo termo *gnose* torna-se preponderante, por questões históricas e epistemológicas (Barbosa e Rêgo, 2026) e a partir daí construindo pontes em direção aos vínculos existentes entre as muitas diásporas.

Para mostrar a pluralidade de vozes e amplificar ao mesmo tempo essas textuações, a construção de uma plataforma digital (<https://projetoafrica.org/>) é fundamental para a disponibilização das faces visíveis/invisibilizadas das muitas Áfricas.

A questão que se coloca nesta etapa é como passar das textualidades e do conhecimento para amplificar vozes, produzindo *textuações*? Neste sentido, o conhecimento das matrizes textuais sobre a questão da fome torna-se ação fundamental: conhecer é o primeiro passo na produção de um conhecimento que quer ser transformador.

Ao produzir a aproximação histórica com a África, experiências de um passado real e, ao mesmo tempo, que constitui uma *gnose* que atravessa tempos (ou num entre-tempos) se insere, de maneira prevalente, na discussão, produzindo possibilidades de se pensar futuros possíveis entre este outro/mesmo Brasil com o outro/ mesmo África. Assim, experiências múltiplas (das diásporas dos escravizados e quilombolas/do sertão) permitem mitogênias possíveis entre um território que se configura pluridimensional por ter sido firmado por laços históricos profundos.

Ainda que saibamos que nominar África, como unidade, significa utilizar uma identidade que encobre comunidades diversas, esquecendo, em certa medida, trajetórias históricas completamente diferentes, que incluem inúmeras línguas e culturas diversas, nominar África certamente pode ser, como afirma Appiah (2007, p. 251), “uma insígnia vital e capacitadora”, que se configura, muitas vezes, como um rótulo do qual precisamos. Portanto, proferir o nome África significa reconhecer o que liga e o que separa territórios, da mesma forma que pensar o pluriterritório Brasil-África indica a percepção de laços, pertencimentos, enfim, uma história que

se conecta e fixa traços desse passado/presente em modos de vida e pensamentos que podem reconfigurar proposições diante das ameaças contemporâneas.

O que seria a iminência do fim, diante da crise e dos desastres globais? Que fim seria esse? Que nome teria Gaia na África? É aqui que se configura a segunda etapa das referências, em torno de Gaia.

Outro nome para Gaia

Nesse sentido, guardadas as devidas proporções, as “ideias para adiar o fim do mundo”¹³¹ gestadas por povos ameríndios no Brasil servem de ponte para que possamos nos conectar com o pensamento africano em relação às suas ideias sobre os mundos.

A reflexão profunda dos povos originários sobre mundos e fins dos mundos obriga à inclusão dos “nomes controversos de Antropoceno e Gaia” e nos inspira também nesta reflexão. Ainda que não estejamos produzindo uma reflexão mais complexa sobre o debate de “a humanidade e o mundo terem entrado numa conjuntura cosmológica nefasta”, o que tem suscitado muitas discussões e reflexões, há que, minimamente, nas sínteses conceituais evidenciar como alguns autores produziram definições para os dois termos.

131 A expressão que registra o título do livro de Ailton Krenak serve de metáfora para referenciar o debate em torno dos saberes dos povos indígenas que colocam em referência excepcionais possibilidades de pensar os mundos e seus fins (Krenak, 2020; Kopenawa e Albert, 2015).

Grosso modo, podemos dizer que Antropoceno “designaria um novo tempo, ou antes um novo conceito e uma nova experiência da temporalidade, nos quais a diferença de magnitude entre a escala da história humana e as escalas cronológicas da biologia e das ciências geofísicas diminuiu drasticamente, senão tendeu a se inverter, com o ‘ambiente’ mudando mais depressa que a ‘sociedade’ e o futuro próximo se tornando, com isso cada vez mais imprevisível” (Danowski, Viveiros de Castro e Saldanha, 2022, p. 13).

Gaia, por sua vez, “nomearia uma nova maneira de ocupar e de imaginar o espaço, chamando a atenção para o fato de que o nosso mundo, a Terra, tornado, de um lado, subitamente exíguo e frágil, e, de outro lado, suscetível e implacável, assumiu a aparência de uma Potência ameaçadora que evoca aquelas divindades indiferentes, imprevisíveis e incompreensíveis de nosso passado arcaico”. Os dois conceitos – Antropoceno e Gaia – seriam “conceitos emblemáticos do pensamento contemporâneo da crise” (Danowski, Viveiros de Castro e Saldanha, 2022, p. 13. Grifos nossos). Os termos derivam das teorias de James Lovelock e Lynn Margulis, que dão o nome de Gaia ao “sistema biogeofísico da Terra”. A maneira como estes autores vêem a relação mútua entre nossas ações e a ‘resposta’ de Gaia, colocaria a Teoria de Gaia entre as chamadas “éticas ecocêntricas”, sendo que, no outro extremo, estariam as “éticas antropocêntricas tradicionais” (Idem p. 16). Bruno Latour (2013) e Isabelle Stengers (2013) também adaptaram a ideia-força de Gaia em suas reflexões sobre a crise atual.

É a luz de uma *Arkhé* africana que ideias também devem emergir para pensar os mundos a partir dos processos inteligíveis que os regem. Se concebermos o modo afro de pensar, tal como faz Sodré (2017), a partir das modula es da paixão para compreensão dos mundos e do cosmo (como interrela o), o pensamento múltiplo das diversas matrizes africanas são construtos teóricos, que, em sua pluridimensionalidade (já que são vários em muitos), constituem um patrimônio simbólico comum, no qual o sagrado define a es e inser es nos mundos, tendo como princípio central a não separa o entre o real, o cósmico e o humano.

O corpo (individual/comunitário) torna-se  ncora. O pensamento não emerge exclusivamente das palavras, mas sobretudo da espacialidade instaurada pelo corpo em sua vincula o com o entorno  tico e existencial, portanto na rela o concreta entre homens e natureza. O transbordamento se faz pelo corpo. A diátese, alerta Sodré (2017), se faz no interior da pessoa, não se limitando ao discurso entre locutor e ouvinte, já que abrange vivos e mortos, como parte de um processo que funda e atravessa tanto pessoas quanto não pessoas. Desta cosmografia nasce um pensamento que produz e revela *textua es* sobre mundos possíveis.

Frente   complexidade de um cenário de fome para além do mundo na cosmovisão da *gnose* africana, que nome poderia ser emitido em rela o a essa Terra que se tornou Gaia na busca de uma soluço para os medos do Ocidente diante

de um término que passou a ser medido e contado pelas possibilidades tecnológicas?

A ideia desde o projeto original era reunir teóricos africanos e brasileiros num Colóquio Internacional para perceber como se colocam diante da iminência de todos esses fins. E o resultado desta ação está, em parte, sintetizado neste livro. Em parte, pois ele tem uma continuidade com a realização, em 2026, de outro Colóquio Internacional na África, especificamente em Cabo Verde. Qual é o novo nome de Gaia para parte deste continente permanentemente usado e usualmente esquecido e espoliado? A discussão sobre clima/catástrofes/vida deixa de fora mais uma vez a África e talvez a fome seja a abertura para uma discussão mais ampla sobre a Gaia-África.

Se, brevemente, introduzirmos na reflexão o pensamento nagô sobre a vida e a morte, que ao dizerem “*okan naa ni*” afirmam serem ambas uma e mesma coisa” (Luz, 2017), podemos aferir que o fim mais uma vez se transmuta em início. Entretanto, isso não quer dizer que se esteja apartado do pensamento bato/nagô a força centrífuga da natureza (Barbosa e Rêgo, 2026). Mesmo estando neste mundo de passagem, somos constituídos por forças que integram a natureza, sendo a predominante a do nosso orixá criador (*eladá*). Mas todos dependemos, enquanto vivos, do “princípio do ar” (*Obatalá*).

Se não podemos prescindir do “princípio do ar”, por outro lado somos constituídos espiritualmente por nossa ancestralidade, pelos que já se foram e “deixaram para os de

agora uma corrente de sabedoria”, o que significa viver da melhor maneira possível o destino de cada um (Luz, 2017).

O resultado seria também recolhimento de histórias atemporais, filosofias imemoriais, memórias da resistência (do passado e do presente), falando das dores e das esperanças, das tragédias e da alegria. Mas também gritando palavras de luta que emergem da música, da arte, produzindo o desvelamento de um mundo possível como ação/textuações. Estas não poderiam, então, ser visualizadas como textualidades adequadas a um presente de medos e incertezas (e também de esperança)? *Textuações* que emergem da falta, da dor e, tantas vezes, da fome.

Ao abordar o descolamento da humanidade do organismo que é a terra, Krenak enfatiza, que os únicos núcleos que “consideram que precisam ficar agarrados nesta terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina”. São os índios, caiçaras, quilombolas, aborígenes, enumera ele, considerados tantas vezes como “sub-humanidade” (Krenak, 2020, p. 21-22). Assim, as corporações do “Povo da Mercadoria”, como denomina Kopenawa (Kopenawa e Albert, 2015), criam cada vez mais mecanismos para separar os filhos da terra de sua mãe. A terra, ao invés de ser alma, passa a ser tão somente lugar de onde se pretende extrair “recursos naturais”. A fome é o resultado mais perverso dessa inversão de perspectiva, por mais paradoxal que possa parecer, já que

a produção em larga escala, do chamado agronegócio, poderia pressupor abundância. Mas pressupõe tão somente destruição.

Claro que o continente africano nunca foi considerado parte da grande humanidade que pilhou e escravizou seres por todo este continente. Ali se desenvolvia uma relação outra (“onírica, fantasmática”) com a Terra, diferente daqueles que em nome da “civilização” e das modernizações exploraram ao máximo esse território, tornando-o lucrativos (ao comercializar suas próprias gentes) para outros povos do mundo (Stengers, 2015). O período mais contemporâneo, denominado por alguns autores como “grande aceleração” (Costa, 2022), não acontece do mesmo modo em todos os lugares: a desigualdade também se manifesta na forma como se consome a própria Terra. Dois exemplos: enquanto a média de energia anual per capita é de 21,0 MWh, na grande maioria dos países do continente africano esse valor é inferior a 1,0 MWh (Costa, 2022, p. 117). Em relação aos alimentos, com a transformação da agropecuária, num sistema de “colonização alimentar” que produz uma pressão gigantesca sobre o meio ambiente, tornando-se fator de degradação/destruição em todo o mundo, também a desigualdade em relação ao continente africano é perversa: enquanto nos Estados Unidos se consome no que diz respeito à carne e produtos de origem animal 124,1kg/pessoa/ano, na Etiópia esse número é de 5,4 (Costa, 2022, p. 120).

Considerações finais

Portanto, os caminhos do projeto buscam, em primeiro lugar, o conhecimento do outro (designado num primeiro momento o Mesmo-Outro) e de ações mais concretas de trocas de saberes e dizeres comunicacionais (língua, grupos de pesquisa, preocupações comuns, necessidades, mapeamentos da questão central). Num segundo momento, emergem as primeiras textuações ainda genericamente em torno de como este eminente fim e esses mundos são percebidos. Sobressai aqui a dimensão do pensamento. E este livro mostra, concretamente, este resultado.

Há, por outro lado, o aprofundamento reflexivo em torno do recolhimento de impressões (no sentido duplo, de textos já impressos e impressões das memórias dizíveis) por entre esses territórios sobre a questão da fome e as políticas contra a fome. E, por último, a apresentação dos resultados também em duas dimensões: o dizível (Colóquios Internacionais/ publicações) e o que ultrapassa as bordas do dizível e que só poderá ser interpretado pelo conhecimento do outro que, de fato, é o Mesmo-Outro.

A pesquisa a ser realizada em níveis têm também do ponto de vista da produção de textuações a dimensão pragmática, com o recolhimento de dados (entrevistas, dados oficiais etc.) e, por fim, o discurso imanente/transcendente que se manifesta nos estratos das textualidades recolhidas a partir da produção ficcional e das experiências de vida. Terá significação especial na pesquisa o silenciamento sobre os efeitos da crise climática

na África e o esquecimento (poderíamos dizer comandado?) com que o tema é tratado¹³². Mesmo reconhecendo que o tempo das crises do século XXI impactarão decisivamente a África, há em relação ao território um enorme silêncio. Vez por outra vozes importantes são emitidas para denunciar o que pode ser considerada nova barbárie. Propomo-nos, portanto, a continuar a construir falas audíveis no lugar do silêncio, configurando-as como ato decisivo político, ainda mais quando a proposição é transformá-las em ações, reconfigurando textualizações em textuações.

Referências

APPIAH, Kwame A. **Na casa de meu pai**. São Paulo: Contraponto, 2007.

BISPO, Antonio. **a terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu, 2023

DANOWSKI, D.; VIVEIROS DE CASTRO, E.; SALDANHA, R. (org). **Os mil nomes de Gaia: do Antropoceno à Idade da Terra**. V. 1, Rio de Janeiro: Editora Machado, 2022.

BARBOSA, Marialva e Rêgo, Ana Regina. **Dimensões do tempo**. Diásporas africanas e tessituras históricas: Rio de Janeiro: MauadX, 2026.

132 Cf. por exemplo: África está na linha de frente, mas longe das manchetes, na luta contra a crise climática <https://climainfo.org.br/2022/09/19/africa-esta-na-linha-de-frente-mas-longo-das-manchetes-na-luta-contra-a-crise-climatica/> Acesso em 24 jan. 2025.

COSTA, Alexandre A. Antropoceno: desmandamentos gravados em rocha. DANOWSKI, D.; VIVEIROS DE CASTRO, E.; SALDANHA, R. (org.) **Os mil nomes de Gaia**: do Antropoceno à Idade da Terra. V. 1, Rio de Janeiro: Editora Machado, 2022.

DANOWSKI, Déborah e VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. Desterro [Florianópolis]: Cultura e Barbárie: Instituto Socioambiental, 2014.

KOPENAWA, D. e ALBERT, B. **A queda do céu**. Palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LATOUR, Bruno. **An inquiry into modes of existence**: an anthropology of the moderns. Translated by Catherine Porter. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2013.

LUZ, Marco A. Dois Mundos Diferentes Dois Modos de Olhar. In: SANTIAGO, Ana Rita ... [et al.] **Descolonização do conhecimento no contexto afro-brasileiro**. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2017.

MUDIMBE, Valentin Yves. **A invenção da África**. Mangualde: Edições Pegado;Luanda/Angola: Edições Mulemba, 2013.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SODRÉ, Muniz. **Pensar Nagô**. Petrópolis: Vozes, 2017.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes** – resistir à barbárie que se aproxima. São Paulo: Cosacnaify, 2015.

Sobre os autores

Alexandre Dinis Zavale

É diretor Geral da Escola Superior de Jornalismo de Maputo, onde também atua como docente na delegação acadêmica de Manica. Pesquisador dedicado às áreas de Jornalismo e Relações Públicas, desenvolve estudos que dialogam com a prática profissional e a reflexão acadêmica, incorporando perspectivas sobre comunicação, mídia e cultura. É doutor em Comunicação, Mídia e Cultura pela Universidade Autônoma de Barcelona, mestre em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais e licenciado em Jornalismo pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane. Participa do Projeto de Pesquisa “Comunicação: Fome uma ponte para a África”, financiado pelo CNPq.

Alice Melo

É jornalista, produtora de reportagem do programa Fantástico (TV Globo) e vencedora do 45º Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos (2023) na categoria Reportagem de Vídeo, com o documentário “Vale dos Isolados: o assassinato de Bruno e Dom” (Globoplay, 2023). Doutora e mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, desenvolveu a tese “Espiral de Lembranças: ‘Tragédia de Mariana’ em Imagens e Memórias” e a dissertação “Na Ordem do Tempo: a Sistematização do Passado no Jornal do Brasil” (1962-1974). É pesquisadora do projeto Memória do Jornalismo Brasileiro, no Núcleo de Estudos e Projetos em Comunicação (Nepcom). Integra a Rede Latino-americana de História da Mídia (RLAHM), a rede de pesquisa interinstitucional Historicidade dos Processos Comunicacionais e, desde 2017, é filiada à Memory Studies Association. Participa do Projeto de Pesquisa “Comunicação: Fome uma ponte para a África”, financiado pelo CNPq.

Ana Paula Goulart Ribeiro

Professora Titular da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação de Comunicação e Cultura da UFRJ. Pesquisadora do CNPq e Cientista do Nosso Estado da Faperj. Doutora e Mestre em Comunicação pela UFRJ formação em Jornalismo e História, pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Autora de diversos livros sobre História da comunicação, do jornalismo e sobre a questão das relações Mídia e Memória, se dedica também as pesquisas sobre a questão Nostalgia. Participa de Redes de Pesquisa, como a Rememora e o Obitel. Atualmente, coordena o grupo de pesquisa Mídia, Memória e Temporalidades, focado no projeto Memória do Jornalismo Brasileiro.

Ana Regina Rêgo

Jornalista pela Universidade Federal do Piauí e Especialista em Ciências Humanas pela PUC-RS. Mestra em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Doutora em Processos Comunicacionais pela UEMESP e Pós-Doutora em Comunicação e Cultura pela ECO-UFRJ e em História Contemporânea pela Universidade de Sevilla. Atuou como Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPI. Coordena o NUJOC - Núcleo de Pesquisa em Jornalismo e Comunicação e o Projeto Memória do Jornalismo Piauiense. Participou da Rede Nacional de Grupos de Pesquisa em Historicidade dos Processos Comunicacionais. É fundadora da Rede Nacional de Combate à Desinformação (RNCD Brasil). Participa do Projeto de Pesquisa “Comunicação: Fome uma ponte para a África” e Coordenou junto com Igor Sacramento o Projeto Internacional Negacionismo e desinformação: saúde e doença em tempos de pós-verdade, ambos financiados pelo CNPq. Professora da UFPI e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRJ. Pesquisadora do CNPq.

Aza Njeri

É doutora em Literaturas Africanas pela UFRJ e pós-doutora em Filosofia Africana, também pela mesma instituição. Atua como docente do Departamento de Letras PUC-Rio no Programa de Pós-Graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade. Pesquisadora CAPES/COFECUB. Coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre o Continente Africano e as Afro-diásporas PUC-Rio. É escritora, roteirista, crítica teatral e literária. Como artista, desenvolve trabalhos de dramaturgia e performatividade, publicando poemas como no livro *Rasgos* (2017) e o livro infantil *A Luz de Aisha* (2021). Também mantém presença nas plataformas digitais com um canal no YouTube dedicado à divulgação científica sobre África e Afrodiáspora, além do podcast “Socorro Comadre!”. Seu trabalho reflete um compromisso com a cultura afro-brasileira, a filosofia africana e o pensamento decolonial. Participa do Projeto de Pesquisa “Comunicação: Fome uma ponte para a África”, financiado pelo CNPq.

Chikezie E. Uzuegbunam

É professor sênior, coordenador do programa de mestrado, presidente do Fórum de Pesquisa e vice-diretor da Escola de Jornalismo e Estudos de Mídia da Universidade de Rhodes. Pesquisador reconhecido pelo NRF (National Research Foundation). Especialista em mídia digital, palestrante do TEDx e educador em mídia decolonial. Sua trajetória acadêmica inclui um doutorado em Estudos de Mídia pela Universidade da Cidade do Cabo, diversas graduações em Comunicação Social pela Universidade Nnamdi Azikiwe e bolsas de estudo prestigiosas em Oxford, Cidade do Cabo, Accra, Groningen, Bergen, Xiamen e Doha. Foi Vice-Presidente (2025–2029) da Seção de Estudos de Audiência da IAMCR, membro do Comitê Executivo da SA-COMM (2023–2025) e membro do conselho editorial/consultivo de

periódicos de destaque, incluindo *African Journalism Studies*, *Annals of the International Communication Association*, *Journal of Media Literacy Education*, *Communication Theory* e *Social Media + Society*. Recebeu inúmeros prêmios e bolsas, incluindo a Bolsa DEAL2 da Carnegie, os Prêmios de Reconhecimento de Bolsas de Estudo ASA/Carnegie (2023, 2024), o Prêmio Descolonizando o Digital da IAMCR (2025), a Bolsa de Interação com a África da NRF (2025) e a Bolsa Michael Haley da ICA (2024).

Chinedu Richard Ononiwu

Possui doutorado em Estudos de Cinema e Multimídia pela Universidade Nnamdi Azikiwe, em Awka. Seus principais interesses de pesquisa abrangem as áreas de representação em filmes de animação, engajamento do público com notícias falsas e a aplicação de Inteligência Artificial em bibliotecas.

Cláudia Fontineles

Professora Associada da Universidade Federal do Piauí (Departamento de História, Pós-Graduação em História e Pós-Graduação em Ciência Política). Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Autora de livros sobre História, entre os quais, “O Recinto do elogio e da crítica” e “Nasce um bairro, renasce a esperança”. Investigadora Rede Todas As Artes (Universidade do Porto, desde 2022). Investigadora da International Association for the Study of Popular Music (IASPM). Integrante da Rede de Pesquisa Todas as Artes, em parceria com a Universidade do Porto, Portugal. Desenvolve pesquisas nas áreas de História Política, História e Mídia, História e Literatura, História dos Movimentos Sociais, História dos Esportes, História da Educação, Ensino de História, História e Memória, História do Brasil Contemporâneo e História do Tempo Presente, entre outros temas.

Concha Langa Nuño

Ex-Presidente da Associação de Historiadores da Comunicação (AsHisCom), na Espanha, doutora em História pela Universidade de Sevilla. Especializada em História da Comunicação e em História da Espanha contemporânea e, em particular, da Guerra Civil Espanhola. Desde o ano de 2017, é diretora da Revista Internacional de Historia de la Comunicación (RIHC). Desenvolve pesquisas e atividades acadêmicas no Grupo de Pesquisa em História Crítica do Jornalismo Andaluz e no Departamento de História Contemporânea, na Faculdade de Geografia e História da Universidade de Sevilla.

Cristine Gerck

Jornalista com experiência de chefia em jornais do Rio de Janeiro e agências de comunicação. É doutora em Comunicação pela UFRJ e professora da ECO/UFRJ. Realizou estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro com a pesquisa “Ser Mãe e Jornalista no Brasil: uma análise social, literária e autoetnográfica” (2024-2026). É editora da capa dos sites dos jornais Extra e O Globo, tendo sido editora de “Economia”, “Rio”, entre outras editorias. Foi editora assistente dos cadernos de Cidade (administração pública, comportamento) e Polícia do jornal O Dia. Trabalhou no Jornal do Brasil, como editora dos cadernos de “Economia” e de “Ciência, Saúde e Vida” e “Internacional”. É membro do Núcleo de Estudos e Projetos em Comunicação (NEPCOM) da ECO/UFRJ, da Rede de Pesquisa de História da Imprensa no século XX e do Projeto de Pesquisa “Comunicação: Fome uma ponte para a África”, financiado pelo CNPq.

Dalton Melo Macambira

Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela UFPI (2020), com tese na área de História Ambiental, do programa de pós-graduação vinculado a Associação Plena em Rede - PRODEMA, integrada pelas

universidades UFPI/UFC/UFRN/UFPB/UFPE/UFS/UESC. Mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP/SP (2002). Graduado em História pela Universidade Federal do Piauí - UFPI (1988). É professor do Departamento de História da UFPI (desde 1991) e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA. Esteve licenciado como professor da UFPI para o exercício do cargo de Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí (2003-2014). Retomou suas atividades acadêmicas na UFPI em abril de 2014 e assumiu a Coordenação do Curso de História (2014-2017), retornando posteriormente a esse mesmo posto (2021-2025). Orienta trabalhos e ministra disciplinas nas seguintes áreas: História e Meio Ambiente, Formação Econômica do Brasil, História Econômica Geral, História Contemporânea, História do Brasil Contemporâneo, na graduação, e Desenvolvimento e Sustentabilidade no Brasil, na pós-graduação.

Daniela Nunes Araújo

Comunicadora Popular, Jornalista e Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é Mestre em Educação, Comunicação e Cultura em Periferias Urbanas pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Sua atuação é focada nas áreas de Comunicação Popular/Alternativa/Comunitária, Tecnologias Sociais, Cultura e Relações Raciais, com ênfase em educonexão, educomunicação e produção audiovisual. É pesquisadora na ENSP/FIOCRUZ nas ações de Monitoramento e Avaliação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) e compõe a coordenação do Grupo de estudos Muniz Sodré sobre Relações Raciais (GEMS/LECC), parte do Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária da ECO/UFRJ. De 2023 a 2024, ocupou o cargo de Subsecretária

das Culturas de Niterói. Possui vasta experiência em gestão e coordenação de projetos, tendo sido Coordenadora Executiva na Bem TV - Educação e Comunicação entre 2009 e 2023, onde coordenou projetos de mídia e educação como o “Educomunicar”, além de ter atuado como Coordenadora e educadora audiovisual no projeto de extensão “Cinema Paraíso” (FFP/UERJ). Como documentarista, dirigiu episódios do programa “Comunidade em Cena”, veiculado em TV pública aberta pelo Canal Saúde da FIOCRUZ, no período de 2010 a 2023. Participa do Projeto de Pesquisa “Comunicação: Fome uma ponte para a África”, financiado pelo CNPq.

Eduardo Lichuge

Etnomusicólogo e professor universitário moçambicano, especialista na cultura e música tradicionais dos Chopi, em particular no universo da timbila. Doutor em Etnomusicologia na Universidade de Aveiro, Portugal, com a tese “History, Memory, Coloniality: analysing and Rereading the written sources on timbila”. É ex-diretor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique. Nessa função, ele destacou a importância de iniciativas direcionadas à difusão e formação artística no país. É professor visitante na Universidade de Yale, MacMillan Center, Council on African Studies, EUA. Eduardo Lichuge está envolvido em projetos de pesquisa voltados para o universo artístico independente, entre eles o “Mapeamento dos Produtores das Artes do Underground”, financiado pelo Fundo Nacional de Investigação, que visa documentar e potencializar as iniciativas culturais emergentes em Moçambique. Participa do Projeto de Pesquisa “Comunicação: Fome uma ponte para a África”, financiado pelo CNPq.

Iluska Coutinho

Jornalista formada pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade de Brasília (UnB) e doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo, com estágio doutoral na Columbia University, em Nova York. É Diretora Científica da Intercom e integra a Rede de Pesquisadores de Telejornalismo da SBPJor. Além disso, é professora titular da Universidade Federal de Juiz de Fora e atua como coordenadora do Laboratório Jornalismo e Narrativas Audiovisuais. Tem como principais áreas de atuação o telejornalismo, jornalismo público, imagem e narrativa.

João Almeida Medina

Docente da Universidade de Cabo Verde, onde também exerce o cargo de Vice-Reitor para o Planejamento Estratégico, Avaliação e Transformação Institucional. É mestre em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (2007) e doutor pela ECO/UFRJ e possui sólida experiência na área, tanto no ensino quanto na produção de conhecimento científico. Sua trajetória acadêmica inclui pesquisas sobre o silêncio como estratégia política e comunicacional, explorando o tema a partir de uma releitura da memória, de testemunhos e de esquecimentos. Com mais de duas décadas de experiência no jornalismo cabo-verdiano, construiu uma carreira marcada pela versatilidade editorial. No jornal A Nação, assumiu como missão contribuir para a construção de um diálogo equilibrado e para o fortalecimento da esfera pública. Escreveu sobre política, sociedade e educação, além de ter ocupado funções de editor de desporto e cultura. Participa do Projeto de Pesquisa “Comunicação: Fome uma ponte para a África”, financiado pelo CNPq.

Marialva Barbosa

Professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor titular aposentada da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (1996). Possui pós-doutorado em comunicação(1999) pelo LAIOS-C-NRS, Paris - França. Já foi Vice-Presidente da INTERCOM (2011-2014) e Diretora Científica (2009-2011) e Presidente da INTERCOM (2014-2017). Atuou como Professora Visitante Sênior na Universidade Nova de Lisboa e na Universidade Fernando Pessoa (2021/22), com bolsa do projeto CAPES/PRINT. Organizou dezenas de livros e publicou dezenas artigos, capítulos de livros no Brasil e no exterior. Dedicar-se às pesquisas que fazem a interconexão entre história e comunicação. Coordenou a Rede de Pesquisadores de História da Imprensa no Brasil do século XIX, e a Rede de Pesquisadores de História Conectada da Comunicação na América Latina. Pesquisadora do CNPq e Cientista do Nosso Estado da FAPERJ. Atualmente é, também, junto com Sonia Virginia Moreira, Editora-Chefe da Revista da Intercom. Coordenadora Geral do Projeto Comunicação: Fome uma ponte para a África, financiado pelo CNPq.

Muniz Sodré

Sociólogo, jornalista, professor, tradutor e escritor. Considerado um dos maiores intelectuais brasileiros no campo da comunicação, é também autor de centenas de artigos e livros publicados na área. É graduado em Direito pela Universidade Federal da Bahia (1964), mestre em Sociologia da Informação e Comunicação - Université de Paris IV (Paris-Sorbonne) (1967) e doutor em Letras (Ciência da Literatura) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1978). Foi Presidente da Fundação Biblioteca Nacional de 2005 a 2011, órgão vinculado ao Ministério da Cultura Possui cerca de 40 livros publicados nas áreas de Comunicação e Cultura como “Claros e escuros”, “Pensar Nagô”,

“Reinventando a Educação”, “O monopólio da fala”, “A ciência do comum” e “A sociedade incivil”. Atualmente é Professor Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ocupa a cadeira 33 na Academia de Letras da Bahia.

Roger Chartier

É professor do Collège de France, pesquisador da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). É também autor de obras como “A História Cultural: Entre Práticas e Representações” (1988), “A Ordem dos Livros (1992), “À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude” (2002) e “Formas e Sentido - Cultura Escrita: Entre Distinção e Apropriação” (2003). Seus estudos lançam luz sobre como os discursos são produzidos, apropriados e transformados ao longo da história, algo crucial para pensar os desafios informacionais do presente. Formado pela Escola Normal Superior de Saint Cloud e pela Universidade Sorbonne, em Paris, atua desde 1978 como pesquisador na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais. Em 2006, assumiu a cadeira de Escrita e Cultura da Europa Moderna no Collège de France. Reconhecido pelo seu trabalho, recebeu a honraria de Cavaleiro da Ordem das Artes e das Letras do governo da França.

Sandro Tôrres

É professor do Departamento de Expressão e Linguagens da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ) e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), na linha de pesquisa em Comunicação, Poder e Processos Sociais em Saúde. Possui experiência na área da Comunicação, com ênfase em Publicidade e Propaganda, Expressão e Linguagens, atuando especialmente nas interfaces entre propaganda, saúde, sociedade, semiótica, discurso, consumo e tecnologia. Além disso, é líder do Grupo de Pesquisa Publicidade, Saúde e Sociedade (Pessoa-UFRJ/



**I CONGRESSO
INTERNACIONAL**
DE ENFRENTAMENTO À FOME
E À DESINFORMAÇÃO

II ENCONTRO INTERNACIONAL
MÍDIA E DIMENSÕES DO TEMPO

FÓRUM DE ENFRENTAMENTO À DESINFORMAÇÃO E À FOME



Programa de
Pós-Graduação
em Comunicação
e Cultura
Universidade
Federal do
Rio de Janeiro

